

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

IANA FERREIRA SILVA

A casa de um casal jovem – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade

São Paulo

2016

IANA FERREIRA SILVA

A casa de um casal jovem – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Laura Villares de Freitas.

São Paulo

2016

NÃO AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Silva, Iana Ferreira.

A casa de um casal jovem – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade / Iana Ferreira Silva; orientadora Laura Villares de Freitas. -- São Paulo, 2016.

238 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia analítica 2. Jung, Carl Gustav, 1875-1961 3. Conjugalidade 4. Casa 5. Casal 6. Símbolos I. Título.

RC504

Nome: Iana Ferreira Silva

Título: **A casa de um casal jovem** – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Laura Villares de Freitas.

Aprovada em 09 de dezembro de 2016

Prof. (a) Dr. (a): _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a): _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a): _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

A meus pais, in memoriam

AGRADECIMENTOS

À Laura Villares de Freitas, minha orientadora, por ter sido uma guia excepcional nessa jornada. Agradeço em especial pelo interesse tão genuíno e pela disponibilidade, sabedoria, paciência, firmeza e confiança, sem as quais esse trabalho não teria sido de fato construído.

Ao grupo da pós, em especial, à Tânia, Patrícia, Adriana, Anna, Pauline, Flora e Luisa, pelos encontros que sempre trouxeram importantes contribuições e entusiasmo.

Aos amigos que estiveram atentos e disponíveis para auxiliar com o texto e com as ideias, especialmente à Sílvia Valentini, pelas observações sobre o material expressivo, pelas conversas sem hora para começar ou acabar e pela incrível leitura na reta final.

Aos meus amigos das antigas, que continuaram por perto, com muita paciência a respeito desse longo período de ausência e imersão em outras paragens.

Ao meu analista, Paulo Corazza, com quem estive em parte desse trajeto e que foi decisivo para muitas transformações e para estabelecer a coragem de seguir, oferecendo-me sempre novas formas de enxergar a mim mesma e à vida.

À minha família, em especial às minhas filhas, Marilha e Marcela, pelo apoio, carinho, enorme paciência e pela incrível autonomia que construíram até aqui e que tornou possível que eu me liberasse para estar quase totalmente imersa em vários períodos nesta pesquisa. Agradeço imensamente pela presença de vocês na minha vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2014/04304-7, pelo apoio financeiro e institucional.

RESUMO

SILVA, I. F. **A casa de um casal jovem** – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade, 238 ff, Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta pesquisa se insere no âmbito dos estudos sobre as relações familiares, enfocando mais especificamente a conjugalidade da maneira como é vivida nos tempos atuais. Trata-se de um tema complexo, já que os arranjos e dinâmicas de interação nos casamentos vêm se transformando e ganharam nas últimas décadas diversidade e liberdade muito maiores quando comparadas aos padrões antigos. O ponto de partida que motivou esta pesquisa foi a ideia de que a conjugalidade permanece como uma experiência viva e significativa para o homem e a mulher nos dias de hoje. Para tentar compreender um pouco mais dessa experiência em sua condição atual, tomou-se neste trabalho a origem etimológica de palavras como casamento e casal, que aproxima tais fenômenos de outra importante experiência humana que é a casa. A ideia foi a de que, ao remontar a essa origem comum, fosse possível observar o que ainda hoje se mantém vivo na experiência da conjugalidade, ancorado em substratos profundos da psique inconsciente, e o que são manifestações suscetíveis a mudanças de acordo com o contexto sociocultural das diferentes épocas. O objetivo do presente trabalho consistiu, então, em observar como ocorre a construção da conjugalidade nos dias de hoje – sua riqueza e seus desafios –, tomando para isso os símbolos que emergem na constituição dos espaços da casa como expressões de aspectos psíquicos mobilizados na relação conjugal contemporânea, além de levantar as possibilidades de mudança da consciência que tais símbolos representam. O presente estudo teve como referência teórica principal a psicologia analítica de Jung, mas buscou também contribuições de áreas de interface, como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Arte, a Filosofia e a Arquitetura. O método consistiu no estudo de caso de um casal formado por um homem e uma mulher de menos de 30 anos, sem filhos e morando juntos em função de casamento formal. Foram feitos oito encontros, incluindo uma visita à casa do casal, nos quais se realizaram entrevistas abertas, produção de material fotográfico e atividades com técnicas expressivas, como a escrita, o desenho e a pintura, tendo como tema a relação conjugal e a casa. O material levantado foi analisado também com base no processamento simbólico-arquetípico, que, fundamentado nos referenciais indicados por Jung, tem como um de seus eixos principais a ideia de que o símbolo é o fenômeno psíquico que melhor expressa fatos relativamente desconhecidos, permitindo, assim, uma ampliação da consciência e algum acesso a conteúdos inconscientes, os quais estão na base das experiências humanas em geral e muito especialmente nos vínculos afetivos. Espera-se que esta aproximação ao tema contribua para uma compreensão aberta, flexível e atualizada das configurações dos relacionamentos contemporâneos e possa trazer aprofundamentos significativos para o trabalho com tais questões, que são centrais no contexto da pesquisa e da prática em psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Analítica. Carl Gustav Jung. Conjugalidade. Casa. Casal. Símbolos.

ABSTRACT

SILVA, I. F. **A young couple's house** – the space constitution in a house as a field for expressive symbols of the process of conjugality construction, 238 ff, Dissertation (Master Degree), *Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo* (São Paulo University Psychology Institute), São Paulo, 2016.

The present work belongs in the scope of family relationships studies, here focusing conjugality in the way it is currently experienced. This is a complex issue, since the structures and interaction dynamics in marriages have been transformed and gained, in recent decades, much greater diversity and freedom when compared to old patterns. The starting point motivating this research was the idea that conjugality remains as a living and meaningful experience for both men and women these days. In order to try and understand a little more about this experience in its current condition, this work embraced the etymological origin of words such as marriage and couple (*casamento* and *casal* in Portuguese), which approach these phenomena to another important human experience that is home (*casa* in Portuguese). The idea was that, at going back to this common origin, it would be possible to observe what aspects of the experience of conjugality remains alive, anchored in deep unconscious psyche substrates, and what manifestations susceptible to changes according to the sociocultural context in different times are. The aim here was, then, observe how the construction of conjugality happens nowadays – its wealth and its challenges – taking to it the symbols that emerge in the constitution of spaces in the house as expressions of psychic aspects mobilized in a contemporary marital relationship, as well as raising the possibilities of awakening that such symbols represent. The present study had Jung's analytical psychology as theoretical reference, but it also sought for contributions from interface areas such as sociology, anthropology, history, art, philosophy, and architecture. The method consisted in the case study of a couple formed by a man and a woman under 30 years old, with no children and living together due to a formal marriage. Eight meetings were held, including a visit to the couple's house, in which open interviews were conducted, along with photographic material production and activities involving expressive techniques such as writing, drawing and painting, having as theme the marital relationship and the house. The collected material was analyzed based on symbolic-archetypal processing, which, based on the principles referred by Jung, has as one of its main axes the idea that the symbol is the psychic phenomenon which best expresses relatively unknown facts. This thus allows an expansion of consciousness and some access to unconscious content, which are at the basis of human experience in general, and especially in affective bonds. It is expected that this approach to the subject contributes to an open, flexible and up-to-date understanding of contemporary relationships configurations and may bring significant insights to the work with such issues, which are central in the research context and practice in psychology.

KEYWORDS: Analytical Psychology. Carl Gustav Jung. Conjugality. House. Couple. Symbols.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE 1 – PESSOAS	20
1.1 O CASAMENTO, EXPERIÊNCIA ESSENCIALMENTE HUMANA.....	22
1.2 O CASAMENTO EM IMAGENS MÍTICAS.....	24
1.3 O CASAMENTO EM SEUS ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS	33
1.3.1 CASAMENTO E CONJUGALIDADE NO MUNDO.....	33
1.3.2 CASAMENTO E CONJUGALIDADE NO BRASIL	39
PARTE 2 – CASAS.....	43
2.1 A CASA, EXPERIÊNCIA ESSENCIAL DO SER HUMANO.....	45
2.2 A CASA NO TEMPO, UMA HISTÓRIA	49
2.2.1 CASAS NO MUNDO.....	49
2.2.2 CASAS NO BRASIL	60
2.3 HABITAR: VIVIFICAR A CASA E SER VIVIFICADO POR ELA	66
PARTE 3 – RITOS.....	73
3.1 RITOS E RITUAIS, ASPECTOS GERAIS	75
3.2 RITOS DE PASSAGEM.....	78
3.3 RITOS DE CASAMENTO	81
3.3.1 RITUAIS DE CASAMENTO NA HISTÓRIA	82
3.3.2 RITUAIS DE CASAMENTO HOJE: A PASSAGEM À COABITAÇÃO COMO RITO CONTEMPORÂNEO	87
3.4 RITOS DE FUNDAÇÃO	90
PARTE 4 – PSICOLOGIA ANALÍTICA.....	95
4.1 BASES GERAIS DA PSICOLOGIA ANALÍTICA	97
4.2 A CONJUGALIDADE NA PSICOLOGIA ANALÍTICA	111
PARTE 5 – O PROJETO	125
5.1 OBJETIVOS.....	127
5.2 MATERIAL E MÉTODO	127
5.3 COLETA DE DADOS – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	133
5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	136
PARTE 6 – CAMPO	139
APRESENTAÇÃO.....	140
6.1 O CASAL	141

6.2 A CASA E O CASAMENTO NAS NARRATIVAS E IMAGENS	148
6.2.1 CASAS DE ORIGEM.....	148
6.2.2 AS CASAS DO NAMORO E AS CASAS ITINERANTES DAS VIAGENS – AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO ESPAÇO COMPARTILHADO.....	158
6.2.3 QUEM QUER UMA CASA... CASA	161
6.2.4 CASAMENTO, CASA, RELIGIOSIDADE E A NECESSIDADE DE UMA CERTA CERIMÔNIA	167
6.2.5 DEPOIS DO CASAMENTO UMA CASA PROVISÓRIA, UMA PASSAGEM ...	172
6.2.6 O ESPAÇO DESVIRGINADO, A ENTRADA NA CASA DEFINITIVA	177
6.2.7 A MINHA, A SUA E A NOSSA CASA – DIVISÕES E COMPOSIÇÕES	186
6.3 A CASA VIVA E EM TRANSFORMAÇÃO, CONSTANTE ESPELHO DO SELF CONJUGAL	192
6.4 A CASA VISITADA, O OLHAR DE QUEM CHEGA	197
PARTE 7 – FINAL.....	202
7. CONCLUSÕES	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
ANEXO I – CONVITE PARA COLABORAÇÃO NO PRÉ-TESTE E NA PESQUISA	235
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	236
ANEXO III – MATERIAL DAS ATIVIDADES EXPRESSIVAS	239

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no âmbito dos estudos sobre as relações familiares, enfocando mais especificamente a conjugalidade, da maneira como é vivida nos tempos atuais. Trata-se de um tema complexo, já que os arranjos e dinâmicas de interação nos casamentos vêm se transformando e ganharam nas últimas décadas diversidade e liberdade muito maiores, quando comparadas aos padrões antigos. Este quadro tem feito com que muitas pessoas, leigos e estudiosos, o identifiquem como um processo de desestruturação e aniquilamento das relações.

O ponto de partida que motivou esta pesquisa foi a ideia de que a conjugalidade, ainda que atravesse um momento de crise – já que crise tem a ver, sim, com ruptura, desconstrução, quebras e mudanças mais radicais –, permanece como uma experiência viva e significativa para o homem e para a mulher nos dias de hoje. Justamente por isso ainda existe um forte anseio por ela, mesmo depois de tantas revoluções socioculturais.

Para tentar compreender um pouco mais da complexidade da condição atual das relações amorosas e especialmente dos relacionamentos conjugais e investigar aspectos ocultos sob o véu de tantas mudanças importantes e ainda em andamento, tomamos neste trabalho a origem etimológica de palavras como casamento e casal, que aproximam tais fenômenos de outra importante experiência humana que é a casa. “Casal” vem do latim *casalis*, que significa “referente a uma casa”, e “casamento” vem de outra palavra latina, *casamentum*, que significa “terreno com uma habitação instalada”.

A ideia é a de que ao remontar a essa origem comum seja possível observar o que ainda hoje se mantém vivo na experiência da conjugalidade, ancorado em substratos profundos da psique inconsciente, como os arquétipos da *coniunctio*, do *self*, do *animus* e da *anima*, e o que são manifestações suscetíveis a mudanças de acordo com o contexto sociocultural das diferentes épocas. Estes últimos aspectos não ameaçariam a validade e significado verdadeiro dos vínculos afetivos tal como são vividos atualmente.

A fim de fazer as observações a que nos propomos neste estudo, a relação conjugal será considerada, portanto, sob o ponto de vista da constituição da casa de um casal.

Para contextualizar o que aqui se pretende estudar, devemos lembrar que no final do século passado, uma grande variedade de organizações familiares alternativas, dificilmente

imaginada em épocas anteriores, teve lugar, inclusive no Brasil, o que abalou fortemente a prevalência da família nuclear conjugal – pai, mãe e filhos.

Estas antigas instituições humanas que são o casamento e a família chegaram à contemporaneidade enfrentando uma série de transformações, que determinaram o surgimento de inúmeros novos arranjos dos grupos familiares. Isso deu origem à família pós-moderna, ou pluralista, como vem sendo chamada em virtude das diversas formas alternativas de convivência e vínculos que apresenta.

Nos dias de hoje, encontramos grupos familiares que ainda reproduzem a organização da família conjugal nuclear e muitos outros, que vivem uma diversidade de configurações. Estamos nos referindo a relações hetero e homoafetivas, casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões, casais homossexuais que optam pela adoção de crianças ou pela reprodução assistida, “produções independentes”, famílias monoparentais, grupos de mães solteiras ou separadas que se organizam para compartilhar a criação de seus filhos, pais que também se incumbem exclusivamente da criação dos filhos e outras estruturas radicalmente novas, como as dos grupos de poliamor¹.

Nos casamentos sem filhos (por opção ou não) – foco deste trabalho – também uma diversidade de arranjos pode acontecer, sendo possível que os parceiros optem por uniões formais ou informais, escolham relações mais ou menos abertas e que até mesmo a casa coabitada, que antes era um marco da passagem para a vida conjugal, hoje se constitua como uma opção a ser feita ou não pelos parceiros.

Embora se fale comumente que vivemos tempos de individualismo, competitividade e consumismo crescentes e que estes fatores adentram também as relações pessoais – tema sobre o qual se debruçam grandes estudiosos, como Baumann, Singly e Giddens (para mencionar apenas alguns dos que serão tomados nesta pesquisa) –, vemos a constituição do vínculo com um parceiro ou parceira ainda ocupar um lugar relevante na vida de homens e mulheres.

Essa percepção surgiu, em parte, na experiência clínica da pesquisadora, na qual o tema dos relacionamentos amorosos, o desejo, as expectativas e as dificuldades vividas a

¹ Relações amorosas que não se baseiam na monogamia nem na ideia romântica de completude em um parceiro amoroso. O movimento surgiu há cerca de 20 anos nos EUA. Seus adeptos vivem relações não monogâmicas, que eles definem como sendo diferentes das relações abertas, pois não se trata de relações casuais fora do casamento. Os vínculos estão mais baseados no amor do que no sexo, com diversificadas formas e configurações, que podem incluir duas ou mais pessoas e que seguem regras consensuais e também mutáveis muito bem explicitadas e acordadas entre os parceiros (LINS, 2005).

respeito disso, se apresentavam com grande constância como questão central de grande parte dos atendimentos e dos processos terapêuticos dos pacientes.

Dados estatísticos também mostram que, apesar de uma tendência mundial de cada vez mais homens e mulheres morarem sozinhos, o número de pessoas casadas ou que dividem a casa com familiares ainda é bem maior. Por exemplo, na Inglaterra, o índice de domicílios habitados por uma única pessoa é de apenas 30%. Nos Estados Unidos, chega somente aos 25%, sendo que apenas em Nova York, a meca dos solteiros, esse índice alcança um pouco mais da metade da população (50,6%) (JORDÃO; LOES, 2009).

No Brasil, a tendência é semelhante. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 12,1% dos brasileiros não dividem o teto com ninguém. Embora esse índice venha aumentando – há dez anos era de 8,4% –, a grande maioria das pessoas no Brasil não vive só (IBGE, 2010).

Vale apontar que a tendência de se morar sozinho começou a surgir há três décadas, com o aumento da expectativa de vida da população mundial. Pessoas idosas, viúvos e viúvas, em especial nos grandes centros urbanos, tiveram que começar a enfrentar o cotidiano por conta própria, longe inclusive das famílias. Aos poucos é que o perfil das pessoas que vivem sozinhas foi se transformando e isso passou a ser uma opção de jovens que se tornavam financeiramente independentes e que desejavam ter uma casa apenas para si (JORDÃO; LOES, 2009; MINAYO, 2002).

No Brasil, a maioria da população que mora só é de pessoas mais velhas que são obrigadas a enfrentar o cotidiano sozinhas – 40% têm mais de 60 anos. Aos poucos, as faixas etárias dos mais jovens aumentam as estatísticas dos que habitam um domicílio sem acompanhantes, sendo que hoje 11,4% têm entre 20 e 29 anos, e 13,2% têm entre 30 e 39 anos. Segundo análises do IBGE (2010), essas modificações mais recentes estão associadas às melhorias das condições de vida da população brasileira.

É possível ainda mencionar como um dos retratos mais eloquentes do paradoxo atual a respeito das relações afetivas a busca pela normatização e pelos direitos ao casamento, à adoção e à constituição de uma vida familiar, com todas as garantias legais aí implicadas, empreendida por casais homoafetivos, justamente aquelas pessoas que tiveram que se empenhar por muitas décadas em longas batalhas contra uma série de convenções e instituições sociais.

Como aponta Roudinesco (1994), coloca-se diante de nós uma situação que estudiosos de nenhuma área haviam imaginado e para a qual temos poucas explicações. A autora diz:

O que aconteceu então nos últimos trinta anos na sociedade ocidental para que sujeitos qualificados alternadamente de sodomitas, invertidos, perversos ou doentes mentais tenham desejado não apenas serem reconhecidos como cidadãos integrais, mas adotarem a ordem familiar que tanto contribuiu para o seu infortúnio? Por que esse *desejo de família*, inclusive considerando que a homossexualidade sempre foi repelida da instituição casamento e da filiação, a ponto de se tornar, ao longo dos séculos, o significativo maior de um princípio de exclusão? (ROUDINESCO, 1994, p. 7, grifo do autor).

Concordamos que esse aspecto nos remete novamente à complexidade, possíveis incoerências, ambiguidades e mistérios sobre o papel que as relações amorosas têm para o homem e a mulher contemporâneos e sobre o lugar que esses vínculos ocupam nos dias atuais.

É certo que o tema abarca muitas variáveis. Por exemplo, nem sempre o casamento ou a coabitação é uma escolha dos parceiros ou das pessoas envolvidas. Questões financeiras e dificuldades com as tarefas do dia-a-dia, como manutenção da casa, educação dos filhos, obtenção e administração de recursos que garantam a sobrevivência, não raro são determinantes de uma falta de autonomia e da busca de novos relacionamentos.

O IBGE (2010), por exemplo, atenta para a diversidade de composições dos grupos familiares e para as diversas razões dos arranjos desses grupos. Esses dados são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas de áreas diversas, bem como para a compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos nas uniões atuais. No Brasil, um pouco dessa diversidade pode ser apresentada na amostragem que segue:

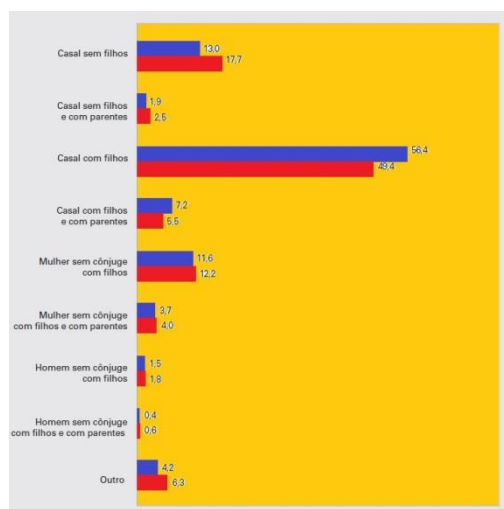


GRÁFICO 1 – Distribuição percentual das famílias no Brasil, segundo o tipo de composição familiar. Fonte: IBGE, 2010.

Ainda a título de introdução e compondo outra faceta da questão colocada, está claro que não podemos negar que os padrões de definição dos afetos e sentimentos amorosos estão sendo, como aponta Baumann (2004), rebaixados e “liquidificados”. Segundo o autor, isso impõe às relações características como a pressa e a busca pelo prazer e pela satisfação instantâneos e imediatos. Também determina que hoje em dia experiências passageiras estejam sendo chamadas de amor sem que tenham muito significado na história de vida das pessoas envolvidas. Mais do que isso ainda, a abundância e a disponibilidade repentinas de um grande número de experiências têm criado a ilusão de se adquirir, por meio delas, uma habilidade crescente de amar, quando, na verdade, o que acontece é uma espécie de desaprendizado do amor, “uma ‘exercitada incapacidade’ para amar” (BAUMANN, 2004, p. 20).

Ainda que reconheçamos a veracidade de tais realidades, consideramos que elas são apenas *parte* da experiência atual dos relacionamentos afetivos. Embora elas nos interessem para a compreensão daquilo que muitas vezes está atuando nas relações nos dias de hoje, partimos, como já foi dito, do ponto de vista de que as mudanças observadas nas últimas décadas carregam também aspectos positivos relevantes para a história dos vínculos afetivos humanos.

É preciso admitir, por exemplo, que nunca as relações foram tão complexas e talvez tão profundas quanto agora, no sentido de permitir que parceiros compartilhem experiências cada vez mais abrangentes, como aquelas que tangem as esferas da vida sexual, profissional, intelectual, do sentido da vida e das trocas afetivas propriamente ditas.

Também a liberdade mais geral conquistada em tempos recentes impulsiona inúmeras novas tentativas, experimentações, questionamentos e aprendizados em vários âmbitos da vida, como os da afetividade, da sexualidade, da intimidade e do próprio relacionamento amoroso. Assim, ao invés da prevalência de modelos-padrões rígidos, hoje se descortina para homens e mulheres a possibilidade de configurar vínculos num leque mais amplo de possibilidades. Com referenciais ainda em construção e uma maior diversidade dessas configurações, podem surgir dúvidas e desafios, o que não implica necessariamente que homens e mulheres não tenham interesse ou não deem importância aos relacionamentos.

É preciso dizer ainda que, apesar de o aumento das separações e divórcios poder aparentemente representar uma progressiva desarticulação e menos esforço investido nas relações, partimos da hipótese de que significam o oposto: é possível que, ao contrário de desintegração, as sucessivas reorganizações da vida afetiva que vemos nos dias atuais, além das inúmeras configurações experimentadas nos relacionamentos, indiquem que as pessoas

valorizam e almejam cada vez mais a construção de uma vida em comum, não se satisfazendo em atravessar a existência suportando relações insatisfatórias e pouco verdadeiras.

Como explicar essa situação complexa e de múltiplas facetas? Existe aí um paradoxo, conflitos, ambivalências ou ambiguidades? Nosso entendimento é de que as formas que a constituição do vínculo com um parceiro ou parceira tem assumido hoje respondem, de forma atualizada, a aspirações e necessidades do homem e da mulher contemporâneos. Enxergamos nas situações atuais uma busca de novas respostas a situações já conhecidas e a construção de formas de vínculos amorosos e conjugais que se articulem de forma mais livre com outros aspectos da vida na contemporaneidade.

Neste momento, em que, por exemplo, a consciência torna-se mais “individualizada”, a relação assume novas funções e ganha novos significados dentro do processo de vida das pessoas. Acreditamos que, uma vez que as imagens arquetípicas da união, ou *coniunctio*, tal como são entendidas por Jung e estudiosos da psicologia analítica, permanecem influenciando a busca da relação conjugal, elas continuam tendo funções e papéis essenciais no processo de desenvolvimento psíquico do ser humano. Isso também determina que no *espaço* da relação se projetem e se reflitam aspectos, em grande parte inconscientes, da psique de cada uma das pessoas envolvidas, os quais emergem em busca de reconhecimento, elaboração e algum nível de integração à consciência.

O objetivo do presente trabalho consistiu, então, em observar como ocorre a construção da conjugalidade nos dias de hoje – sua riqueza e seus desafios –, tomando para isso os símbolos que emergem na constituição dos espaços da casa como expressões de aspectos psíquicos arquetípicos mobilizados na relação conjugal contemporânea – desde os motivos, principalmente aqueles que não estão acessíveis à consciência, que levam as pessoas a se unirem e que influenciam a atração dos parceiros, até as dinâmicas de interação que têm lugar posteriormente. Buscamos, complementarmente, verificar as possibilidades de mudança da consciência para as quais apontam tais símbolos, expressos na construção da vida conjugal e na casa.

A escolha do procedimento de tomar a casa do casal como uma via privilegiada para a compreensão de aspectos da conjugalidade nos dias de hoje originou-se na ideia de que o espaço concreto compartilhado que é a casa seja significativamente representativo do espaço psíquico construído e “coabitado” na relação entre os parceiros. Dessa forma, a casa seria uma

via privilegiada para observarmos uma multiplicidade de aspectos nem sempre muito evidentes e conhecidos mobilizados no relacionamento.

A isso se uniu a hipótese de que a nossa subjetividade se expressa no mundo físico que nos rodeia e o mesmo ocorre na direção inversa, ou seja, o nosso ambiente se reflete naquilo que identificamos como sendo a nossa subjetividade. Dessa maneira, a casa e a vida em comum ali vivida pelo casal são um campo rico de observação de experiências objetivas e subjetivas, em muitos de seus importantes aspectos. Estes podem ser em grande parte inconscientes e se manifestariam como símbolos na casa, podendo tornar-se conscientes se forem reconhecidos e assimilados.

A casa nos provê de símbolos eloquentes, em seus espaços, móveis, objetos, divisões, funções, funcionamento e nas experiências que envolve e contempla. Assim, ela foi tomada como um campo simbólico expressivo de inúmeros aspectos primordiais e arcaicos – arquetípicos –, inevitavelmente entretecidos com aqueles de ordem pessoal e ainda cultural e coletiva, todos combinados, influenciando e conduzindo experiências e transformações aí compartilhadas. Observada dessa forma, acreditamos que a casa pode revelar aspectos significativos, referentes às experiências da vida conjugal na contemporaneidade.

Queremos neste ponto observar que ao longo do presente trabalho a palavra “casa” estará sendo empregada com o sentido primeiro que aparece na maioria dos dicionários da língua portuguesa que é a de “construção, geralmente com um ou poucos andares, com forma e tamanho diversos, destinada à habitação; moradia; residência; vivenda” (AULETE, 2015). A palavra vem do latim *casa* ou *casae*, que significa “choupana ou morada pobre”. Embora possua vários outros significados importantes, como domicílio e lar, ao nos referirmos à casa que foi observada nesta pesquisa estamos falando, de fato, da edificação concreta, com suas divisões e espaços, móveis e objetos.

Este é o ponto do qual partimos para abordar a casa. Não significa, no entanto, que vamos nos limitar a ele ou deixar que nos limite. Como veremos mais adiante, em um capítulo específico, a casa, para que seja apreendida exige de nós uma compreensão mais abrangente.

Também é importante mencionar que o que estamos aqui considerando como casamento refere-se não apenas a uniões formais, mas a toda relação em que os parceiros se veem e se nomeiam como cônjuges, marido e mulher, esposos. Por fim, gostaríamos de mencionar que as relações tomadas neste trabalho, tanto no levantamento bibliográfico quanto na pesquisa de campo, foram as relações heterossexuais. O único motivo disso foi a

necessidade de se fazer um recorte para a pesquisa. Consideramos que relações homoafetivas contemplam outros aspectos, que podem vir a ser abordados num trabalho futuro.

Neste trabalho, os diferentes temas pelos quais foi preciso transitar foram organizados e serão então apresentados da forma que se segue.

O capítulo 1 aborda o casamento, tanto em seus significados simbólicos, quanto no percurso sociohistórico no Brasil e no mundo.

No capítulo 2, o foco foi a casa, também em seus aspectos subjetivos e como uma experiência concreta e histórica do homem. Este capítulo aborda ainda a questão do habitar, que torna a casa viva para os seus moradores e igualmente os vivifica.

O capítulo 3 trata dos ritos, tanto em seus aspectos gerais quanto naquilo que se refere especificamente aos ritos de passagem, entre eles os de casamento. Também foram abordados os ritos de fundação, sempre buscando os processos, bem como a ação que ritos têm na vida humana.

O capítulo 4 procura expor as bases gerais da psicologia analítica e especialmente aqueles conceitos e aspectos que se referem às relações amorosas e à conjugalidade. Também tratamos aí do processo de individuação, o desenvolvimento psíquico do ser humano, que, segundo o nosso entendimento, encontra-se igualmente na base e como impulsionador da vida amorosa e conjugal.

No capítulo 5, o projeto desta pesquisa foi apresentado, com os seus objetivos, escolha de material e método, procedimentos e como foi realizada a análise dos resultados.

O capítulo 6 diz respeito à própria pesquisa de campo, numa organização do material obtido nas narrativas, fotos, desenhos e outros registros produzidos, escolhendo-se daí o que parecia mais relevante para o tema dessa pesquisa e procedendo-se à análise desse material.

Seguem-se as conclusões e as considerações finais, com uma retomada dos objetivos da pesquisa e sua relação com os resultados obtidos, bem como com a indicação de perguntas e estudos futuros para os quais este trabalho apontou e que podem dar continuidade ao que aqui foi iniciado e ampliar o conhecimento e apreensão do fenômeno da conjugalidade nos dias de hoje.

Diante da complexidade que a vida conjugal vem ganhando com inúmeras novas possibilidades, pareceu-nos essencial investigar os desafios e as dificuldades experimentadas nessas relações nos tempos atuais, bem como a riqueza e os potenciais positivos trazidos pelas

novas condições. Atualizar a compreensão dos referenciais e da instituição do casamento frente às transformações socioculturais das últimas décadas torna-se importante para um melhor entendimento acerca do desejo pela relação conjugal e das formas como ele é vivido na contemporaneidade.

Esperamos que a aproximação ao tema realizada nesta pesquisa contribua para uma compreensão aberta, flexível e atualizada das configurações dos relacionamentos contemporâneos e possa trazer aprofundamentos significativos para o trabalho com tais questões, que são centrais no contexto da pesquisa e da prática em psicologia.

PARTE 1 – PESSOAS

*O mundo meu é pequeno, Senhor.
Tem um rio e um pouco de árvores.
Nossa casa foi feita de costas para o rio.
Formigas recortam roseiras da avó.
Nos fundos do quintal há um menino e suas latas
maravilhosas.
Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas
com aves.
Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os
besouros pensam que estão no incêndio.
Quando o rio está começando um peixe,
Ele me coisa
Ele me rã
Ele me árvore.
De tarde um velho tocará sua flauta para inverter
os ocasos.*

1.1 O CASAMENTO, EXPERIÊNCIA ESSENCIALMENTE HUMANA

Junto com o nascimento e a morte, o casamento compõe uma tríade de fatos em torno dos quais se reúne a maior parte dos ritos das diversas sociedades humanas de todos os tempos. Poucos eventos são tão rodeados por cerimônias ou festas quanto a chegada de uma criança a este mundo, a partida desta vida e, entre as pontas da existência, a união conjugal, seja ela formal ou não e assumindo as mais diversas configurações a depender do contexto histórico e cultural no qual se insere.

Na vida humana, mesmo quando o casamento objetivo e concreto não ocorre, como no contexto de vidas celibatárias, propõe-se que ele seja vivido num plano simbólico, como uma união, por exemplo, com a própria vida religiosa ou com a humanidade, para as quais será destinada, então, toda a energia do amor. Entre budistas e hinduístas, a aspiração de uma união interna de energias polares é o fim último da prática meditativa para todos os praticantes, sejam eles monges ou leigos. Essa busca da união é representada por divindades masculinas e femininas em abraço e por imagens sensuais nos templos, que simbolizam a união de aspectos internos polares.

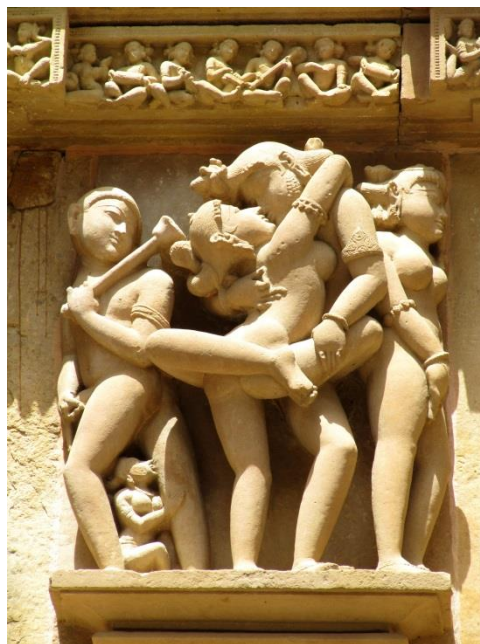


FIGURA 1 – Imagem no templo hinduísta de Khajuraho

Nas tradições cristãs, fala-se da relação esponsal de Cristo com a Igreja. A imagem da Igreja como sendo a noiva, a mãe, a esposa, bem como o mistério da aliança com ela são temas bíblicos dos mais centrais e apontam para a natureza profunda desta união – a Igreja aqui vista não como uma soma de membros, mas como uma realidade espiritual e divina.

A cabala, a alquimia e várias outras tradições também apresentam imagens da união, estando esta frequentemente situada no ponto central do caminho de desenvolvimento espiritual proposto.

Por exemplo, a busca da totalidade apresenta-se na grande obra da alquimia. A meta da *opus* alquímica é a criação da Pedra Filosofal, e esta é o resultado da transformação gradual da *prima materia*, substância inicialmente indiferenciada e depois separada em opostos, os quais devem ser purificados e, então, (re)unidos. Assim, alcança-se a *coniunctio*, o ponto culminante da *opus* (EDINGER, 2006).

A união dos opostos ocupa lugar de tal forma central na alquimia que muitas vezes todo o processo é representado pelo *hierogamos*, o casamento sagrado, ou por fenômenos míticos a ele relacionados. Isso se expressa em diversas imagens da união, podendo aparecer como um enlace do sol e da lua, do rei e da rainha ou dos pares irmão-irmã ou mãe e filho (JUNG, 1958-1999).



FIGURA 2 – *Rosarium philosophorum*, a coniunctio do rei e da rainha.
Obra atribuída à Arnau de Vilanova, 1550.

Havemos de atentar, contudo, para o fato de que a meta só tem importância enquanto ideia e que o real valor de todo o trabalho alquímico encontra-se, de fato, na própria obra, na *opus*, que conduz à meta. Isso muito se assemelha ao processo de individuação, ao qual

vamos nos referir mais adiante. Embora ele também contenha a indicação de um objetivo, este é um ponto ideal e jamais alcançado, mas que tem importância fundamental como direção e como a constituição de um sentido de vida.

A fim de refletir sobre o significado profundo do casamento na vida humana, analisaremos os tópicos a seguir, que procuram trazer não apenas explicações racionais e científicas, mas também imagens míticas e aspectos filosóficos e religiosos em torno desse tema, além dos símbolos que se apresentam no percurso histórico das diferentes manifestações que esse fenômeno vem assumindo até os nossos tempos mais recentes.

1.2 O CASAMENTO EM IMAGENS MÍTICAS

O casamento está presente no mundo imagético da humanidade desde tempos muito antigos. Aparece, por exemplo, em incontáveis mitos de criação de inúmeras culturas: Ísis e Osíris, no Egito, Urano e Geia, na Grécia, para citar apenas alguns. A estrutura clássica desses enredos mitológicos compreende fatos que se desenrolam a partir de um estado originário indissociável, um hierogamos ou casamento sagrado. A partir daí e de uma subsequente divisão dessa totalidade em partes opostas, se desencadeia uma série de acontecimentos que contêm uma importante trama a ser vivida e que, em geral, compreendem a reunião daquilo que foi separado, numa busca pelo estado primordial de totalidade e completude.

Os mitos são a forma mais antiga de obtenção e transmissão de conhecimento. Segundo Sommerman (2012), eles têm como objeto as primeiras forças divinas e a origem dos mundos, e sua finalidade é retornar ao tempo e às forças dos entes sobrenaturais, além de transmitir, de geração a geração, a ordem social que deve ser seguida.

Isso está em consonância com o que aponta Eliade (1992-1954) quando diz que o homem das sociedades antigas sentia-se vinculado de forma indissolúvel ao Cosmos, sendo este considerado como uma criação dos deuses, um trabalho de organização de seres sobrenaturais ou heróis míticos. O Cosmos e, portanto, a sociedade humana que a ele estava unida possuíam, assim, uma história sagrada. Esta história é que era preservada e transmitida por meio dos mitos. Sendo eles repetidos de tempos em tempos, assumem a função de manter e difundir os padrões, ou modelos exemplares, de todas as atividades importantes do homem na Terra.

Para von Franz (1990) os mitos e lendas nos permitem alcançar as estruturas básicas da psique humana, bem como os processos do inconsciente coletivo, por meio da revelação de algum tipo de material cultural. Isto não se dá, porém, com base em um entendimento intelectual. Segundo a autora, o melhor que podemos fazer é circunscrever o conteúdo de um tal fator psíquico de natureza coletiva e, com base em nossa própria experiência psicológica – que inclui as funções racionais e as não racionais –, trazer à luz uma rede de associações que ajudam a explicitar tal conteúdo.

Sobre os mitos de criação, von Franz (1972) afirma que, com frequência, eles começam com uma unidade de caráter pré-consciente, que depois é separada, fazendo surgir o primeiro homem-pai e a primeira mulher-mãe. Ela diz: “Em muitos mitos cosmogônicos, os primeiros pais, Pai Céu e Mãe Terra, por exemplo, primeiramente existem em contínuo abraço. Formam, por assim dizer, um ser hermafrodita em permanente *coabitação*” (VON FRANZ, 1972, p. 150, grifo nosso). Nesse estado, não há espaço para que algo seja criado e possa se desenvolver. Assim, o primeiro ato da criação é a separação do casal divino, que então, suficientemente afastado, faz surgir o espaço para que o restante da criação aconteça.

A isso se pode acrescentar os apontamentos de Edinger (2006) de que, a partir de um estado inicial, o mundo precisava ser decomposto em opostos, a fim de que fosse criado o espaço da consciência, ou seja, para que o ego humano consciente pudesse vir a existir. Isto se exprime com beleza no mito egípcio de Nut, deusa do Céu, e Geb, deus da Terra, que se encontravam inicialmente em estado de união e, portanto, de “*coabitação perpétua*” (EDINGER, 2006, p. 14, grifo nosso). Foi então que Shu, deusa do Ar, colocou-se entre eles e os afastou. Separaram-se, por conseguinte, o céu e a terra, e foi criada uma espécie de bolha, um espaço no qual o mundo passou a existir.

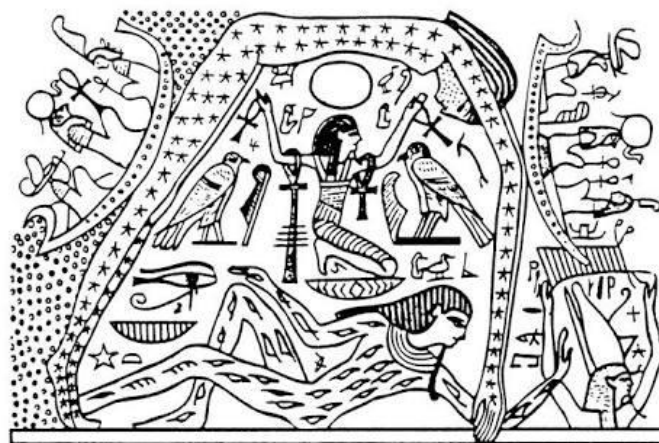


FIGURA 3 – A separação de Nut e Geb, Céu e Terra. Desenho a partir da obra original, em papiro, que se encontra no British Museum.

Esses antigos mitos e tradições, que expressam tanto verdades gerais sobre a existência humana quanto aspectos psicológicos profundos que muito nos interessam, apontam para uma natureza humana polarizada. Tal polarização se apresenta, por exemplo, na dupla sexualidade original mencionada por von Franz (1972). O processo posterior de separação dos sexos fez com que o ser humano se encontrasse, a partir daí, frente ao desafio de achar um caminho de união das polaridades.

No Livro do Gênesis, o tema também se manifesta quando Deus, um ser andrógono, faz os seres à sua imagem e semelhança, criando-os, portanto, macho e fêmea. A história posterior da criação da mulher é a história da primeira divisão do todo original. Segundo Sanford (2002), a criação de Eva a partir do corpo de Adão confirma que o primeiro homem era macho e fêmea. A bissexualidade que passa a existir então é marcada pela nostalgia da reunião das metades que foram separadas. Em várias outras tradições, persas, talmúdicas etc., Deus também criou inicialmente um ser bissexual, macho e fêmea, que depois foi dividido em dois.

Ahura Mazda criou o universo em sete etapas. Primeiro criou o Céu, uma vasta abóboda, na qual estavam presos a Lua, o Sol e 178 estrelas. Em seguida criou o Oceano e depois a Terra, uma vasta extensão plana. Vendo que estava bem, criou então três formas de vida: a primeira planta, o primeiro animal, o touro primordial Ceush Urvan, e, por fim, o primeiro ser humano, Cayomart, que era simultaneamente homem e mulher. Como sétima e última etapa, Ahura Mazda criou o Fogo.

Mito persa da criação, adaptado de
A History of Zoroastrianism: the early period, de Mary Boyce.

No clássico texto *O banquete*, Platão discorre sobre Eros através do discurso de sete convidados de uma festa. Um dos personagens, Aristófanes, fala dos seres humanos originais que apareciam em um antigo mito grego. Tais seres eram perfeitamente redondos, com quatro braços e quatro pernas e uma cabeça com duas faces que se opunham. Eles tinham qualidades extraordinárias, que causavam inveja e terror aos deuses. Por causa disso, estes últimos acabaram por separar as esferas em duas metades, uma feminina e outra masculina, a fim de reduzir o seu poder. As metades passaram, então, a se procurar continuamente e, sempre que se encontravam, não queriam se separar nem por um minuto, ainda que não soubessem bem o que desejavam uma da outra (PLATÃO, 2007).

A ideia central aqui também é a de um estado original de completude, subsequente separação e da ânsia por uma (re)união, uma procura pela totalidade que fora perdida.



FIGURA 4 – Imagem do ser andrógino original, no detalhe de uma antiga ânfora grega.

Segundo Neumann (1990), também é comum que diferentes povos e religiões apresentem a gênese relacionada ao advento da criação da luz. Isso se refere claramente à criação da consciência e aparece em contraste com as trevas do inconsciente, que reinaram até então. Diz respeito também à luz que ilumina e, portanto, traz à existência os opostos.

Os céus que estão acima de nós e a terra que está debaixo de nós são os geradores dos homens e a origem de todas as coisas. Porque antes os céus jaziam sobre a terra e tudo era trevas. Eles nunca eram separados. E os filhos do céu e da terra procuravam descobrir a diferença entre luz e trevas, entre noite e luz; porque os homens tinham se tornado numerosos mas a escuridão ainda continuava.

Mito de criação Maori, citado por Neumann (1990)

Examinemos mais detidamente os mitos gregos referentes às três primeiras gerações de deuses, que culminam com a formação do Olimpo e onde vários desses aspectos e elementos também ganham expressão.

Na Teogonia, ou Genealogia dos Deuses, poema mítico cosmogônico escrito por Hesíodo no século VIII a. C., Urano e Geia encontravam-se, no início, em permanente relação ou abraço nupcial, sendo Urano a personificação do Céu, enquanto elemento fecundante, e Geia, a Terra fecundada. Tal como narra Brandão (1999), dessa união nasciam filhos, que, no entanto, eram devolvidos ao seio materno pelo pai, provavelmente temeroso de ser por eles destronado. Descontente com tal situação e querendo libertar os filhos, Geia pediu a estes que a livrassem do esposo. Crono, o caçula, por odiar o pai, foi o único a aceitar a tarefa, recebendo, então, da mãe uma foice, instrumento sagrado cuja função era ceifar sementes.

Quando à noite Urano se deitou sobre a esposa, Crono cortou-lhe os testículos. O sangue do ferimento de Urano, no entanto, caiu sobre Geia, fertilizando-a. Os testículos foram lançados ao mar e formaram com a espuma que saía do membro divino uma "espumarada", da qual nasceu Afrodite. Céu e Terra foram assim separados.

A partir da experiência da unidade primordial e da impossibilidade da criação e produção de frutos, os filhos, a trama é marcada depois pela insustentabilidade de tal condição e pelo conflito que leva à separação do todo único em seus elementos componentes. O nascimento de Afrodite, deusa da beleza e da fecundidade e divindade que corporifica o amor, marca o final dessa parte da trama com uma primeira possibilidade de reencontro dos opostos (BRANDÃO, 1999).

Numa segunda geração de deuses, Crono casa-se com Reia. Aqui o próprio pai, Crono, devorava seus filhos tão logo nasciam. Por causa disso, ao engravidar mais uma vez, Reia também se insurgiu perante a ameaça, percebendo o risco infligido à própria sobrevivência da espécie. Buscando o conselho de sua mãe, Geia, a Terra primordial, Reia recebeu a orientação de enganar Crono no momento em que desse à luz. O plano era envolver uma grande pedra em panos e entregar ao pai como se fosse o nascituro. Ao mesmo tempo, ao parir o filho, Reia deveria afastar-se e deixá-lo ao encargo de outras criaturas, que iriam cuidar dele e protegê-lo.

Colocando o plano em ação, Reia deu à luz Zeus em uma caverna do monte Ida. Apoiada no momento do parto nos contrafortes da montanha, os dedos de Reia afundaram na terra e de seus prolongamentos nasceram criaturas protetoras dos campos e montanhas, os Dáctilos. Estes ajudaram a enganar Crono, fazendo um barulho ensurdecedor para que o pai não escutasse o choro da criança. Zeus foi cuidado por uma ninfa, Almateia, e alimentado com leite de cabra e mel (ALVARENGA, 2007).

Vemos nesta etapa mais espaço entre as criaturas. O mundo já existe com céu, terra, montanhas, mar e campos. A trama envolve o encontro e o conflito entre masculino e feminino, que estão dispostos agora neste cenário de maneira bem diversa. Outros personagens podem circular e interagir na trama central, pois o mundo torna-se mais complexo com o espaço criado. O desenvolvimento de Zeus se dá especialmente por meio de seus relacionamentos, “todos eles fenômenos funcionando como realidades estruturantes e construtoras de sua ‘personalidade’” (ALVARENGA, 2007, p. 50).

Depois do nascimento, Hera, irmã de Zeus, pediu à mãe para cuidar dele. Levou-o, então, para Creta, onde continuou contando com a ajuda de Almateia para protegê-lo. Zeus e

Hera moravam no Olimpo e depois se escolheram como esposos. Spessoto (2007) destaca o momento em que Zeus tenta seduzir Hera, aparecendo-lhe inicialmente como um pequeno pássaro desajeitado. Estando já em seu colo, deixou o disfarce e tentou possuí-la. Hera só parou de lutar contra a investida de Zeus quando conseguiu que ele firmasse com ela o compromisso do casamento. Este pacto fez de Hera a deusa protetora do matrimônio.

A união de Zeus e Hera possui muitos aspectos interessantes. Primeiramente é um casamento, talvez o único na mitologia grega, de iguais – os irmãos. Também é caracterizado por inúmeros conflitos. Zeus possuía outras esposas e paixões, enquanto Hera costumava andar sozinha, recolhida em si mesma, sendo, no entanto, alvo do assédio de vários outros seres, o que despertava enormes ciúmes em Zeus.

Ao mesmo tempo em que se vê uma organização surgir no processo de evolução criadora, em que as polaridades compactuam, se integram e produzem uma governança com a parceria homem-mulher (SPESSOTO, 2007), aparecem também caminhos mais individuais, interesses próprios e particulares, paixões e desejos diferenciados vividos por cada um dos protagonistas. As oposições ganham destaque, ao mesmo tempo em que fortes conflitos são vividos por conta da própria busca de conjunção dessas polaridades.

Embora Zeus seja frequentemente retratado como infiel, e Hera, como vingativa, é preciso deixar o âmbito das aparências e mergulhar nos aspectos constitutivos e nos atributos presentes no mito (SPESSOTO, 2007). Trata-se aqui de um processo de desenvolvimento que teve início no hierogamos sagrado, no estado de união completa, e que depois progrediu desde a separação original até o momento de uma nova união, manifestando então os aspectos polares, que passaram a assumir características particulares e identificatórias.

Mais especificamente, no mito se expressa a evolução das funções e significados da experiência humana da união amorosa, com os seus vários aspectos: a sensação de incompletude, a busca pela união, o encontro de polaridades, a complementariedade, a resolução de conflitos na tentativa de viver uma (re)união.

Ora, Jung buscou, na maior parte da sua obra, as relações existentes entre indivíduo e sociedade e entre a natureza e a cultura. Assim, ele apresentou a psique não apenas como uma dimensão do indivíduo humano, mas de toda a humanidade e da cultura em geral. Buscando as relações entre indivíduo e cultura e concebendo que o indivíduo tanto sofre influência e é fruto

da cultura como participa dela e a produz, Jung entendeu que existe aí uma relação dialética. Dessa maneira, ele apontou com grande ênfase que não é possível isolar essas diferentes instâncias, mas que elas mantêm um relacionamento intrínseco e muito próximo e que nada do que é vivenciado intrapsiquicamente pode ficar indiferente ao que é intersíquico e vice-versa² (FREITAS, 2009).

Para Neumann (1990), que deu continuidade ao estudo e à exploração desse campo de conhecimento aberto por Jung, o principal constituinte da mitologia é justamente uma série de arquétipos, e estes arquétipos mantêm uma relação entre si e se apresentam em estágios que se sucedem e também se sobrepõem³. Tais estágios representam, por sua vez, etapas do processo de desenvolvimento da consciência.

Disso resulta, como já apontara Jung, a concepção de uma relação de certo paralelismo entre ontogênese e filogênese. Ou seja, os processos que têm lugar na história da humanidade possuem etapas correspondentes, em certo grau, na vida de cada ser humano. Pode-se dizer ainda que a evolução da consciência que se deu ao longo da história da humanidade é percorrida também por cada indivíduo em seu processo de desenvolvimento (JUNG, 1928-2008; NEUMANN, 1990).

Neste trabalho, os mitos estão sendo tomados, portanto, como expressão de aspectos da psicologia profunda do ser humano de qualquer época e, portanto, também do homem e da mulher contemporâneos. O que buscamos aqui observando as imagens míticas é, a partir desse material simbólico, encontrar e destacar conexões que possam ajudar na compreensão de mecanismos e processos de vida e do desenvolvimento do ser humano, seja no âmbito coletivo – observando, por exemplo, a conjugalidade nos tempos atuais –, seja no âmbito individual – tomando como foco as experiências que indivíduos em particular têm em suas relações afetivas e conjugais –, sem perder de vista que esses escopos, como já mencionado, são indissociáveis.

Retomemos, então, a afirmação de Neumann (1990) de que os mitos de criação, com suas imagens relativas à união dos pais originais – Mãe Terra e Pai Céu –, representam o estado inicial de evolução da consciência, o estágio em que o ego se encontra como que contido no inconsciente. Na história da humanidade, este é o momento em que o ego e o homem ainda estão em estado nascente. No nível ontológico da história do ser humano, isso corresponde ao

² Introduziremos mais adiante neste trabalho a ideia de Hillman (1993) de que é preciso ampliar o olhar para além dos âmbitos intra e intersubjetivo e incluir também o mundo como foco da compreensão dos fenômenos humanos a que se propõe a psicologia. No entanto, por ora não entraremos nesta questão.

³ A ideia de sobreposição dos estágios ganha maior ênfase em Whitmont, mas achamos importante já mencioná-la aqui.

período da infância, quando mundo e psique ainda são uma só coisa. Nas palavras do autor: “Não há ainda um ego reflexivo e autoconsciente capaz de remeter tudo a si mesmo, isto é, capaz de refletir. A psique não apenas se encontra aberta ao mundo, mas ainda é idêntica e indistinta do mundo; ela conhece a si mesma como mundo e no mundo” (NEUMANN, 1990, p. 26). Isso corresponde à nostálgica fase da *uroboros*, do redondo original.

Esse estágio inicial também está relacionado ao círculo, à esfera, ao *rotundum* da alquimia. Estes não têm começo nem fim, nem antes nem depois, nem em cima nem embaixo. Segundo Neumann (1990), são o estado perfeito, onde os opostos estão unidos. E a perfeição existe tanto naquilo que repousa em si mesmo quanto naquilo que circula em si. O repouso absoluto que aí vive contém ao mesmo tempo o lugar de origem e o final. O fim também é o estado de perfeição, onde os opostos voltam a se juntar numa síntese, e o mundo encontra-se novamente em repouso. Aqui temos como símbolo a cobra circular, o dragão primal, o animal que morde a própria cauda, todas estas figuras sem começo nem fim.



FIGURA 5 – Uma das representações da uroboros. Gravura de Michael Maier, de 1618.

Como dito, isso corresponde a um período de evolução da consciência, período em que, segundo Whitmont (1995), a humanidade estava mergulhada numa consciência matriarcal, mitológica e mágica, no sentido de ser pré-verbal, simbiótica e unitária.⁴ Esse período matriarcal, ou ginecolátrico, como o nomeia o autor, se estendeu provavelmente da remota Idade da Pedra até a Idade do Bronze, tendo se encerrado em algum momento do segundo milênio antes de Cristo.

Durante essa época, o mundo era um mundo “mágico”⁵ e governado pela Grande Deusa. Esta figura representa uma espécie de totalidade andrógina da existência, onde os opostos, como o crescimento e a decadência, vida e morte, estão inclusos num mesmo

⁴ Os termos “matriarcal” e “patriarcal” se referem a valores mais psicológicos do que sociológicos, sendo que esses aspectos da psique têm mais importância do que as posições do homem e da mulher, pai e mãe, dentro das regras das sociedades matriarcais e patriarcais. Dito de outra maneira, a posição social de um e de outro genitor é, neste contexto, secundária, mera expressão daquilo que é arquetipicamente feminino ou masculino.

⁵ Ao usar o termo “mágico”, Whitmont observa que ele não se refere a uma mera manipulação de forças, tal como definimos mágica usualmente, mas a uma forma particular de consciência, que lida diretamente com as energias instintivas e afetivas nesse campo de uma realidade unitária.

continuum. No nível mágico, só existe o aqui e agora que tudo contém, sendo que passado, presente e futuro não estão diferenciados. Também não há dentro e fora, nem corpo e mente, nem o eu e o outro.

É apenas com a nossa consciência patriarcal, a qual irá se desenvolver depois, que iremos separar os mundos interior e exterior. A experiência subsequente, que é masculina, tem como característica a descontinuidade, o contraste e a oposição (WHITMONT, 1995).

Lembrando-nos do símbolo da luz que se apresenta com frequência nos mitos de criação, podemos aqui entender o que afirma Neumann (1990) quando diz que “somente à luz da consciência pode o homem reconhecer; e esse ato de cognição, de discriminação consciente, divide o mundo em opostos, tendo em vista que a experiência do mundo só é possível por meio dos opostos” (p. 88).

O homem deixa o estado de *participation mystique* e se lança na experiência solitária de um ego separado, que já não mais pode experienciar simultaneamente o fora e o dentro. É o nascimento do homem como personalidade.

O que principalmente nos interessa averiguar aqui é se, tal como aponta Neumann (1990), “todos os símbolos com que o homem buscou captar o princípio em termos mitológicos encontram-se tão vivos hoje quanto sempre estiveram” (p. 29), que tipo de atuação eles têm em nossa época.

Como diz o autor citado, tais símbolos continuam presentes nos tempos atuais em fenômenos coletivos, como na arte e na religião, mas também se expressam em processos vivos da psique individual. Sendo assim, se a realidade correspondente aos diferentes estágios evolutivos que se expressam nos símbolos dos mitos que percorremos pode operar como um fator transpessoal na base coletiva da psique e, portanto, ser “relembada” na estrutura psíquica de cada indivíduo, para quais experiências ela aponta ou quais comportamentos influencia ou determina nos dias de hoje e nas diferentes etapas da vida? Mais especificamente, o que é vivido nesse sentido tanto pela humanidade quanto pelo indivíduo moderno sendo projetado na busca da união com outro ser, a qual se dá pelo vínculo amoroso?

Neste ponto consideramos importante observar o percurso da experiência do casamento ao longo da história da humanidade. Segundo Whitmont (1995), é justamente a expressão e a projeção das lutas internas, individuais e coletivas, que dá ensejo àquilo que

chamamos de *processo histórico*. Assim, ao apresentar a seguir os fatos históricos relativos à conjugalidade, estamos mais uma vez interessados principalmente naquilo que eles deixam entrever do âmbito dos processos psíquicos e do caminho de desenvolvimento da consciência do ser humano.

1.3 O CASAMENTO EM SEUS ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS

1.3.1 CASAMENTO E CONJUGALIDADE NO MUNDO

Como já mencionado, historicamente o casamento é uma das mais antigas instituições das sociedades humanas, sofrendo inúmeras transformações de acordo com o contexto das diferentes épocas, culturas e sociedades.

Resumidamente e detendo-nos apenas na experiência ocidental, na Roma Antiga, a família englobava todo o grupo social sob o poder de um chefe, incluindo, portanto, sua mulher, filhos, escravos e servos (RIBEIRO, 2005).

Já na Idade Média, o casamento significava um arranjo feito por escolha das famílias e consistia numa espécie de negócio, cujos principais objetivos estavam relacionados à segurança e à subsistência. A união se justificava por questões como a divisão sexual do trabalho e a necessidade do grupo sobre bens essenciais para a sobrevivência, que costumavam ser, então, bastante escassos. Esses objetivos determinavam uma série de regras que acabaram dando origem aos contratos de casamento. A sexualidade fazia parte da aliança firmada, mas tinha apenas fins de reprodução. Escolha e paixão não pesavam sobre esses contratos (ARENDETT, 1991).

Segundo Roudinesco (1994), este é o primeiro dos três grandes períodos da evolução da família, o qual a autora caracteriza da seguinte forma:

[...] a família dita “tradicional” serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são então arranjados pelos pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, em geral unidos em idade precoce, seja levada em conta (p. 19).

Também segundo Azevedo (1993), nessas famílias antigas não se via o caráter de afetividade tal como o conhecemos hoje. As vidas afetiva, social e profissional ainda não estavam muito bem separadas e transcorriam de forma relativamente indiferenciada no contexto mais amplo da comunidade. Embora o amor e a paixão fossem vividos e tivessem lugar na existência, eles estavam mais destinados aos amantes ou às relações fora do matrimônio.

Para Whitmont (1995), nesta época, o amor como anseio romântico, pessoal ou espiritual ainda não existia. A força de Eros atuava essencialmente no aspecto físico do desejo pela união e estava a serviço das necessidades práticas de formação do lar e da família. Quando algo diferente disso se manifestava, como na ânsia amorosa de uma experiência romântica, tal fato era considerado uma grande calamidade ou um mal – como o amor de Tristão por Isolda, efeito de um envenenamento.

Foi só no final da Baixa Idade Média, por volta do século XII, que surgiu a experiência do amor cortês, aparentemente a primeira manifestação do amor tal como o conhecemos hoje. Ele nasceu com os nobres trovadores na região de Provença e logo se espalhou por outras partes da Europa.

Sem dúvida o afeto existia em épocas anteriores. No entanto, a paixão então experimentada por estes jovens era algo muito novo. Ela era arrebatadora e incluía uma dimensão espiritual, vivida na elevação produzida pelo encontro com a mulher amada. Tratava-se de um amor idealizado, platônico, em que o sentimento devia permanecer puro, e o impulso sexual, sublimado. O objeto precisava permanecer inacessível. Embora essas aspirações não fossem uma invenção da época, elas eram revolucionárias enquanto movimento mais global e deram origem ao romantismo. O amor passou a ser cantado pelos trovadores. Na impossibilidade de ser de fato vivido, assumiu formas poéticas e imaginativas transbordantes e cheias de idealização (LINS, 2005).

Whitmont (1995) não entende o amor cortês como a experiência de um amor platônico puro e simples, mas identifica nele uma disciplina do erotismo assemelhada a outras práticas erótico-religiosas secretas, como o tantra indiano, por exemplo. Ele diz que nos ritos do amor cortês, em que a dama é colocada como uma recompensa suprema e deve permanecer por bastante tempo inatingível, busca-se transcender a mera conquista terrestre. Isso pode ser comparado ao ritual tântrico, cujo intento não é a procriação nem o prazer físico, mas a transformação psíquica e do corpo sutil.

Na massa da experiência concreta cotidiana da maioria das pessoas da época, no entanto, a ideia de que a união com o cônjuge para sentir prazer era pecado mortal ainda prevalecia. A busca do prazer ligada à finalidade de procriar era aceita, mas o prazer puro e simples era condenado de forma avassaladora pela Igreja. Embora esta já levasse em consideração as dificuldades dos casais sobrecarregados com um grande número de filhos e de uma certa forma admitisse o “amplo contido”, ou seja, o coito interrompido, como método contraceptivo da época, a ideia do prazer como algo condenável ainda era fortemente imposta.

A questão da sexualidade tornava-se cada vez mais complexa. O próprio coito interrompido passava a ser um problema comumente levado aos confessoriais, e até mesmo as posições para a relação sexual conjugal tornaram-se um assunto muito discutido e a respeito do qual havia recomendações estritas. Admitia-se para os esposos a chamada “posição natural”, a mulher deitada e o homem por cima dela, mas outros arranjos, como o *more canino*, que se assemelha ao coito dos animais, e o *mulier super virum*, em que a mulher se coloca sobre o homem e assume um lugar superior e mais ativo na relação, eram completamente condenados, assim como outras performances eróticas mais ousadas. Dizia-se que eram contrárias à natureza humana, que privilegiavam o prazer e não a procriação e que invertiam os papéis do homem e da mulher, tal como estes eram estabelecidos pelas regras sociais da época (PERROT; ZEMON DAVIS; FARGE, 1994).

Claro está que isto se relaciona com a visão que a Igreja tinha de que a mulher deveria se manter como um ente passivo, ideia que se vinculava, por sua vez, à arraigada concepção de que a humanidade havia sido castigada sucessivas vezes porque as mulheres eram tomadas pela loucura e, então, seduziam e abusavam dos homens (DIBIE, 1988; LINS, 2005).

Essas questões iriam ganhar maior movimentação nos séculos seguintes. O fato é que, em função das características que ainda prevaleciam nessa época, as famílias eram constituídas, então, por um enorme grupo de pessoas. Isso determinava outras várias características. A vida das crianças, por exemplo, não estava especialmente ligada à de seus pais, mas se diluía no grupo, numa vasta gama de figuras adultas que se incumbiam de sua instrução e cuidados. Também se atribuía pouco valor à privacidade e ao ambiente doméstico (ARENDETT, 1991).

A segunda metade do século XVIII inaugurou profundas transformações tecnológicas e sociais na Europa. Os ideais de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* da Revolução Francesa e todo o movimento político e cultural que eclodiu na Europa nessa época contribuíram para transformar radicalmente a posição do homem e da mulher no mundo (RIBEIRO, 2005).

Também a Revolução Industrial promoveu mudanças profundas. Com a industrialização passou-se do sistema de produção agrário e artesanal, que acontecia dentro ou muito próximo das casas, para aquele realizado nas fábricas, longe, portanto, das aldeias e das moradias. Instalou-se a produção em série, feita por meio das máquinas e com base na existência de um detentor dos meios de produção. Isso tudo fez com que o trabalhador deixasse de ter domínio sobre o seu tempo e se tornasse um operário, o que provocou profundas mudanças na concepção de homem e de mundo, bem como na própria estrutura da vida pessoal e familiar dos indivíduos.

Se antes as famílias mantinham uma grande massa de sociabilidade sem que constituíssem um espaço doméstico muito delimitado e permaneciam a maior parte do tempo fora de suas casas ou com muitas pessoas dentro delas, agora isso iria definitivamente se modificar. Ao invés de uma vida mais constantemente vivida junto à coletividade, com inúmeras atividades laborativas, festivas e de proteção da vida e da honra realizadas junto ao grupo social, começou a se definir uma distinção clara entre os âmbitos público e privado e este último passou a ter relevância (RIBEIRO, 2005).

Outra transformação importante foi que, com o deslocamento do processo de produção e o afastamento do homem da sua casa, modificaram-se as divisões das tarefas domésticas. Organizou-se uma nova divisão sexual do trabalho, na qual o homem se incumbia do mundo público, e a mulher, do mundo privado, assumindo estas últimas uma responsabilidade quase exclusiva com o cuidado e a educação das crianças (BURDON, 1998).

Surgiram, então, as práticas pedagógicas e, com elas, a escolarização e a concepção da infância como uma etapa da vida que se distingue das demais (ARIÈS, 1981), bem como a preocupação com a igualdade de oportunidades para os filhos. Estes passaram a ter um vínculo forte com os genitores e começaram a ser herdeiros não só do patrimônio material, mas também da moral, da formação e das profissões da família – do pai, em especial.

Ariès (1981) aponta que foi no decorrer desse período que se consolidou o modelo da família nuclear burguesa, que prevaleceria durante muito tempo, especialmente nas sociedades europeia e norte-americana.

Para Roudinesco (1994):

[Nessa] segunda fase, a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento (p. 19).

Assim, ocorreram nessa época significativas mudanças no que diz respeito à sexualidade. Passou a haver uma maior experimentação dos papéis do homem e da mulher na vida sexual e definitivamente surgiu a possibilidade de se tomar decisões sobre a própria experiência da sexualidade, bem como sobre o controle do número de filhos.

O casamento por amor foi, aos poucos, ascendendo em uma escala de importância social até a era moderna, quando se estabeleceu como regra básica e motivo central das uniões matrimoniais. A partir do século XVIII, a união de homens e mulheres começou a se orientar mais por laços de afinidade e atração, e a sexualidade passou a ser uma experiência voltada à busca de prazer dentro dessas relações. Pautado então no amor-paixão, o casamento moderno enfrenta desde então o desafio de redefinir expectativas e idealizações a respeito do parceiro e do que a vida conjugal pode prover (ARIÈS, 1987).

Este é, em grande parte, o foco deste trabalho, e iremos nos aprofundar em aspectos dessa questão ao longo de toda a pesquisa. Por ora é importante atentar, no entanto, para a transformação que se operou no contrato conjugal, que deixou de estar baseado em questões mais objetivas, como a manutenção do patrimônio e a divisão do trabalho, para se erguer sobre os pilares da afetividade, interesse mútuo, afinidades subjetivas, projetos, concepções e estilos de vida em comum, bem como no erotismo e na vida e nos desejos sexuais, todos esses fatores que, como o amor-paixão, mudam ao longo do tempo.

Para Roudinesco (1994), chegamos ao terceiro e mais recente período de evolução da família, que a autora caracteriza da seguinte forma:

Finalmente, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita “contemporânea” – ou “pós-moderna” –, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou de realização sexual. A transmissão de autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam (p. 19).

Singly (2007) também identifica a transição entre os dois tipos de família que ocorre no século XX. Sua descrição dessas duas estruturas deixa mais evidentes a dicotomia entre o grupo familiar e o indivíduo e as mudanças que aí acontecem.

Para esse autor, num primeiro momento, ou seja, no período que vai do início do século XX até os anos sessenta, a família se caracterizou por sua lógica de grupo e tinha como amálgama o amor e a afeição. O grupo estava estruturado em torno da conjugalidade, que era construída, por sua vez, com base nas atribuições diferenciadas por gênero e na filiação.

Depois disso, a partir dos anos sessenta, surgiu, mesmo dentro do grupo familiar, uma ênfase na individualização e nos interesses pessoais. Em outras palavras, a importância dada até então ao grupo se deslocou para os membros do grupo. A família era ainda um espaço privado, mas agora sua organização estava a serviço dos indivíduos.

Essa mudança foi perceptível em fatores como as alterações das funções diferenciadas por gênero, a maior independência das mulheres, a possibilidade do divórcio, bem como no fato de realizações pessoais e a experiência do amor serem condição para a continuidade dos relacionamentos. Na relação com os filhos, ela se refletiu em negociações sobre as necessidades das crianças e no respeito às suas naturezas. Surgiu, então, a ideia de que os filhos não podem ser moldados segundo as escolhas dos pais e eles deixaram de ser meros herdeiros dos valores familiares (SINGLY, 2007).

Tudo isso em muito se assemelha às conclusões de outro importante estudioso europeu, Giddens (1995), que fala do surgimento, no período que ele denomina de alta modernidade, das experiências do “amor confluyente” e do “relacionamento puro”. O primeiro refere-se ao amor igualitário, em que acordos podem ser sempre renegociados pelos parceiros e que é centrado na satisfação mútua. O segundo diz respeito ao fato de que os parceiros podem estar numa relação apenas pela própria relação em si, e não em função de obrigações sociais, por exemplo. Ou seja, as pessoas começaram, nessa época, a poder manter um relacionamento em função simplesmente daquilo que poderiam derivar dele e o sustentariam apenas enquanto considerassem que extraíam dali satisfações suficientes para tanto.

Discutindo as transformações da intimidade, Giddens (1995) também enfatiza as relações igualitárias, em que as diferenças de gênero começaram a ter cada vez menos lugar na conjugalidade, bem como o fato de que o amor passou a ser condição para a permanência dos laços conjugais, o que dissolveu as obrigações tradicionais cunhadas nas diferenças de funções entre os parceiros.

A relação amorosa ganhou então um lugar de importância na busca da identidade do sujeito na modernidade, sendo esta validada também pela descoberta do outro-parceiro. A partir disso, o indivíduo moderno mais fragmentado procura preencher um possível sentimento de vazio por meio do relacionamento afetivo. A vida com sentido passa a existir no diálogo e nas trocas com outras pessoas significativas, mas estas precisam ser reconhecidas agora como indivíduos com vida e interesses próprios (GIDDENS, 1995).

Todos esses processos irão se manifestar, é claro, em alterações no estilo de vida e em novas dinâmicas da vida familiar. Também a configuração das casas que abriga essas experiências irá se alterar, surgindo, por exemplo, espaços mais individualizados, uma nova divisão do ambiente etc. Esses tópicos serão abordados no capítulo 2.

Por ora, ainda gostaríamos de focar, mesmo que de forma breve, o percurso histórico do casamento e das famílias no Brasil.

1.3.2 CASAMENTO E CONJUGALIDADE NO BRASIL

Muitos historiadores, sociólogos e antropólogos têm apontado que no Brasil se destacou a configuração da família patriarcal, tal como foi caracterizada por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*, de 1933, e *Sobrados e mocambos*, de 1951, tendo sido esta a construção preponderante da sociedade colonial e que perdurou também na história moderna e contemporânea brasileira.

Da Matta (1987) define o “modelo patriarcal brasileiro” como sendo a “parentela de mais de duas gerações, com agregados, que age de modo corporado quando em crise, que possui chefia indiscutível, bem como recursos de poder que o grupo cuida de manter e distribuir com cuidado e decisão” (p. 119).

É claro que os portugueses, em sua chegada ao Novo Mundo, trouxeram consigo vários hábitos, costumes, orientações éticas, crenças religiosas e também sua forma de vivenciar o amor e as relações. Da mesma forma, a mentalidade patriarcal presente no espírito do colonialismo também se manifestou nas relações íntimas, onde questões de dominação e poder presidiram com a mesma intensidade o encontro entre os sexos. A esposa não poucas vezes ficava totalmente submetida e obediente ao marido, cuidando da casa e da cozinha e até mesmo servindo-o no que dizia respeito à vida sexual (DEL PRIORE, 2012).

Enquanto na Europa por volta do século XVIII emergiu com intensidade e exuberância o amor romântico e a família burguesa, na colônia permaneceram sem muita evolução o casamento como contrato e a visão do amor-paixão como luxúria e pecado da carne. Viveram fortemente aqui durante muito tempo algumas tradições portuguesas, como a de que o casamento era uma tarefa a ser suportada – “casa de pombos, casa de tombos”, dizia o provérbio popular – e o

princípio da igualdade na escolha do cônjuge – “casar e comprar, cada um com seu igual deve ficar”. Apenas a igualdade etária não era uma preocupação, sendo bastante comum que homens bem mais velhos desposassem moças muito jovens. No entanto, a igualdade social e “de condições” era regra prevalente nas uniões conjugais (DEL PRIORE, 2012).

Completando o quadro desse longo período, del Priore (2012) diz que os membros das classes mais pobres tinham, como os camponeses europeus, alguma liberdade de escolher seus cônjuges. Uma vez que não possuíam interesses políticos e econômicos, podiam deixar aflorar e viver seus sentimentos. Sendo assim, os concubinatos, mancebias e amasiamentos eram bastante comuns e neles era possível encontrar gestos amorosos e expressões de afeto entre os parceiros, ainda que muitas vezes de forma discreta no cotidiano.

É certo que havia também desde a época colonial outras estruturas familiares, que muitas vezes, sendo uma maior constante nas classes mais populares do Brasil colonial, serviam e sustentavam a existência das referidas famílias patriarcais (DA MATTA, 1987).

Não se pode omitir aqui como se deu, ainda, a experiência do amor e dos casamentos para aquela grande parcela da população brasileira que se constituiu e se constitui até hoje de nossos ancestrais africanos ou dos afrodescendentes. Os negros organizavam suas famílias buscando manter suas etnias. Apesar disso, nem sempre era possível casar com alguém da mesma procedência, em função da forma como eram feitas as vendas e negociações dos escravos. O casamento católico, conveniente aos senhores de escravos por questões de contenção de fugas e manutenção daquilo que consideravam seu patrimônio, foi, por conta disso, muitas vezes imposto aos cativos (DEL PRIORE, 2012).

Segundo Machado (2001), o modelo patriarcal prevaleceu e atravessou os séculos e acabou se combinando em tempos modernos com a família nuclear burguesa trazida também da Europa.

Muitos autores confirmam a importância de se manter um olhar para a diversidade das situações de classe no Brasil. Machado (2001), por exemplo, aponta que o casamento em São Paulo, no século XIX, era uma possibilidade e uma opção apenas para uma parte da população. Ainda que a Igreja tentasse argumentar a seu favor e apresentasse dogmas e ameaças de punição no caso de esse sacramento não ser seguido, o casamento se instituiu como costume mais evidente somente nas classes populares e nas mais ricas, e não tanto na classe média.

Ainda segundo Machado (2001), para a quase totalidade dos autores que tratam da família no Brasil, a força e o valor dado à parentela estendida e à família enquanto princípio instituidor de uma moral, de poder e de prestígio apareciam preponderantemente nas classes populares e também nas mais altas, bem como na elite política, sendo que para as primeiras o valor da família se alicerçava sobre um conjunto de regras de reciprocidade, obrigações e dádivas, e nas últimas sobre o exercício privilegiado do uso de recursos e de poder.

Assim, caberia às camadas médias a possibilidade de questionar e de ser mais refratária ao engolfamento pelo padrão e valores rigidamente atribuídos à família. Embora para essas camadas médias da população a família continue a instituir prestígio, isso se torna relativizado pelos valores mais individualistas pelos quais elas lutam.

Em contraposição a isso, da Matta (1987) afirma que o valor do casamento e da família e o prestígio que ela oferece aos indivíduos podem ser reconhecidos no Brasil em toda a extensão da sociedade. A falta da família desperta a priori pena e desprezo, e uma atitude de renegar o grupo familiar provoca antipatia.

O valor da vida conjugal e familiar está, para esse autor, diretamente relacionado ainda com o valor metafórico da casa, sendo o universo dos indivíduos ordenado entre o “mundo da casa”, que é distinto, oposto e particular, e o “mundo da rua”, aquele da universalidade dos direitos, mas também da impessoalidade.

Os aspectos profundos do casamento e das imagens a ele associadas, como os esposos, as núpcias, as alianças, a união sexual e o amor, a qualidade mítica e de mistério que muitas vezes essas experiências mobilizam, a presença delas em quase todas as culturas e ao longo dos tempos e outros pontos que tentamos abordar neste capítulo sugerem um poder transcendente da conjugalidade – mais precisamente da busca da união, da integração dos opostos – permeando a existência humana e nela atuando e conferindo um forte sentido e função.

Como dito na introdução deste trabalho, há uma curiosa e acentuada proximidade desses fenômenos da vida humana que são o casamento e a casa. Tal proximidade pode ser depreendida da origem etimológica de palavras como “casal”, que vem do latim *casalis*, “referente a uma casa”, e “casamento”, que também se origina numa palavra latina, *casamentum*, que se relaciona com casa e significa “terreno com uma habitação instalada”.

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (NASCENTES, 1955), de fato, “casar” deriva da palavra “casa”, sendo que a desinência *ar* indica o ato de, após o matrimônio, os cônjuges formarem uma nova casa, diferente e independente daquela de onde se originaram.

Da Matta (1987) também faz referência à relação entre as palavras casa, casamento, casadouro e casal, apontando que estas últimas expressam o ato relacional intrínseco ao espaço da moradia e da residência.

Assim, no próximo capítulo, vamos dirigir para a casa um olhar semelhante ao que até aqui dedicamos ao casamento, buscando observar qual é a experiência concreta e também simbólica que a humanidade tem dela e como isso vem atravessando os tempos. Uma vez que o nosso interesse é observar a construção da conjugalidade nos dias de hoje a partir da constituição dos espaços da casa, também estaremos atentos à conexão que essas experiências, casa e casamento, têm ao longo da história e em culturas diversas e o que isso pode revelar a respeito das experiências humanas mais profundas.

PARTE 2 – CASAS

*Os portugueses não entendem o nosso cuidado de varrer em
redor das casas. Para eles apenas faz sentido varriscar o
interior dos edifícios. Não lhes passa pela cabeça vassourar a
areia solta do quintal. Os europeus não compreendem: para
nós o fora ainda é dentro. A casa não é o edifício. É o lugar
abençoado pelos mortos, esses habitantes que desconhecem
portas e paredes. É por isso que varremos o quintal.*

Mulheres de cinzas, Mia Couto, 2015

2.1 A CASA, EXPERIÊNCIA ESSENCIAL DO SER HUMANO

Juntamente com a alimentação e o vestuário, a casa é um dos elementos cotidianos mais antigos da humanidade. Desde tempos imemoriais, precisando se proteger de um ambiente naturalmente hostil o homem buscou abrigos, de modo que pudesse estar em segurança. Precisou, dessa maneira, delimitar espaços e adequá-los às suas necessidades, de forma a garantir a sobrevivência e minimamente controlar os efeitos dos eventos ambientais.

À medida que esse abrigo foi deixando de ser um lugar provisório, encontrado muitas vezes de forma imprevisível e ao acaso, o homem passou a estabelecer com ele uma relação particular e mais especial. Criaram-se gradualmente vínculos não só com o espaço ocupado, mas com os elementos que o compunham, o que fez o ato de se abrigar evoluir para a experiência de *habitar*. Esta pressupõe uma relação mais íntima, profunda e essencial entre o homem e um lugar.

Segundo Rodrigues (2008), reconhecendo a nova relação que estabelecia com determinados espaços, o ser humano compreendeu que deveria domesticar, individualizar e até personalizar esses espaços. É desse processo que surge o conceito de casa, um lugar destinado a ser refúgio e proteção, mas que também passou a ser “um território de pertença e de identificação” (p. 30), para um indivíduo ou para um grupo de indivíduos, como uma comunidade ou uma família, por exemplo.

Casa – do latim *casa* ou *casae* – é o nome comum dado a todos os edifícios especialmente destinados à habitação. Possui também o significado de família, como em “casa d’Orleans” etc. Porém, como mencionado na introdução deste trabalho, estamos tomando a casa aqui, ao menos inicialmente, no sentido de “construção (...) destinada à habitação; moradia; residência; vivenda” (AULETE, 2015). Ou seja, a princípio e a título de aproximação ao tema, quando falamos de casa estamos nos referindo à edificação concreta, com suas divisões e espaços, móveis e objetos.

No entanto, esta é apenas como que uma porta de entrada. Não podemos nos ater a ela. A casa nos convida e nos presenteia com muitas outras imagens, significados e experiências. Como destaca Bachelard (1993):

(...) a casa é, à primeira vista, um objeto rigidamente geométrico. Somos tentados a analisá-la racionalmente. Sua realidade inicial é visível e tangível. (...) Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade. Abre-se então, fora de toda racionalidade, o campo do onirismo (p. 64).

Corroborando com este ponto de vista, da Matta (1985) diz que a casa, que normalmente aparece nos estudos sociológicos e antropológicos muito mais como palco, um mero local físico, onde atores – os membros integrantes das famílias e outros personagens – encenam seus dramas, é muito mais do que isso. Para este autor, a casa é um “espaço moral” (DA MATTA, 1985, p. 16), onde grupos heterogêneos de pessoas se integram. Assim, a casa não pode ser apreendida por meras medidas tomadas com instrumentos métricos, mas é um espaço que só se define e se deixa capturar com precisão quando tomada em suas relações.

Para Bachelard (1993), é o próprio indivíduo que se “unifica” na casa. Ele aponta que a casa é uma das maiores forças de integração do homem. Do seu ponto de vista de filósofo e fenomenologista, a casa, abrigando o devaneio, conecta pensamentos, lembranças e sonhos, bem como o passado, o presente e o futuro, além de dar um sentido de continuidade e contingência. “Sem ela, o homem seria um ser disperso”, diz o autor (BACHELARD, 1993, p. 26).

Abordaremos ainda esses pontos ao longo deste capítulo. O convite agora é justamente adentrarmos este campo, em seus recantos, cômodos e também símbolos e mistérios. Já vimos nesta pequena introdução que o fenômeno “casa” é bem mais amplo que a mera construção física. Então, do que se trata de fato essa entidade?

Sabemos que no nascimento, ao deixar o ventre materno, a criança precisa como que de um outro envoltório que substitua este *habitat* inicial e que lhe dê proteção e ofereça as demais condições necessárias para a sua existência e desenvolvimento. Este lugar é a casa.

Podemos afirmar que tanto a família quanto a casa são originalmente um “lugar” de descanso, proteção e refúgio, uma guarida contra um mundo externo hostil. Nelas, pode-se viver a intimidade e outras condições favoráveis à existência e ao desenvolvimento humanos.

Segundo Mandelbaum (2011), a família se constitui como o lugar em que as pessoas podem parar, dormir e comer, expressar a intimidade, se proteger e se abrigar de obstáculos, sendo provável que em todos os momentos e em todas as sociedades os seres humanos, organizados em grupos familiares, independentemente do arranjo que estes assumiram,

tenham procurado justamente satisfazer tais necessidades. Tal afirmação, feita em relação à família, pode facilmente ser aplicada à casa, evidenciando a conexão entre ambas.

Esses lugares existenciais primários, do útero à casa, embora indiscutivelmente distintos em termos conceituais e formais, coincidem no que diz respeito ao caráter de abrigo, intimidade, recolhimento, interioridade, acolhida, conforto, pertencimento e identidade (RODRIGUES, 2008). É nisso que o abrigo humano sobrepuja o abrigo de um animal e ganha as qualidades daquilo que ao longo da história acabou sendo denominado de lar.

Interessante assinalar neste ponto que em sua origem etimológica lar significa a pedra ou o local da habitação onde se acendia o lume, o fogo, tendo esta palavra dado origem depois a outro vocábulo que também reúne os significados de fogo e casa: lareira (LEMOS, 1989; RODRIGUES, 2016). Além disso, o local onde em tempos mais remotos o fogo era acesso era justamente no centro da habitação. Segundo Rodrigues (2016), foi o próprio fogo que motivou a construção das cabanas e das primeiras casas, erguidas então com a função de abrigá-lo em seu centro.

Isso nos remete ao mito de Héstia, deusa grega pouco conhecida na contemporaneidade. Ela raramente aparece personificada, mas é com frequência representada por um círculo, pelo fogo ou por uma chama.

Héstia foi a primeira dos doze filhos de Reia e Crono. Tal como já foi contado, este, temendo ser suplantado por seus filhos, engolia cada um deles logo que nasciam. Assim, Héstia, a primogênita, foi a primeira a ser engolida pelo pai. Foi também a última a ser retirada de suas entranhas, quando Zeus conseguiu banir Crono e inaugurar a era olímpica (BRANDÃO, 1999).

A única coisa que Héstia pediu ao irmão caçula foi a prerrogativa de manter para sempre sua virgindade. Zeus, agradecido pelo fato de ela evitar mais disputas e, assim, assegurar a paz no Olimpo, concedeu-lhe o privilégio de ocupar o centro de todas as casas e templos e ser a receptora das melhores e mais especiais oferendas (LIMA, 2007).

Assim, Héstia é muitas vezes identificada como o fogo do centro do mundo. No corpo costuma ser relacionada ao coração. Héstia traz calor e aquece e, em sua presença quase invisível, mas também imprescindível, vivifica, nutre e protege a vida (FREITAS, 2005; LIMA, 2007).

Segundo Freitas (2005), toda cidade grega tinha uma lareira comunal, onde o fogo público era sempre mantido e Héstia era reverenciada. Ela era venerada também no centro dos

templos e nas casas mantinha-se permanentemente um fogo aceso em sua homenagem. O lugar deste fogo na casa, uma espécie de lareira, era reverenciado e muito bem cuidado e, ao redor dele, a família se reunia para preparar o alimento, buscar calor e iluminação. De fato, todas as atividades, tivessem elas caráter prático ou simbólico, aconteciam ao redor do fogo.

Segundo Vernant (1990, apud LIMA, 2007), era ao redor da lareira de Héstia que uma pessoa estrangeira era integrada à casa, tecendo-se assim uma rede de alianças entre indivíduos e entre diferentes grupos.

A presença de Héstia também é responsável por tornar uma casa ou um templo algo mais do que uma simples construção. Nas palavras de Freitas (2005), com Héstia “o espaço torna-se ambiente psicológico, ganha alma...” (p. 5). Portanto, na experiência que o ser humano tem da casa, é a esta deusa que cabe o poder de transformar a construção concreta e fria em útero, ninho, berço, abrigo, concha e lar. É desta casa que contém a presença de Héstia, e também a centralidade e o fogo, que estamos tratando neste capítulo.

Tendo isso em vista, na próxima seção percorreremos uma vez mais uma trajetória histórica, agora a da casa. Tomar os aspectos aqui apresentados como sendo os fundadores do espaço doméstico e da origem do habitar e torná-los um tema-base da exploração teórica que vamos fazer tem a intenção de alcançar um melhor entendimento do que tem sido a experiência da casa para o ser humano até os dias de hoje.

Certamente a casa não foi sempre do modo como a conhecemos, nem em seu aspecto geral, nem em suas relações, subdivisões, dinâmicas, rotina e regras. Tudo isso é parte de um processo que acompanha vários outros aspectos da vida humana. Pretendemos apresentar pontos de confluência entre a casa e a vida familiar e conjugal e mais uma vez buscar aspectos subjetivos e símbolos que possam continuar nos revelando aspectos do nosso objeto de estudo, a conjugalidade nos tempos atuais.

2.2 A CASA NO TEMPO, UMA HISTÓRIA

2.2.1 CASAS NO MUNDO

Na Idade Média, quando havia uma disposição mais intensa e natural para se viver em comunidade e quando a maioria das experiências e as atividades mais importantes – como aquelas ligadas ao trabalho, às festas, à vida e à morte – eram estabelecidas na coletividade, as casas não mantinham qualquer traço de privacidade. Em geral, elas possuíam um só cômodo, o qual cumpria as mais diferentes funções ao longo do dia, da semana ou dos meses. Nele as pessoas cozinhavam, comiam, se entretinham e até mesmo dormiam (PERROT, 2011; RYBCZYNSKI, 1996; DIBIE, 1988).

Também era possível que algumas casas se constituíssem de alguns aposentos, mas estes não eram especializados do ponto de vista doméstico – com exceção da cozinha, nenhum deles tinha uma destinação específica e, ainda assim, não era raro que se cozinhasse na própria lareira da sala principal. Os cômodos, neste caso, se comunicavam entre si e eram dependentes uns dos outros, o que também não garantia privacidade alguma.

O fato é que a ausência de isolamento e de privacidade podia ser observada de forma geral. Aparecia tanto na pequena casa de uma família pobre, que se constituía como não mais do que um abrigo para dormir, quanto numa mansão da nobreza ou na casa de um burguês morador da cidade (RYBCZYNSKI, 1996; DIBIE, 1988).

Segundo Rybczynski (1996), embora as casas dos nobres e dos burgueses ricos, que já desfrutavam da prosperidade medieval, fossem maiores e mais confortáveis, elas serviam



FIGURA 6 – *Carnaval e quaresma*, Peter Bruegel, 1559

simultaneamente como moradia e também como local de trabalho, o que as tornava um lugar para onde simplesmente se estendiam as atividades coletivas.

Nessas casas, observava-se com frequência uma quase ausência de mobília. Às vezes, o que existia era tão somente uma enorme tapeçaria na parede, um banco ao lado

da lareira, alguns baús, que serviam ao mesmo tempo como lugar para guardar coisas e como assentos, e arcas, que além de terem essas mesmas funções também eram usadas como camas (DIBIE, 1988).

Um dos motivos para a simplicidade e a escassez de móveis na Idade Média era a mobilidade das pessoas e do próprio ambiente da habitação. Uma vez que a casa se constituía como um lugar público, com atividades bastante diversas, o ambiente era organizado segundo essa mobilidade interna e a necessidade constante de se adaptar a diferentes afazeres. Assim, os móveis também deviam servir a diferentes funções. Não havia, por exemplo, uma mesa de jantar. O que existia era uma mesa relativamente grande, a qual era usada para preparar o alimento, em seguida para comer, no momento seguinte para contar dinheiro e à noite para dormir (RYBCZYNSKI, 1996).

Outra característica que chama a atenção nas casas medievais é o movimento, o aperto e a algazarra. Estavam sempre apinhadas de gente, justamente pelo fato de elas serem ao mesmo tempo moradia e local de encontros públicos, destinados ao entretenimento ou a negócios. Importante observar que não havia na época o restaurante, o café, o hotel, o bar ou outros lugares públicos, onde amigos, clientes, protegidos ou mesmo a família pudessem se encontrar para conversar. Também não havia espaços destinados exclusivamente ao trabalho – nem para o juiz, nem para o comerciante, nem para o banqueiro, nem para o negociante – e, dessa maneira, tudo devia acontecer nos cômodos da casa em que se vivia com a família (ARIÈS, 1981).

Além de tudo isso, como mencionado no capítulo anterior, as famílias medievais eram muito numerosas. Além da família direta, consideravam-se como parte do grupo os empregados, aprendizes, amigos e afilhados, o que tornava comum que cerca de vinte pessoas ou mais habitassem uma mesma casa. Sendo assim, de fato era impossível que se conhecesse algo como a privacidade.

Ariès (1981) aponta ainda que, às pessoas da família, devemos acrescentar o movimento incessante das visitas. Estas ocupavam a casa de maneira muito destacada, chegando a determinar a rotina e o funcionamento da vida doméstica e ditando, por exemplo, o horário das refeições, do recolhimento etc. Não eram mandadas embora nem precisavam se preocupar em ter que deixar a casa num horário apropriado para o anfitrião.

O caráter das visitas não era muito bem definido. Elas eram de amizade e também profissionais e também podiam ser várias coisas simultaneamente – clientes, por exemplo, podiam ser ao mesmo tempo amigos e também devedores.

Saímos da Idade Média e atravessamos os séculos XV e XVI ainda com casas muito povoadas. Ariès (1981) as denomina “casas grandes”. Ele cita estudos da época, que demonstram que muitas vezes mais de trinta pessoas podiam coabitar numa mesma moradia e que as casas dos ricos abrigavam, além da família propriamente dita, uma multidão de outras pessoas: várias crianças, criados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares etc.

Essas grandes casas possuíam vários aposentos por andar e muitas janelas, que davam para a rua, o pátio ou um jardim. Mesmo não tendo o nome de hotel, funcionavam de forma semelhante e abrigavam verdadeiros grupos sociais (ARIÈS, 1981).

No campo, as casas pequenas também não haviam se desenvolvido muito. Evidentemente, eram meros abrigos para o descanso e eventualmente para a refeição, sendo que muitas vezes um dos cômodos era reservado aos animais. Segundo Ariès (1981), “essas casas pequenas e pobres não preenchiam nenhuma função social. Elas não podiam nem mesmo servir de lar para a família” (p. 30). Ele explica que sem um espaço mínimo que tornasse possível a vida familiar, o sentimento de família não podia se formar nem se desenvolver.

Mal alojadas e pobres, as pessoas que assim viviam possuíam vínculos elementares. Os jovens acabavam tendo que deixar muito cedo essa espécie de cortiço de cômodo único e emigrar para outros, casando-se cedo ou indo morar com um ou dois irmãos, ou alternativamente indo viver na casa grande de uma família, como aprendizes, criados ou empregados. Ariès (1981) destaca com isso a influência que o espaço da moradia exerce sobre a própria concepção do que é a família, bem como sobre a experiência e a dinâmica da unidade social familiar.

Os primeiros aposentos a guardarem alguma possibilidade de isolamento para seus usuários e ao mesmo tempo propiciarem atividades e trocas mais complexas e ricas surgiram apenas no século XVII e foram chamados, no início, exatamente de



Figura 7 – São Gerônimo em seus estudos, Dürer, 1511.

“privacidades”. Eles se assemelhavam ao cômodo pintado por Dürer um século antes, mas é importante apontar que tal experiência, rara na época em que foi retratada, só foi se tornando uma realidade muito gradualmente (RYBCZYNSKI, 1996).

No quadro estão retratados objetos pessoais, uma cadeira e uma mesa e podemos identificar o cômodo como uma espécie de escritório. Pouco a pouco as pessoas viriam a ter seu próprio quarto e conhecer aposentos que não fossem o salão público e de múltiplas funções. A reclusão que associamos ao trabalho da escrita e a outras atividades mais introspectivas iria surgir como experiência, sendo determinada e ao mesmo tempo determinando novas composições dos ambientes, bem como das atividades ali desenvolvidas (RYBCZYNSKI, 1996).

No século XVII, as casas ficaram, então, maiores e mais sólidas. Melhorias, como o uso do vidro, que se tornara mais acessível, lareiras, chaminés e outros confortos, começaram a aparecer, embora outros itens permanecessem precários. É o caso da iluminação, para a qual continuaram sendo utilizadas velas e lâmpadas a óleo. Uma vez que estes itens eram caros, logo que escurecia a maioria das pessoas ia dormir. Essa situação persistiu por muito tempo.

Também a higiene pessoal nessa época ainda acontecia de forma muito insatisfatória, pois o esforço necessário para se carregar água para casa, por exemplo, principalmente para os andares superiores que agora existiam, restringia os banhos e fazia com que o saneamento continuasse algo bastante rudimentar (RYBCZYNSKI, 1996).

O vazio medieval foi, aos poucos, dando espaço a cômodos onde se observava uma profusão de móveis. No século XVII, em função da melhoria das condições de vida, surgiu então um fascínio por esses elementos. Viam-se agora inúmeras cadeiras, cômodas, camas e arcas ocupando as salas e outros ambientes da casa (RYBCZYNSKI, 1996; DIBIE, 1988).

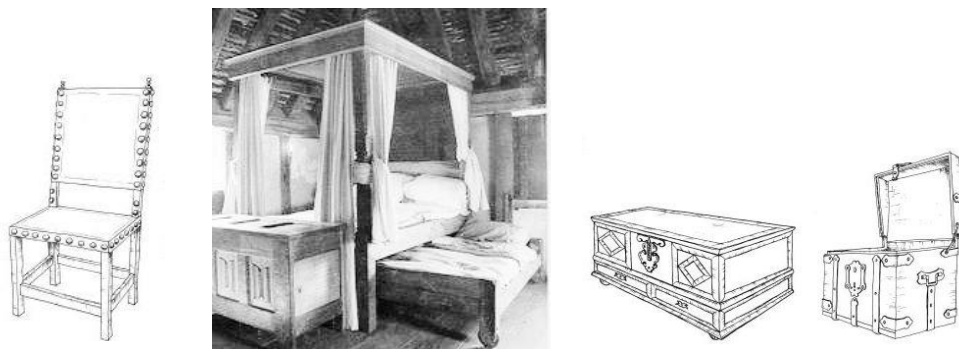


FIGURA 8 – Mobiliário do século XVII

Esta foi também a época da descoberta e do encantamento pelos baús. Havia de todos os tipos: os volumosos *cassapanche*, que ficavam próximos ao leito, servindo também de bancos; os *cassoni*, baús decorados destinados a guardar o enxoval; os *forzieri*, cofrinhos reforçados; e os *cassoncelli*, variedade do *cassoni*. Usavam-se também muitas caixas pintadas e decoradas, que eram expostas pela casa, em especial nos quartos. O fascínio pelos baús estava ligado à necessidade crescente de guardar bens e objetos de uso pessoal, que se tornavam mais numerosos também pela melhora da qualidade de vida (DIBIE, 1988).

A casa passou a ser especialmente identificada com a vida familiar. Surgiu o aluguel, por conta de uma mudança muito importante na vida social: as pessoas estavam deixando de viver e trabalhar em um mesmo local. Apesar de mercadores, artesãos e comerciantes ainda morarem na sobreloja de suas casas, muitos outros burgueses, como advogados, funcionários públicos e assim por diante habitavam casas que eram exclusivamente residenciais. O significado disto é que a casa estava se tornando um lugar de privacidade e que surgia, assim, o senso de intimidade.

Sem dúvida, este foi um processo gradual e dentro das casas ainda havia muito movimento. Os quartos viviam apinhados de gente e lotados com móveis. Numa cama podiam dormir várias pessoas. Também nesta época é que surgem as camas de baldaquino, com suas molduras de ferro e cortinas laterais, mas essa estrutura tinha muito principalmente a função de manter o calor do que propiciar privacidade a seus ocupantes (RYBCZYNSKI, 1996).

Perrot (2011) apresenta em seu livro *História do quarto* alguns relatos de pessoas que viveram nos séculos XVII e XVIII e que ilustram essas questões. Podemos observar nesses depoimentos elementos que compõem a transição de uma vida mais comunitária, que ainda se desenrola num espaço em comum, para a necessidade de delimitação dos ambientes e atividades. Tal delimitação começou a acontecer, mas era feita de forma sutil no início. Constituíam-se por demarcações invisíveis, como a disposição dos móveis ou regras disciplinares estritas, que ajudavam a estabelecer certas reservas e a intimidade.

Um desses relatos diz:

No único cômodo das casas pobres misturam-se todos os espetáculos, a miséria de cada um se expõe aos olhos de todos sem que nada possa ser feito. É assim que ao lado de minha avó agonizante meus sobrinhos clamavam a alegria de estar vivos e a agrediam com suas brincadeiras barulhentas, seus gritos. A vida continuava indiferente à agonia da velha senhora paralisada. Ela morre, enfim, ao chegar o inverno e cumprem-se todos os ricos habituais: parar o relógio, jogar fora a água da “bacia” – sem que se modifique o curso do cotidiano. Apenas fecham-se as cortinas do leito

na hora de comer. Na cabeceira da cama, uma vela acesa e um ramo de buxo velam o cadáver cuja rigidez surpreende a criança (GUILLAUMIN, E. apud PERROT, 2011, p. 49).

Mais do que qualquer inovação técnica ocorrida nas casas, para Rybczynski (1996), os eventos que tiveram importância destacada neste período foram mesmo as mudanças nos arranjos domésticos. Aos poucos, as crianças passaram a não dormir no quarto dos pais, ainda que ficassem na mesma cama que eles por algum tempo depois de nascerem. As casas se tornaram mais silenciosas, uma vez que o trabalho deixou de ser feito ali. Uma cena simples, mas muito significativa, pôde começar a ser vista no século XVII: um casal, um homem e uma mulher, sentados na cama a sós, conversando à luz de uma vela. Talvez tenha sido a primeira vez que marido e mulher se olharam como um casal.

Segundo Rybczynski (1996), antes que a consciência humana identificasse a casa como o centro da vida familiar, foi preciso haver a sensação e a experiência de privacidade e intimidade, que não eram conhecidas até então. Diz o autor: “O senso de intimidade doméstica que estava surgindo foi uma invenção humana assim como qualquer implemento tecnológico. Na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava apenas o ambiente físico, mas também a nossa consciência” (RYBCZYNSKI, 1996, p. 59).

Assim, com o aparecimento da vida familiar e da intimidade, as casas foram se modificando. Surgiram o corredor, a sala e os quartos, delimitando a privacidade, e funções dos diferentes espaços se definiram. Ocorreu a especialização dos ambientes, com a identificação de um lugar para dormir, outro para receber visitas, um terceiro para comer, o lugar de cozinhar etc. (RYBCZYNSKI, 1996; PERROT, 2011).

Segundo Azevedo (1993), uma casa com cômodos definidos foi provavelmente o marco mais significativo do surgimento da vida familiar e privada, que se separaram, então, da vida social. As trocas afetivas passaram a acontecer dentro da casa, e uma parte significativa da vida deixou de ser vivida na rua e na comunidade, para acontecer nesse novo espaço mais reservado.

Neste momento, criou-se definitivamente um compartimento separado para as atividades da cozinha. Os cheiros da comida passaram a ser considerados desagradáveis quando tomavam a casa e, assim, outro espaço foi destinado a seu preparo. Este nem sequer era adjacente à sala principal, mas em geral ficava distante, no lado interno oposto da casa. Surgiram também a sala principal, chamada de *salle*, uma grande área ou salão usado para comer e onde as pessoas se entretinham e recebiam visitas, o *chambre*, que era um quarto só

para dormir, o *garde-robe*, um quarto de vestir, e o *cabinet*, uma espécie de despensa. Todos esses eram cômodos grandes, com janelas e lareira e que eventualmente podiam ser usados para dormir (RYBCZYNSKI, 1996).

Apesar de a função principal do quarto estar ligada ao repouso e ao sono, esse cômodo ainda tinha um emprego diurno constante e diversificado. Para lá haviam se transferido tanto atividades mais reservadas, como ler e rezar, quanto aquelas que implicavam maior socialização, como trabalhar e receber visitas. São dois os motivos para isso: o primeiro é que o quarto era o lugar verdadeiramente confortável da casa; e o segundo é que ali as pessoas guardavam, controlavam e exibiam seus tesouros – joias, louças, papéis pessoais, livros etc. Para a mulher, em especial, o quarto passou a ser território constante para muitas atividades. Ali ela cuidava das crianças, costurava e conversava (DIBIE, 1988).

No térreo, estágio inferior, a sala, móveis simples e confortáveis: é, para o público, a amabilidade, a abordagem fácil. A cozinha dá para o pátio exterior: os pobres. A sala de jantar? Hospitalidade, via pública. O coração seria o quarto de dormir; por trás, os lugares onde se lançariam ódios, rancores, cóleras, todas as sujeiras.

Gustave Flaubert, no romance *Madame Bovary*



FIGURA 9 – Emma Bovary com sua filha Berthe, ilustração do livro *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert

Dibie (1988) aponta que as casas fortificadas e desprovidas de conforto dos séculos anteriores deram lugar a moradias mais abertas, mais espaçosas, construídas de tijolos ou pedras. Curiosamente, as fachadas começaram a ser embelezadas com lanternas, colunatas, ferragens diversas, frisos nas bordas dos telhados e outros ornamentos. Chama a atenção essa particularização e embelezamento das fachadas, uma espécie de desenvolvimento da identidade das casas.

O conforto também foi uma novidade importante no começo do século XIX, período marcado por um enorme progresso com o surgimento da luz elétrica. Esboça-se nesta época, de forma muito acentuada, a noção e a preocupação com as comodidades das casas. Foi quando surgiu de fato a noção de conforto ligada ao bem-estar físico.

Sobre isso diz Rybczynski:

O uso da palavra conforto apontava para a emergência de algo novo na consciência humana: o surgimento do mundo interno do indivíduo, do próprio ser e da família. O significado da evolução do conforto doméstico só pode ser observado neste contexto. Ele é muito mais do que a mera busca pelo bem-estar físico. Esta busca começa com a visão da casa como um ambiente para o aparecimento da vida interior. Enquanto as pessoas da Idade Média tinham pouca autoconsciência o interior de suas casas era vazio, incluindo aí os salões dos nobres e dos reis. Objetos no interior das casas surgiram com os objetos internos da mente (1996, p. 61).

É desta época também o surgimento do vocábulo lar, *home*, que, como já foi mencionado, reúne os significados de casa e família, moradia e abrigo, mas também de uma experiência importante de vínculos. Ou seja, o lar refere-se ao espaço físico, acrescido de uma certa vivência do que ocorre dentro dele (RYBCZYNSKI, 1996).

Na pintura, se expressam essas novas realidades. Surgem as cenas do interior das casas, e o espaço doméstico é retratado por excelência. A luz e a atmosfera de tranquilidade no quadro de Vermeer, ao lado, são uma expressão do novo caráter que assumem as casas. Mas o elemento que mais se destaca, sem dúvida, é a perspectiva criada pelo pintor, que nos faz observadores e visitantes quase que intrusos. O espaço privado havia sido criado.



FIGURA 10 – *Carta de amor*, de Johannes Vermeer, 1670

Muitas mudanças ainda viriam com o século XVIII. A Revolução Industrial, que teve início nos anos 1760, influenciou praticamente todos os aspectos da vida cotidiana e atuou de forma direta na organização e funcionamento das casas. Com as transformações que tiveram lugar neste momento, quando o trabalho mais notadamente migrou das casas e aldeias, instalando-se nas fábricas, as casas tornaram-se espaços exclusivos para que se configurasse a vida familiar.

É dessa época o surgimento da expressão “quarto de dormir”. O adjunto “de dormir” é, portanto, muito recente na nossa história e marca mais uma revolução na maneira de conceber e organizar o ambiente doméstico. Inicialmente isso se tornou uma realidade

apenas para uma classe social específica, a burguesia, que vinha transformando seus imóveis, mudando, por exemplo, para o primeiro andar das casas ou prédios e deixando o devassado nível da rua.

Foi também nessa época que os móveis passaram a ser projetados para atividades específicas. As antigas mesas onde se escrevia e que eram tábuas improvisadas colocadas sobre cavaletes desmontáveis foram então substituídas por escrivaninhas. Apareceram também mesas baixas e altas, cadeiras especiais para a escrita, poltronas com braços estofados para a leitura, sofás onde se podia sentar com conforto para conversar e assim por diante. Surgiram ainda as cômodas verticais, que com suas gavetas substituiriam num breve futuro os baús, e os livros passaram a ser organizados em armários com portas envidraçadas.

O caráter utilitário dos móveis se sobrepôs ao móvel como símbolo de riqueza, posses ou status. O impacto determinado pelo desenvolvimento da indústria moveleira, entre outras, fez com que as casas se tornassem uma coleção de objetos úteis.

Outros avanços técnicos que vieram dessa época, como a invenção de pequenas lareiras e do sifão, transformaram significativamente as residências. O sifão, por exemplo, contribuiu para aproximar os locais de toalete do quarto de dormir, reforçando a dimensão íntima dessa parte da casa. Foi então que em torno do quarto surgiram as famosas peças acessórias: gabinetes de trabalho, sala de banhos, banheiro e *closet*. Formou-se, assim, como que uma espécie de apartamento privado dentro do próprio apartamento ou da casa.

Subitamente, a um canto, repicou a campainha do telefone. E enquanto o meu amigo, curvado sobre a placa, murmurava impaciente “Está lá? – Está lá?”, examinei curiosamente, sobre a sua imensa mesa de trabalho, uma estranha e miúda legião de instrumentozinhos de níquel, de aço, de cobre, de ferro, com gumes, com argolas, com tenazes, com ganchos, com dentes, expressivos todos, de utilidades misteriosas. Tomei um que tentei manejar – e logo uma ponta malévola me picou um dedo. Nesse instante rompeu de outro canto um tiquetique açodado, quase ansioso. Jacinto acudiu, com a face no telefone: -Vê aí o telégrafo!... Ao pé do divã. Uma tira de papel que deve estar a correr. – E, com efeito, duma redoma de vidro posta numa coluna, e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete como uma tênia, a longa tira de papel com caracteres impressos, que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado.

Eça de Queirós, em *As cidades e as serras*, 1901

A partir dos séculos XVIII e XIX e até os dias de hoje, as casas gradualmente passaram a abarcar um certo espaço social e privativo ao mesmo tempo. Bem diferente do ambiente de trabalho e multifuncional da Idade Média, a casa se tornou um lugar de lazer, porém mantendo uma curiosa privacidade. Ela deixou de ser um lugar de livre entrada e saída, para, bem ao contrário disso, tornar-se um mundo isolado, que seleciona suas visitas. O mundo da rua, do bairro, de fora, passou a ser mantido à distância, e os próprios habitantes da casa passaram a estabelecer dias de sair, dias de ficar em casa, dias de receber visitas. O hábito de receber ou fazer visitas começou a seguir certas regras, que giram em torno principalmente de se evitar chegadas inesperadas. Recados sobre o desejo de visitar são enviados, são marcadas horas para se ir à casa de alguém (RYBCZYNSKI, 1996).

Surge o hall de entrada, como espaço intermediário entre a rua e a parte íntima da casa. Ali as visitas esperam para serem recebidas, deixam seus casacos e chapéus e se preparam para entrar na parte privativa da casa. O hall de entrada se abre em vários cômodos mais públicos da residência. Substituindo o grande salão medieval apareceram diversas salas comuns. Não há regras muito fixas a respeito da quantidade e da função dessas salas, mas costumava haver no mínimo um cômodo para as relações sociais e uma sala de jantar. Casas maiores e mais ricas possuíam também uma biblioteca, um escritório, uma galeria e várias outras salas com funções diversas. Os nomes dos cômodos nem sempre correspondiam a essas funções, mostrando uma certa improvisação e imprecisão. A galeria, por exemplo, normalmente usada para expor pinturas, podia ser usada como sala de estar, e a sala da biblioteca poderia funcionar como a sala principal da família; a sala de desjejum muitas vezes servia para receber visitas informais. A composição moderna mais simples de sala de estar e de jantar ainda estava por vir (RYBCZYNSKI, 1996).

A ala mais íntima, agora nitidamente separada da parte pública da casa, também continuava a se especializar. O quarto conjugal era desde então o seu centro, assim como casal passa a ser o centro da família. Este cômodo se tornou comum apenas na metade do século XIX. Tinha proporções modestas e não ficava longe do quarto das crianças, em geral mantendo-se uma comunicação entre eles e formando, esse conjunto, uma unidade orgânica dentro da residência. No entanto, agora havia também a possibilidade do isolamento. Trancas e chaves garantem a privacidade e a separação (PERROT, 2011).

Cabe aqui citar Bachelard (1993):

Com o tema das gavetas, dos cofres, das fechaduras e dos armários, vamos retomar contato com a insondável reserva dos devaneios de intimidade. O

armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, o cofre e seu fundo falso são verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta. Sem esses “objetos” e alguns outros igualmente valorizados, nossa vida íntima não teria um modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, por nós e para nós, uma intimidade (p. 91).

Já Rybczynski (1996) diz que é a primeira vez que o espaço da vida privada se coloca num real contraste em relação ao local de trabalho. O efeito disso é uma organização do interior da moradia, localizada agora em posição de complementariedade com o escritório ou qualquer outro lugar de trabalho. Passa a ser de suma importância para o indivíduo dessa época a existência do espaço interior da casa. É este que sustenta, então, as ilusões, projetos, fantasias e tudo aquilo que é identificado como sendo o seu mundo privado, a interioridade da qual se tem, cada vez mais, uma clara percepção e experiência.

A partir daqui e atravessando o século XX até os dias de hoje, a tendência geral é a de uma diminuição das casas, já que não mais abrigam famílias extensas, mas, em geral, um núcleo familiar constituído por um casal e um ou dois filhos. Segundo Lemos (1989), as ações cotidianas dentro das casas também têm diminuído. Com o progresso e a tecnologia, dezenas de ações já deixaram de ser exercidas na moradia. Hoje basicamente as funções da casa se situam em torno do lazer e do repouso.

É possível encontrar ainda situações em que os cômodos se especializaram ainda mais. A especialização dos ambientes é capaz de se tornar tão acentuada hoje em dia que um quarto de dormir, por exemplo, acaba sendo um pequeno complexo que compreende até mesmo um recinto para a cama, um vestiário para o homem e outro para a mulher, um closet com os armários e o banheiro também subdividido e apresentando um espaço separado para o lavatório etc. O que seria uma simples sala numa casa mais modesta pode, numa moradia mais rica, se desdobrar no salão de almoço, sala de jantar, sala de música, sala de TV, escritório, jardim de inverno, bar e assim por diante. É certo também que as casas mais pobres podem não só abrigar inúmeras atividades, inclusive as de trabalho, mas também diversas pessoas, e ainda permitir a sobreposição de atividades no mesmo ambiente – por exemplo, o lazer pode acontecer na cozinha, a refeição num cômodo um pouco mais reservado. No entanto, tem sido símbolo de certo status social que tais coisas não sejam permitidas, numa complexificação das regras relativas à casa (LEMOS, 1989).

Vejamos agora como tais coisas se deram no Brasil.

2.2.2 CASAS NO BRASIL

*Ninguém escreveu em português
no brasileiro de sua língua:
esse à vontade que é o da rede,
dos alpendres, da alma mestiça,
medindo sua prosa de sesta,
ou prosa de quem se espreguiça*

Casa-grande & senzala, João Cabral de Melo Neto,
em *Museu de tudo*, 1975.

As casas no Brasil apresentam extraordinária diversidade, uma vez que receberam influência de diversos povos, tanto os que formaram originariamente o povo brasileiro, quanto os que vieram depois do exterior, como colonizadores, imigrantes, viajantes etc.

Inicialmente há que se olhar para as nações indígenas brasileiras. Em relação às suas moradias, esses índios instalaram-se especialmente em cabanas, que conhecemos como ocas ou malocas, e em palafitas, casas construídas sobre estacas acima da água de lagos ou de terrenos alagados. Tais construções eram feitas de caibros de madeiras, cipó e capim-sapé entrelaçado e tinham como cobertura folhas de palmeiras de diversas espécies encontradas na mata (ZORRAQUINO, 2006).

Gilberto Freyre (2003) conta que nessas casas moravam cerca de oitenta a cem pessoas, sendo grande parte delas crianças e que em tais habitações coletivas imperava um certo regime “comunista”, onde não havia propriedade dos objetos nem vínculos familiares de caráter separatista. As ocas eram, portanto, grandes casas coletivas, que se situavam em círculo num terreiro. Eram protegidos por paliçadas contra animais e tribos inimigas e também contra a própria força implacável da natureza. Dentro das ocas se desenvolviam todas as funções normais de uma casa, como dormir, cozinhar, comer, trabalhar e brincar, o que não difere das moradias medievais europeias, tal como já as descrevemos.

Com a chegada dos portugueses e por conta da colonização agrícola, os índios foram desenraizados de suas moradas naturais e muitas vezes segregados em aldeias pelos jesuítas. Começou a ser implantado em toda a extensão da colônia um tipo muito diferente de moradia. Para erguer as primeiras casas, os portugueses receberam auxílio das técnicas construtivas dos índios, fazendo com que, especialmente no meio rural, surgissem as casas de pau-a-pique e

sapé trançado, com folhas de coqueiro na cobertura dos telhados, numa mistura das tradições portuguesa e indígena (ZORRAQUINO, 2006).

Essas eram as choças, que logo os escravos africanos passaram a chamar de mocambos. Uma das poucas diferenças em relação às ocas é que nessas casas os portugueses, evitando a promiscuidade que havia na morada indígena, trataram de erguer várias subdivisões, a fim de separar as atividades e funções e, em especial, garantir o isolamento dos dormitórios. As choças também eram quadradas, ao invés de seguir a planta circular da moradia dos índios.

Vêm dessa época inúmeras outras características que podemos observar até os dias de hoje. É o caso, por exemplo, das cozinhas ao ar livre, embaixo da copa das árvores ou, muitas vezes, sob algum *tijupá* ou simplório rancho coberto, perto da casa principal. Nos trópicos, os portugueses tiveram de abrir mão das lareiras, chaminés e qualquer fogo dentro das casas. Fazia-se algum fogareiro apenas nas poucas noites frias ou, muitas vezes, para iluminar uma imagem sagrada, o que incorporava o costume dos índios de afastar as assombrações com minúsculas fogueiras acesas ao lado das redes de dormir – estas também tomadas como hábito pelos portugueses. Porém, um fogo grande que pudesse ferver caldeirões ou que servisse para cozinhar precisava, por conta da temperatura, ficar fora das casas (LEMOS, 1989).

Definitivamente as cozinhas foram se instalando longe da área da moradia. Tornou-se comum ainda nas casas remediadas adotar duas cozinhas, uma simples, onde se instalava um fogão pequeno e que ficava ligada à casa principal, e a chamada “cozinha suja”, que ficava no fundo do quintal e era destinada “aos cozimentos mais demorados, para derreter toucinho, para clarear o açúcar mascavo, para as tachadas de doce de marmelo e de goiaba” (LEMOS, 1989, p. 20). As famílias pobres, no entanto, continuaram a cozinhar no fogo aceso no chão do casebre de cômodo único. Em lugares assim até hoje ainda se cozinha de cócoras ao lado da rede de dormir.

Este arraial [chamado Uauá] — duas ruas desembocando numa praça irregular — é o ponto mais animado daquele trecho do sertão. Como a maior parte dos vilarejos pomposamente gravados nos nossos mapas, é uma espécie de transição entre maloca e aldeia — agrupamento desgracioso de cerca de cem casas mal feitas e tijupares pobres, de aspecto deprimido e tristonho. (...) Nos demais dias, aberta uma ou outra venda, deserta a praça, Uauá figura-se um local abandonado.

Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 1902

Depois desses tempos iniciais, os portugueses, já mais assentados na colônia e ocupando-a lentamente em especial na área da costa, foram trazendo de sua terra natal os estilos arquitetônicos e as normas de construção para as casas urbanas e rurais que iriam compor o Brasil Colônia (LEMOS, 1993; ZORRAQUINO, 2006).

Ocorreu aí – o que contribuiria ainda mais para o sincretismo das habitações em terras brasileiras – que, devido à grande variedade de paisagens e condições das terras e recursos em Portugal, as casas tinham aqui aspectos também muito diversos. Descreve Lemos (1993):

No sul [de Portugal], as casas são de terra, isto é, de taipa de pilão, de adobes ou de tijolos cozidos, todos organicamente aderidos ao relevo do solo. As casas da arquitetura rural, os "montes", são imensas, com grandes telhados cobrindo atividades várias além daquelas do simples morar. (...) No norte, no Portugal Atlântico, o solo é pedregoso e caracterizado por montanhas pouco agricultáveis que, para o centeio do pão, exigem terraceamentos e muito adubo. Casas de pedra, quase sempre elevadas do chão. Casas fragmentadas em vários abrigos distintos, um aglomerado de pequenas construções, cada qual com a sua função, ladeando a morada isolada (p. 95-6).

Como também não houve um critério muito claro na seleção dos colonos destinados a vir povoar o Brasil, aqui chegaram pessoas dessas várias regiões de Portugal, e cada uma trazia consigo sua carga de conhecimentos, seus hábitos e seus saberes. Não houve ainda quem desse instruções a respeito das condições ideais de construção nos diferentes lugares da colônia, que possuía uma grandeza continental e uma incrível variedade de recursos naturais. Assim, unindo recursos e saberes, uma variedade de casas de pedra, de madeira e de materiais diversos foi sendo erguida.

Nas cidades, pequenos aglomerados urbanos, residiam alguns funcionários públicos, o clero, os artesãos, oleiros, ferreiros, marceneiros, boticários, alfaiates e assim por diante. No meio rural, viviam os fazendeiros e um séquito de escravos e funcionários. Diferente de Portugal, aqui o meio rural se caracterizava, como até hoje em dia, por casas que ficavam isoladas em latifúndios, estabelecidas a léguas de distância de outra residência, cidade ou vila.

Lemos (1989) conta que as grandes distâncias e os caminhos precários a serem percorridos deram origem aos hábitos marcantes da hospitalidade brasileira, que era como que uma obrigação social, quase uma questão de sobrevivência. Isso determinou algumas características peculiares das casas no Brasil. Uma delas foi a existência dos quartos de hóspedes, que abrigavam quem precisasse pernoitar. Pelo mesmo motivo eram construídos, perto das casas, alojamentos para os serviçais que acompanhavam as caravanas. Também se reservavam cercados para os animais.

É dessa época ainda a estrutura da casa grande e da senzala, sobre a qual Gilberto Freyre (1933-2003) oferece, sem dúvida, a descrição mais fiel:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater família, culto aos mortos, etc.); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (p. 36).

Esse sistema era ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa, abrigo de velhos e órfãos. A casa do engenho propriamente dito ficava à parte.

Não há nada mais belo do que o movimento marítimo dos canaviais soprados pela brisa do mar.

Cícero Dias, em *Cícero Dias, anos 20*



FIGURA 11 – *Engenho Noruega*, gravura aquarelada de Cícero Dias, 1933

Passado o apogeu do açúcar, teve início o ciclo da mineração. Este foi um período próspero e tal prosperidade, de forma mais ou menos simultânea em relação a Portugal, fez com que aparecessem nas cidades brasileiras casas mais altas, cujos aposentos principais ficavam situados no andar superior. Eram os sobrados, que aos poucos se misturaram com as casas térreas existentes até então, fazendo surgir uma clara divisão do espaço urbano entre ricos e pobres.

Outro momento importante no que diz respeito à moradia no Brasil foi a vinda da corte portuguesa para o Rio. Este acontecimento revolucionou os hábitos e o estilo de vida na Colônia, uma vez que trouxe para cá as incríveis novidades da Revolução Industrial, inacessíveis até então por conta do custo caríssimo que tinham.

É o caso, por exemplo, do vidro transparente para as janelas, que só nesse momento se tornou algo comum. Anteriormente as casas viviam às escuras. As janelas eram os chamados “escuros”, encaixes de tábua sistematicamente fechados nas horas de chuva ou de muito vento. Nessa época, só eventualmente se acendiam velas e pequenos candeeiros, mas eles

quase nada iluminavam e, dessa forma, a vida cotidiana acabava sendo mesmo moldada pela iluminação natural do sol – acordava-se muito cedo e todos se recolhiam tão logo a tarde caía.

A luz permitiu que os membros da família permanecessem à mesa ao terminar a refeição da noite, conversando, jogando, lendo, costurando, ouvindo música. Eram as chamadas tertúlias.

As casas se modificaram, porque essas reuniões eram um convite para que visitantes também chegassem e compartilhassem tais momentos. As salas de jantar passaram a ser abertas para as visitas, bem como as varandas, e isso aconteceu não só nas cidades, mas também nas fazendas (LEMOS, 1989).

Foram também melhoradas as condições de higiene. O que antes era um vazio no interior das casas tornou-se então como que uma exposição de coleções de quinquilharias, que ofereciam distinções e marcavam novas qualificações sociais. Os ricos dispunham de inúmeros equipamentos e objetos decorativos: havia surgido o ferro de passar, bem como chaleiras, panelas, fornos, talheres, conjuntos de cerâmica, finos jogos de faiança e relógios. Espalhavam-se pela casa também espelhos, tapetes orientais, cadeiras de palhinha e porcelanas.



FIGURA 12 – *Vendas no Recife*, lápis sobre prancha, de Johann Moritz Rugendas, 1830

Estabelecida uma maior conexão com a Europa, inclusive com a abertura dos portos no ano de 1808, muito se trouxe para cá dos estilos, formas e hábitos cotidianos já descritos e que iam surgindo no velho continente. A influência dessas outras terras e culturas foi gradualmente penetrando em terras brasileiras.

Finalizada a época da mineração, no começo do século XIX teve início o importante ciclo do café, que perduraria durante a época do Império até o final do mesmo século,

coincidindo aproximadamente com a chegada da República Velha e a abolição definitiva da escravidão. Este período caracterizou-se pela continuidade do progresso e da expansão. As cidades começaram a se urbanizar, com passeios, jardins, ruas, avenidas, e redes de serviços de água potável, esgotos e iluminação. As moradias também melhoraram (ZORRAQUINO, 2006).

O ciclo do café foi também o tempo dos imigrantes, que vieram agregar uma nova força de trabalho nos cafezais e nas indústrias e que povoaram terras ociosas, especialmente no sul. Foi a época da chegada de milhares de italianos, alemães, austríacos, poloneses e novos portugueses, que iriam transformar algumas áreas em prósperos municípios. A consequência desse movimento de pessoas em direção ao Brasil foi a chegada aqui de números novos sistemas de construção e modos de viver. Isso acentuou ainda mais o ecletismo das residências no país.

O encontro das novas culturas com as condições dos trópicos impôs um trabalho de adaptações intensas, muito semelhante ao que os portugueses tiveram que empreender em sua chegada aqui.

A partir de 1850, surgiram, enfim, novos esquemas de implantação das residências urbanas dentro dos lotes. Os vizinhos foram afastados com jardins laterais – e, posteriormente, também com canteiros frontais. O afastamento das vias públicas também ocorreu e permitiu a redução da altura dos portões. Também as chácaras, na periferia, sofriam transformações com o tempo. Seus terrenos eram então mais reduzidos, e sua arquitetura cada vez mais assumia características urbanas.

Um elemento que seguiu muito presente nas casas tanto rurais quanto urbanas e que definitivamente foi marcando a arquitetura desse país de clima tropical foram as varandas. Desde os primeiros tempos de ocupação do território brasileiro, a varanda teve destaque nas residências, sendo um espaço centralizador das atividades familiares e um centro de interesse para os vários habitantes e visitantes das casas. Dessa época há o relato de um famoso viajante:

A gente abastada tem o cuidado de reservar na frente de sua casa uma galeria ou varanda, formada pelo teto que se prolonga além das paredes e que é sustentado por colunas de madeira. Fica-se geralmente nessas galerias e, em todas as estações, aí se respira um ar fresco, igualmente ao abrigo da chuva e do ardor solar. (SAINT-HILARIE, 1830/1975, apud DA MATTA, 1985, p. 51).

A varanda teve ainda durante muito tempo a função de fazer a distribuição em relação aos espaços da casa, sendo um cômodo de passagem obrigatória e tendo como destino a cozinha ou o banheiro, o quarto de empregada, o quintal etc. (LEMOS, 1989).

No fim do século XIX a questão da moradia já era algo complicado nas cidades brasileiras, que haviam crescido bastante em especial por conta do surto industrial. São Paulo foi um típico exemplo desta problemática, e a questão da moradia que ali se colocou determinou o surgimento de outro fenômeno importante quando se trata das casas no Brasil: o surgimento dos cortiços. Lemos (1989) afirma que o caminho da solução para a moradia operária foi buscado na senzala. Transportada para a cidade ela recebeu o nome de cortiço. Estes são uma senzala em sua forma e abrigam trabalhadores assalariados.

Cortiço significa “moradia coletiva das abelhas, colmeia”, e isso correspondeu à primeira ideia dos empresários capitalistas, que imaginaram a construção de centenas de cômodos enfileirados, todos iguais, destinados cada um deles a uma família, independente do número de filhos ou agregados. Tais cômodos eram separados por uma estreita passagem central, que muitas vezes não tinha mais do que dois metros de largura. No fundo deste longo corredor eram instaladas duas ou três privadas e a mesma quantidade de tanques para lavar roupas, todos de uso comunitário. Essas moradias eram insalubres, e as condições de vida e higiene, muito precárias.

Depois disso e com as trocas mais frequentes e facilitadas com os outros continentes, as casas brasileiras seguiram evoluções e incorporaram elementos modernos que iam surgindo em outros lugares do mundo. Tudo isso tinha, claro, que necessariamente se adaptar às diferentes e diversificadas condições climáticas, aos materiais disponíveis e às necessidades e à própria criatividade da população brasileira nas várias regiões do país.

2.3 HABITAR: VIVIFICAR A CASA E SER VIVIFICADO POR ELA

(...)

*Janela é o bater das asas da borboleta amarela.
Abre pra fora as duas folhas de madeira à-toa pintada,
janela jeca, de azul.*

(...)

*Ô janela com tramela, brincadeira de ladrão.
Claraboia na minha alma, olho no meu coração.*

Janela, de Adélia Prado, em *Poesia reunida*, 2016.

Como vimos, por meio dos estudos de cientistas sociais e historiadores conhecemos os processos mais gerais que caracterizam a vida doméstica de vários grupos. Tais estudos identificam tendências e dinâmicas históricas e lançam um olhar para os aspectos socioculturais mais amplos daquilo que tange a realidade das moradias.

No entanto, também sabemos que cada casa, embora possua vários elementos comuns com outras casas, tem ainda características únicas impressas pelas pessoas ou pelo grupo de pessoas que nela vive. Este é um aspecto que se conecta à própria identidade dos habitantes ou à composição do grupo que eventualmente habita a casa, um casal ou uma família, sua identidade social, sua posição no que se refere a fatores econômicos, culturais e religiosos, bem como a relação entre os membros do grupo, suas posições e disposições, distância ou proximidade, a necessidade de estarem perto ou longe uns dos outros (MANDELBAUM, 2011).

Mandelbaum (2011), falando do espaço familiar, diz que a ocupação, distribuição e organização do espaço da casa podem ser tomadas como sinais da estrutura psíquica da família que a habita, “ou seja, como indicações de modelos, regras e também das fantasias que organizam as relações entre os membros da família e que determinam o seu lugar no grupo familiar e na casa” (p. 6, tradução nossa).

Tomada em termos dos indivíduos, a casa guarda também uma forte possibilidade de se constituir como uma expressão fiel do ser. Ou, como afirma Bachelard (1993), “a imagem da casa se torna a topografia do nosso ser íntimo” (p. 20).

Não deve se constituir uma surpresa a afirmação de que as casas revelam muito dos seus donos, de que podemos reconhecer nelas vários aspectos de seus moradores. Da mesma forma que as roupas, o estilo de vida, a profissão expressam valores pessoais, a casa também o faz. De forma consciente ou não esses valores e características são colocados na casa e em seus objetos. Isso pode ser observado no mobiliário, nos livros, nos objetos de arte e de artesanato ou na ausência desses elementos, na composição das cores, na iluminação, na ventilação, na quantidade de objetos *versus* espaço ou na ausência de espaço, no quanto a casa é aberta ou mais fechada para os visitantes e assim por diante (MARCUS, 1997). Dito de outra maneira, o ambiente é uma forma de expressão e fala de seus donos talvez muito mais do que eles imaginem ou possam perceber.

Apesar disso, o espaço é muitas vezes tratado como algo fixo, morto, imóvel, em contraposição ao tempo, que é tomado como significativo, vívido e fecundo. Andrade (2013) diz que “a partir desta perspectiva privilegiada do tempo em detrimento do espaço

consolidou-se um modo de pensar que dificilmente vê o cotidiano do homem inserido efetivamente em um mundo espacial” (p. 23).

É comum que a vida se organize privilegiando o eixo temporal apenas. São as agendas, os compromissos, eventos e horários que estão constantemente em foco. O espaço se torna, então, mera distância vazia, que precisa ser vencida e percorrida para se alcançar objetivos. A experiência do indivíduo contemporâneo é cada vez mais a de um espaço virtual, que existe apenas de passagem. Nega-se a experiência do lugar e em última instância nega-se a própria corporeidade, intimamente relacionada com o fenômeno do espaço, como lugar de experiências, mudanças e transformações. Paradoxalmente é justo neles que se tem a maior possibilidade de vivificação.

Também na psicologia de um modo geral priorizamos a história de vida dos indivíduos, esquecendo que a relação com o espaço e o mundo também desempenha papel fundante na vida e no desenvolvimento das pessoas. Por que não damos igual importância à historicidade e à geografia como elementos que operam no nível ontológico do ser?

Na contramão dessa perspectiva, o espaço, da maneira como é tomado como tema central do olhar fenomenológico de Bachelard (1993), é um fenômeno vívido e vivo, construído pelo homem mas que também o constrói desde os primeiros momentos de vida. Não há nessa perspectiva subjetividade que possa ser isolada do espaço, do contexto espacial em que é desenvolvida, até porque a casa acaba sendo muito mais um fenômeno subjetivo, ela mesma, do que lugar concreto e objetivo.

O autor afirma ainda que acreditamos ser possível nos conhecer no tempo, mas que na verdade o que se conhece é apenas “uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser” (p. 27) ou que a biografia só pode se formar no processo de produção de imagens que tem lugar com o devaneio, o qual é acolhido e produzido pelos lugares, em especial os da moradia. Sobre essa busca de conhecimento do ser, diz Bachelard (1993):

(...) O espaço é tudo, pois o tempo não anima a memória (...) É pelo espaço e no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais (...) Mais profunda que a biografia, a hermenêutica deve determinar os centros de destino, desembaraçando a história de seu tecido temporal conjuntivo que não atua sobre o nosso destino. Mais urgente que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços da nossa intimidade (p. 28-9).

A casa, em sua estrutura, é um lugar constituído por delimitações e com um espaço interno. Este contém outros espaços secundários diferenciados que se interconectam e nos quais se desenvolvem diferentes atividades que, em seu conjunto, expressam uma forma de vida numa relação variável com o exterior. Dessa maneira, a casa é uma expressão de aspetos físicos e também psíquicos emergentes na experiência de habitar (RODRIGUES, 2016). Ou, como aponta Bachelard (1993), ela é “um ser privilegiado” (p. 23).

Por tudo isso, a casa é símbolo da vida psíquica, do universo e da individualidade. É também símbolo do self, de um todo complexo, de suas partes e dos recantos que nos compõem, os quais ganham contorno e integralidade na experiência de envoltório, abrigo e continente que a casa representa para nós (PESTANA, 2010).

Pestana (2010) diz que a casa nos ajuda a obter uma aproximação à totalidade, aquela realidade transcendente que Jung chamou de self. Isto porque, como a casa, “somos esta complexidade, consciente e inconsciente, física e psíquica, efêmera e atemporal, singular e relacional, parte de um todo no tempo e no universo (...), uma totalidade que busca a partir de sua essência (self) e da multiplicidade de imagens manifestas, que a traduz e auxilia, ser o que de fato é, assim como buscar o sentido particular que a torne uma, única e singular” (p. 2).

Entendemos que não só a compreensão do ser seja possível pela consideração dos espaços da casa, mas que também a experiência de construção do próprio indivíduo ou de grupos de indivíduos, como uma família ou um casal, aconteça e possa ser observada nessa dimensão da espacialidade – ou na ausência de uma boa conexão com ela, como parece ser a realidade dos tempos atuais. Os espaços, especialmente os espaços da solidão e da intimidade, são constitutivos do ser.

Como vimos na introdução deste capítulo, quando o homem deixou de se relacionar com os lugares como meros refúgios, muitas vezes transitórios, ele passou a *habitar* tais lugares. Ficou mais fixado à terra, e a relação com o lugar, então, estabeleceu-se com base em um novo tipo de vínculo, o que é constitutivo de uma nova experiência psíquica – e também constituído por ela.

Queremos destacar que embora o termo habitar, que vem do latim *habitare*, signifique “ter moradia” ou “ocupar como moradia”, o conceito transcende em muito essa definição. De fato, Heidegger (2002) relaciona o habitar diretamente com o âmbito mais íntimo do ser, fazendo as seguintes relações entre algumas palavras: *bauen*, “construir” no alemão antigo e que também significa “habitar”, associa-se a *bin* (de *ich bin*, ou seja, “eu sou”) e, portanto,

para Heidegger “o homem *é* na medida em que habita” (p. 157). E ele completa: “O construir, assim como o habitar, quer dizer, estar na terra, para a experiência cotidiana do homem *é* desde sempre, como diz tão belamente a língua, o ‘habitual’” (HEIDEGGER, 2002, p. 158).

(ha.bi.tar)

v.

1. Ocupar como moradia; ter moradia, viver (em algum lugar); RESIDIR [td.: Habitava um pequeno sítio] [ta.: Não gostava de habitar *naquele bairro*]

2. Ocupar como habitante; POVOAR [td. : Os índios habitavam *o litoral brasileiro*]

3. Fig. Estar vivo em; estar presente [td.: Esse sentimento sempre habitou meu coração][ta. : Esse sentimento sempre habitou em meu coração] [td. : A melancolia habita o peito do velho seresteiro]

[F.: Do lat. *habitare*. Hom./Par.: *habita* (fl.), *abita* (sf.); *habitas* (fl.), *abitas* (pl. do sf.); *hábito* (fl.), *abito* (sm.), *hábito* (sm.).] (AULETE, 2015)

A casa *é*, dessa maneira, um arquétipo, que representa as possibilidades e a necessidade humanas de “abrigo e acolhimento, enraizamento, estabilidade e pertencimento, de delimitação e contorno, ou seja, essencialmente de identidade no espaço” (PESTANA, 2010, p. 2). E mais: remetendo ainda à ideia de morada, ao ato de morar, à ação humana de estar no mundo, a casa estabelece como experiência para o homem o colocar-se em relação, o dentro e fora, o eu e tu, o eu e o outro.

O espaço da casa abriga mais do que os corpos dos indivíduos. Ele abriga as suas qualidades anímicas. A casa acolhe a vida particular e mais íntima de quem a habita. Ela também se constitui como uma orientação em relação ao espaço maior do bairro, da cidade, do país e do mundo. Dela saindo todos os dias para depois a ela regressar, temos com a casa o aprendizado talvez mais profundo do estar e de transitar entre o dentro e o fora. Podemos assim entender que isso implica a ideia de alteridade, pressuposto básico para que um indivíduo esteja *em relação* com outro indivíduo. Essa experiência vai sendo moldada espacialmente no “continente” que a casa nos oferece.

Ao habitar, o homem coloca-se ainda em relação com a terra e o céu, a divindade e a mortalidade. *É* o que afirma Heidegger (2002) quando diz que habitar *é* uma tarefa do homem e que esta tarefa possui caráter de “quaternidade”. A quaternidade *é* relativa ao posicionamento entre estas quatro dimensões ou ao contato com essa função quádrupla. Com isso, inclui-se uma dimensão espiritual do homem na terra, no espaço.

Este fato relaciona-se de alguma forma com aquilo que Hillman (2010) resgata da cultura romana com o conceito de *genius loci*, o espírito do lugar, que designa a presença de um espírito protetor em cada lugar, o qual confere características subjetivas aos lugares e aos povos. O *genius loci* determina que cada lugar tenha uma identidade, uma atmosfera própria, um clima, podemos quase dizer que características pessoais. *É* o *genius loci* que caracteriza

um determinado lugar. Quando visitamos ou habitamos determinado lugar, a experiência subjetiva que temos é justamente decorrente da apreensão do *genius loci*, ou seja, encontramos o lugar e o seu espírito e estabelecemos uma relação com ambos.

Para Hillman (1993), a noção usual de uma realidade psíquica que se fundamenta no sistema de sujeitos particulares animados vivendo em meio a locais e objetos manifestos inanimados, bem como a própria divisão entre mundo interno subjetivo e mundo externo objetivo são falaciosas e prejudiciais. Diante desta divisão preocupante, a psicologia buscou teorias que unissem as duas coisas. No entanto, permanece a questão de que a realidade psíquica continua sendo concebida como aquela que não deve ser pública, objetiva ou física, enquanto a realidade exterior, a soma dos objetos e das condições materiais existentes, segue concebida como sendo destituída de alma. Assim como a alma existiria sem mundo, o mundo também existiria sem alma.

Ao percorrer a trajetória histórica das casas, vimos que os fenômenos que nosso ego consciente identifica como pertencentes aos mundos interno e externo não vivem, na verdade, essa separação. Tais fenômenos acontecem em relação direta e profunda e estão inteiramente implicados entre si.

Hillman (1993) propõe que se retorne à concepção platônica do mundo *almado*. A *anima mundi*, nesse caso, não estaria nem acima do mundo, pairando sobre ele, nem dentro do mundo como princípio de vida, mas seria como que um lampejo especial, que se apresenta por meio de cada coisa em sua forma visível. Ou seja, a *anima mundi* aponta as possibilidades animadas oferecidas em cada evento. Sua apresentação sensorial é como que um rosto manifestado dessa imagem interior. É, em resumo, sua presença como uma realidade psíquica. Não são apenas animais e plantas que são almados. A alma é dada em cada coisa, nas coisas da natureza, mas também nas coisas feitas pelo homem.

Lembremos que, segundo Eliade (1992-1954), para o homem mais antigo nem os objetos do mundo externo nem os atos humanos tinham qualquer valor autônomo intrínseco. Diz ele: “Os objetos ou atos adquirem um valor, e, ao fazer isso, tornam-se reais, porque participam, de uma forma ou outra, de uma realidade que os transcende” (p. 12). Entre tantas pedras, uma torna-se sagrada — e, assim, instantaneamente, satura-se do ser — porque constitui uma hierofania, ou possui *maná*, ou ainda porque comemora um ato mítico e assim por diante.

Hilman (1993) aponta que, ao contrário disso, a partir da nossa ideia de um mundo subjetivo animado e um mundo externo inanimado construímos no máximo a ideia de

projeção, ou seja, a força de vida que existe apenas no mundo interno do homem pode projetar conteúdos no mundo externo, que não possui, em si, uma alma própria.

Transformando então a ideia de projeção, ele diz que o que na verdade acontece deve ser entendido como “animação”. Segundo suas palavras:

As coisas nos observam independente do modo como as observamos, independente de nossas perspectivas, do que pretendemos com elas e como as utilizamos. Essa exigência imaginativa de atenção indica um mundo alçado. Mais – nosso reconhecimento imaginativo, o ato infantil de imaginar o mundo, anima o mundo e o devolve à alma (HILLMAN, 1993, p. 15).

Esta “iluminação” do objeto (termo usado pelo autor) não depende de uma questão estética nem de nenhuma qualidade formal, mas tão somente dos movimentos da anima mundi, que anima a imagem do objeto e, com isso, afeta a nossa imaginação. A alma do objeto e a nossa alma se correspondem ou se unem então. Não há, de fato, uma projeção subjetiva sobre um objeto, lugar ou ambiente.

Andrade (2013), que também trabalha com essas concepções em sua dissertação de mestrado *A casa na cidade: uma leitura junguiana da experiência de jovens que moram sozinhos em São Paulo*, lembra a respeito disso que Jung apontou a necessidade de rever o conceito de projeção, ao afirmar que toda realidade é psíquica e que não há uma realidade objetiva sobre a qual conteúdos psíquicos sejam projetados. Sendo assim, conclui, todas as realidades são psíquicas e relacionais.

No próximo capítulo, vamos nos voltar para outro fenômeno relacional por excelência: os ritos. Observaremos neles também os vínculos entre diferentes âmbitos da realidade humana e os símbolos e conexões que eles exprimem e estabelecem. Especificamente veremos como isso se dá no tocante ao casamento e à casa.

PARTE 3 – RITOS

*Grande e poderoso solo dourado.
Na fronteira a cerca férrea rodeia o círculo exterior
No centro, Monte Meru, o rei das montanhas,
Em torno do qual há quatro continentes:
A leste, Purvavideha, ao sul, jambudipa,
A oeste Paragodaniya, ao Norte, Uttarakuru.*

Versos do budismo Gelugpa que iniciam
o oferecimento de mandalas⁶

⁶ Mandala significa aqui “universo”, e esta seria como que a representação da casa do mundo

3.1 RITOS E RITUAIS⁷, ASPECTOS GERAIS

As mais diversas culturas de todos os tempos possuem ritos e executam cerimônias rituais. Eles podem ter naturezas diversas: podem ser profanos, religiosos, festivos, de caça, de guerra, de iniciação, de passagem, de separação, de despedida ou de fundação, de inauguração e assim por diante. O que caracteriza um rito ou um ritual não é o seu conteúdo, que pode ser muito variado, mas o fato de ser um fenômeno coletivo, com certo grau de formalidade e de repetição e marcado por uma performance (PEIRANO, 2003).

Para Campbell (2012), um aspecto importante dos rituais é que eles tornam o indivíduo membro de uma tribo, comunidade ou sociedade, por meio do compartilhamento de um conteúdo que é próprio de tal grupo e pela experiência de aceitação e amoldamento recíprocos entre o indivíduo e o grupo.

Já van Gennep (1909-1978) compara o sistema social a uma casa com seus quartos, salas, corredores e varandas, e indica que os rituais ao mesmo tempo demarcam e auxiliam a trajetória dos indivíduos e dos grupos por esses cômodos.

Os rituais se afiguram, nesse contexto, como uma interrupção do cotidiano e do fluxo rotineiro da vida, uma ruptura com as regras e normas e também com as representações comuns feitas a respeito do mundo. Segundo Turner (1969-2005), os rituais seguem uma vontade e uma simbologia que não está inscrita em manuais sociais e uma criatividade não regulada. Eles são um rompimento, ainda que temporário, com as formas e com as configurações sociais tradicionais, sendo, por isso mesmo, potencialmente transformadores.

Terrin (2004) diferencia rito e ritual. Para este autor, os ritos têm uma conotação religiosa e transcendente já que a palavra deriva do latim *ritus*, que significa “ordem estabelecida”. Esta ordem se refere a uma ordem cósmica, aquela estabelecida pelos deuses. Assim, o rito ordena, classifica, estabelece prioridades em termos de uma realidade que transcende o rotineiro e o mundano.

⁷ Alguns autores não fazem diferença entre os termos “rito” e “ritual”. Segalen (2002), por exemplo, afirma que “o rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica” (p. 13), o que coloca os dois termos em equivalência. Consideramos que diferenciar os dois termos consistiu uma dificuldade no desenvolvimento desta pesquisa e queremos sinalizar aqui que ambos foram utilizados, mas buscamos respeitar os significados distintos que vão ser apontados na introdução deste capítulo.

São os ritos que nos permitem viver num mundo organizado e não caótico. Nas palavras de Terrin (2004), eles fazem com que nos *sintamos em casa*, ao contrário de estarmos lançados a viver num mundo hostil, violento e imprevisível.

Ritos e mitos têm, portanto, uma relação entre si, sendo o rito o cumprimento de um mito. É o que afirma Campbell (2012) ao dizer que quando um indivíduo participa de um rito ele também participa de um mito. Ou, como afirma Sommerman (2012), os ritos recapitulam os mitos aos quais estão associados. Isso atua na comunidade como um todo, fazendo os indivíduos recuperarem memórias das origens e, eventualmente, os “poderes” que tais memórias readquiridas conferem. Em casos especiais, algumas pessoas podem mesmo se tornar os guias espirituais ou os médicos de sua comunidade, ao incorporarem o poder dessa vivência recapitulativa dos ritos.

Portanto, além da inserção no meio social, quando um ritual põe em curso um rito ele promove a conexão, a aceitação e também o amoldamento a uma terceira dimensão, que transcende homem e sociedade: “Através do ritual, atinge-se aquela dimensão que transcende a temporalidade, aquela dimensão da qual a vida provém e para a qual retorna” (CAMPBELL, 2012, p. 92).

Dawsey (2005) aponta que os ritos, bem como os cultos, festas, carnavais, a música, a dança, o teatro, as procissões e outras formas expressivas ritualísticas, flertam com o perigo e com o caos ao criar pontos de paralisia e subversão da ordem estabelecida no fluxo da vida cotidiana. Elementos não manifestos da vida emergem, e substratos mais profundos do universo social e simbólico irrompem na vida individual e coletiva. As relações sociais e as experiências humanas iluminam-se a partir de “fontes de luz subterrâneas” (p. 165).

Nas palavras deste autor:

Experiências que irrompem em tempos e espaços liminares podem ser fundantes. Dramas sociais propiciam experiências primárias. Fenômenos suprimidos vêm à superfície. Elementos residuais da história articulam-se ao presente. Abrem-se possibilidades de comunicação com estratos inferiores, mais fundos e amplos da vida social. Estruturas decompõem-se – às vezes, com efeitos lúdicos (...). De fontes liminares, imagens e criaturas ctônicas irrompem com poderes de cura para revitalizar tecidos sociais. Entidades ambíguas ou anômalas, consideradas como sendo estruturalmente perigosas, energizam circuitos de comunicação atrofiados. Abrem-se passagens em sistemas classificatórios estáticos (DAWSEY, 2005, p. 165).

E ele conclui que nos momentos em que se dá a suspensão das relações e da ordem cotidianas “as pessoas podem ver-se frente a frente. Sem mediações. Voltam a sentir-se como

havendo sido feitas do mesmo barro do qual o universo social e simbólico, como se movido pela ação de alguma oleira oculta, recria-se” (DAWSEY, 2005, p. 166).

Para Eliade (1992-1954), os povos antigos não formulavam conceitos metafísicos acerca da realidade por meio de uma linguagem teórica, mas o faziam por meio de uma linguagem simbólica. Os símbolos presentes nos mitos e ritos justamente “expressam, em planos diversos, e com os meios que lhes são apropriados, um complexo sistema de afirmações coerentes sobre a realidade final das coisas” (p. 12). Assim, o significado de um mito ou de um rito refere-se sempre a uma determinada situação do cosmos, situação esta com a qual o homem das sociedades arcaicas e tradicionais, ao contrário do homem moderno, sentia-se indissolúvelmente vinculado.

Complementando essas ideias iniciais e para melhor entender a posição e papel dos ritos na vida humana, tomamos a afirmação de Whitmont (1995) de que os afetos e emoções que são intensos demais para serem vividos em sua forma bruta e controlados apenas pela força da vontade demandam rituais. Sem estes, o ego seria inundado e levado a agir de forma compulsiva ou por meio de comportamentos obsessivos. Acima de tudo, é por meio dos rituais que “os dinamismos das forças arquetípicas podem ser integrados para poderem estar disponíveis para as necessidades coletivas e individuais” (p. 258).

Isso significa que atravessar uma cerimônia ritual, que se vale de meios social e pessoalmente aceitos, permite a execução consciente dos impulsos arquetípicos, que de outra maneira muitas vezes não são tolerados ou cuja força é difícil suportar.

Aqui se apresentam dois aspectos importantes. De um lado, são as manifestações não verbais que terão maior impacto sobre a consciência, fazendo-a penetrar mais fundo e atingir o substrato do impulso arquetípico. Elas são os elementos essenciais que promovem o esclarecimento e a transformação (WHITMONT, 1995, p. 43).

Por outro lado, a presença do significado é importante para o homem, sendo que o ritual precisa ser uma vivência significativa para que possa ter seu efeito potencial realizado. Como diz Whitmont (1995), “de alguma maneira, a consciência do significado deve estar entretecida na trama da forma mais sutil e completa” (p. 259), caso contrário, se o significado estiver ausente e o ritual não falar à consciência, diminui a possibilidade de se operar uma transformação.

Em *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, Jung (1934-2002) aborda a questão dos ritos no capítulo em que fala da ideia de renascimento. Sendo assim, é necessário primeiro conceituar como ele entende este fenômeno. O renascimento *stricto sensu* pode ser de dois

tipos: (1) uma renovação sem a modificação do ser, quando a personalidade é alterada em suas funções, mas não em sua essência, ou seja, quando há a cura, o fortalecimento ou a melhora de partes da personalidade e (2) uma mutação ou renascimento total do indivíduo, quando há uma mudança da essência ou transmutação – “trata-se da transformação do ser mortal em um ser imortal, do ser corporal no ser espiritual, do ser humano num ser divino” (JUNG, 1934-2002, p. 121), como o fenômeno da transmutação de Cristo.

Uma outra forma, que muito nos interessa aqui, é o que Jung chamou de renascimento indireto. A transformação não ocorre, nesse caso, pelo fato de o homem passar por um processo de morte e renascimento, mas em função de o indivíduo participar de um tipo de processo de transformação que ocorre como que fora dele, tal como é o caso da participação ou presença em uma cerimônia ritual, como uma missa. “Pela presença no ritual o indivíduo recebe a graça”, diz Jung (1934-2002, p. 121).

A partir disso, Jung propõe que se distingam dois tipos principais de vivência: a vivência da transcendência da vida e a vivência de transformação da personalidade. As experiências que ocorrem nas cerimônias rituais pertencem ao primeiro tipo. Segundo Jung, os ritos apresentam aos neófitos a dimensão ampliada da vida, sua perpetuidade, transformações e renovações possíveis. Quem participa do ritual participa desse processo como testemunha, como um participante ativo ou ainda é possuído pelo drama transcendente ou se identifica com a trama principal.

Em geral, o drama mítico subjacente ao ritual apresenta o tema da morte e renascimento de um deus ou de um herói divino. Nas palavras de Jung (1934-2002): “O decisivo neste caso é que a substância, a existência ou a forma da vida objetiva em um processo que transcorre por si mesmo se transforma ritualmente, sendo que o neófito recebe a ‘graça’, é influenciado, impressionado ou ‘consagrado’ pela sua presença ou participação” (p. 123).

3.2 RITOS DE PASSAGEM

Dentre os diferentes ritos presentes nas sociedades, destacam-se os ritos de passagem, que podem assumir diferentes formas e ter importância mais ou menos destacada, mas que aparecem de modo recorrente em grupos muito diversos (PEIRANO, 2003).

A primeira menção aos ritos de passagem foi feita pelo antropólogo Arnold van Gennep em seu livro *Les Rites de Passage*, de 1909. Nesta obra, os ritos são tomados como expressões do fato de que a vida de um indivíduo inserido em qualquer grupo social é constituída por uma série de passagens, sejam elas de uma idade a outra, de uma ocupação a outra ou de uma posição social a outra. Os ritos marcam essas transições.

Para Eliade (1992-1957), o homem, quando nasce, encontra-se ainda num estado embrionário e imperfeito, do qual sairá gradualmente com outros “nascimentos”, que justamente ocorrem nesses momentos de transição. Neles, o indivíduo está caminhando para o estado de um adulto mais pleno, ou seja, “pode-se dizer que a existência humana chega à plenitude por uma série de ritos de passagem, em suma, por iniciações sucessivas” (ELIADE, 1992-1957, p. 188).

A principal característica desses momentos e ritos de passagem é o que van Gennep (1909-1978) denominou de estado de liminaridade. Ao penetrarem nele, os indivíduos encontram-se temporariamente como que fora da estrutura social ou da posição que ocuparam até então em seu grupo. Os assim chamados sujeitos liminares – os neófitos, os adolescentes, os noivos, as parturientes e assim por diante – encontram-se destituídos de suas identidades anteriores e ocupam um entre-lugar pouco definido, no qual não podem ser plenamente categorizados.

Este estado especial e potente da liminaridade demanda “atos especiais”, as cerimônias rituais. Elas marcam a transição e parecem ter a função de capacitar tanto o indivíduo quanto o grupo para as mudanças em curso, permitindo que elas aconteçam de forma a produzir a menor perturbação possível. Isso se aplica ao nascimento, à puberdade, ao casamento e à morte, eventos que, embora muito diversos, são envoltos por cerimônias, cuja função em todas as culturas é justamente marcar e promover as importantes transições que eles representam (VAN GENNEP, 1909-1978).

Segundo van Gennep (1909-1978), os ritos de passagem são constituídos por três fases distintas: a separação, o limiar e a agregação (ou incorporação).

A fase de separação, como o próprio nome indica, corresponde a um período em que o indivíduo é afastado do grupo e permanece em algum nível de isolamento.

O limiar é o período de transição por excelência, uma etapa transitória, em que o indivíduo é revestido de características ou atributos ambíguos ou que pouco têm a ver com o seu passado ou com o futuro. Segundo a interpretação de da Matta (2000), este é um estágio

fronteiriço, marginal, paradoxal e ambíguo, “um *limem* ou *soleira*”, que, embora presente em todas as outras fases, aqui fica em muito maior evidência. É o momento de realmente estar-se “entre”, no meio de um caminho entre a posição antiga e a que será assumida. É um período significativo e muitas vezes impactante, onde estão inseridos simbolicamente os processos de morte e renascimento.

Quando o indivíduo se encontra no interior da liminaridade do processo ritual, as regras sociais, como, por exemplo, as estruturas de parentesco e os papéis dentro de uma hierarquia, são suspensos e perdem toda a razão de ser. Como dito, o indivíduo se encontra num entre-lugar – ou *betwixt and between*, segundo o termo empregado por Turner (1969-2005), antropólogo que muito estudou e ampliou as ideias de van Gennep.

Nesse momento da passagem, o indivíduo que deixou de pertencer a um certo estado ainda não completou a transição para sua nova condição. Ele não está, portanto, posicionado em nenhum lugar que seja normalmente reconhecido ou que possa ser expresso pelo grupo. Esse processo não é, portanto, algo simples e fácil, mas compõe-se de inúmeras dicotomias, contradições, ambiguidades, situações que são atípicas para a consciência cotidiana. Enquanto na sociedade predomina a diferença individualizante, no estágio liminar, ou *communitas*, como também o nomeia Turner (1969-2005), prevalecem aspectos totalizantes e indiferenciados.

Segundo aponta da Matta (2000), isso é visto por muitos estudiosos como um “estado de ‘regressão’ coletiva no qual os indivíduos perdem sua consciência de compartimentalização, autonomia e interioridade, para se transformarem em matéria-prima a ser moldada de acordo com certos valores sociais” (p. 15), o que teria, portanto, um caráter negativo e de perigo. Da Matta (2000), no entanto, entende que o distanciamento experimentado na liminaridade cria uma possibilidade especial e experiências de revelação e transformação, sendo estes momentos potencialmente positivos e necessários para a vida do grupo social.

Lidando com o que é crítico, caótico, incompreensível e até mesmo com os tabus sociais, essas exceções da vida diária que são os ritos de passagem, e, em especial, o momento do limiar ou soleira, abrem para o transcendente, para aquilo que está além e que a consciência comum não alcança (DA MATTA, 2000).

Esses momentos exigem uma total entrega ao novo e ao desconhecido. Novos saberes são adotados, mas, acima de tudo, uma modificação ontológica se opera e é inscrita na trajetória de vida do indivíduo que atravessa a passagem. Também o grupo que o acompanha ou que com ele se submete à transição e à liminaridade experimenta os seus efeitos.

A fase de agregação finaliza a passagem e o indivíduo volta a uma condição mais constante, assumindo novos papéis, direitos e deveres junto ao seu grupo e dentro da estrutura social.

Jung (1928-1998) faz uma importante afirmação a respeito dos rituais, especificamente sobre os ritos de passagem, quando diz que: “(...) ao estudarmos a psicologia dos primitivos⁸ descobrimos que todos os fatos importantes da vida estão ligados a cerimônias elaboradas, cujo propósito central é libertar o homem do estágio precedente da existência e ajudá-lo a transferir sua energia psíquica para a fase seguinte” (p. 165).

Nesse mesmo sentido, Freitas (1987) aponta que os ritos funcionam como válvulas que facilitam a passagem para frente e impedem o retrocesso. Uma vez que o ser humano é direcionado ao desenvolvimento, mas ao mesmo tende à inércia, o que se experimenta num rito auxilia a energia psíquica em seu fluxo adiante.

Observaremos agora como alguns desses aspectos aparecem nos ritos de casamento, que especialmente nos interessam neste trabalho e que podem ser também caracterizados como um tipo de rito de passagem.

3.3 RITOS DE CASAMENTO

Cerimônias de casamento são encontradas em quase todas as culturas e sociedades e apresentam todas as características, funções e etapas citadas. Como dito, noivos são sujeitos liminares, ou seja, indivíduos em transição. Eles deixaram seus papéis e identidades antigas, mas ainda não assumiram novos papéis e identidades. Estão em um estado de suspensão, que tem importante impacto psicológico, emocional e na história de vida desses indivíduos e também em seu grupo. Grande quantidade de força e energia é mobilizada nesse estágio, e o cumprimento de rituais é importante para coordenar e conter as transformações em andamento.

Podemos dizer que o ritual começa antes mesmo da cerimônia propriamente dita, com os preparativos, festas de despedidas e a fase de isolamento. Destes momentos participam não apenas os indivíduos que irão se casar, mas também um grupo maior, que inclui os amigos e

⁸ O termo “primitivo” é hoje considerado impróprio; de toda forma, sabemos que Jung se refere aqui aos povos não industrializados, como melhor são denominados atualmente.

familiares. O período ritual também não se encerra com a cerimônia principal. Ele inclui outros eventos, como os festejos, que podem durar muitos dias, e a lua de mel.

A fim de ampliar a nossa compreensão sobre esse tema, percorreremos agora a trajetória histórica dos ritos de casamento.

3.3.1. RITUAIS DE CASAMENTO NA HISTÓRIA

As cerimônias de casamento surgiram gradualmente e se transformaram ao longo da história da humanidade, assumindo formatos diversos em diferentes culturas. Na maioria delas, no entanto, as cerimônias de casamento ocupam um lugar relevante (THERBORN, 2006).

Segundo Westermarck (1903-1999), o primeiro e mais importante historiador e estudioso do casamento, quando uma forma de se contrair o matrimônio é alterada ela sobrevive como uma cerimônia.

Assim, por exemplo, o ato de a noiva ser levada por seu pai até o altar, onde este a entrega ao noivo, é provavelmente a sobrevivência do antigo costume de se vender as mulheres. Já o hábito de carregar a noiva e a reclusão e o afastamento do casal na lua de mel podem ser resquícios de uma época em que o casamento se dava pelo rapto da mulher – a lua de mel corresponderia ao período em que era necessário que o casal ficasse escondido. Em alguns povos as despesas são custeadas pelo noivo, em outros pelo pai da noiva, o que possivelmente tem alguma relação com os antigos contratos e negociações referentes ao casamento – no primeiro caso provavelmente a festa era parte da soma da compra, enquanto que no segundo, uma compensação pelo preço da noiva (WESTERMARCK, 1903; FIELDING, 1946).

Além de nos oferecerem indicações de funções e contextos do passado, para Westermarck (1903-1999), os ritos apontam também para o futuro, no sentido de conterem elementos indicadores daquilo que será experienciado ou que deverá ser respeitado na relação futura. Assim, algumas vezes, a cerimônia simboliza a relação sexual, mas muito mais frequentemente o viver junto ou os papéis e posições assumidos pelo marido e pela mulher.

Por exemplo, em algumas sociedades a cerimônia pode consistir ou ter como parte principal o ato de os noivos comerem juntos, às vezes, no mesmo prato. Isso pode ser observado entre os malaios, hindus, estonianos e até mesmo em algumas tribos brasileiras.

Em cerimônias em Malaca e entre romanos e hindus, os noivos são sentados lado a lado durante todo o festejo e muitas vezes têm as mãos unidas ou devem permanecer com os dedos entrelaçados, enquanto recebem parentes e amigos, que fazem votos de que os futuros esposos evitem disputas. Para os convidados é depois oferecido um jantar.

No Ceilão, a noiva amarra uma corda fina em volta da sua própria cintura e na do noivo e então ele se torna o seu marido. Esse gesto é emblemático do laço que o casal está estabelecendo entre si. Os hindus também têm suas mãos colocadas juntas. Entre os Gonds e Kórkus, parte importante das cerimônias de casamento consiste em os noivos amarrarem peças de vestuário em seus corpos e dançarem juntos em volta de um mastro, onde recebem uma forte ducha de água, para depois trocarem as alianças. Em alguns lugares da Índia, o noivo e a noiva são marcados com sangue um do outro e uma longa série de complexos rituais acontece, em etapas sucessivas e de caráter bem distinto umas das outras (WESTERMARCK, 1903-1999).

Segundo Freitas (2005), na Grécia um fogo permanecia aceso no centro das casas e aí as pessoas da família se reuniam para se aquecer, ter iluminação e também para preparar os alimentos. Associado à deusa Héstia, este era um lugar especial da residência, muito bem cuidado e reverenciado. Uma vez que o fogo possuía este caráter sagrado, era parte dos rituais de casamento

que tanto o homem quanto a mulher, ao saírem para formar uma nova família, levassem o fogo das casas de origem para a nova casa. Isso simbolizava ao mesmo tempo “a continuidade familiar e a criação de um novo centro” (FREITAS, 2005, p. 63).

Westermarck (1903-1999) relata algo semelhante em alguns lugares da Austrália, em que o casamento se realiza com o ato de a mulher levar o fogo até a cabana de seu marido e entregar este fogo a ele. Todas essas práticas são supostamente símbolos da união das partes.

À medida que o casamento foi sendo reconhecido como parte importante da vida

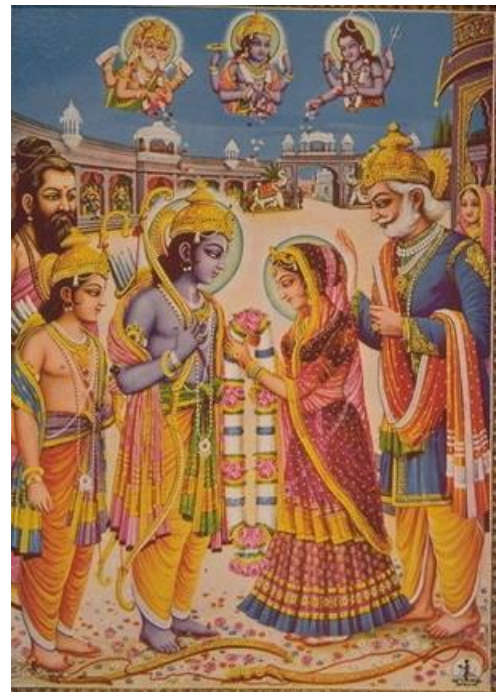


FIGURA 13 - O casamento de Rama, encarnação de Krishna, e Sita, que serve de modelo às cerimônias hinduístas.

humana, ele passou a ser celebrado, como muitos outros eventos significativos da existência, com cerimônias como as descritas aqui (WESTERMARCK, 1903-1999).

O caráter religioso foi dado às núpcias, bem como a outros assuntos relevantes, por invocar ajuda divina para a futura união. Da mesma maneira que nenhuma tarefa árdua podia ser realizada sem o conhecimento dos deuses e sem começar com uma bênção, também o casamento precisava ser comunicado aos deuses e deles se pedia proteção e bênção (WESTERMARCK, 1903-1999).

No entanto, a influência da igreja nos casamentos das sociedades ocidentais tal como a conhecemos hoje nem sempre foi assim. Isso tanto no que se refere ao formato dos ritos quanto na concepção do casamento como sacramento, ou seja, como um procedimento que visa auxiliar o processo de salvação.

Até o século V, o clero e a igreja não interferiam na união dos casais nem na celebração das núpcias. O casamento era um ato privado, que tinha como função simplesmente a transmissão da herança e dos títulos e a formação de alianças políticas. Da mesma forma que a paixão não influía nessas decisões, fato já apresentado no capítulo anterior, tampouco os aspectos religiosos faziam parte delas (ARAÚJO, 2002).

Segundo Vainfas (1986), o processo do casamento começava com uma espécie de festa de noivado, quando se firmava a promessa da união no ato da *despositio* ou *pactum conjugale*. A cerimônia era realizada na casa da futura esposa e reunia parentes dos noivos e testemunhas. Nessa ocasião, eram trocadas palavras e bens, e a tutela da filha era transferida pelo pai da moça a seu futuro marido, que retribuía a doação com a entrega de uma *donatio puellae*, ou garantia do contrato. Uma vez que a mulher era vista como parte do patrimônio familiar, sua entrega ao futuro marido celebrava a união das duas famílias reais ou nobres.

Posteriormente, o ritual das núpcias propriamente dito era realizado na casa do noivo, numa festa para muitos convidados. O momento mais importante, porém, ocorria no quarto dos futuros esposos, quando ao redor do leito se reuniam numerosas testemunhas e o pai do noivo celebrava a união. Todos testemunhavam a intenção da união carnal e da procriação, sendo que, desta forma, a fecundidade e a fidelidade absoluta da mulher eram parte essencial do casamento. A esterilidade e o adultério feminino eram, portanto, atos graves, que poderiam levar ao repúdio, ao abandono ou mesmo à morte da esposa infértil ou transgressora (ARAÚJO, 2002).

Essas regras eram válidas para os filhos mais velhos, que tinham o papel de perpetuar a linhagem, manter a transmissão da herança e exercer o poder. Os filhos mais novos podiam escolher outros caminhos, como os da vida religiosa ou de manter uniões consensuais ou baseadas em desejos carnis. As uniões conjugais assim estabelecidas visavam disciplinar a atividade sexual dos rapazes sem comprometer a honra da família. Eram, portanto, uniões também formais, mas quase sempre temporárias. A mulher era, neste caso, oferecida muito mais como um empréstimo do que propriamente dada à outra família (ARAÚJO, 2002).

Com a expansão do cristianismo a partir do século V e a queda do Império Romano, aos poucos a Igreja passou a ter poder sobre os ritos do casamento. Na Gália, em torno do século VI, a bênção da aliança conjugal era dada por um padre à porta do quarto do casal. Aos poucos esse rito foi se difundindo e se aperfeiçoando e, então, um clérigo passou a conduzi-lo, incensando o leito e espargindo-o com água benta (ARAÚJO, 2002).

Desde esta intervenção modesta até a instituição, pela Igreja, do casamento como único espaço legítimo para a experiência da sexualidade – no começo ainda com o objetivo exclusivo da procriação – houve um longo caminho, ao longo do qual diferentes grupos dentro da igreja se dividiram entre a aceitação e a condenação do casamento. Isso porque os ideais cristãos ainda eram marcados pelo ascetismo e pregavam a virgindade, a castidade e a continência. O celibato mantinha-se como o ideal de vida, pois livre dos encargos e tarefas domésticas o homem poderia se dedicar integralmente à vida religiosa. O matrimônio era, então, recomendado mais como uma concessão, no sentido de que se as pessoas não conseguiram ficar castas era melhor que se casassem, do que propriamente como um mandamento religioso (FIELDING, 1946).



FIGURA 14 – Uma cerimônia de casamento medieval. Pintura anônima.

Foi apenas por volta do século XII que a Igreja sacralizou o casamento, e apenas no século seguinte deu-se a normatização da moral cristã que instituiu o matrimônio como um sacramento. Nesse momento, o rito eclesiástico saiu da casa, seu lugar tradicional, e foi para a igreja. Inicialmente, acontecia do lado de fora ou na porta do templo, a fim de se

conferir publicidade ao novo cerimonial. Foi só com o tempo que passou do pórtico da igreja para o seu interior, adquirindo, então, o caráter sagrado e passando a ser definitivamente conduzido pelo clérigo (ARAÚJO, 2002).

Ao dar ao casamento esse caráter sagrado, quis a Igreja que ele fosse elevado a uma ordem sobrenatural. Transformando o matrimônio em um sacramento e conferindo-lhe um valor divino, a Igreja também introduziu nele o caráter de indissolubilidade e fidelidade. O casamento passou a ser um correspondente do amor entre Cristo e sua Igreja e buscava elevar o amor humano a uma potência que transcendesse a sua fragilidade (CHARBONNEAU, 1968).

Segundo Charbonneau (1968), se o batismo representa um renascimento em relao  vida divina, o casamento acrescenta uma nova transformao significativa para a alma. O ser de cada um dos cônjuges é modificado pelo sacramento que os unifica em todas as instâncias da existência. O eu anterior já não mais existe, a não ser identificado ao “nós”. Os cônjuges são unidos em suas ações, mas principalmente como se tivessem se tornado uma só entidade. Isso não significa uma unidade jurídica, de ação ou uma unidade exterior, mas uma “unidade tão interior quão íntima, do seu próprio ser” (p. 102).

Esse será o modelo que prevalecerá na sociedade ocidental e atravessar séculos, sofrendo mudanças não muito significativas ao longo do tempo.

Estamos aqui de volta ao tema da busca da totalidade. Como aponta Eliade (1992-1957), o casamento humano, nas várias formas que assume nas mais diversas culturas, é uma “imitao da *hierogamia* cósmica”, na qual a criao do mundo se dá pela união entre o Deus Céu e a Mãe Terra. Assim, no mundo humano, marido e mulher personificam, respectivamente o Céu e a Terra, sendo o mito cosmognico o modelo exemplar para as ações dos homens.

Nas palavras de Eliade (1992-1957):

Como era de se esperar, o mito divino é o modelo exemplar da união humana. Mas há um outro aspecto que importa sublinhar: É a estrutura cósmica do ritual conjugal e, por consequência, do comportamento sexual dos seres humanos. Para o homem não religioso das sociedades modernas, essa dimensão cósmica e ao mesmo tempo sagrada da união conjugal  difícil de se apreender. Mas, como já dissemos várias vezes, não se pode esquecer que, para o homem religioso das sociedades arcaicas, o mundo se apresenta carregado de mensagens. Por vezes, essas mensagens são cifradas, mas os mitos estão lá para ajudar o homem a decifrá-las (p. 155).

Isso é corroborado pelas ideias de Campbell (2012), que, como já foi dito, concebe o ritual como a confirmação de um mito e afirma que, ao participar de um ritual, o indivíduo e seu grupo participam do próprio mito. Em uma entrevista, ele complementa essa ideia dizendo:

E já que o mito é uma projeção da sabedoria profunda da psique, participando de um ritual, participando do mito, a pessoa está sendo colocada, digamos, de acordo com aquela sabedoria que é a sabedoria inerente a todo ser. A consciência está sendo relembrada da sabedoria de sua própria vida (CAMPBELL, 2005, CD 1).

Depreendemos daqui mais alguns elementos a respeito dos processos ritualísticos e de sua atuação na experiência do ser humano. Sabendo que as sociedades mais modernas prescindiram em grande parte de ritos ou que muito do significado deles foi perdido, podemos supor com certa facilidade alguns efeitos dessas carências.

Uma vez que tais práticas auxiliavam a demarcar e impulsionar passagens, é possível imaginar que hoje existam estagnações ou que esses processos sejam realizados agora com mais dificuldade ou sofrendo perdas. Sabemos também que outros aportes são procurados, mas igualmente muito já se apontou a respeito do fato de que eles não são de fato eficazes. Referimo-nos aqui a diversos tipos de transgressões, como o uso de drogas e a violência, e a outros comportamentos modernos que visam o preenchimento de um certo vazio existencial, como o consumismo, a superficialidade e a busca de prazeres instantâneos.

Especificamente em relação aos ritos de casamento, teremos oportunidade de nos aprofundar mais ao longo do trabalho. Vejamos agora algumas de suas características nos dias de hoje em nossa sociedade ocidental.

3.3.2. RITUAIS DE CASAMENTO HOJE: A PASSAGEM À COABITAÇÃO COMO RITO CONTEMPORÂNEO

Therborn (2006) apresenta estatísticas que mostram que a taxa de casamentos realizados no século passado em diferentes países do mundo variou: houve uma queda significativa nos países da União Europeia, no Canadá e em outras partes do globo, inclusive no Oriente, mas nos EUA notou-se um ligeiro crescimento. No Brasil, segundo dados do IBGE de 2010, o quadro também foi de aumento. O mais comum, no entanto, tem sido algum nível de declínio, mais ou menos intenso.

Os motivos disso são variados, mas um deles é que se retomou uma antiga prática que costumava borrar as fronteiras entre casamento e não casamento: a coabitação informal. Somada a uma tendência de adiamento do casamento e à possibilidade atual de se escolher viver sozinho, ela fez despencar os números dos matrimônios formais realizados (THERBORN, 2006).

A coabitação, como um casamento puramente consensual, era uma antiga prática em vários lugares do mundo e até mesmo na Europa cristã, para aquela parte da população menos abastada ou para os filhos não primogênitos e que não eram obrigados, portanto, a fazer casamentos que preservassem a linhagem, a herança ou o poder de suas famílias. Therborn (2006) mostra que essa prática perdera a legitimidade no início dos tempos modernos, aumentando repentinamente na época da Revolução Industrial, para um pouco depois ser abandonada novamente. No último terço do século XX, a coabitação ressurgiu, especialmente naquelas áreas onde teve sua origem histórica.

A coabitação é, assim, um fenômeno que há algumas décadas vem ocupando lugar de destaque novamente em todo o mundo, convertendo-se muitas vezes na principal forma de primeira união de sexo e domicílio e também no arranjo escolhido por muitos casais que desejam se unir. Para além disso, ela também vem ganhando um significado maior: a decisão de coabitar e todos os empreendimentos feitos a respeito dela têm adquirido cada vez mais as funções de um rito de casamento, uma demarcação da passagem, da transição para um novo status social e para uma nova estrutura de vida.

Segundo o levantamento bibliográfico feito sobre o tema pelas pesquisadoras Menezes e Lopes (2007), a coabitação tem sido tomada como um estágio da relação conjugal, uma etapa preliminar ou uma alternativa ao casamento formal. Pode ser considerada ainda como o próprio casamento, sendo que as etapas anteriores da relação são vistas pelos coabitantes como o estágio que precedeu a união conjugal efetivada pela casa em comum.

Ainda de acordo com a pesquisa mencionada, alguns casais coabitantes optam num momento futuro pela formalização do casamento, e os fatores envolvidos nessa decisão costumam ser: busca de um aumento da segurança emocional e econômica; expectativa a respeito de um maior comprometimento e estabilidade da relação; desejo de obter o status de “casado”, que ainda assume um caráter de prestígio na sociedade contemporânea; busca de satisfazer o desejo das famílias de origem, que muitas vezes ainda privilegiam a formalização da união, já que preservam valores mais antigos; e as expectativas relacionadas à

normatização da união conjugal, como uma definição mais clara dos papéis de marido e mulher e os benefícios daí decorrentes. Também se localiza com frequência uma expectativa bastante indefinida de aumento da felicidade em geral, de melhora da vida sexual e da qualidade do relacionamento conjugal como um todo (MENEZES e LOPES, 2007).

Para melhor entender a função da coabitação no casamento, tomando-a como uma espécie de rito ou etapa ritual que conduz à constituição da conjugalidade entre duas pessoas, podemos tomar como referência o que del Priore (2012) fala sobre costumes que prevaleciam num momento anterior relativamente recente. Segundo a autora, no início do século XX algumas regras normativas instituíam etapas bem diferentes no desenvolvimento das relações: o namoro deveria durar pouco, pois namoros longos levantavam suspeitas sobre as intenções do rapaz e muitas vezes comprometiam a reputação da moça; o noivado era um compromisso formal e um período importante de preparativos para o casamento, cercado, ele próprio, de pequenos rituais, que sempre envolviam a discrição no relacionamento e a prescrição de que se evitasse momentos de intimidade e de que a virgindade da mulher fosse preservada.

Com a revolução sexual e a liberação feminina, esses comportamentos se transformaram e praticamente se inverteram nos dias de hoje. Atualmente os tempos de namoro são bastante flexíveis, e a possibilidade de coabitar quase que substitui o compromisso maior do noivado, incluindo indubitavelmente a intimidade e a experimentação da vida sexual. O lugar que a coabitação tem ocupado na vida contemporânea parece ser muitas vezes a de uma tomada de decisão importante e a constituição de um passo mais significativo na trajetória do relacionamento. Muitas vezes prescindindo de um ritual, ocupa ela própria o lugar de rito, sendo ao mesmo tempo a passagem e o ponto de destino.

Os desdobramentos dessas novas experiências ainda não foram muito estudados, mas consideramos que a forma de constituição inicial da relação conjugal tenha grande relevância nos momentos futuros da relação. Como apontam Menezes e Lopes (2007), com a compreensão dos ciclos de vida dos casais e das famílias, pode-se considerar que essa forma de transição e constituição do casamento tem papel fundamental no desenvolvimento da relação.

Observadas do ponto de vista da passagem que representam, vemos que essas novas formas de se assumir a vida conjugal ainda precisam ser melhor compreendidas. O tópico a seguir, que aborda ritos que também caracterizam entradas em novas condições, no caso, em novos territórios ou lugares, pode nos ajudar a continuar aprofundando essas reflexões.

3.4 RITOS DE FUNDAÇÃO

Uma vez que o tema deste trabalho também é a casa, não podemos deixar de observar, ainda que de forma breve, os ritos relativos ao espaço a ser ocupado ou habitado, ou seja, os ritos de fundação.

Segundo Eliade (1992-1957), os atos humanos que não se originam em meros automatismos têm seu significado e valor no fato de reproduzirem atos primordiais, de serem a repetição de um fato mítico. A alimentação, por exemplo, não se constitui exclusivamente como uma simples busca de satisfação fisiológica, mas pode ser a renovação de uma comunhão, e o casamento, como vimos, contém uma série de componentes relacionados a fatos míticos.

Da mesma maneira, a criação das cidades e de qualquer habitação humana também segue modelos divinos, e a forma como esses espaços são construídos e depois ocupados reproduzem algo de uma realidade não meramente física e terrena.

Para as sociedades tradicionais, existia uma oposição entre o território que habitavam e o espaço desconhecido e indeterminado à sua volta, sendo o primeiro reconhecido como o Cosmos, e o segundo, o espaço estrangeiro e caótico, o Caos.

O que transformava o território habitado no Cosmos não era exatamente a organização que lhe era dada, mas a consagração prévia do lugar. O ritual de consagração ou de fundação transmutava o território em uma obra de Deus, reproduzindo com suas performances a própria criação do mundo e imprimindo nele o sagrado (ELIADE, 1992-1957).

Van Gennep (1909-1978) considera esses ritos de consagração ou de fundação como parte da categoria dos ritos de passagem. Para ele, toda nova casa ou novo território conservava-se como um tabu até que, mediante os ritos apropriados, essa condição fosse ultrapassada. A suspensão do tabu é, portanto, para este autor, uma passagem.

Várias práticas são realizadas e se constituem como ritos de fundação. O próprio van Gennep (1909-1978) cita procedimentos como lavagens, lustrações, comensalidade ou partilha de refeições e banquetes, libações, ou seja, o derramamento de líquidos como oferenda a divindades, visitas cerimoniais, consagração das diversas partes da casa ou do território, divisão do pão, partilha do sal ou de bebidas especiais.

Em se tratando de moradias, esses ritos se constituem como processos de identificação dos futuros habitantes com a sua nova casa. No caso de os próprios futuros moradores serem os construtores da residência, os ritos costumavam começar já no início da obra (VAN GENNEP, 1909-1978).

Os registros mais detalhados de ritos de fundação de que dispomos hoje são os das cidades romanas. Segundo Rykwert (2006), as práticas rituais começavam com a própria escolha do local, que levava em conta critérios como salubridade e boa localização estratégica, mas principalmente os bons augúrios, captados como mensagens divinas que referendavam ou não a escolha do local. Para isso, era feita uma observação cuidadosa de sinais da natureza, como o voo dos pássaros, o comportamento de certos animais, o exame de vísceras de animais mortos, os trovões e outros.

Sennet (2006) detalha as etapas seguintes, destacando a importância da busca de um lugar especial que os romanos chamavam de *umbilicus*. Este seria o centro da cidade e era demarcado por meio do estudo dos céus. Os cálculos levavam em conta a passagem do sol e outras medidas das estrelas tomadas à noite, de modo que o firmamento era dividido em quatro partes. Os topógrafos buscavam, então, o lugar central em que essas partes se encontravam e descobriam depois seu ponto correspondente na terra. Este se constituía, assim, como o centro do território e passava a ser reconhecido como tendo um imenso valor religioso. Entendia-se que ali a cidade se conectava com os deuses da terra e da luz.

Depois de encontrado o centro, cavava-se nesse lugar um buraco, o *mundus*, constituído por uma ou duas câmaras consagradas aos deuses do inferno, que habitavam as profundezas. Ali eram, então, depositadas frutas e outras oferendas, que os próprios engenheiros se ocupavam de trazer, a fim de agradar os deuses infernais. Ao final dessa etapa, era disposta uma pedra quadrada sobre o *mundus* e ali era aceso um fogo sagrado (SENNET, 2006).

Desse momento em diante, o espaço antes estranho e alheio se tornava um lugar particular, reconhecido e investido de subjetividade. Ao final de mais algumas cerimônias, a cidade havia recebido as bênçãos dos deuses, que passavam a ser benevolentes com a comunidade. A cidade havia então nascido.

Os ritos ainda continuavam com a ação de arar a terra e demarcar os limites do território. Muitas vezes era só depois dessa delimitação e da purificação do solo pela aragem que a comunidade tinha a autorização para tomar posse da terra. Rykwert (2006) dá grande importância ao caráter sacro que tinham as muralhas e sua construção. Também as portas que

davam acesso às cidades, bem como outros elementos defensivos, como os fossos, tinham um sentido que suplantava a dimensão material. Sempre investidos de caráter simbólico, sua função era especialmente guardar a unidade social e religiosa da comunidade, com a assistência de deuses e deusas.

Vários desses elementos podem ser encontrados em inúmeras outras culturas, como nos ritos de construção das cidades hindus, que seguiam uma série de cerimônias rituais e obedeciam o traçado sagrado de mandalas, nas tribos africanas e mesmo entre os índios brasileiros, com suas aldeias e casas circulares, construídas de tal maneira que reproduzissem visões cosmogônicas.

O ato de arar a terra como estágio ritualístico de preparo para a ocupação de um território aparece também em outros povos. Eliade (1992-1954) diz que quando os escandinavos tomaram posse e colonizaram a Islândia, eles araram toda a terra, mas não fizeram isso por considerarem o trabalho concreto necessário em si mesmo, mas porque precisavam repetir o ato dos deuses de organizar o Caos, atribuindo-lhe estrutura, formas e normas.

A ideia de centro e o fogo sagrado que ali é aceso reaparecem igualmente em diversas culturas. Vale nos lembrarmos das práticas rituais executadas pelos gregos e relacionadas à deusa Héstita, por exemplo.

Embora hoje em dia pouco se encontre desses ritos, resquícios ou partes deles ainda podem ser identificadas em diversos lugares. Por exemplo, os pórticos de entrada das cidades, as praças como centro, a disposição das ruas a partir delas, os monumentos mais altos, também o portão de entrada de uma casa, todos esses são elementos espaciais em torno dos quais circulam permanentemente certos ritos.

Van Gennep (1909-1978) descreve ainda outros procedimentos que se vinculam aos ritos de fundação. Ele diz que, em se tratando de uma aldeia, cidade, templo ou casa, várias práticas de transposição acontecem. A entrada cuidadosa e ritualística feita nesses lugares evoca de forma mais ou menos sutil as forças transcendentais das quais o homem se apercebe. Também os pórticos, as aberturas nas muralhas e mesmo a porta de entrada da casa são impregnados de certo caráter sacro, e isso determina que inúmeros ritos sejam feitos em relação a eles. Muitas vezes a soleira da porta é regada com bebidas, sangue ou água, os portais podem ser cobertos com sangue ou perfume ou neles se dispõem vários objetos sacros.

Isso aparece nos costumes de diversos povos: os muçulmanos deixam os sapatos para entrar na mesquita, os japoneses também o fazem antes de entrar em casa, tira-se o chapéu

sempre antes da entrada em um recinto, os católicos molham os dedos na pia de água benta e fazem o sinal da cruz, e há muitas superstições no Brasil sobre a relação entre a entrada e a saída de um lugar: não se deve jamais sair da igreja pela mesma porta pela qual se entrou e nas casas ocorre o oposto, sendo recomendado que a saída seja sempre pela mesma porta da entrada. Segundo Bastide (2006), faz parte do folclore brasileiro, principalmente no meio rural, o costume de se pendurar inúmeros objetos “profiláticos” à porta das casas. São selos-de-salomão ou cruzeiros rústicos, papéis com rezas “fortes”, ferraduras e figas, o que demonstra o caráter especial de que são revestidas as entradas.

De maneira mais precisa, é possível dizer que a porta é o limite entre o mundo estrangeiro e o doméstico, entre o mundo profano e o sagrado. Assim, atravessar a soleira significa ingressar em um mundo novo e desconhecido, ainda estrangeiro e caótico do ponto de vista de quem a ele não se integrou (VAN GENNEP, 1909-1978; ELIADE, 1992-1957).

É esse motivo que confere aos atos de entrada uma grande importância. Eles podem marcar inclusive as cerimônias de casamento, bem como as ordenações, inaugurações e os ritos funerários. Acontece aí a fundação de um novo estado, e van Gennep (1909-1978) identifica esses ritos como “ritos de soleira”, advertindo que os considera como ritos de preparação para a aliança, ou seja, ritos preliminares. Ele também os classifica como sendo ritos de margem, e voltamos aqui à questão do estado de liminaridade apontado também por Turner.

Quando, por exemplo, uma pessoa, sem tocar a terra, precisa ser transportada nos braços ou numa liteira ou mesmo em um carro ou animal numa cerimônia ritual, ela não está sendo apenas conduzida fisicamente para outro lugar, nem isso acontece pelo perigo de uma contaminação do espaço novo. Da mesma maneira, ter de se sentar durante os ritos num trançado de vime ou numa armação mais elevada, como um trono, não é um mero assunto concreto ou material.

Esses ritos, que valem para o nascimento, para a entrada na puberdade, para o casamento, para a ordenação, para os funerais etc. favorecem, ao que tudo indica, o deslocamento de uma pessoa de um estado a outro. São ritos de margem, porque nesse momento o indivíduo não está identificado com nenhum dos papéis que tinha até então ou não pertence nem ao mundo sagrado nem ao mundo profano “(...) ou ainda, pertencendo a um dos dois [mundos] não se deseja que se reagregue fora de propósito ao outro, é isolado e mantido em uma posição intermediária, sendo sustentado entre o céu e a terra, (...) suspenso entre a vida e a morte” (VAN GENNEP, 1909-1978, p. 155).

Voltando à fundação de uma cidade ou de uma casa, isso se configura quase como se fosse um ato antinatural. Por causa disso, ele precisa de ritos de expiação e de condução, a fim de que a ocupação do novo território seja feita sob bons auspícios. Segundo Rykwert (2006), cada espaço está rodeado de seus mitos particulares, e o principal arquétipo relacionado à sua fundação é o próprio Éden. Os ritos tentam assegurar a máxima felicidade aos moradores.

Terrin (2004) diz ainda que o espaço é componente essencial e originário dos ritos em geral. Ele chama a atenção para o fato de que na própria conceituação de rito está presente a noção de espaço, como elemento que mais o qualifica e permite a sua compreensão – trata-se aqui da origem etimológica da palavra, tal como já foi apresentada: *ritus* é uma palavra latina que significa “ordem estabelecida” e refere-se a ordenar o mundo, estabelecer sua organização essencialmente espacial. O autor afirma ainda, a partir disso, que a relação entre macrocosmo e microcosmo é administrada sempre que se dá lugar a um rito. Assim, todo rito estabelece uma ligação com uma ordem transcendente, permitindo que ela se manifeste nos espaços terrenos.

Um dos grandes problemas que vivemos nos dias de hoje, em que a visão científica e positivista tomou conta e guia a compreensão do mundo, é que se perdeu essa orientação e ordenação que permite que o homem se situe de forma mais satisfatória em relação ao universo. Fatos como esses, característicos do mundo contemporâneo, produzem efeitos desagregadores sobre a forma como as pessoas se comportam e vivem a experiência das cidades e de suas casas, não se sentindo parte nem do universo nem da comunidade e, às vezes, nem delas mesmas. Isso parece só ocorrer quando se estabelece uma correspondência entre os indivíduos ou os grupos e o cosmos e o mundo construído que os rodeia.

No próximo capítulo, abordaremos os pontos essenciais da psicologia analítica, sendo esta uma teoria que nos oferece ricos parâmetros em que tais dimensões são consideradas e incluídas. Isso nos possibilita um aprofundamento a respeito dos fenômenos aqui descritos e auxilia o estabelecimento de importantes relações que eles têm com os aspectos psicológicos e a vida humana contemporânea.

PARTE 4 – PSICOLOGIA ANALÍTICA

*A casa, certamente, era o símbolo da minha
personalidade e do seu campo consciente de interesses;
a ala desconhecida da residência representava
a antecipação de um novo campo de interesse
e pesquisa de que, na época, a minha consciência não se apercebera (...)*

Jung, em *Memórias, sonhos, reflexões*, 1961

4.1 BASES GERAIS DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Toda a profunda experiência que o casamento representa na história da humanidade e sua presença quase mítica no universo das experiências humanas remetem-nos à ideia de arquétipo desenvolvida por Jung.

Tendo observado a existência de imagens com características mitológicas e primitivas e de caráter coletivo nas fantasias e sonhos de seus pacientes, Jung começou a conceber que haveria uma fonte comum para o pensamento e as imagens criadas pela mente humana, ou seja, que haveria certas “estruturas gerais” da psique. Das perguntas iniciais suscitadas por essa percepção, ele desenvolveu a concepção do inconsciente coletivo, “um substrato psíquico comum, de natureza suprapessoal, que existe em todo indivíduo” (JUNG, 1934-2002, p. 15). O conteúdo do inconsciente coletivo foi então entendido como sendo composto por uma combinação de padrões e forças universais que atuam como moldes para as apreensões e o funcionamento da consciência nas diferentes experiências do ser humano.

Jung nomeou essas predisposições psíquicas de *arquétipos*, entendendo-as como uma herança inconsciente que organiza e orienta as experiências individuais vividas. Interagindo com o contexto físico-social-afetivo, os arquétipos influenciam o pensar, o sentir e o agir e tornam possível ao homem “reagir humanamente” (JUNG, 1934-2002).

Assim, os arquétipos se manifestam nos comportamentos e imagens que giram em torno de acontecimentos fundamentais da vida, como o nascimento, a morte, determinados eventos da natureza, as experiências com a mãe ou com o pai, os encontros homem-mulher, o próprio casamento, entre outros. Segundo Jung (1934-2002), “intermináveis repetições imprimiram essas experiências na constituição psíquica [do ser humano]” (p. 87).

O que se apresenta como inato para o homem é, então, algo como que uma possibilidade formal de se apreender experiências similares àquelas que vêm sendo vividas pela humanidade ao longo do tempo, uma espécie de potencial ou disposição para certos tipos de atividades psíquicas.

Desde fatos corriqueiros da vida cotidiana, que se repetem continuamente, às situações mais impactantes, perigosas ou ameaçadoras, todas essas experiências dão origem aos arquétipos – ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, se originam neles. Jung mostra que as

realidades mais imediatas e mais próximas de nós, como, por exemplo, o pai, a mãe e os filhos, estão diretamente relacionadas a importantes e poderosas imagens arquetípicas.

Para melhor compreendermos os arquétipos, tomemos a figura da mãe, a depositária das mais remotas experiências do ser humano até os dias de hoje. Como aspecto vazio e formal, a mãe, enquanto arquétipo, se constitui como espaço para representações e experiências diversas. Apesar de uma nomeação e significados em comum, os quais determinam em parte a sua aparência, a “mãe” pode se manifestar em formas às vezes bastante diversas: é possível que surja como a mãe propriamente dita, mas também como a avó ou a madrasta, a sogra ou a ama-de-leite. E também como a terra, a lua, as águas ou uma floresta. Entre os animais, a vaca talvez possa ser considerada em nossa cultura como o expoente maior desse arquétipo.

Em sentido mais restrito, temos a mãe arquetípica aparecendo como o lugar do nascimento ou da concepção, o jardim, o rochedo, a gruta, a árvore, a fonte, o poço profundo, a pia batismal, a flor como recipiente (a rosa e o lótus), o útero ou qualquer forma oca, como, por exemplo, o forno e o caldeirão. É a isso que Jung (1934-2002) se refere quando diz que um mesmo arquétipo traz consigo inúmeros aspectos.

É importante discriminar aqui os símbolos acima indicados e os aspectos que a mãe pode assumir, como, por exemplo, os da mãe continente, da mãe que dá origem, daquela que nutre ou que apoia o desenvolvimento, da mãe como local de origem, como órgão que gesta ou ainda da mãe que conecta o ser à biologia, ao prazer, à natureza, ao corpo, ao espírito e também à destruição.

Isso significa que o que os elementos anteriormente enumerados têm em comum como atributos do arquétipo da mãe são: o cuidado, a nutrição, a fertilidade, o prazer, o sustento e as condições para o crescimento e desenvolvimento; também a autoridade do feminino, a sabedoria e a elevação espiritual, a bondade e o renascimento. Como aspectos negativos e nefastos relacionados a esse arquétipo, temos o secreto, o oculto, o obscuro, o abissal, o mundo dos mortos, o devorador, o que envenena e o que seduz.

O efeito dos arquétipos na vida humana é que essas poderosas experiências ancestrais da humanidade, ricas de afetos e de imagens, embasam e estimulam o processo de individuação, interagindo constantemente com a consciência, muitas vezes numa atuação de imensa força psíquica a partir do inconsciente (JUNG, 1928-2008b).

Há que se atentar, portanto, que a existência do inconsciente coletivo, cujo conteúdo são os arquétipos, indica que nossa consciência individual não pode ser de modo algum livre de disposições, preceitos e pressupostos, mas que se encontra, ao contrário, fortemente condicionada por esses fatores herdados e não totalmente conhecidos. A isso se juntam evidentemente as influências inevitáveis vindas do meio ambiente, incluindo as experiências vividas e a cultura (JUNG, 1928-2008b).

Segundo Jung (1934-2002), em torno dos núcleos constituídos pelos diversos arquétipos vão se reunindo elementos de experiências individuais carregadas emocionalmente, ou, dito de outra maneira, vão se estabelecendo associações de ideias e imagens que têm coesão com o núcleo arquetípico. Tal coesão é mantida pelo afeto comum, que embasa e aglutina o conjunto desses elementos.

Esse é o processo que dá origem aos complexos, os agrupamentos de conteúdos psíquicos carregados de afeto que se configuram nas experiências particulares de um indivíduo. Por terem essa origem, os complexos são parte do inconsciente pessoal – sem deixarem, contudo, de possuir um embasamento arquetípico.

Resumidamente:

Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os *complexos de tonalidade emocional*, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados *arquétipos* (JUNG, 1934-2002, p.16).

Dessa maneira, há nas experiências de uma pessoa um aspecto universal e outro pessoal, que interagem, se influenciam, agregam e dão tonalidade a tais experiências.

Singer e Kimbles (2004), autores pós-junguianos, apontam ainda que a teoria dos complexos de Jung pode ser aplicada à vida em grupo. Para eles, haveria um nível do complexo que viveria na psique grupal como um todo e também no nível coletivo da psique dos indivíduos que compõem os grupos. A esses complexos foi dado o nome de *complexos culturais*.

Eles também são agregados de ideias e imagens emocionalmente carregadas que se aglomeram ao redor de um núcleo arquetípico. Os complexos culturais atuam na psique tanto dos indivíduos quanto na dos grupos, influenciando a percepção e o comportamento e estruturando experiências emocionais. Sua origem também está em experiências anteriores, neste caso, naquelas experiências que foram vividas coletivamente.

Uma vez que se encontram num nível inconsciente, eles tendem a ser repetitivos, resistentes e autônomos em relação à consciência. Também têm como característica algum tipo de cisão. Isso cria, em um grupo ou em indivíduos, processos de identificação com a parte ativada do complexo, enquanto o oposto é projetado fora, em supostos oponentes, sejam eles pessoas, situações, outros grupos ou nações e assim por diante. Segundo Scandiucci (2014), apesar disso, os complexos culturais facilitam o funcionamento grupal e a relação do indivíduo com o grupo e sustentam o sentimento de pertencimento, identidade e continuidade histórica.

Complexos culturais não são o mesmo que identidade cultural, mas podem influenciá-la, inserindo em sua experiência a matiz emocional da qual são compostos (SINGER E KIMBLES, 2004).

Com isso, podemos pensar que muito do que inicialmente vemos como individual, é na verdade, cultural. O mesmo vale para o coletivo. Um inconsciente cultural é, de fato, uma “área” de onde emergiriam certos componentes da vida, que se manifestam tanto no nível da psique individual quanto na rede que conecta os indivíduos no grupo.

Todos esses aspectos são especialmente atuantes também nas relações amorosas. Uma identificação mais apurada da origem de certos comportamentos, visões e afetos é necessária para que se possam entender as experiências dentro dos relacionamentos. Os elementos até aqui abordados influenciam, moldam e, em alguns casos, até mesmo determinam incondicionalmente, a forma como as pessoas estabelecem suas relações, como as vivem e como reconhecem e experienciam os acontecimentos que giram em torno dessas relações.

Além desses conceitos centrais da psicologia analítica, é importante destacar como ponto essencial da visão de homem de Jung a ideia do processo de individuação, que também será fundamental para o estudo da conjugalidade.

A individuação é entendida como um “tornar-se si mesmo” ou “o realizar-se do Si-mesmo” (JUNG, 1928-2008b) – sendo o Si-mesmo o amplo escopo da personalidade, que engloba tanto a psique consciente quanto inconsciente. A meta do processo de individuação é uma espécie de casamento interno, condição em que as instâncias psíquicas polares podem estar contidas e interagir, de maneira que nenhuma delas seja excluída. Em outras palavras, a individuação, objetivo central da vida humana, diz respeito à busca pela experiência da

totalidade do ser. Para isso, se faz necessário que conteúdos inconscientes sejam articulados e minimamente integrados à consciência.

Ao longo de sua obra, Jung tratou, então, não apenas do casamento como fato externo, a união entre duas pessoas, mas também do casamento das partes conscientes e inconscientes da psique de um indivíduo – representadas pelo ego, centro da consciência, e pelos conteúdos pessoais relacionados a certos arquétipos, que comumente se apresentarão como manifestações de complexos.

As instâncias subjetivas não apenas influenciam, mas são determinantes para os fatos objetivos e concretos observados ao longo da vida humana, entre os quais se situa a construção da conjugalidade. O mesmo se dá, sem dúvida, no sentido oposto: fatos oriundos do meio ambiente e também da cultura influenciam e moldam aspectos do âmbito mais pessoal do homem.

Importante apontar que enquanto os arquétipos da mãe e do pai são centrais nas primeiras etapas do desenvolvimento e permitem a formação dos complexos parentais, na aproximação da vida adulta as imagos do pai e da mãe vão sendo gradualmente afastadas e substituídas por outros arquétipos, que passam a ser mais relevantes (JUNG, 1928-2008b). Entre os arquétipos que se investem de grande significado ao longo da vida e de forma particular na vida adulta há duas figuras, uma feminina e outra masculina, às quais Jung deu respectivamente os nomes de *anima* e *animus*. Sobre isso ele alerta que os fatos que se exprimem nesses conceitos dizem respeito a um “conteúdo sumamente dramático do inconsciente” (JUNG, 1934-1988, p. 11) e sugere que para entendê-los é melhor nos apoiarmos nas formas de expressão mitológicas mais do que na ciência com o seu pensar abstrato.

Sintética e classicamente se diz hoje que a anima é a como que a personalidade feminina interna no homem ou suas tendências psicológicas femininas, e o animus, a personalidade masculina interna na mulher ou suas tendências psicológicas masculinas. Ou seja, anima e animus são a contraparte sexual e funcionam de forma compensatória em relação à disposição consciente do ego de homens e mulheres respectivamente.

Jung concebeu a existência destes arquétipos num longo trajeto de investigação, que começou com uma experiência pessoal. Ele conta em sua biografia que, após o rompimento com Freud, em 1913, atravessou uma fase de muitas incertezas e inseguranças, questionando o valor do que fazia enquanto ciência. Certo dia, trabalhando e debruçado sobre essa dúvida, ouviu uma voz feminina dentro de si dizer: “O que fazes é arte”. Surpreso, ele reconheceu que

a voz era a de uma paciente e começou a elaborar a ideia de que talvez seu inconsciente tivesse construído uma personalidade que não era a dele e que tinha opiniões próprias, que sua consciência desconhecia e estranhava. Enquanto em seu ego e persona Jung se identificava como sendo um cientista, essa figura interna identificava-o com a arte.

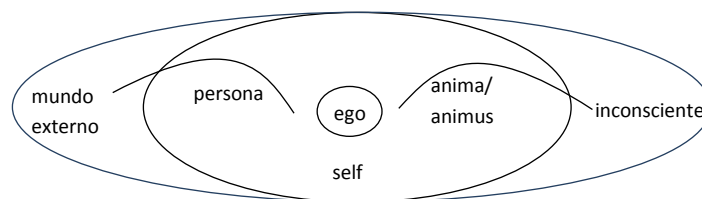
Jung replicou que o que fazia nada tinha a ver com arte e a voz se calou. Esta interlocução se repetiu e Jung (1961-1989) refletiu: “A ‘mulher em mim’ talvez não dispusesse de um centro da palavra” (p. 165). A partir daí, ele passou a escrever cartas a esta parte de si mesmo, cujas ideias e concepções diferiam de sua atitude consciente. Aqui estavam lançadas as bases do conceito do arquétipo da anima, que Jung foi desenvolvendo nos anos seguintes.

Em *Tipos psicológicos* (1921), já definitivamente separado de Freud, ele sumariou os principais conceitos do que havia elaborado como sua nova teoria. Ali discorreu, então, de forma extensa sobre a anima e o animus. No capítulo final, onde apresenta a definição de vários termos, fala de tais arquétipos como estruturas psíquicas que situa numa posição complementar à persona.

Neste momento da elaboração de sua obra, Jung considera a persona como um complexo funcional que atua na relação do indivíduo com os objetos do mundo externo, enquanto a anima, de maneira oposta, seria o complexo funcional por meio do qual se estabelecem as relações com o mundo interno – este último constituído, segundo Jung, por estímulos, pensamentos, sentimentos e sensações vagas e obscuras, tratando-se, portanto, do inconsciente. Ele diz:

A experiência cotidiana nos autoriza a falar tanto de uma personalidade exterior quanto a presumir uma personalidade íntima. A personalidade íntima é o modo como nos comportamos ante os processos psíquicos interiores, é a disposição íntima, o caráter com o qual enfrentamos o inconsciente. À disposição externa, ao caráter exterior, chamamos persona e chamo anima, alma, à disposição íntima (JUNG, 1921-1971, p. 202).

Temos, então, neste ponto da teoria algo como:



A persona tem importância significativa na concepção da estrutura psíquica que Jung desenvolveu. Na sequência desse mesmo texto, ele fala da total independência deste

complexo funcional em relação à disposição habitual do indivíduo – tal como se dá, aliás, com qualquer outro complexo –, destacando da linguagem cotidiana uma expressão que mostra sua qualidade de funcionar, quando não está minimamente articulada à consciência, quase como que uma “possessão” por outra personalidade: “fulano é completamente *outro* quando faz tal coisa”.

É ainda nesta obra que Jung também afirma o aspecto de a anima e também o animus tenderem a se comportar complementarmente em relação ao caráter externo do indivíduo. Assim, exteriormente uma pessoa pode ser dura e forte e interiormente apresentar-se muito suscetível a qualquer temor ou ameaça. O mesmo se diz das qualidades de racionalidade e emotividade e assim por diante. Dessa forma, anima e animus possuiriam qualidades humanas que faltariam à consciência.

Jung aponta que o aspecto complementar se apresenta também no caráter sexual e explica que uma mulher muito feminina terá uma alma masculina e um homem viril terá uma alma feminina. Ele identifica a origem desse contraste no fato de que, quanto mais viril for a disposição externa de um homem, por exemplo, mais terão sido eliminados daí os traços femininos, os quais farão, portanto, sua aparição na anima. O contrário acontece com as mulheres: quanto mais feminina é uma mulher exteriormente, mais ela manifestará traços masculinos em questões íntimas ou estes traços se converterão em qualidades da alma (JUNG, 1921-1971).

Como esclarece Stein (2006), o que se dá é que se um homem assume uma persona dotada em alto grau de todas aquelas qualidades culturalmente associadas à masculinidade, as características que não se coadunam com essa imagem serão suprimidas e se manifestarão na estrutura inconsciente complementar, a anima. O mesmo se dá com a mulher em relação à sua persona e ao animus.

Os conceitos de anima e animus são hoje muito controversos, em função da caracterização que Jung fez de homens e mulheres. Ele diz que, ao menos em termos ideais, na disposição geral manifesta do homem preponderam a lógica e a objetividade, enquanto que na mulher prevalecem os sentimentos. Em compensação, na alma as coisas se invertem, e o homem é mais sentimento, enquanto a mulher é mais lógica e racional.

É claro que Jung se referia ao homem e à mulher de seu tempo, quando estas características eram mais marcantes e preponderantemente distintas dos sexos. Voltaremos à questão da controvérsia mais adiante. Aqui o que nos interessa é ainda apresentar algumas questões comparativas em relação à persona.

Discorrendo sobre a persona, Jung aponta que uma mesma pessoa pode assumir diferentes disposições, dependendo do ambiente em que se encontra e dos papéis que precisa desempenhar – em casa, no trabalho ou com amigos, como pai/mãe ou filho, como chefe ou subalterno e assim por diante. Dessa forma, surge como pergunta qual dessas disposições corresponderia verdadeiramente ao caráter da pessoa. Jung diz que a persona não se refere a um verdadeiro caráter ou a uma personalidade individual, mas a uma personalidade coletiva, que responde a circunstâncias gerais ou àquilo que de forma mais geral se apresenta.

Surge, então, como pergunta se a disposição em relação ao mundo íntimo constitui a personalidade “real” do indivíduo. Para Jung nessa época, da mesma maneira que a persona é fortemente influenciada e conformada pelo meio, a alma, referindo-se aqui a anima e animus, pode ser conformada e condicionada pelo inconsciente.

Em medida semelhante à identificação que uma pessoa estabelece com sua persona, ela também pode fazê-lo em relação a traços e conteúdos do inconsciente, sendo invadida por eles e não conseguindo se diferenciar do que aí vive. Jung (1921-1971) explica:

A identidade com a persona condiciona automaticamente uma identidade inconsciente com a alma, pois quando o sujeito, o eu, não se distingue da persona, não se estabelece uma relação consciente com os processos do inconsciente. Neste caso, a pessoa torna-se estes mesmos processos, passa a ser idêntica a eles. Quando alguém não se diferencia dos papéis que representa ante o mundo externo também não se diferencia ante o influxo dos processos internos. Nesse caso, também se torna excluída a possibilidade de uma linha individual e a vida oscila em extremos (p. 205).

Trata-se daqueles casos em que uma pessoa, por exemplo, sendo extremamente autoritária em suas atitudes para com os outros é tomada por medos aparentemente infundados vindos de dentro. Esses medos ameaçam a atitude de poder assumida pelo ego como se fosse uma característica individual construída, mas que de fato diz respeito a uma identificação com uma persona autoritária, elemento por natureza mais coletivo. Mecanismos compensadores do inconsciente lutam, então, contra a rigidez de tal identificação e buscam disposições mais salutares para o fluxo da energia psíquica.

Embora não tenhamos a intenção de esmiuçar aqui o conceito de persona, vale a pena indicar que outros autores, desenvolvendo as ideias lançadas por Jung a respeito desse tema, veem na persona aspectos bastante positivos. Freitas (2005), por exemplo, propõe uma revalorização da persona, por meio do reconhecimento de seus aspectos facilitadores do convívio social e da apreensão de códigos culturais, fatos que são por si só benéficos para o desenvolvimento e fatores necessários para a vida psíquica.

Além disso, sempre há, como o próprio Jung (1928-2008a) afirma, um aspecto individual que influencia a escolha e a composição da persona. Assim, Freitas (2005) também aponta que, ao invés de ser um mero obstáculo ao processo de individuação, a persona é reveladora também da própria individualidade e que o trabalho consciente com seus aspectos, implicando confronto, aprimoramento ou supressão de facetas da persona, pode ser um forte propulsor de tal processo.

Retomando o desenvolvimento da teoria de Jung, na época em que ele apresentava o aspecto de complementariedade entre persona e anima e animus, a noção de sombra ainda não havia sido devidamente situada e desenvolvida. Num momento posterior, será a sombra que absorverá boa parte dos conteúdos que não puderam compor a identidade consciente de uma pessoa, por serem incompatíveis com a imagem que ela tem de si. A relação de complementariedade se dará, então, entre a persona e a sombra (STEIN, 2006).

Isso irá se constituir como ponto de partida de uma mudança essencial na teoria de Jung. Uma vez que anima e animus deixam de ser vistos apenas como o complemento da persona, modelados pelo que dali foi apartado e constituindo-se como uma espécie de reflexo negativo das atitudes coletivas da época, Jung definitivamente reconhece que suas raízes se estendem muito mais fundo, sendo esses elementos modelados pelo inconsciente e por suas qualidades.

Assim, se a sombra não leva, usualmente, o indivíduo muito além daquelas partes da psique que foram rejeitadas pela persona, as estruturas da anima e do animus, por outro lado, são as pontes para as distantes regiões do inconsciente. Nesta época, Jung estava justamente prestes a penetrar com sua teoria no inconsciente coletivo. Aqui já estão lançadas as bases para que mais tarde ele conceba anima e animus como imagens arquetípicas.

O texto seguinte de Jung que é significativo na construção da ideia de anima e animus é justamente *O casamento como relacionamento psíquico* (1925). Lá ele enfim expõe sua compreensão da natureza arquetípica de anima e animus, deixando de situar essas estruturas psíquicas como complementares à persona. O que ele explica ali reproduziremos literalmente, a fim de mantermos presentes as afirmações precisas que Jung fez, inclusive a respeito do que é um arquétipo, sua origem e seu caráter hereditário e inato (ao menos tal como Jung concebeu nesta época):

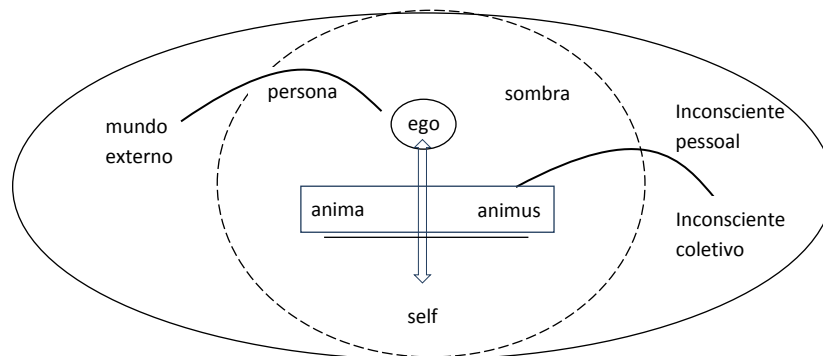
Cada homem sempre carregou dentro de si a imagem de uma mulher; não é a imagem desta determinada mulher, mas a imagem de uma determinada mulher. Essa imagem, examinada a fundo, é uma massa hereditária

inconsciente, gravada no sistema vital e proveniente de eras remotíssimas; é um “tipo” (“arquetipo”) de todas as experiências que a série dos antepassados teve com o ser feminino, é um precipitado que se formou de todas as impressões causadas pela mulher, é um sistema de adaptação transmitido por hereditariedade. Se já não existissem mulheres, seria possível, a qualquer tempo, indicar como uma mulher deveria ser dotada do ponto de vista psíquico, tomando como ponto de partida esta imagem inconsciente (JUNG, 1925-2008, p. 207, grifos do autor).

E se refere, então, à mulher:

O mesmo vale para a mulher, pois ela igualmente carrega dentro de si uma imagem inata do homem. A experiência, porém, nos ensina a sermos mais exatos: é uma imagem de *homens*, enquanto que no homem se trata de uma imagem de *mulher* (JUNG, 1925-2008, p. 207).

Neste ponto temos então algo como:



Algum tempo depois, no livro *Aion: estudos sobre o simbolismo do Si-mesmo*, de 1934, Jung dedica um dos capítulos iniciais à questão da anima e do animus e volta a tratar destes fatores psíquicos de difícil apreensão. Nesse texto, Jung parte do fato de que ambos os sexos têm, até mesmo geneticamente, componentes do sexo oposto. Com isso, ele afirma que homens e mulheres são ao mesmo tempo masculinos e femininos, havendo apenas uma diferença na disposição de tais características. Ele diz a esse respeito:

O sexo oposto até certo ponto é inerente a cada sexo, pois biologicamente falando é só o maior número de genes masculinos que determina a masculinidade. O número menor de genes femininos parece determinar o caráter feminino que devido à sua posição subordinada permanece habitualmente inconsciente (JUNG, 1934-2002, p. 36).

Assim, anima e animus seriam uma espécie de personalidade interna, que apresentariam as propriedades que faltam à personalidade externa consciente. O homem seria compensado por uma natureza feminina, e a mulher, por uma natureza masculina.

Para entender melhor essas qualidades e formas de atuação, tomamos inicialmente as palavras de Jung a esse respeito:

Uso os termos “Eros” e “Logos” meramente como meios nocionais que auxiliam a descrever o fato de que o consciente da mulher é caracterizado mais pela vinculação ao Eros do que pelo caráter diferenciador e cognitivo do Logos. No homem, o Eros, que é a função de relacionamento, via de regra aparece menos desenvolvido do que o Logos. Na mulher, pelo contrário, o Eros é expressão de sua natureza real, enquanto que o Logos muitas vezes constitui um incidente deplorável (JUNG, 1934-2002, p. 12).

O inconsciente coletivo se expressa nas figuras da anima e do animus, que personificam seus conteúdos. Tais conteúdos podem ser integrados à consciência ou não. No primeiro caso, eles se constituem como funções e por meio delas os conteúdos do inconsciente coletivo são transmitidos à consciência. Isso só pode acontecer quando há uma afinidade entre as tendências da consciência e o inconsciente.

Nessa atuação positiva anima e animus funcionam, então, como um “psychopompo”, ou seja, como um intermediário, um guia condutor. Assim, a anima torna-se um Eros e imprime, segundo Jung (1934-1988), uma relação e uma polaridade na consciência do homem, enquanto que o animus se transforma em um Logos e confere um caráter meditativo, uma capacidade de reflexão e conhecimento à consciência da mulher. Todas essas questões são igualmente controversas e datadas, mas gostaríamos de aqui apresentar o desenvolvimento da teoria e eventualmente poder discutir aspectos que parecem se referir a contextos culturais e históricos específicos.

O que Jung aponta na sequência de suas investigações é que, se por acaso existir uma distância ou se surgir uma tensão entre essas instâncias psíquicas, tal função se voltará contra a consciência, passando a atuar “como uma cisão sistemática da personalidade ou como uma alma parcial” (JUNG, 1934-1988, p. 18).

Segundo Emma Jung (1967-1991) o caráter dessas figuras se estabelece com base em três fatores: (1) a própria estruturação no sexo oposto já mencionada; (2) as experiências que cada indivíduo teve ao longo da vida no trato com pessoas do sexo oposto; e (3) a imagem coletiva que o homem tem da mulher e vice-versa. Segundo a autora esses três fatores se condensam numa “grandeza”, que é imagem e experiência, mas ainda mais numa espécie de essência, que tanto se dirige às funções anímicas quanto intervém ativamente na vida individual “mais ou menos como um estranho, às vezes prestativo, mas às vezes também incômodo e até mesmo destrutivo” (p. 16).

O que realmente significa tudo isso no que diz respeito à natureza e aos efeitos na vida das qualidades da alma e do animus? O que, de fato, são essas qualidades e como elas atuam na vida humana? O que provavelmente é mais importante aqui é retomar a ideia do processo de individuação, o que abarcará os vários conceitos da teoria de Jung que foram apresentados.

A descrição que Jung faz da psique mostra que ela não é uma entidade “compacta”, mas é composta por várias partes, sistemas e seus respectivos núcleos ou centros. Como já foi dito, para Jung a psique, ou personalidade total, pode ser pensada basicamente em dois níveis: a consciência e o inconsciente, sendo que existe uma dimensão do inconsciente que é pessoal e outra que é coletiva.

Jung (1934-2002) apontou que a consciência é, ela própria, como que um campo composto de múltiplos elementos e conteúdos psíquicos que possuem carga energética afetiva. Ele identificou também o ego como sendo o centro da consciência. Isso significa, entre outras coisas, que é na medida em que se relaciona com o ego que um conteúdo psíquico se torna consciente. Uma vez que o ego é uma unidade relativamente coesa, que dá um sentido de conservação e continuidade à personalidade individual, ele é também responsável pelo senso de identidade.

De forma semelhante, a psique total é composta por diversos elementos, nesse caso, conteúdos tanto conscientes quanto inconscientes, e tem como centro o self, ou o Si-mesmo. Segundo as palavras do próprio Jung (1961-1989), “o Si-mesmo não é apenas o ponto central, mas também a circunferência que engloba tanto a consciência como o inconsciente. Ele é o centro desta totalidade, do mesmo modo que o eu [ou ego] é o centro da consciência” (p. 51).

Dessa forma, Jung faz uma distinção entre o eu, ou ego, e o self ou o Si-mesmo. O eu se refere ao ego e é sujeito apenas da consciência. O Si-mesmo é sujeito do todo, incluindo também a psique, que é parte consciente e parte inconsciente. Ele é anterior ao desenvolvimento do ego e é a raiz do qual a experiência e a consciência surgem.

O fato de o Si-mesmo e o processo de individuação serem transcendentais talvez seja o que mais distingue a concepção de homem e da vida desenvolvida por Jung. O self, ou totalidade psíquica, é o objetivo do processo de desenvolvimento que transcorre ao longo de todo o percurso da vida. Paradoxalmente isso diz respeito ao indivíduo e à própria subjetividade, mas também a transcende. Dessa forma, o processo de individuação situa o indivíduo em sua particularidade e, ao mesmo tempo, em sua dimensão transcendente.

Na definição de individuação, que foi publicada pela primeira vez no livro *Tipos Psicológicos*, de 1921, Jung afirma que este é “um processo de diferenciação, cujo objetivo é o desenvolvimento da personalidade individual” (p. 525). Aparece aí uma distinção em relação ao todo, que é constituído pela psique coletiva. A ênfase recai, nesse momento, nessa necessidade de se diferenciar das figuras e bases arquetípicas. Posteriormente, em 1928, Jung complementarará essa noção, publicando na revisão que fez de *O eu e o inconsciente* a definição, já mencionada, que introduz a perspectiva de que o destino do processo de individuação é tornar-se o Si-mesmo.

A transformação proposta pelo impulso da individuação diz respeito, portanto, à busca pela totalidade do ser, pela realização do Si-mesmo. Para tanto, faz-se necessário que conteúdos inconscientes sejam em certa medida unidos e integrados à consciência, criando aquilo que Jung chamou de *ampliação da consciência*.

Segundo suas palavras:

Em primeiro lugar, há uma ampliação da consciência, pois inúmeros conteúdos inconscientes são trazidos à consciência. Em segundo lugar, há uma diminuição gradual da influência dominante do inconsciente; em terceiro lugar verifica-se uma *transformação da personalidade* (JUNG, 1928-2008a, p.95).

Há dois pontos importantes a se destacar aqui. O primeiro é que o processo de individuação é algo muito diferente de qualquer forma de individualismo. Como o próprio Jung destaca, a individuação, sendo a realização mais plena possível das qualidades coletivas do ser humano, é o que justamente lhe dá condições de viver o coletivo, já que “é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social” (JUNG, 1928-2008a, p. 63).

Em segundo lugar, queremos apontar que, ao contrário da visão pessimista e unilateral a respeito do inconsciente como uma dimensão do ser que nos é hostil, repleto apenas de conteúdos reprimidos e perigosos, Jung (1928-2008a) falava dos sentidos e metas inconscientes, apontando que “há finalidades anímicas além das finalidades conscientes” (p.102). Ele mostrava ainda que essas metas são extremamente valiosas, mesmo quando em oposição à atitude consciente, pois proporcionam homeostase e equilíbrio, além de ampliação e possibilidade de se transpor buscas egoicas, muitas vezes limitadas e infantis.

Corroborando com Jung, von Franz (1961-1977) afirma que a individuação acontece ao longo de toda a vida como um processo longo e quase imperceptível de crescimento psíquico,

dando origem a uma personalidade cada vez mais ampla e amadurecida. Para ela, a individuação não acontece por meio de esforço ou de uma vontade ativada pelo consciente, mas, ao contrário, trata-se de um fenômeno involuntário e natural, organizado pela ação reguladora do self.

Dessa maneira, o self pode ser entendido como um fator de orientação íntima, diferente da personalidade consciente cujo núcleo é constituído pelo ego. Segundo as palavras de von Franz (1961-1977), “tudo acontece como se o ego não tivesse sido produzido pela natureza para seguir ilimitadamente os seus próprios impulsos arbitrários e sim para ajudar a realizar, verdadeiramente, a totalidade da psique” (p.162).

O ego, no entanto, também tem função essencial nesse processo, que é a de iluminar o sistema com um todo, tornando conscientes conteúdos que são realizados e reconhecidos. E von Franz (1961-1977) dá como exemplo para isso um talento artístico do qual não se está consciente. Se isso acontece, tal talento não se desenvolve e é como se de fato nem existisse. Só é possível trazê-lo à realidade se o ego o notar. Diferencia-se assim a totalidade inata, porém escondida, daquela totalidade que se tornou realizada e vivida.

Ora, esse processo de ampliação da consciência se refere a vários confrontos com conteúdos inconscientes. Já vimos como a persona e a sombra são alguns deles. No entanto, Jung afirma que “se o confronto com a sombra é obra do aprendiz, o confronto com a anima é obra-prima” (JUNG, 1934-2002, p. 39). Se a anima e o animus funcionam como uma ponte para as imagens do inconsciente coletivo e se eles têm como função conectar-nos com os níveis profundos da nossa psique, podemos ter em mente que confrontá-los não é uma empreitada fácil.

Queremos terminar essa seção mencionando as três atitudes que a consciência pode estabelecer com o inconsciente, tal como indica Humbert (1985) ao comentar a proposta de Jung sobre esse tema.

A primeira seria “deixar acontecer”, *Geschehenlassen*, que em alemão tem também o caráter ativo de “fazer acontecer”. Significa algo como deixar o inconsciente se manifestar. Não se trata de devanear, mas de deliberadamente abrir-se para a expressão de algo autônomo. Um bom exemplo disso é a decisão de Jung de todos os dias depois do almoço e do trabalho ir para a beira do lago de Zurique e se pôr a brincar com pedrinhas, construindo casas, castelos e o que mais lhe ocorresse (JUNG, 1961-1989). Nessa condição, é preciso que a consciência se aquiete.

A segunda atitude seria “considerar, engravidar”, *Betrachten*, em alemão, cujo significado é o de “realizar” em seu sentido intransitivo, ou seja, de “despertar para a

existência de”. Isso significa objetivar a emergência do inconsciente e considerá-la com atenção. Trata-se de permanecer com os humores ou ideias que surjam, sem se deixar possuir por eles e, por outro lado, sem abandoná-los ou relegá-los a um segundo plano. É a possibilidade de contemplar, que necessita realmente de alguma separação, e de poder ser assim animado e fecundado por esses conteúdos do inconsciente.

O “confrontar-se”, *Sich auseinandersetzen*, em alemão, é a terceira atitude. A partir do distanciamento da consciência e da objetivação do inconsciente, abre-se um espaço psíquico em que se fortalecem tanto a consciência, que parece despertar, quanto o inconsciente, que parece incrementar a expressão de suas manifestações. Dessa maneira, a consciência pode se colocar como sujeito e reconhecer o inconsciente como um “outro”, que possui uma força autônoma e com o qual é preciso, portanto, se entender (HUMBERT, 1985). Esses pontos serão importantes para a análise das possibilidades que se abrem de se lidar com inúmeros conteúdos inconscientes que se manifestam no relacionamento amoroso conjugal.

Na próxima seção, buscaremos nos aprofundar em aspectos da conjugalidade sob a perspectiva da psicologia analítica, tomando-a como campo privilegiado onde vários processos descritos até aqui acontecem.

4.2 A CONJUGALIDADE NA PSICOLOGIA ANALÍTICA

*Que pode, pergunto, o ser amoroso,
sozinho, em rotação universal, senão
rodar também, e amar?*

*Este o nosso destino: amor sem conta (...)
Amar a nossa falta mesma de amor, e na segura nossa
amar a água implícita, e o beijo tácito, e a sede infinita.*

Amar, de Carlos Drummond de Andrade, em *Antologia poética*, 1978

Ao elaborar sua teoria, Jung pouquíssimo se deteve nas questões referentes aos relacionamentos e às dinâmicas, funções e estrutura das relações familiares. Talvez por ele ter dado tão maior destaque à dimensão individual da vida psicológica, ainda estamos vendo se formar dentro da psicologia analítica uma visão sistematizada da família e da conjugalidade.

No entanto, o arcabouço conceitual que nos foi oferecido por Jung, com a ideia dos arquétipos, do desenvolvimento dos complexos e da dimensão coletiva da psique, mostra-se essencialmente significativo para esse campo de estudos, sendo inclusive considerado atualmente em outras abordagens psicológicas que se dedicam à terapia de casal e de família.

Além disso, ao desenvolver o tema dos arquétipos, ele se debruçou sobre temas como o casamento, a família e os sistemas culturais e sociais, o que ofereceu ricos fundamentos para estudos diversos dentro da psicologia e mesmo em interface com outros campos do saber (PESSOA, 2011).

Também não podemos depreender que ele não deu importância nem se debruçou sobre essa temática. Em *A formação da personalidade*, de 1934, e *O casamento como relacionamento psíquico*, de 1931, Jung apresentou o casamento como a possibilidade de desenvolvimento também de um relacionamento psicológico individual e expôs nesses textos concisos uma base sólida para muitas reflexões que se desenvolveram posteriormente.

Mas talvez o que pode melhor localizar a importância desse tema nas considerações do pesquisador revela-se no seguinte trecho de suas memórias: “Só com *Mysterium Coniunctionis* minha obra foi definitivamente colocada na realidade e estabelecida em seu conjunto graças a seus fundamentos históricos. Assim, minha tarefa foi cumprida e minha obra terminada” (JUNG, 1961-1989, p. 194).

Nesse extenso livro, em que trata do “mistério da união”, Jung se vale de imagens e ideias alquímicas sobre a integração dos opostos para sintetizar e, segundo sua visão, concluir a teoria que podia desenvolver sobre o desenvolvimento da consciência e o processo de individuação. Dada a posição central na qual ele situa tal trabalho, é possível depreender como bem indica Freitas (2015):

Ainda que destaque uma dimensão individual, de modo algum ele [Jung] buscou construir uma psicologia que encapsulasse cada ser em uma unidade isolada. O aspecto coletivo e comum a todos é por ele enfatizado e, de modo aparentemente paradoxal, situado também em cada um de nós, quando fala em inconsciente e consciência coletivos. O psicológico só existe em relação. (...) *Nessa psicologia a dimensão de Eros é fundante do psíquico e não é possível conceber o desenvolvimento da consciência e a instauração da subjetividade sem levar em conta o contexto, isto é, o mundo em que se vive com sua enorme teia de relacionamentos* (2015, prefácio, grifo nosso).

De tudo o que se falou até aqui, parece-nos que a experiência da conjugalidade vem se tornando mais profunda e também mais complexa, abarcando agora aspectos que podem ser mais

ou menos conscientes para os parceiros, homens e mulheres. Quando o casamento era sobretudo um empreendimento econômico, feito com base em escolhas reguladas pela subsistência e muitas vezes restrito a ser um mero contrato estabelecido pelas famílias, sem participação dos cônjuges na decisão de se casarem, qualquer coisa que desse errado – morte, infidelidade ou uma separação, por exemplo – ameaçava basicamente a segurança econômica e outros aspectos práticos. Em nossa época, em que os casamentos de um modo geral deixaram de se basear sobretudo em conveniências, vemos emergir a busca pautada pelas afinidades e pela atração mútua (VARGAS, 2006). Assim, nesse campo compartilhado da relação conjugal contemporânea ganha expressão uma série de expectativas e desejos pessoais que buscam sua realização.

Nas palavras de Jung (1925-2008):

Como relacionamento psíquico, o matrimônio é algo de complicado, sendo constituído por uma série de dados subjetivos e objetivos, que em grande parte são de natureza muito heterogênea. (...) Sempre que tratamos do relacionamento psíquico, pressupomos a *consciência*. Não existe nenhum relacionamento psíquico entre dois seres humanos, se ambos se encontrarem em estado inconsciente (p. 195).

Jung prossegue enfatizando que para haver relacionamento psíquico é necessário que se tenha consciência, e consciência, segundo sua concepção, é sempre a consciência do *eu*. É preciso distinguir-se gradualmente dos outros e prosseguir nesse processo de diferenciação para que relacionamentos possam ser estabelecidos. Claro está que nessa distinção e ampliação da consciência de si mesmo – e por conseguinte do outro, de quem é o outro –, regiões muito amplas da vida psíquica ainda poderão permanecer inconscientes durante bastante tempo, talvez até durante toda a vida. Justamente nisso parecem se instalar os desafios da parceria amorosa.

Como diz Benedito (1995), a conjugalidade acaba se construindo principalmente em torno das áreas mal definidas da individualidade de cada cônjuge, naquilo que lhes falta, e que, se falta, não é dada a conhecer. A autora enfatiza que “a vida de um casal é profundamente afetada pelos conteúdos psíquicos dissociados da personalidade consciente de cada cônjuge” (p. 43) e que, com frequência, são os problemas mal resolvidos dos parceiros que são atraídos e vêm a ser “atuados” na relação conjugal. Esta se configura, então, como condição altamente propiciadora para o aparecimento de aspectos da psique inconsciente dos cônjuges.

Também Vargas (2006) aponta para essa espécie de falácia das escolhas amorosas: “A escolha livre e consciente nem sempre o é na realidade. Sabemos o quanto nossas escolhas afetivas algumas vezes escondem, de modo inconsciente, buscas de realizações neuróticas” (p. 80).

Voltando às ideias de Jung sobre os relacionamentos, tais aspectos ficam evidentes nas afirmações que se seguem. Jung (1925-2008) diz que apenas quando emerge uma consciência coerente – consciência do “eu” – é que existe a possibilidade do relacionamento psíquico. Ou seja, só podemos nos tornar conscientes de nós mesmos quando nos distinguimos dos outros, e só havendo essa distinção é que se pode estabelecer a vinculação e o relacionamento. No tocante aos conteúdos inconscientes, porém, não há possibilidade de se fazer nenhuma distinção – “nesse terreno [dos conteúdos inconscientes] nenhum relacionamento pode ser estabelecido; aí ainda reina o estado original da identidade primitiva do ‘eu’ com os outros; em outras palavras, uma ausência completa de relacionamentos” (JUNG, 1925-2008, p. 202).

Jung chama atenção, no entanto, que mesmo que algo dessa distinção eu-outro se realize, ela normalmente permanece carregada de lacunas, “podendo talvez permanecer inconscientes regiões muito amplas da vida psíquica” (JUNG, 1925-2008, p. 202).

É dessa maneira que muitas pessoas começam seus relacionamentos, em especial quando mais jovens, ainda muito inconscientes de si mesmos e, portanto, do outro. O que elas vivem, nesse caso, é uma fantasia de relação, no sentido de não estarem de fato se vinculando a um outro ser real, mas a uma imagem idealizada e projetada a partir de suas próprias áreas inconscientes ou talvez pouco conscientes.

Construindo-se, desse modo, a vida do casal sobre a base de inúmeros conteúdos psíquicos que permanecem dissociados da personalidade consciente de cada cônjuge, o que se estabelece a seguir é perfeitamente descrito nas palavras de Jung (1925-2008):

A consequência prática disso é que cada um pressupõe no outro estrutura psíquica semelhante. (...) Este estado é designado como harmonia completa e apregoado como constituindo a grande felicidade. (...) Há certamente razão para esse julgamento, pois o retorno àquele estado inicial de inconsciência e de unidade inconsciente seria como que uma volta à infância (daí os modos infantis dos enamorados) e, mais ainda, como um retorno ao seio materno, a esse mar repleto de pressentimentos acerca da exuberância criadora ainda inconsciente (p. 197).

Não é de se surpreender que crises aconteçam e que os parceiros sejam surpreendidos pelos motivos de se desentenderem, identificando-os como sendo os mesmos que estavam presentes no momento do apaixonamento e que desencadearam a atração que sentiram um pelo outro.

Para Benedito (1995):

A força da imagem projetada deve ter sua origem na numinosidade do arquétipo, que, ao ser representado via projeção, tem efeito considerável na pessoa sobre quem a imagem incide. Nas relações conjugais essa força pode provocar diferentes tipos de reações nos parceiros, dependendo da fase de relacionamento em que se encontram e dos símbolos constelados no construir da relação. Da fascinação no momento da escolha do cônjuge ao ódio às vezes mortal em momentos posteriores, os implicados nessa relação são sempre igualmente responsáveis pelo desenrolar do drama. Acabamos sendo traídos por aquilo que mora dentro de nós. Constata-se inúmeras vezes que o motivo pelo qual os parceiros se escolheram serão mais tarde os mesmos que os levam a grandes desentendimentos. Evidencia-se com isso a responsabilidade psicológica de ambos os parceiros nos conflitos conjugais (p. 22-23).

Benedito (1995) afirma que esse tipo de fascínio é um fenômeno da relação, que nunca parte exclusivamente de uma pessoa, mas, para que exista, é preciso que uma disposição inconsciente se encontre com outra. Se assim não for, não se produz o efeito fascinador.

O fascínio, para Jung, tem origem nas projeções. Conteúdos psíquicos que repousam na obscuridade e nas profundezas de um estado inconsciente são inevitavelmente projetados fora. A partir daí e uma vez que “tal conteúdo pertence ao todo da personalidade [ao Si-mesmo] e só aparentemente se desliga do contexto mediante a projeção, produz-se sempre uma atração entre a consciência e o conteúdo projetado. Em geral, a atração se manifesta sob a forma de fascínio” (JUNG, 1944-1991, p. 342).

Mas Jung relaciona também esse tipo de acontecimento especialmente ao conceito de numinosidade. Ele se baseia na ideia de numinoso de Rudolf Otto – filósofo alemão especialmente conhecido pela obra *O sagrado*, de 1917 – para se referir àquilo que concebe como “propriedade de um objeto visível, ou o influxo de uma presença invisível, que produzem uma modificação especial na consciência” (JUNG, 1939-1980, p. 19).

Na concepção original de Rudolf Otto, em sua análise do fenômeno do sagrado, numinoso – do latim *numen*, que quer dizer divindade – é um adjetivo que qualifica algo como sagrado ou divino. O sentimento de numinosidade é o efeito produzido na psique quando em contato com o numen, isto é, com o objeto sagrado. Este efeito pode ter duas diferentes qualidades: o aspecto de *mysterium tremendum*, de caráter repulsivo, e o aspecto de *mysterium fascinans*, de caráter atrativo ou fascinante.

Há uma importante diferença, no entanto, entre as ideias que Jung desenvolveu sobre o numinoso em relação àquilo que Otto afirmava. Jung considera que os efeitos do numinoso não se manifestam apenas naquilo que se refere estritamente ao sagrado ou ao

religioso. Para ele, não há algo como uma suprarrealidade ou uma esfera sobrenatural, mas todo e qualquer efeito ou acontecimento experimentado está dentro do âmbito psíquico.

Dessa maneira, o numinoso é visto como o efeito dos conteúdos autônomos da psique, “o indomado” no homem. Quando próximos, mas não tendo transposto o limiar da consciência, esses conteúdos, mantendo sua natureza arcaica e mítica, produzem efeitos dessa mesma grandeza e qualidade (JUNG, 1928-2008b).

Assim, os arquétipos, como conteúdos do inconsciente, quando fazem algum tipo de manifestação “têm um caráter pronunciadamente numinoso, que poderíamos definir como ‘espiritual’, para não dizer ‘mágico’” (JUNG, 1928-2008b, p. 73). Eles têm, então, sobre a psique um efeito que tanto pode ser curativo quanto destruidor. A isso Jung (1928-2008b) também denomina "espiritual" por excelência e diz: “Há uma aura mística em torno de sua numinosidade [dos arquétipos], e esta exerce um efeito correspondente sobre os afetos” (p. 73).

Tudo isso assume o caráter dramático ao qual já nos referimos e que é mencionado por Jung, quando, por exemplo, os arquétipos da anima e do animus são ativados em um relacionamento, mobilizando seja a experiência da paixão, seja de uma grande simbiose. Como destaca Albert (2015) referindo-se à concepção de Jung, o casamento como relacionamento psicológico é um espaço privilegiado no qual cada cônjuge, em um processo de espelhamento, pode encontrar o melhor e o pior de si. A autora afirma que talvez o casamento seja a melhor possibilidade para duas pessoas encontrarem a própria sombra.

Uma vez que se projete em outra pessoa conteúdos da própria psique, toma-se o outro, pelo menos parcialmente, como uma parte da própria personalidade. Tais conteúdos ficam então dissociados da consciência, o que dificulta que o indivíduo tome para si aquilo que constitui parte do seu mundo interno e que o faz ficar perdido e desorientado, buscando achar-se na outra pessoa. O parceiro, por sua vez, torna-se depositário de características, expectativas e projeções diversas de conteúdos que não lhe pertencem. Dadas as distorções deste mecanismo e uma vez que as projeções ficam apartadas ao menos temporariamente de uma atuação consciente de um ou de ambos os parceiros, surgem inúmeros conflitos na relação (BENEDITO, 1995).

Voltando ao que diz Jung (1944-1991), a consciência deveria atender ao apelo daquilo que clama ser resgatado do obscuro mar do inconsciente e ir a seu socorro. Embora isso implique uma descida a este mundo obscuro, uma viagem noturna que causa temor, ela significa também a

possibilidade de sabedoria e salvação, por meio de um encontro dialógico enriquecedor com a própria sombra, o que dá a possibilidade, então, de enfrentá-la.

Dito de outro modo, quando tais aspectos inconscientes forem devidamente reconhecidos e integrados ao ego, eles contribuirão para a maturidade do psiquismo e o desenvolvimento das personalidades individuais, bem como para o amadurecimento do próprio relacionamento conjugal. Tudo isso se refere ao objetivo e ao impulso do processo de individuação, tal como Jung o descreveu.

No entanto, como ele mesmo alerta, ao seguir com seus apontamentos sobre a temática das relações e a consciência que elas fazem amadurecer, “raramente ou nunca um casamento evolui para um relacionamento sem problemas e sem crises. Não há nascimento da consciência sem dor” (JUNG, 1925-2008, p. 204). Lembremo-nos também o quão desafiador Jung considera o confronto com a anima e com o animus, apontando que nenhuma das dificuldades encontradas no já árduo confronto com a sombra suplantam esse desafio (JUNG, 1934-2002).

Antes mesmo do início de um relacionamento, são tecidas fantasias mais ou menos conscientes a respeito do parceiro desejado, na grande maioria das vezes idealizado. Estas podem ser reflexo da relação das experiências pessoais com o mundo arquetípico, as quais dão forma aos arquétipos da anima e do animus. Esses fatores dirigem, então, o indivíduo em suas experiências amorosas já desde a busca por um parceiro. O que é vivido nesse campo representará muitas vezes uma promessa reparatória daquelas vivências passadas que produziram uma cisão na personalidade, apartando a emergência natural de elementos inconscientes da sua possível representação na consciência. Esta é uma espécie de projeção defensiva (BENEDITO, 1995).

Por outro lado, a escolha do parceiro pode representar um caminho criativo para o desenvolvimento das personalidades individuais. Segundo Benedito (1995), “isso se faz possível principalmente na relação com o sexo oposto, em que a projeção dos arquétipos anima e animus é inevitável e contundente, possibilitando a atualização dos conteúdos a eles relacionados e sua integração à consciência” (p. 21). Para a autora, mesmo nesta segunda situação, que é bastante positiva e gratificante, o caminho a ser percorrido não é fácil e raramente deixa de incluir alguns percalços.

No entanto, esse é o caminho possível. Um relacionamento baseado nas projeções defensivas não costuma ter uma vida saudável e duradoura. Cedo ou tarde ele cobrará o sacrifício de se retirar as idealizações lançadas sobre o parceiro. Será preciso criar, então, um

espaço na relação para que cada um seja o que de fato é, sem ser envolvido pelos desejos e projeções do outro (PESSOA, 2011).

Por tudo isso, Guggenbühl-Craig (1980), falando do casamento, enfatiza que é preciso que se compreenda muito claramente a distinção profunda que existe entre bem-estar e felicidade, de um lado, e o que chama de “salvação”, de outro. Ele afirma que, em essência, essas metas se contradizem e que o casamento se presta muito mais ao segundo objetivo do que ao primeiro.

O autor explica que bem-estar está relacionado com a evitação de sensações desagradáveis, sejam elas físicas, como aquelas relativas a doenças, desequilíbrios fisiológicos, fome, sede e tensões, sejam mentais ou psíquicas – insatisfações, emoções dolorosas e negativas, ansiedade, conflitos insolúveis ou que implicam maior complexidade em sua resolução etc.

Já a salvação é mais difícil de ser definida. Se, em termos religiosos ou filosóficos, pode indicar a busca da união com Deus ou o encontro com o sentido da vida, no contexto da psicologia analítica, relaciona-se ao processo de individuação, que muitas vezes se contrapõe aos impulsos instintivos de satisfação e bem-estar imediatos.

Palco de importantes experiências dessa natureza, o casamento é classificado por Guggenbühl-Craig (1980) como uma *opus contra naturam*. Diz ele: “O encontro dialético entre dois parceiros, que dura toda a vida, o vínculo de um homem e uma mulher, até a morte, pode ser entendido como um meio especial de descobrir a alma, uma forma especial de individuação” (p. 52).

Estando presentes nesse encontro conteúdos com os quais não se conseguiu lidar até então, que foram represados e que carregam a mesma dose de emoções que os fizerem ficar encobertos, entende-se o desafio que se apresenta.

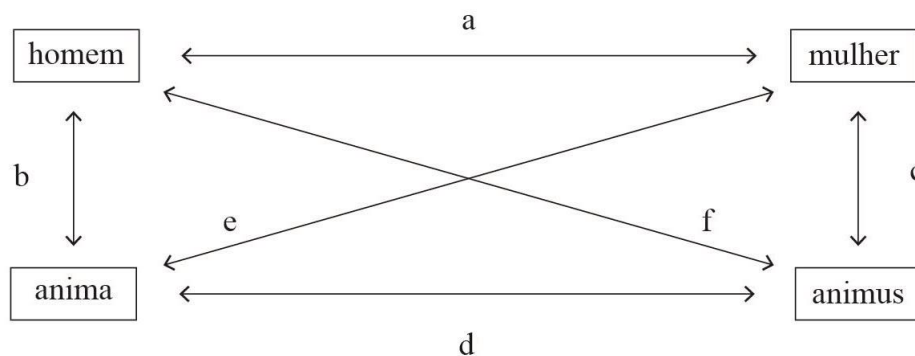
Se tal desafio for aceito, muitos dos conflitos vividos na construção da relação conjugal poderão ser enfrentados de forma mais positiva. Encarada com alguma dose de coragem, a conjugalidade poderá ser o ponto de partida para transformações significativas na vida pessoal de cada parceiro. É o que Vargas (1989) aponta quando diz que “um casal se constitui e fundamentalmente se mantém na medida em que está a serviço do processo de individuação de seus membros” (p. 109).

É impossível tratar do assunto da conjugalidade e das relações amorosas sem mencionar ainda o esquema do quatérnio do matrimônio e as questões relativas à transferência tal como propostas por Jung, as quais podem ser vistas de forma abrangente e identificadas em toda relação humana, acontecendo de forma bilateral, ou seja, mutuamente entre duas pessoas.

Isso diz respeito ao fato de ser absolutamente comum que surja nas mais diferentes parcerias entre pessoas todo tipo de fantasias inconscientes, que se originam em necessidades vitais bastante primárias. Algumas vezes esse processo é bastante intenso, em outras, muito sutil. No entanto, em todos os casos, ele influencia fortemente o relacionamento estabelecido.

A transferência é, na verdade, uma forma de projeção. É um termo técnico usado para se referir àquelas projeções específicas que ocorrem no relacionamento entre paciente e analista. Mas para Jung, essa dinâmica não se restringe ao contexto analítico, e a projeção acontece sempre que elementos psíquicos pertencentes à experiência subjetiva são experimentados como se fossem parte do mundo exterior, como se pertencessem a outras pessoas ou coisas. Nesses casos, a pessoa não tem consciência de que tais elementos fazem parte de sua própria psique.

O diagrama abaixo representa o que acontece psicologicamente entre paciente e analista, mas também pode ser aplicado aos vários relacionamentos entre um homem e uma mulher. É uma adaptação do desenho que Jung (1958-1999) utilizou em *A psicologia da transferência*⁹ para explicar o que ele ali denominou como quatérnio do matrimônio.

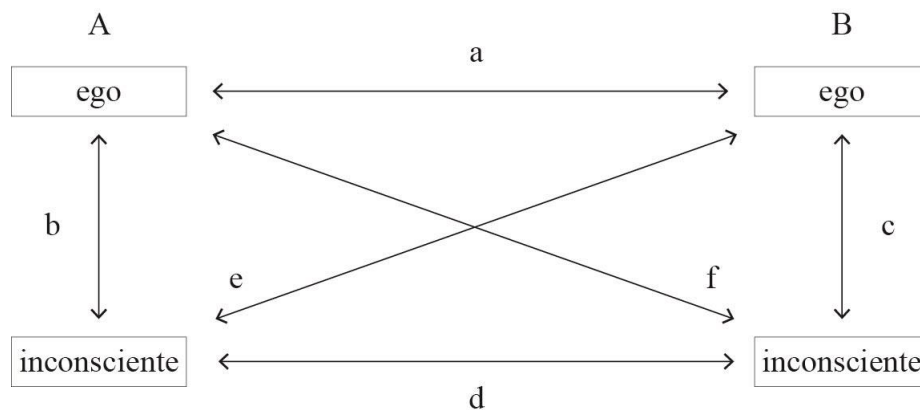


Nas setas estão representadas as seguintes relações: a) a relação pessoal consciente entre as pessoas; b) a relação do homem com a sua anima; c) a relação da mulher com o seu animus;

⁹ A única diferença entre o esquema original e este é que no primeiro aparecem as figuras do “adepto” e da “soror” – porque Jung referia-se naquele texto a processos e figuras alquímicas – onde aqui indicamos o “homem” e a “mulher”.

d) a relação do animus com a anima e vice-versa; e) a relação da anima do homem com uma mulher; e f) a relação do animus da mulher com um homem.

Jacoby (1984) altera ligeiramente o desenho de Jung para que possa servir a qualquer configuração de transferência entre analista e paciente, sejam eles do mesmo sexo ou de sexos opostos, e vamos simplificar ainda mais esse esquema, de modo que sirva a qualquer tipo de relação:



Em qualquer encontro entre duas pessoas, são estabelecidos acordos, contratos, pactos de cooperação e de afinidade e assim por diante. Eles são em parte conscientes, ou seja, são firmados pelo ego das pessoas envolvidas. No entanto, simultaneamente também são ativados aspectos inconscientes de cada uma das pessoas envolvidas, com os quais será preciso lidar de forma inevitável. Nesse caso, a relação com o próprio inconsciente fica potencialmente mobilizada, muito embora possa ser bastante difícil para cada pessoa reconhecer os conteúdos ativados como pertencentes a ela mesma. Então, cada pessoa projeta na outra tais aspectos inconscientes, com maior ou menor intensidade, sem os reconhecer como seus.

É dessa forma que a pessoa A pode manifestar emoções mais ou menos intensas em relação à pessoa B, sendo que, no entanto, tais emoções pertencem a ela mesma e não às experiências que A tem, de fato, com B. Aqui estão incluídos aspectos como a própria aparência agradável ou atraente de B ou tudo aquilo que A sente como desagradável em B. Muitas vezes esses são aspectos da própria pessoa projetados no outro, com o qual se relaciona. A própria numinosidade dos primeiros momentos de apaixonamento também tem a ver com isso (JACOBY, 1984).

Outro fator ativado nos encontros e que é ainda mais intenso e impactante são as relações que se estabelecem entre o inconsciente de uma e de outra pessoa, mobilizando

fatores que estão ocultos para ambas, os quais passam, então, a se relacionar. Isso desperta aquilo que Jung (1958-1999) descreveu como *participation mystique*. A área inconsciente comum entre os dois parceiros fica então completamente ativada e, nesse caso, é possível que ambos se tornem, por exemplo, presas de um arquétipo, passando inconscientemente a representá-lo. Quando isso se instala, é quase inevitável que comece a haver uma espécie de fusão entre as necessidades inconscientes e fantasias de cada pessoa. A relação é então pautada e conduzida, em grande parte e apesar de todos os esforços conscientes de se estabelecer bons acordos, por esses conteúdos e pactos desconhecidos (EDINGER, 2006).

Analisando dessa forma o esquema de interação e projeções apresentado por Jung, vemos que ele pode ser aplicado a diversos relacionamentos. Como, no entanto, nesta pesquisa, nós nos propusemos a investigar o casamento heterossexual, gostaríamos de fazer uma breve apresentação do que seria de fato ativado em termos mais específicos naquilo que se refere aos conteúdos do inconsciente que dizem respeito aos arquétipos da anima e do animus.

Voltando à investigação de Jung em relação aos arquétipos da anima e do animus, vale aqui apontar que ele destaca que define a anima – e, portanto, também o animus – “como uma personificação do inconsciente, mas também como a ponte que leva ao inconsciente, isto é, como uma função de relação com o inconsciente” (JUNG, 1930-1986, p. 49).

Assim, num relacionamento o homem pode fazer contato com sua própria anima, que em sua função positiva é uma mediadora entre o ego e o self. Vale apontar aqui que a anima pode se apresentar em quatro diferentes estágios de desenvolvimento: no primeiro estágio, é simbolizada pela figura de Eva, que representa o relacionamento puramente instintivo e biológico; no segundo estágio, pode ser representada pela Helena de Fausto, que personifica o nível romântico e estético, ligado também a elementos sexuais; no terceiro estágio, corresponde à Virgem Maria, uma figura que eleva o amor à grandeza da devoção espiritual; e no quarto estágio, pode ser simbolizada pela Sapiência, ou Sofia, a sabedoria que transcende até mesmo a pureza e a santidade (VON FRANZ, 1961-1977).

Dessa forma, em sua função positiva de guia para o mundo interior, a anima pode levar o homem, nesses diferentes aspectos e estágios, a reconhecer seus sentimentos, humores, expectativas e fantasias. Este pode ser um fato extremamente doloroso, apesar de aparentemente muito simples ou, por outro lado, magnânimo. Ele é, no entanto, essencial para promover o processo de individuação e não deixá-lo estagnar. Segundo von Franz (1961-

1977), uma vez que isso aconteça, “a alma volta ao que era inicialmente – ‘a mulher no interior do homem’, transmitindo-lhe as mensagens vitais do self” (p. 188).

De forma análoga, o animus atua na mulher tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. O animus pode se manifestar como convicções rígidas, às quais o ego deve aderir sem escolha, por exemplo. Quando essas personificações do inconsciente se apoderam da mente, elas se parecem com pensamentos e sentimentos criados pela própria pessoa. O ego se identifica, então, com eles a tal ponto que se torna incapaz de reconhecê-los e identificar exatamente o que são. Fica-se de fato possuído pelo personagem do inconsciente (VON FRANZ, 1961-1977).

No entanto, o animus também pode se constituir como uma ponte valiosa para o self. Como a alma, ele também possui quatro estágios de desenvolvimento: no primeiro, personifica simplesmente a força física; no segundo, a iniciativa e a capacidade de planejamento; no terceiro, corresponde à figura do professor ou de outro homem detentor do conhecimento; no quarto estágio, é a encarnação do pensamento e o mediador de uma experiência religiosa que dá sentido à vida.

Estabelecendo uma relação mais consciente com o seu animus, uma mulher pode se tornar a própria condutora de seus processos básicos de desenvolvimento no que diz respeito a questões mais objetivas, tanto culturais quanto pessoais. Para isso, é claro, o animus deixou de emitir opiniões absolutas, e as manifestações do self podem então chegar ao ego, promovendo na mulher uma compreensão consciente do seu sentido de vida.

Nos relacionamentos, quando o animus e a alma estão ativados e os parceiros não estão conscientes disso, é possível que eles mergulhem numa atmosfera de irascibilidade e emoções muito intensas, em jogos e diálogos de nível mais baixo e num clima impulsivo e de irritação. A situação pode se tornar a tal ponto fora de controle que qualquer observador mais neutro tem a clara sensação de que essas pessoas estão como que “possuídas”. De fato, elas o estão e, com a consciência obnubilada, são guiadas sem escolha por essas figuras do inconsciente, a alma e o animus.

Só quando o inconsciente deixa de ser projetado é que desaparece o estado de *participation mystique* e, assim, a consciência não é mais dominada por estados compulsivos e outras formas de indiferenciação entre sujeito e objeto. Embora o homem e a mulher contemporâneos achem que são muito superiores aos encantamentos e fantasias dos povos não industrializados e das crianças, eles de fato não se dão conta de que são influenciados

magicamente e assediados por inúmeras situações, pessoas e coisas com uma força que lhes é perturbadora (JUNG, 1930-1986).

Uma vez que não dispõem mais de amuletos, ritos, poções e outras formas de lidar com esses encantamentos, lançam mão de toda sorte de neuroses, racionalismos, anestésicos, calmantes e cultos modernos diversos.

No entanto, o verdadeiro caminho é conseguir reconhecer o inconsciente como fator codeterminante das experiências da vida. Em culturas antigas sabia-se que é a consciência que surge do inconsciente e não o contrário. O reconhecimento de que o inconsciente e consciente coexistem e o entendimento da conexão existente entre eles e das exigências tanto conscientes quanto inconscientes podem levar a um deslocamento do centro de gravidade da personalidade. Este deixa então de ser o eu, o ego, que é simplesmente o centro da consciência, “para encontrar um ponto por assim dizer virtual entre o consciente e o inconsciente, o Si-mesmo” (JUNG, 1930-1986, p. 52). Disso surge uma personalidade mais elevada, que ultrapassa o âmbito das complicações emocionais e abalos intensos. Os relacionamentos como caminhos que propiciam uma intensificação do processo de individuação podem ser uma via privilegiada para que vários desses fatores aconteçam.

É preciso mencionar ainda, antes de finalizar este capítulo, que a ideia de observar o relacionamento conjugal por meio da casa do casal baseou-se na concepção de Jung de que grande parte da psique é inconsciente e de que “tudo o que nele [inconsciente] repousa busca uma manifestação externa, e a personalidade, por sua vez, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade” (JUNG, 1961-1989, p. 19). Com isso, entendemos que aquilo que ainda não é consciente, será, naturalmente, vivenciado pelo ego como pertencente ao mundo externo, e que eventualmente é possível perceber a si mesmo nos conteúdos e aparências projetados nas pessoas, coisas, situações e também lugares.

Indo mais além, Jung afirma (1921-1971):

Excluimos a perturbação inconsciente das funções conscientes se levarmos em conta de antemão o inconsciente através da consideração do símbolo. O inconsciente, quando não se realiza, está sempre em ação, espalhando sobre tudo uma falsa aparência: ele nos aparece sempre nos objetos, pois todo o inconsciente é projetado. Se pudermos apreender o inconsciente em si, tiraremos do objeto a falsa aparência, o que só pode aproveitar à verdade (p. 141).

Disso tomamos como eixo central do trabalho a concepção de que os símbolos são uma via privilegiada para acessar o que não é conhecido pela consciência e que muitas vezes, em função disso, a perturba. Os símbolos são entendidos por Jung (1921-1971) como o fenômeno psíquico que melhor expressa fatos relativamente desconhecidos pela consciência em questão, mas cuja existência é conhecida ou postulada.

Em suas palavras:

O símbolo é sempre um produto de natureza altamente complexa, pois se compõe de dados de todas as funções psíquicas. Portanto, não é de natureza racional e nem irracional. Possui um lado que fala à razão e outro inacessível à razão, pois não se constitui apenas de dados racionais, mas também de dados irracionais fornecidos pela simples percepção interna e externa. A carga de pressentimento e de significado contida no símbolo afeta tanto o pensamento quanto o sentimento, e a plasticidade que lhe é peculiar, quando apresentada de modo perceptível aos sentidos, mexe com a sensação e a intuição (JUNG, 1921-1971, p. 491).

Levando em conta aqui que a consciência separa e opõe o interno e o externo, permitimo-nos dizer que o “mundo externo” colabora justamente para a formação do símbolo. Embora do ponto de vista da totalidade não seja assim que as coisas funcionam, essa é a forma como podemos descrever esses fenômenos a partir do ponto de vista do qual o ego consciente os observa.

Dessa maneira, a casa nos provê com símbolos eloquentes e foi tomada aqui como um campo expressivo de inúmeros aspectos – tanto aqueles primordiais e arcaicos (arquetípicos) quanto outros de ordem pessoal e ainda cultural e coletiva – da conjugalidade. Acreditamos que a casa, observada dessa maneira, possa desvelar novas compreensões sobre esse tema.

A apresentação que se seguirá, que engloba desde o projeto até a apresentação dos resultados obtidos, sua discussão, conclusões e considerações finais, procura não perder de vista essas considerações e tem esses elementos como um de seus fundamentos e eixos principais.

PARTE 5 – O PROJETO

*Assim, desajeitados,
Carinho ocasional
Sem projeto final
Nem sonhos à distância
Sem sombra ao sol,
Também sem ânsia,
Apenas companheiros de estrada
Ruas, valas, alguns quintais,
Dias, noites, noites e dias,
Sol e chuva ocasionais
Vamos.
Onde as paralelas se encontram,
Lá,
Nos separamos.*

Soneto (a meu modo e maneira), Millôr Fernandes

5.1 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa consistiu em observar como ocorre a construção da conjugalidade nos dias de hoje – sua riqueza e seus desafios –, tomando para isso os símbolos que emergem na constituição dos espaços da casa como expressões de aspectos psíquicos arquetípicos mobilizados na relação conjugal contemporânea – desde os motivos, principalmente aqueles que não estão acessíveis à consciência, que levam as pessoas a se unirem e que influenciam a atração dos parceiros, até as dinâmicas de interação que têm lugar posteriormente. Além disso, buscamos verificar as possibilidades de mudança da consciência para as quais apontam tais símbolos, expressos na construção da vida conjugal e na casa.

Os objetivos específicos que se destacaram foram:

- observar como conteúdos pessoais e dinâmicas individuais influenciam a construção da conjugalidade.
- investigar a combinação de fatores objetivos e subjetivos, tanto conhecidos quanto inconscientes, que influenciam desde a atração pelo parceiro até as experiências compartilhadas.
- conhecer os símbolos dessa construção conjunta expressos na casa e as possibilidades de mudança da consciência que tais símbolos apresentam.

5.2 MATERIAL E MÉTODO

Tipo de pesquisa e metodologia escolhidos

A pesquisa aqui proposta é essencialmente qualitativa e buscou ter acesso a aspectos da subjetividade das pessoas que se dispuseram a participar. Dessa forma, não se propôs a uma manipulação de variáveis nem à simples coleta de dados, mas configurou-se como um trabalho de investigação da temática central escolhida – a experiência da conjugalidade tal

como se expressa na casa do casal – por meio do conhecimento das experiências pessoais dos participantes. Ou seja, não teve como objetivo meramente levantar dados sobre o objeto de estudo, mas principalmente buscou os significados, sentimentos, valores e outros aspectos subjetivos atribuídos pelos participantes à experiência estudada. Configurou-se, portanto, como um trabalho sobre relatos, narrativas, imagens e associações dos sujeitos participantes a respeito da situação em foco, com o intuito de abarcar a complexidade do fenômeno, incluindo aí os conteúdos manifestos e não manifestos, a realidade objetiva e subjetiva das experiências vividas.

Segundo Bleger (1980), o que se pretende alcançar nesse tipo de pesquisa é uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade dos entrevistados, a busca dos sentidos atribuídos e dos aspectos não manifestos que influenciam as experiências que estão sendo focalizadas.

Para Penna (2004), “a pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma abordagem interpretativa e compreensiva dos fenômenos, buscando seus significados e finalidades” (p. 80). Ela inclui a relatividade e a complementaridade, a fluidez dialética entre pesquisador e seu objeto de estudo, a intersubjetividade e o contexto em que os fenômenos são considerados.

Consonante com essa proposta, foi escolhido como procedimento o estudo de caso, tendo em vista que ele possibilita uma aproximação cuidadosa e aprofundada em relação ao objeto pesquisado. Nas ciências humanas em geral, estudos de caso têm sido cada vez mais reconhecidos como pesquisas válidas, cujas características principais referem-se ao fato de serem estudos intensivos, que envolvem descrições detalhadas e a reunião de grande variedade de informações relevantes do objeto de estudo. Eles se valem de um número mais restrito de elementos a serem tomados para análise, mas privilegia o número de variáveis pesquisadas. Dessa forma, o estudo de caso tem como vantagem a elevação da validade interna do estudo e a profundidade da análise empreendida (GRESSLER, 2007).

Yin (2014) define o estudo de caso como a modalidade de pesquisa que “estuda um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto no mundo real” (p. 17). Assim, segundo o autor, apesar de o estudo de caso ter sido muitas vezes colocado numa posição hierárquica inferior em relação a outros métodos de pesquisa, ele se aplica mais adequadamente em alguns tipos de trabalho, tais como: em estudos de fenômenos complexos; quando se quer manter uma perspectiva holística do fenômeno; em estudos de fenômenos contemporâneos, ou seja, estudos exploratórios, iniciais, que se debruçam sobre temas a

respeito dos quais se tem pouca literatura e teoria disponíveis; e quando não se pretende nem é necessário ter uma boa delimitação e controle do objeto de estudo e das variáveis do contexto ou do ambiente.

Todos esses pontos se aplicam à presente pesquisa. Diante de um assunto complexo como as relações conjugais, entendeu-se que empreender um estudo de caso estaria em consonância com o objetivo de alcançar uma compreensão mais abrangente do tema em pauta, o que não seria possível senão pela observação sistemática, prolongada e aprofundada de determinadas situações que ali se apresentassem.

Incluiu-se ainda nesta opção a vantagem apontada por Yin (2014) de o estudo de caso favorecer o surgimento de *insights* do pesquisador, num tipo de investigação que leva em conta a percepção que este último tem do fenômeno, a qual, por sua vez, é tida como parte importante do processo de “iluminar” o objeto de estudo.

O último ponto de adequação da modalidade de estudo de caso à presente proposta foi o fato de que esta pesquisa não teve fins explicativos, ou seja, não buscou relações causais, mas consistiu-se como uma pesquisa descritiva e explanatória, cujas principais questões giram em torno das perguntas “como” e “por que” se manifesta o fenômeno que se quis observar (YIN, 2014) – “como se dá a relação conjugal na atualidade e por que, por quais motivos, ela acontece?”.

A principal ressalva relativa aos estudos de caso precisou ser aqui considerada e diz respeito àquilo que Gressler (2007) aponta sobre a restrição da amostra. Uma vez que esse tipo de pesquisa toma uma amostra pequena de participantes, por exemplo, os dados não podem ser usados como representativos para a inferência e a generalização a populações e universos maiores.

Sobre esse ponto Yin (2014) afirma que o “caso” em estudo não representa uma amostragem e, sendo assim, o objetivo do pesquisador não é encontrar frequências (generalização estatística), mas expandir e generalizar a teoria na qual se baseou (generalização analítica). Isso significa constatar por meio do estudo detalhado que foi empreendido a teoria que serviu de fundamento à pesquisa e a proposição ou hipótese que o pesquisador levantou inicialmente e que relacionou a tal base teórica.

Além disso, uma vez que o paradigma científico adotado numa pesquisa compreende as perspectivas ontológica, epistemológica e metodológica, levaram-se em consideração neste

trabalho esses três elementos segundo as proposições da psicologia analítica, tal como orientado no método simbólico-arquetípico de Penna (2009).

Segundo aponta a própria autora, a perspectiva ontológica se refere às concepções de mundo, de ser humano e de realidade psíquica e, como já foi descrito, neste trabalho tais concepções se basearam na teoria desenvolvida por Jung e outros estudiosos pós-junguianos.

A perspectiva epistemológica diz respeito à demarcação do campo de construção do conhecimento, ou seja, àqueles vários elementos relativos à produção do conhecimento científico, como valor, possibilidades, limites, relação entre pesquisador e objeto pesquisado etc. Ela está associada às concepções ontológicas e aqui também seguiu os pressupostos da psicologia analítica, para a qual o processo de aquisição e de construção do conhecimento se refere a uma ampliação da consciência.

Assim, o conhecimento que é válido para psicologia analítica é aquele que tem um valor simbólico para o indivíduo ou para uma comunidade humana. Sua abordagem é psicológica, e o seu desafio é a possibilidade de a consciência conhecer aspectos inconscientes (PENNA, 2009).

Uma vez que, para Jung (1928-2008b), a consciência depende basicamente, por um lado, de uma base arquetípica, que determina uma aptidão inata ou um potencial inerente ao ser humano para formar consciência, fator atemporal e independente de locais, e, por outro lado, das condições da consciência coletiva relacionadas às circunstâncias históricas e ambientais, a possibilidade de acessar o mundo inconsciente se dá pela forma como este se expressa na realidade manifesta.

Aqui estamos nos referindo à distinção que Jung faz entre arquétipo e manifestação arquetípica e, portanto, ao que já foi mencionado a respeito de serem os símbolos os fenômenos passíveis de observação e que podem ser tomados para a construção de conhecimento pretendida. Esses elementos fundamentais da epistemologia de uma pesquisa junguiana acarretaram, por sua vez, implicações metodológicas.

Procedimentos e fontes

Diante do exposto, ficou estabelecido como procedimento inicial o levantamento de bibliografia relevante relativa tanto à situação histórica e social dos temas em questão –

principalmente a conjugalidade e a casa/moradia – quanto aos referenciais encontrados na psicologia analítica sobre os pilares da pesquisa, a saber: os arquétipos e os símbolos e suas manifestações nas relações familiares e conjugais.

Tendo em vista a possibilidade de ampliar o conhecimento do objeto a que nos propusemos estudar, buscamos, nessa etapa, bibliografia de áreas de interface, como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Arte, a Filosofia e a Arquitetura.

Também ficou estabelecido que seria feito um pré-teste, que consistiria de quatro encontros em intervalos quinzenais com um casal que se dispusesse a participar. O pré-teste tinha por objetivo verificar se os procedimentos de entrevista e das atividades expressivas a serem realizadas posteriormente na pesquisa propriamente dita estavam bem elaborados. Além disso, seria uma oportunidade de avaliar como a pesquisadora desempenharia a condução dos encontros, quais as dificuldades que poderiam surgir e quais os ajustes necessários. O pré-teste foi realizado e atingiu esses objetivos.

Em seguida, tendo sido feita a busca dos participantes por meio de carta-convite digital (ver ANEXO I), via mala direta, para a qual foi usada a rede de contatos da pesquisadora, iniciaram-se os encontros com os participantes. Eles consistiram de entrevistas regulares realizadas mensalmente. O plano inicial foi de que isso ocorresse durante seis meses e totalizasse, portanto, seis encontros com o casal participante. No entanto, foram necessários dois encontros extras, que serão explicados mais adiante, fazendo com que a pesquisa de campo se constituísse de oito encontros, incluindo a visita à casa dos participantes.

Optamos nos encontros pelas entrevistas abertas, que, segundo Gil (1999), distinguem-se da simples conversação porque têm como objetivo a coleta de dados ou de elementos para a pesquisa, mas que se pautam na flexibilidade e numa postura que permite aos entrevistados responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referências.

Além da possibilidade de reunir informações sobre as experiências pessoais objetivas e subjetivas, entendemos que nos encontros propostos para esta pesquisa o olhar lançado para as experiências dos participantes pudesse ser aprofundado com o tempo, por meio da emergência gradual de conteúdos não imediatamente manifestos e compreendidos. A expectativa era a de que a natural reflexão que se promove pela verbalização do vivido e as novas percepções que surgissem pudessem constituir um processo paulatino de construção do conhecimento tanto para a pesquisadora quanto, eventualmente, também para os participantes, a respeito daquilo que se pretendeu conhecer nesta pesquisa.

Como procedimento de coleta de dados, além das narrativas, também fez parte do trabalho a preparação, por parte dos participantes, de material fotográfico a respeito da casa. Além disso, foram realizadas durante os encontros atividades expressivas, como, a escrita, o desenho e a pintura, tendo como tema a relação conjugal e a casa. O objetivo com isso foi estabelecer uma nova e diferente oportunidade de os participantes representarem e expressarem suas experiências, abrindo canais para que aspectos internos e subjetivos pudessem se manifestar, aspectos estes que poderiam ficar encobertos ou passarem despercebidos no discurso narrativo. Esses procedimentos serão detalhados a seguir.

Por fim, fez parte do trabalho de campo uma observação direta, numa visita à casa dos participantes, em momento que se identificou como oportuno. Tivemos como objetivo obter uma visão da casa e da relação que se somasse àquela apresentada pelo próprio casal.

Todas essas atividades tiveram como foco principal as experiências da vida conjugal, suas dificuldades, qualidades e desafios, bem como buscaram explorar fatos, percepções e vivências que dissessem respeito à constituição da casa para o casal. As entrevistas foram todas gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, e o material das atividades expressivas produzido foi fotografado.

Cuidados éticos foram tomados e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da USP – CEPH-IPUSP –, que lhe conferiu parecer favorável em 08/09/2014, sob o nº 781.442.

O material está sendo aqui utilizado mediante aprovação dos participantes da pesquisa, firmada por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO I).

Participantes

Buscamos como participantes desta pesquisa um casal formado por um homem e uma mulher com idades de até 35 anos, que não tivessem filhos e que morassem juntos em função de casamento formal ou não. A opção pela família sem filhos deveu-se ao fato de que, dessa maneira, poder-se-ia ver de forma mais destacada aspectos relativos à conjugalidade, à relação homem-mulher, que de outra maneira talvez se misturassem ou se confundissem na relação estabelecida em função da criação dos filhos, na vivência da parentalidade.

Critérios de não inclusão foram: ter filhos, mesmo que de outros relacionamentos; não residir na cidade de São Paulo; não aceitar participar.

Local e período de desenvolvimento das atividades da pesquisa

A pesquisa se desenvolveu na cidade de São Paulo, tendo como plano inicial seis encontros mensais com os participantes, que foram realizados em consultório particular e numa visita à casa do casal. A duração de cada encontro não foi estipulada *a priori*, sendo considerada também como elemento que ofereceria dados para a pesquisa. Não deveria, no entanto, ultrapassar noventa minutos.

5.3 COLETA DE DADOS – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Como dito, as atividades expressivas consistiram em um trabalho com desenho, pintura, fotografia e a produção de registros escritos. Apresentamos agora uma descrição dessas atividades e objetivos mais específicos.

Fotografia

Ao final do primeiro encontro os participantes foram solicitados a preparar uma primeira imagem da casa. A princípio poderiam utilizar qualquer técnica (desenho, fotografia etc.) e expressar da casa o que considerassem significativo. Deveriam fazer a atividade separadamente.

A consígnia foi: *“Escolher da casa um espaço que seja de alguma maneira significativo e preparar um registro dele, que pode ser por meio de foto, desenho ou qualquer outra maneira que desejarem”*.

Ao final do segundo encontro, foi pedido que seguissem com essa atividade e produzissem, ainda separadamente, novos registros da casa. A consígnia foi: *“Escolham e produzam três registros: (1) do espaço de que menos gostem (ou com o qual não tenham*

afinidade, que não está do jeito que se queria etc.), (2) do objeto de que mais gostem e (3) do objeto de que menos gostem (ou com o qual não tenham afinidade etc.)”.

Essas imagens foram olhadas em conjunto no terceiro encontro.

No quarto encontro pediu-se uma nova produção de imagens da casa, a ser feita, então, em conjunto pelo casal.

O objetivo de todas as atividades até aqui foi poder observar o olhar de cada um dos participantes para a casa e depois que eles interagissem na produção das imagens e constituíssem como que um olhar conjunto.

Todos os registros foram enviados por e-mail para a pesquisadora no intervalo entre os encontros e depois houve uma conversa sobre eles. Esses registros estão reunidos no ANEXO III, juntamente com os principais comentários feitos pelos participantes a respeito das imagens que produziram. Essas imagens foram selecionadas e também são apresentadas na análise dos dados, na medida em que pareceram relevantes.

Desenho e pintura

O quinto encontro foi destinado basicamente a duas atividades expressivas. Primeiro foi pedida uma representação individual da casa, para a qual os participantes tinham disponível apenas papel e lápis de cor.

A consígnia foi: *“Com o material que vocês têm disponível, façam uma representação da casa, seguindo aquilo que primeiro vier à mente de vocês”*. Não foram respondidas perguntas como “qual casa” etc.

Depois foi pedida uma representação da casa, a ser feita pelos participantes em conjunto, para a qual foram oferecidos lápis, tinta, pincéis, gravetos, barbante, corda, revistas, papel branco, papel panamá (mais grosso, uma espécie de papelão), fita adesiva, cola e tesoura. A consígnia foi a mesma.

No oitavo encontro, tendo em vista que o casal se referia constantemente às inúmeras transformações na casa e como isso poderia representar, na verdade, mudanças na

subjetividade de cada um dos parceiros, optamos por fazer a atividade do desenho da casa mais uma vez. Os participantes tiveram à disposição novamente papel e lápis de cor e foi pedido um desenho livre da casa.

Esse encontro se compôs ainda de um desenho da planta da casa, que cada um realizou individualmente.

Depois de realizadas as atividades, os desenhos e/ou a pintura produzidos eram olhados e havia uma conversa sobre o material produzido e sobre a experiência que os participantes haviam tido ao produzi-lo.

Estes registros também estão no ANEXO III, juntamente com os principais comentários feitos a respeito deles. Da mesma forma que as fotografias, foram utilizados na análise na medida em que se mostraram relevantes para os temas propostos.

Escrita

Outra atividade expressiva que compôs o trabalho de campo foi a escrita livre e com fluidez a partir de um tema ou palavra apresentados. A consígnia geral para essa atividade era: *“Escrevam deixando que as ideias fluam o mais livremente possível. A partir do tema ou da palavra propostos, escrevam sem tirar a caneta do papel e sem deixá-la parar”*.

Essas atividades foram feitas ao final do quinto encontro, quando o tema foi livre – *“Escrevam o que vier à mente nesse momento”* – e durante o oitavo encontro. Nesta ocasião, foram produzidos três pequenos textos a partir das seguintes palavras ou temas: (1) um objeto ou elemento da casa de sua escolha; (2) um dos três elementos (móveis) da casa: mesa de cabeceira, armário, mesa de jantar; e (3) gavetas.

Terminada a escrita, os participantes deviam escolher um dos seus textos para que o outro lesse e houve a respeito disso.

Os textos estão no ANEXO III e também foram utilizados na análise aqueles que se mostraram mais relevantes.

5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados foram analisados de maneira qualitativa e narrativa, buscando-se apontar o nexo e a relação plausível entre o que foi levantado junto aos participantes e o referencial teórico.

Uma vez que esta pesquisa se propôs a seguir a abordagem da psicologia analítica, buscaram-se os símbolos emergentes nas narrativas e demais observações do material oferecido pelos participantes. Estes símbolos foram analisados também com base no processamento simbólico-arquetípico proposto por Penna (2003), que considera, segundo os referenciais indicados por Jung (1921-1971) e aqui já tratados, que o símbolo é o fenômeno psíquico que melhor expressa fatos relativamente desconhecidos, permitindo, assim, uma ampliação da consciência e algum acesso a conteúdos inconscientes, os quais estão na base das experiências humanas em geral e muito especialmente nos vínculos afetivos.

Segundo Penna (2009), “a concepção romântica de uma realidade subjacente interferindo na realidade manifesta e a noção de uma totalidade abrangente movida por padrões organizadores, os arquétipos, que não estão acessíveis à consciência, constituem a base da ontologia junguiana” (p. 79).

A autora diz ainda que os símbolos, que estão como que entre a consciência e o inconsciente, podem ser considerados como qualquer evento que provoque ou mobilize a atenção seja de um indivíduo, seja de um grupo. A presença de um símbolo é sempre percebida pela consciência como instigante, surpreendente ou intrigante, provocando estranhamento, curiosidade, atração ou repulsa, admiração ou reprovação. Os símbolos produzem uma sensação simultânea de plenitude e vazio pelo fato de conterem aspectos conscientes, mas guardarem não revelados muitos significados importantes. É assim que o ego deseja e precisa da mensagem contida nos símbolos. O aspecto consciente do símbolo consiste na forma reconhecível que pode ser captada pela consciência; seu aspecto desconhecido representa o enigma a ser decifrado e é justamente de sua falta que a consciência se ressent, almejando, então, conhecer.

Jacobi (1986) diz que os símbolos se manifestam no aqui e agora do espaço e do tempo, podendo ser de algum modo sentidos pelo consciente, fruto da constelação da energia psíquica no sistema como um todo em determinado momento.

É importante ressaltar a dinâmica própria do sistema psíquico, que possui uma autorregulação intrínseca e opera pela função compensatória, cujo produto é o símbolo. Este representa a síntese necessária para o equilíbrio do sistema. Todavia, somente o processamento desse símbolo realizado pelo ego efetiva a integração dos conteúdos inconscientes na consciência, resultando na ampliação da consciência, ou seja, produzindo novos conhecimentos.

Por fim, manteve-se em consideração na etapa de análise empreendida nesta pesquisa o que afirma Penna (2009) na elaboração do método simbólico-arquetípico:

Tanto epistemologicamente quanto metodologicamente o paradigma junguiano tende a uma posição de síntese das polaridades consciente e inconsciente, espírito e matéria, sujeito e objeto, individual e coletivo e causa e finalidade. Essa perspectiva acarreta uma atitude diante da vida, da realidade e dos fenômenos que pode ser chamada de atitude simbólica (p. 181).

Dessa maneira, todo o material obtido nas entrevistas e depois transcrito foi submetido a sucessivas etapas de análise. A própria transcrição consistiu na etapa inicial desse processo, pois propiciou uma escuta acurada da narrativa dos participantes.

Também o material produzido mediante as técnicas expressivas de pintura, desenho, fotografia e escrita foi organizado e trabalhado sucessivas vezes, de forma a propiciar uma gradual apreensão dos aspectos mais ou menos manifestos que ali se manifestavam.

Depois disso, organizaram-se as falas, imagens e textos mais significativos dos participantes em tópicos que destacavam temas em comum, prevalentes ou importantes. Respeitando o foco escolhido para esta pesquisa, a casa do casal, estes tópicos privilegiaram aspectos referentes às casas significativas tanto para cada um dos participantes individualmente quanto na experiência deles como casal.

A análise do conteúdo consistiu, portanto, em primeiro lugar nessa organização de todo o material colhido nos encontros em torno de temas ligados à casa. Isso possibilitou uma visão geral dos principais aspectos que haviam emergido a respeito da conjugalidade, tal como esta se manifestava nas diferentes casas representativas para os participantes.

Os itens da análise apresentados no próximo capítulo seguem uma ordem cronológica relativa a essas casas. Destacaram-se delas as diferentes características, ambientes, atmosferas, memórias e afetos e, em especial, os símbolos emergentes que tivessem relação com o modo como a conjugalidade é vivida nos dias de hoje, seus motivos, suas riquezas e seus desafios.

As diferentes funções da consciência – pensamento, sentimento, sensação e intuição – utilizadas como recursos internos para a apreensão e a compreensão dos símbolos (PENNA, 2009) deram a possibilidade de não se proceder a uma mera interpretação intelectual do material coletado e organizado.

Além disso, foram levados em consideração tanto o contexto mais amplo do fenômeno psíquico, ou seja, o contexto arquetípico, quanto aquele mais restrito, o contexto particular dos indivíduos participantes e de ambos enquanto casal, além de outras gradações situacionais em que os fenômenos puderam ser observados. Seguindo ainda o método simbólico-arquetípico proposto, buscamos compreender esses eventos simbólicos que se destacaram não com base apenas em suas causas, mas também nas finalidades e sincronicidades que se apresentavam, bem como nos padrões arquetípicos e na função compensatória dos símbolos que podiam ser observados, sendo estes, portanto, os parâmetros de análise adotados.

Procedemos, assim, à apreciação e à interpretação do material coletado, levando em conta a tessitura desses vários aspectos e buscando, como também indica Penna (2009), situá-los constantemente na totalidade de que fazem parte. Toda essa etapa do trabalho compreendeu, enfim, a associação com as perspectivas ontológica e epistemológica propostas na psicologia analítica.

PARTE 6 – CAMPO
A CASA E O CASAMENTO
EM NARRATIVAS E IMAGENS

APRESENTAÇÃO

Os encontros com os participantes da pesquisa tiveram início em março de 2015 e se encerraram em setembro do mesmo ano, um mês depois do previsto. O motivo foi, além da inclusão de dois encontros extras, que serão comentados a seguir, alguns períodos de viagem dos participantes, que produziram um intervalo maior entre alguns encontros.

O trabalho consistiu em entrevistas regulares realizadas mensalmente. O plano inicial era de que isso ocorresse durante seis meses e totalizasse, portanto, seis encontros com o casal participante. No entanto, foram necessários os dois encontros extras já mencionados. Numa das ocasiões o casal chegou em meio a uma forte crise, o que inviabilizou a realização da proposta de pesquisa. Este encontro foi mais breve que os demais e teve por objetivo simplesmente acolher o momento de crise, tendo-se o cuidado de não torná-lo um trabalho terapêutico. Realizam-se, então, na semana seguinte as atividades de pesquisa propriamente ditas. Além disso, percebeu-se a necessidade de um encontro depois da visita à casa, que acabou sendo postergada por questões também relativas à crise vivida pelo casal e que serão detalhadas mais adiante. Com isso, a pesquisa de campo consistiu em oito encontros, incluindo a visita à casa dos participantes.

Como dados que não haviam sido previstos, as histórias individuais e também uma forte crise do casal emergiram com intensidade durante o trabalho. Embora isto tenha criado certas dificuldades na condução dos encontros, talvez tenha propiciado também a constituição de um quadro muito revelador da condição da conjugalidade. Evidenciou, em especial, o possível desafio que um caráter mais individualista do ser humano contemporâneo está impondo às relações.

Como dito, a pesquisa proposta foi essencialmente qualitativa, e através do método e procedimento apresentados buscamos ter acesso a aspectos da subjetividade dos participantes. Os resultados apresentados a seguir procuram destacar, portanto, as experiências pessoais, significados, sentimentos, valores e outros aspectos subjetivos que emergiram em relação ao tema central desta pesquisa.

Neste capítulo, depois de uma apresentação inicial dos participantes, serão apresentadas algumas de suas casas, segundo uma ordem cronológica – desde as duas casas de origem até a casa da atualidade, que foi constituída pelo casal.

Queremos destacar que as possibilidades de apreensão do material que será apresentado a seguir são ilimitadas e que foi necessário fazer escolhas constantes em função do escopo e da dimensão que este trabalho poderia alcançar.

6.1 O CASAL

Quando você olha uma pessoa com os seus olhos você pensa que talvez as conexões sejam as mesmas [que as suas]. (Márcio, 2º encontro)

Márcio e Liz¹⁰ hesitam em começar a falar no primeiro encontro. O pedido foi de que falassem o que sentissem vontade a partir do tema da pesquisa, que já era conhecido pelos dois.

Eles decidem se apresentar e, depois de cederem a vez um ao outro brevemente, Márcio toma a palavra dizendo:

Bom, eu tenho 28 anos. Eu tenho dois irmãos, sou o filho do meio. Tenho um irmão mais novo, de 15 anos, e uma irmã mais velha, de 34. Profissão: eu trabalho na universidade, sou funcionário da Engenharia. Tô fazendo meu mestrado também. Família... Sou formado em engenharia, sou engenheiro – acho que isso influencia em algumas coisas (risos). Humm... deixa eu ver. Eu tenho dificuldade de falar um pouco de mim assim.

Depois que Márcio conclui sua apresentação, breve, com alguma dificuldade de achar o que falar, escolhendo os assuntos, mas basicamente falando da sua família de origem, Liz também se apresenta dizendo:

Bom, meu nome é Liz, tenho 29 anos (risos). Meu pai é o Paulo. Minha mãe é a Helena. Bom, vou tentar ir do começo. Meus pais se conheceram no casamento de primos em comum, eles eram bem novinhos. A família da minha mãe e a família do meu pai são bem religiosas, e meu pai e minha mãe casaram virgens (risos). Nossa, não imaginei que eu ia começar por aí. Mas eles sempre foram muito sonhadores assim... E foi assim que eles se conheceram (...) Foi um namoro até que rápido e eles casaram e depois de um ano eu nasci. E logo depois de um ano eles se separaram. Então, eu não tenho essa convivência de família, de pai e mãe juntos. (...) O que a minha mãe conta e algumas pessoas da família também é que meu pai se tornou muito possessivo em relação a ela. E quando eu nasci, de mim

¹⁰ Todos os nomes de pessoas e de lugares foram alterados a fim de se preservar a identidade dos participantes. “Liz” e “Márcio” foram os nomes substitutos escolhidos pelos próprios participantes. Liz foi escolhido por ser o nome de uma flor, e Márcio, porque a mãe do participante se chama Márcia. Esses dados são relevantes para a compreensão dessas pessoas e da dinâmica entre elas. Retomaremos essa informação mais adiante.

também. E ele acabava batendo na minha mãe em algumas situações assim. (...) Mas é isso, acho que eu comecei desse jeito pra dizer que eles acreditavam no amor, mas que a realidade foi logo muito dura.

A primeira coisa que chama a atenção é o fato de que a partir do tema do casamento e da casa ambos tenham decidido começar falando deles próprios, ou seja, cada um falando de si mesmo. Embora isso não fuja do tema proposto, uma vez que o casal se forma a partir de duas individualidades, também nos faz pensar em outros aspectos. Um deles diz respeito à hipótese de que Liz e Márcio vivam na relação conjugal, de forma acentuada, o aspecto mais individual, o que pode gerar dificuldades de se integrarem e viverem a realidade do casamento, da vida e da casa compartilhada – este aspecto de fato se reapresentará intensamente nos demais encontros.

Outro ponto que se destaca nessa introdução é que eles escolhem se apresentar a partir das figuras parentais. Isso nos dá indícios de que possam estar ainda excessivamente identificados com as histórias primeiras de vida, aquelas que se deram no âmbito dos grupos familiares de origem. De fato, este também será um fator que se confirmará nos encontros seguintes de algumas maneiras. Uma delas é a repetição de alguns enredos familiares, inclusive a experiência de violência física.

A surpresa de Liz a respeito de ter começado falando da virgindade dos pais ao se casarem é um elemento que também chama a atenção. No entanto, neste momento, ainda não faremos muitas inferências sobre isso.

Márcio

Márcio conta que sempre teve uma relação muito boa com os pais – *“Sou o filho queridinho deles dois”* – ao contrário da irmã, que *“deu muito trabalho na adolescência, sempre foi muito rebelde”*. Tendo em vista a grande diferença em relação à irmã, ele supõe que isso influenciou diretamente o tratamento que recebeu dos pais, pois *“é muito mais fácil tratar como queridinho aquele que não faz nada, que não é rebelde”*.

Márcio se percebe como uma pessoa muito tranquila e caseira. Ele diz que foi uma criança que *“gostava de abrir tudo, mexer em tudo, destruir tudo. Mas de ficar dentro de casa, destruindo tudo, mas dentro de casa”*. Comenta que o irmão é parecido com ele. *“Outro que também é hipercaseiro, não faz nada.”*

O pai, complementando o grupo de figuras masculinas da família de origem, Márcio descreve como *“um cara muito tranquilo, um cara assim que tem uma paciência de Jó. (...) Extremamente caseiro. Não sai de casa nem se puxar... ele vai chorando”*. Da mãe, Márcio conta: *“Minha mãe já é espoleta, entendeu? Minha mãe é muié arretada. Xinga, tem um gênio fortíssimo. (...) Ela é uma pessoa complicada”*.

Aqui aparecem polaridades entre as figuras masculinas e femininas, sendo as primeiras talvez mais passivas, introvertidas, fechadas em casa, e as segundas, rebeldes, explosivas e com uma disposição mais extrovertida. Chama a atenção, no entanto, que o menino que gosta de ficar em casa e mexer em tudo e abrir tudo, também gosta de *“destruir tudo”*. Vamos acompanhar o que isso pode ter como significado. Revela o gosto por explorar as coisas em seus aspectos internos, mais ocultos, aquilo que permanece dentro? Há também um componente de agressividade aí? Vejamos.

Sobre os pais, Márcio conta ainda: *“Minha mãe não terminou a faculdade de Matemática. Foi até o último ano e desistiu. E meu pai fez até o último ano de Física”*. Surge como pergunta por que eles não se formaram. Fica sugerido que esse é um dado importante, até porque Márcio quase reproduziu a mesma história, como veremos mais adiante. Supomos que possa haver uma contraposição entre a formação da família e a *não* formação individual de cada um. Algo não se forma nas vidas individuais e parece que o casal se fecha no casamento.

O casamento, por sua vez, pode manter, de forma semelhante, certos aspectos intocados ou pouco amadurecidos, não totalmente formados. Por exemplo, Márcio fala várias vezes que jamais viu os pais brigando. No entanto, deixa igualmente entrever certos conflitos, como quando diz que o fato de o pai não querer sair de casa *“dá um atrito na relação deles”* e que ele próprio chama a atenção dos dois dizendo que *“tem [que ter] um respeito aí, tanto de você com ele, quanto dele...”*. Também o temperamento *“genioso”* da mãe fez com que as famílias paterna e materna não convivessem muito (ficaram mais de vinte anos sem se visitarem, e a família paterna não aceita bem a mãe), o que parece ser uma questão não resolvida pelo casal.

Nos últimos encontros, as relações e polarizações do núcleo principal – pais, Márcio e a irmã – e também o vínculo de filho especial com a mãe reaparecem de forma muito intensificada, fazendo surgir novos elementos que dão indicações importantes a respeito de Márcio. É do sétimo encontro a sua fala:

(...) eu sempre fui um filho superprotegido, a pedra preciosa que nasceu pra eles [os pais]... Minha irmã é o avesso completo. Entendeu? Minha irmã era a rebelde, tudo que não podia fazer ela fazia. (...) Eu era o extremo, a joia rara. Até hoje. Acho que você [Liz] sofre um pouco as consequências de eu ser essa joia rara aí.

Márcio concorda que parece ter ficado com a missão de “*fazer o certo*”, de que inconscientemente recebeu e assumiu esse encargo. Além disso, é possível que antagonizar com a irmã da maneira como ele descreve tenha sido uma forma de angariar atenção e afeto. Até hoje ele parece repetir esse comportamento, mesmo que já mais afastado da convivência com os pais.

Uma vez que todos os processos que não estão conscientes cobram seu preço, apesar de Márcio ser o rapaz “polido” – associação com a joia rara –, é bastante comum, como veremos, que ele perca completamente a cabeça nos conflitos com a companheira (que na intimidade, para além das convenções e contenções da vida social, realmente o desafia). Voltaremos a esse tema logo a seguir, ao falar das dinâmicas do casal.

Liz

Liz fez Artes Cênicas e trabalha nesta área, como atriz e diretora. Ela é filha única de seus pais e tem duas irmãs por parte de mãe (dez e doze anos mais novas que ela) e um irmão por parte de pai (sete anos mais novo).

Liz comenta que o pai “*vem de uma família de cinco irmãs, com uma grande matriarca italiana*”. Ele é um homem mais sensível e que sempre foi cobrado a demonstrar a sua força e masculinidade. Liz se identifica com ele na questão da sensibilidade. Da mãe, ela não fala muito. Um dos poucos comentários que se destaca é o de que “*minha mãe sempre [viveu] em atrito com os pais*”. Liz diz ainda que ela é uma pessoa muito preocupada com limpeza, aparência e ordem.

Os pais se separaram muito cedo, e Liz ficou basicamente sob os cuidados dos avós maternos, que até hoje são uma forte referência para ela. Esses avós acabaram assumindo algumas funções de pai e mãe para Liz, como levar e buscar da escola, cuidar dela no restante do dia, conversar, aconselhar, acolher.

Liz entende que essas coisas fizeram com que ela fosse mais “*adulzinha*” para os pais. Ela explica: “*Assim, desde criança [eu era a] muito sensata (mas a que também perdia a*

sensatez). E aí eu sou a primeira filha, a primeira neta, então, tem bastante expectativa na minha figura nas duas famílias”.

De fato, contraposições entre ser sensata, poder ponderar e contemporizar e momentos explosivos e de perda de equilíbrio a acompanham até a vida adulta e ocupam um lugar central em vários assuntos que surgirão depois a respeito do casamento.

Como com Márcio, é possível que Liz tenha se esforçado para corresponder às expectativas que percebia serem depositadas nela pela família, a fim de garantir o afeto dessas figuras de referência. Uma vez que isso não seguiu um processo de amadurecimento consciente, Liz se depara repetidamente com o tema em sua vida.

O contato familiar de um modo geral sempre foi maior com a família materna, uma vez que o pai e a família dele moram no interior. A família da mãe também parece mais unida, e Liz conta que gostam de se encontrar, valorizam as visitas, há mais presença, festas e reuniões entre essas pessoas.

Na casa da mãe, no entanto, em especial quando ela já estava casada novamente, Liz não tinha a sensação de um real pertencimento ao grupo. Sobre isso ela comenta algumas vezes que se percebia sempre “*de passagem*” por lá.

Sua adolescência foi um período conturbado e, uma vez que não se sentia tão acolhida na casa da mãe e do padrasto, e também porque a situação financeira não era tão boa lá, cedo ela percebeu que precisava deixar esse núcleo familiar e tocar a sua vida por conta própria. Com isso, Liz se determinou a fazer certas coisas, como passar numa faculdade federal e morar com outras pessoas, como formas de viabilizar a sua saída da casa da mãe.

A força presente nessa decisão parece ter feito Liz amadurecer e desenvolver coragem para enfrentar possíveis dificuldades, inclusive em termos profissionais, trabalhando com teatro. Por outro lado, muitas vezes aparece uma sensação de desamparo e uma busca de segurança na figura do companheiro, com uma forte demanda por estabilidade e garantias.

Observamos também na história de Liz que, com um grupo familiar tão grande e mais complexo, houve para ela uma diversidade bastante grande de vínculos. “*São muitos personagens na história*”, comenta rindo ao se perder contando o enredo da família. Mas o mais importante é que as relações se estabeleceram de formas muito variadas, o que tanto pode oferecer uma riqueza de referenciais quanto pode acentuar a sensação de insegurança e de solidão, mesmo em meio a muitas pessoas.

Sobre esse grupo estendido e as relações nele estabelecidas, extraímos as seguintes falas de Liz:

Os meus pais, nesses dados de amorosidade, eles sempre me apoiaram muito nos meus sonhos. “Ah, pai, quero fazer teatro...” Não tem artista na minha família, classe média, média baixa, “Ah, faz o que você quiser. Se você acredita, ué?”. (...) E do meu padrasto já senti uma coisa, e até dos meus tios, assim, uma coisa de: “Pra que que você vai fazer isso?”. E isso é um desconforto...

Então, os meus tios (os irmãos da minha mãe) sempre estão cuidando muito de mim e também me perguntando muito a minha opinião das coisas.

E aí a minha relação com os meus irmãos: tem uma diferença muito grande de idade e uma diferença de jeito mesmo. As minhas irmãs são filhas do meu padrasto. De jeito, sabe? Eu não tenho relação de irmã mesmo com nenhum dos irmãos. Eu tô atenta, eu sou a mais velha, vou dar uns toques... mas...

Sobre os trabalhos dos pais, Liz diz que a mãe é formada em comunicação, tendo trabalhado bastante tempo em assessoria de imprensa, e que agora tem uma empresa de eventos. O pai é técnico em eletrônica, mas na maior parte da vida foi vendedor. A situação do pai e da madrasta é instável, e muitas vezes eles perderam os investimentos feitos em negócios diversos. O avô é gerente de banco, agora aposentado.

Hoje em dia, com o teatro, Liz tem uma rotina diferente das outras pessoas da família e isso tem influência na convivência com elas. Segundo ela: *“Eu estou pouco em casa, tô sempre... peça de quinta a domingo, uma outra rotina. Não é que todo domingo eu estou na casa dos meus avós. A casa do meu pai e da minha mãe eu visito pouco até. (...) E talvez tenha essa expectativa de que ‘ah, a Liz está aqui, ela nunca está’ e aí eu me sinto mais cobrada”*.

Liz, ao contrário de Márcio, não tem dificuldades de falar de si e de se apresentar, nem de falar da família. No entanto, é muito comum que se sinta perdida em relação aos vários detalhes e elementos sobre os quais fala ou que nos pergunte se estamos entendendo o que ela diz.

Liz e Márcio

O casal conta desde o primeiro encontro que está atravessando uma forte crise. No entanto, isso só vai começar a ser exposto, de fato, no final da nossa segunda conversa.

A história da relação dos dois começa em 2009 numa festa da faculdade. Márcio havia ido a essa festa porque tinha uma amiga muito antiga que era do mesmo grupo de teatro de

Liz. Ele havia terminado um relacionamento recentemente. Liz ainda namorava, mas estava sozinha na festa.

Como o tema deste trabalho é a conjugalidade e também a casa e, portanto, os espaços e ambientes, vale mencionar o local desse primeiro encontro, sobre o qual Márcio fala de forma divertida: “(...) *foi curiosamente num puteiro, na Augusta – o pessoal das artes cênicas, sempre bem animado*” (risos).

Eles acabam ficando juntos nessa noite, quando Márcio dá carona para Liz até a casa da avó dela. Ele conta que depois “*a gente ficou se falando por e-mail durante um bom tempo, troca de e-mail, ela com ex-namorado dela, toda enrolada e vai que vai que vai que vai... Aí ela se separou de vez do namorado*”.

Esse tempo de troca de e-mails durou alguns meses. Nessa época, Márcio morava no interior, onde fazia faculdade, e Liz estava em São Paulo. Eles contam que os e-mails eram longos e que, neles, escreviam sobre o dia-a-dia, suas experiências, dificuldades, o que tinham vivido... Os dois ainda guardam essas mensagens, o que parece mostrar que eram significativas para ambos.

Durante esses contatos, decidem que vão fazer no começo do ano seguinte uma viagem pela América do Sul. Mesmo percebendo que ainda não se conheciam muito bem, decidem arriscar, porque, afinal, nenhum dos dois estava comprometido com ninguém e pareciam ter interesses em comum. A viagem acabou sendo um momento ambíguo, em que Liz se comunicava algumas vezes com o antigo namorado e Márcio ficava incomodado com isso. No entanto, ambos afirmam que não estavam interessados em estabelecer um novo compromisso naquele momento e que queriam aproveitar a viagem apenas. A sensação de que ainda eram estranhos um para o outro perdurou.

As viagens são momentos marcantes na relação de Liz e Márcio, em que normalmente, segundo contam, eles se complementam bem. É quando as diferenças entre eles contribuem para que as coisas corram de forma positiva e mais satisfatória. As polaridades podem ser bem vividas nessas ocasiões.

Ainda assim, alguns atritos acontecem já nessa primeira viagem, sendo que eles se desentendem por questões práticas, como o gerenciamento do dinheiro e a comida.

Liz e Márcio começam a namorar nesse mesmo ano de 2010. Liz comenta que o namoro “*foi sempre marcado pela distância durante a semana, que era matada no final de semana*”.

Por um certo tempo, Liz também fez um curso de especialização no interior, na mesma cidade em que Márcio morava, e, então, eles tiveram a possibilidade de se aproximarem mais. Muitas coisas do namoro foram vividas nessa época, nas repúblicas, casas que Márcio dividia com os amigos.

Acabaram se casando em dezembro de 2013, fortemente motivados a terem um espaço em comum para eles.

A crise séria veio seis meses depois, em junho de 2014. Muito das brigas que vivem ao longo desse período conturbado estão direta e intensamente relacionadas à casa que buscam constituir como casal.

Essa é uma visão geral e inicial de Liz e Márcio e da história do relacionamento. Ela será complementada com as narrativas que virão a seguir e que serão entremeadas pela observação da casa e do casamento, da forma como se expressaram nas imagens produzidas nos desenhos, fotografias, pintura e também por meio da escrita criativa.

6.2 A CASA E O CASAMENTO NAS NARRATIVAS E IMAGENS

6.2.1 CASAS DE ORIGEM

Da mesma forma que as primeiras relações afetivas tornam-se referenciais importantes para a vida, as casas e os ambientes onde as experiências iniciais acontecem também deixam marcas e impressões significativas e muitas vezes estruturantes para os indivíduos.

Mais importante que a casa concreta, que talvez nem sequer possamos resgatar nos relatos, interessa-nos as imagens e lembranças que ficam e que são levadas pelos indivíduos ao longo da vida. Afinal, como diz Bachelard (1993), as biografias vão sendo estabelecidas no processo de produção de imagens, o qual é produzido e acolhido nos lugares, em especial, nos da moradia.

Para Liz, a casa da infância que deixa impressões mais fortes é a dos avós. Por conta da separação dos pais e com a convivência mais diária com os avós maternos, grande parte da sua criação se dá na casa deles. Há muitas viagens, que Liz acompanha quando é pequena, pois os

avós já estão aposentados. Essa casa é calma. Ela diz: “*Um lar muito calmo, muito calmo realmente. Um ali pelo outro[os avós]. Um cuidando do outro*”.

Sobre a casa da mãe e do padrasto, ela conta:

A minha casa, que era a minha mãe com o meu padrasto, já era uma casa que não era muito a minha casa. Porque... primeiro isso de ter que visitar pai e mãe. (...) E eu sentia assim, que estava sempre de passagem na casa da minha mãe e do meu padrasto. Não era uma coisa tipo: “Nossa, minha casa”. E isso na adolescência veio bastante à tona. O meu padrasto: “Não tá satisfeita? Com seus dezoito anos, vai, segue a sua vida”. E aí eu guardei essa informação muito bem guardada e falei: “Ah, então tá”. (1º encontro)

Vale aqui destacar a maneira como Liz se expressa ao falar sobre a casa da mãe. Sem se aperceber ela diz “*a minha casa, que era a minha mãe com o meu padrasto*”. É possível imaginar o quanto essa primeira casa tinha um caráter ainda de “útero” para a criança nesse momento. Além disso, há de se atentar para o fato de que, na experiência de Liz, esse espaço fora invadido pelo homem com quem a mãe se casara.

Claro está que o útero precisaria realmente ser deixado e que a experiência de rompimento da relação mais simbiótica entre mãe e filha aconteceu, nesse caso, pela entrada de um novo companheiro na vida da mãe. Seguiremos observando esses pontos para ver como se desenvolvem.

Da casa do pai a lembrança que Liz traz é:

Então, assim, na casa do meu pai o que eu tenho de dados é que ele tava sempre mudando de casa, se endividando e precisando sair de casa. E uma casa sempre meio bagunçada demais, assim. “Ah, a janela vai chegar; tá sem chuveiro, só tem água fria.” Sempre assim um provisório. (1º encontro)

Neste ponto apenas destacamos o caráter de pouco aconchego, acolhimento e conforto dessas casas para Liz. Primeiro, uma casa que ela não sente muito como sua – e sobre a qual, como já mencionado, diz que se percebia sempre como que “*de passagem*” por lá. Em segundo lugar, um ambiente que não oferece boas condições de conforto e de bem-estar.

Se, tal como aponta Rybczynski, o surgimento na história da humanidade da preocupação com o conforto indicava o nascimento de algo novo para a consciência, que era a experiência de uma vida interior e da possibilidade de observá-la e nutri-la, isso nos leva a pensar na influência que essas casas iniciais tiveram para Liz e como a fizeram constituir seu

mundo próprio e subjetivo, bem como a forma como aprendeu a desenvolver os cuidados com ele e a preenchê-lo.

Também pensamos na influência que elas tiveram em momentos futuros na constituição de outros “espaços” pessoais, desde a própria casa concreta conquistada já como uma jovem adulta, até questões como sua profissão e seu lugar na relação com Márcio. Por ora, iremos nos ater a apenas destacar esses pontos para possíveis reflexões.

Para Márcio, a relação com a casa da infância é muito forte. Como já foi mencionado, ele se diz uma pessoa muito caseira. A relação com a casa dos pais reaparece várias vezes, sempre com essa conotação de um lugar onde se está bem e onde se pode ficar. Ele diz no primeiro encontro:

Até hoje gosto muito de ir na casa deles. Eu me sinto muito bem lá conversando, falando, vendo como eles estão. Uma relação que pra mim é muito gostosa. Gosto bastante. O núcleo familiar pra mim sempre foi um ponto aí na vida, porque eu sempre fui muito caseiro, sempre gostei muito de ficar em casa.

Interessante observar que a casa e a relação se misturam nessa fala: “*eu me sinto muito bem lá*”, “*uma relação que pra mim é muito gostosa*”, “*o núcleo familiar pra mim sempre foi um ponto aí na vida*”, “*sempre gostei muito de ficar em casa*”.

Aqui já aparece uma polaridade significativa entre Liz e Márcio. Liz tem uma experiência de não *se sentir em casa* nas casas dos pais, e o ambiente que é mais acolhedor, o dos avós, muda bastante, por conta das viagens. Márcio, por outro lado, tem a casa como um lugar onde ele pode ficar, se recolher, e talvez, eventualmente, até se fechar. Ele pode ser “*muito caseiro*”, ser mais de casa ou estar mais identificado com ela. Para ele, essa casa-útero convida a permanecer, enquanto Liz sente certa pressão para sair.

Vemos já aqui, a partir das experiências das casas de infância, alguns fatores sendo constituídos nas histórias de Liz e Márcio e que mais tarde produzirão aquilo que Féres-Carneiro (1998) indica como um dos grandes desafios da conjugalidade. Para a autora, tal desafio reside no fato de o casal abarcar duas pessoas com duas diferentes inserções no mundo e duas histórias de vida. A partir daí, percepções, desejos, dinâmicas e projetos, às vezes muito diferentes, se formam.

Na conjugalidade, as pessoas, ao mesmo tempo em que precisarão manter as suas individualidades, terão também que lidar com um desejo, uma história e um projeto de vida em comum, uma identidade conjugal. Elas também irão, não como regra, mas como fato mais comum, constituir uma casa, que idealmente deverá *conjug*ar as duas identidades e ao mesmo tempo permitir que ambas se expressem em suas particularidades. Aqui se instala aquilo que Pessoa (2011) oportunamente identifica como uma tensão entre as polaridades conjugalidade e individualidade.

No caso de Liz e Márcio, a diferença significativa que aparece no começo de suas histórias individuais será levada depois para a relação que estabelecem, manifestando-se, em especial, na busca e nas primeiras experiências da casa que formam como casal.

Sobre isso, Liz afirma nos encontros seguintes: “*O meu sonho sempre foi... Como eu não tinha casa, isso foi um ponto: ‘Eu quero ter/ eu não vejo a hora de ter a minha casa’.* Acho que meu maior sonho era ter uma casa”.

Pelo conjunto dos relatos, foi possível perceber que este foi um forte impulsionador para a busca do casamento e da casa em comum com Márcio e que a intensidade desse desejo fez com que outros dados e considerações deixassem de ser relevantes na decisão de se casarem.

Márcio, por sua vez, parece reproduzir nessa casa do casamento o lugar de certa forma idílico, onde ele pode ficar, “abrir” coisas, contemplar. Em certa medida, ele parece reproduzir na varanda com canteiros, dos quais cuida meticulosamente, o jardim da casa da infância, onde se refugiava e gostava de estar a sós.

Isso nos indica mais uma vez como aspectos das experiências primeiras de vida se apresentam em momentos futuros, seja pelas lacunas que deixaram, seja pelos aspectos agradáveis, que talvez não tenham sido transformados. De qualquer forma, talvez em ambos os casos haja uma busca de solução para possíveis conflitos e/ou a demanda de um progresso em direção a fases de maior amadurecimento, de tal maneira que essas experiências iniciais possam ressurgir transformadas.

Para Liz, isso pode significar, no plano concreto, a conquista, de fato, da casa e do espaço almejados, coisa que vem se realizando, mas de forma bastante conturbada, como veremos mais adiante nas narrativas do casal, o que faz reaparecer antigas feridas. No plano mais simbólico, há a busca do espaço próprio, de reconhecer-se como tendo esse lugar no mundo, um lugar que é ao mesmo tempo relacional e individual.

Para Márcio, talvez seja necessário abrir mão de certas delícias do “Jardim do Éden” e enfrentar o mundo mais hostil, em suas adversidades, conflitos, castrações e frustrações, para então erguer ali a sua casa, tanto a concreta, quanto o espaço simbólico da própria individualidade do agora jovem adulto.

Na atualidade, em que os contratos tradicionais de casamento deixam de oferecer um formato mais restrito para as relações e quando a condição de maior simetria e liberdade norteia grande parte da vida do homem e da mulher contemporâneos, Liz e Márcio têm como desafio encontrar a forma como constituirão essas experiências na vida a dois. Como dito, este parece ser um dos maiores desafios da conjugalidade nos dias de hoje. Além disso, vemos por aqui que essa questão pode se manifestar já na constituição da própria casa do casal, a qual ao mesmo tempo é formada pelos seus moradores e também continuará a formar a identidade dessas pessoas e do próprio par conjugal.

Uma atividade dirigida sobre as casas de origem (7º encontro)

No sétimo encontro, na visita à casa do casal, estando ali na casa atual de Liz e Márcio, em certo momento foi proposta a seguinte atividade:

Pensem numa casa que tenha sido significativa na história de vocês. Que imagem vem? Um flash... uma imagem... Fiquem alguns minutos com isso. Fiquem um pouco com essa imagem. Façam contato com isso. Façam contato de novo com essa casa, com as emoções, cheiros, luminosidade, sons desse lugar. Qual é a atmosfera desse lugar? Qual é a temperatura? Quais são as cores...? Se quiserem, fechem os olhos. Fiquem um pouco mais nesse lugar.

Depois foi pedido que descrevessem essa casa, que contassem que lugar era esse que tinham “visitado”.

Liz foi a primeira a falar e sua fala foi carregada de bastante emoção:

Nossa, quando eu busco essa casa, demora muito pra eu... Eu posso dizer que eu não tenho essa casa. (choro) Isso me dá vontade de chorar, não sei por que. () Eu não sinto muito/Eu não/não tenho muito... (...) A [casa] que eu tenho algo pra dizer é assim: é a casa (choro) que eu morei dos dois aos sete anos com a minha mãe. Morava só eu e a minha mãe. Era a casa que a minha mãe alugava do meu vô.

Liz fala de alguns elementos dessa casa, como o quintal grande e cimentado, pouco frequentado, mas onde era montada uma piscina nos dias de calor e onde também ficava

Petrus, “*um cachorro, um poodle, que era bastante carente*”. Ela também menciona a sensação de que a casa tinha poucos móveis e se lembra da cozinha com muitos azulejos, um móvel azul numa das paredes e uma mesa redonda no meio. Liz parece percorrer essa casa:

A gente entrava e tinha almofada no chão, uma rede, é... uma estante de ferro com a TV... Aí depois passava, tinha uma lousa bem grande na parede, que eu ficava desenhando. Aí na parede eu ia me medindo, da altura. Quando eu tinha três anos minha mãe começou a namorar o Jorge e ele foi morar com a gente. E eu acho que eu tenho mágoa disso, porque “é meu canto com a minha mãe”. Aí tinha o computador dele... Minha mãe passava o dia inteiro fora, eu comia na minha mãe¹¹. E no andar de cima: o quarto da minha mãe, que tinha a cama de casal dela e um banheiro bem grande, a suíte. E ela nunca deixava eu dormir com ela. E quando eu queria dormir (choro) eu dormia... no tapete. Era uma cama de casal e ela não deixava. (choro) Mas eu não me importava. Mas acho que eu me importava. (choro e riso) E eu sempre dormi sozinha no quarto. Tinha um balanço. Minha cama, a TV, uma girafa grande. (choro) E tinha um corredor entre o meu quarto e o da minha mãe (choro) É isso. ()

Perguntada sobre as emoções que estava sentindo, Liz fala sobre uma sensação de distância em relação à mãe. E conta: “*Tinha um mistério o quarto da minha mãe. Eu sentia uma coisa... Eu/A minha sensação é que a minha mãe já foi uma pessoa muito mais fria. Tive essa distância. E essa casa em que chegou um homem... (choro) Que eles ficavam conversando/Eu ia dormir, mas eu ficava pedindo: ‘Mãe, quero água’... E... Uma atenção, eu não sei (choro)*”. Liz conta que a relação com a mãe já mudou muito, mas que sente que certas coisas deixaram marcas.

Há muitos pontos possíveis de serem explorados nessa rica visão da casa que emerge das memórias de infância. Escolhemos a visão que Liz tem do quarto da mãe, o desejo de ali se aninhar com ela e o fato de haver “*um mistério*” cercando esse cômodo.

Como vimos na história das casas, a ala mais íntima das residências e seus cômodos especializados surgiram gradualmente e são um fenômeno de certa forma recente. O quarto conjugal, o centro dessa parte da casa e também uma expressão da posição do casal como núcleo da família, torna-se comum apenas na metade do século XIX.

Segundo Perrot (2011), o desejo da intimidade que surge nessa época e a evolução do sentimento amoroso confluem para a constituição deste espaço noturno, compartilhado apenas pelos cônjuges em privacidade. Segundo a autora, “à medida que o casamento moderno

¹¹ Pelo contexto foi possível perceber que Liz quis dizer “avó”. No entanto, ela não notou a troca que fez.

integra o amor (...) e a aspiração à sexualidade mais bem compartilhada, ele requer a intimidade de um quarto para dois” (p. 55). Da noite de núpcias à noite comum, cotidiana, o casal sempre deseja subtrair dos olhos de outras pessoas as experiências que aí têm lugar, sejam elas relativas aos seus afetos e conflitos, sejam elas relativas à sexualidade.

A vida sexual desde muito tempo tem transcorrido de forma privada, não revelada. Perrot (2011) ainda diz que mesmo os romanos, que não tinham sentimentos de culpa ou outros pudores a esse respeito, dissimulavam a cópula no *cubiculum*, o “quarto antes do quarto”. Com a moral cristã, a necessidade de ser este um ato privativo se tornou cada vez mais acentuada.

Na metade do século XIX, a separação do quarto do casal instituiu o primeiro momento em que as crianças deixaram o quarto dos pais. De fato, o mistério em torno da sexualidade e dos afetos vividos pelos adultos, em especial pelo pai e pela mãe, tem grande implicação no desenvolvimento psíquico dos indivíduos. O quarto conjugal é um representante concreto e espacial da interdição do desejo da criança, ou seja, da castração, da separação necessária. Essas experiências, quando bem vividas, sabemos que determinam o desenvolvimento de importantes funções psíquicas, estruturantes de um ego mais autônomo.

O que Liz comunica é que se ressentia de uma certa frieza da mãe. O afeto parece ser direcionado para o novo companheiro, sem que isso seja acompanhado de expressões que assegurem a permanência dos sentimentos em relação a ela. A criança se sente, então, abandonada, vive um desamparo afetivo na ausência da mãe que sai para o trabalho e que também se ausenta dela mesmo quando está em casa, demonstrando que sua disponibilidade se dirige agora para uma nova pessoa. A proibição, que poderia ser um fator positivo para o desenvolvimento, talvez tenha carecido de uma dose de acolhimento e da reafirmação de que o afeto em relação à filha estava presente.

Márcio falou depois de Liz. Trouxe lembranças mais leves e esteve menos emotivo:

(...) veio na minha cabeça a segunda casa dos meus pais. Eu morei na primeira casa até uns cinco anos de idade e a gente mudou. (...) Era uma casa extremamente confortável. Era grande a casa, era... Não sei por que me veio, também, o quintal. Eu lembro de estar sempre naquele quintal do fundo, eu passava bastante tempo nesse quintal e eu, puta... Minha mãe não trabalhava, o dia inteiro em casa. Passava sempre com a gente. Então, eu lembro de passar e brincar o dia inteiro nesse quintal e já sentir o cheiro da comida, ou do almoço

ou da janta que ia ser feita. Sentia o cheiro da chuva, também tinha o cheiro da chuva. Era: “Nossa, tá trovejando. Uau”. Então dava pra subir num... Tinha o quintal, tinha uma escada aqui, dava num outro quintal. E era um... Quando criança eu acho que eu ficava mais em tudo. Mas quando eu fui ficando um pouco mais adolescente, eu amava esse quintal de cima, que era um espaço em que eu ficava muito sozinho. Entende? E eu gostava de sentar pra ficar vendo a cidade no final da tarde. (...) Gostava principalmente dos cheiros. Eu lembro que... Chuva, principalmente, meu, a chuva é aquele cheiro que você sabe que a chuva tá vindo... “Deixa eu me esconder, deixa eu ficar lá, num quarto, eu quero ficar tranquilo, quero deitar...” Ou brincar com água no quintal, nesse quintal. Então... Foi essa casa aí que me veio. Eu acho que foi... uma fase muito boa, né? Infância. Foi gostoso, bem gostoso.

Mais uma vez destacam-se aspectos polares nas histórias de vida de Liz e Márcio. Isso nos leva a retomar a ideia de que o casamento muitas vezes se revela como um caminho de busca, em grande parte inconsciente, da realização de aspectos e experiências não vividas ou não concretizadas ou da cura de certas feridas psíquicas. Aspira-se no outro o preenchimento das próprias lacunas. Ou, como afirma Benedito (1995), a relação acaba se construindo em torno daquilo que falta ou do que não é dado a conhecer.

É claro que Liz e Márcio não conheciam, de início, as experiências mais antigas de um e de outro. Ainda assim, é possível que tenham se sentido atraídos como parceiros em função desses elementos complementares pressentidos. A casa bem vivida, com cheiros, espaços de contemplação, quintais ocupados e explorados, de onde se podia quietamente observar o mundo, não seria uma aspiração de Liz? Ela diz da época do namoro que, de fato, Márcio oferecia “*um lugar calmo para se ficar*”.

E, para Márcio, o que representariam os vazios, as ausências e os mistérios aparentemente negativos na história de Liz? Não seriam necessários para ele, representantes do corte com a mãe, do impedimento e do mistério de uma vida que deveria se desenrolar sadiamente fora do alcance do filho?

Isso nos remete, sem dúvida, à concepção de Jung do quaternio do casamento e de todas as relações de projeção que se estabelecem numa parceria ou união entre duas pessoas. Como dissemos, esse fenômeno implica que tanto aspectos conscientes quanto inconscientes de cada um dos parceiros criem um campo simbólico, onde múltiplas interações são possíveis.

Nesse campo e nas diferentes relações estabelecidas, todo tipo de influência e seduções diversas podem ocorrer. Elas se dão no nível consciente e também de forma inconsciente, numa fusão de necessidades e fantasias mútuas e desconhecidas.

Outra questão que não se pode subestimar na narrativa de ambos é a existência do ponto em comum, mas que também se apresenta com aspectos polares, das experiências com o quintal. Para Liz esse espaço é pouco ocupado, enquanto Márcio o tem como o lugar da casa em que ele mais ficava. O quintal, normalmente, é o espaço do estar à vontade, das brincadeiras e do desenvolvimento da fantasia. É um espaço ao mesmo tempo aberto e reservado, um lugar em que se fica ao ar livre, mas também protegido, já que ele está afastado do mundo, mais distante da rua. O quintal é, por isso, um ambiente de ricas experiências. Novamente aparecem diferentes possibilidades para Liz e Márcio.

Perguntados sobre semelhanças e diferenças dessa casa da infância em relação à casa atual, eles dizem que veem mais diferenças do que semelhanças. Liz fala que a casa atual é “*habitada*”, enquanto a casa de infância não era. Ela percebe isso na louça que hoje fica sem ser lavada, no pó que pode se acumular um pouco nas estantes e em outros detalhes como esses. É como se uma certa assepsia do ambiente da infância roubasse a vida do lugar.

Da casa antiga, a qualidade de ser habitada que Liz identifica aparece em: “*O que tinha eram as **conchas** que a minha mãe trazia da viagem, depois da viagem que ela fez com o Jorge, mas [eram] **umas seis conchinhas** [apenas]...*”.

Interessante pensar no “habitar” que Liz identifica nas conchas. De fato, nas conchas *habitam* moluscos, ao mesmo tempo em que a concha é parte do corpo deles. A concha é um órgão rígido, externo na maioria das vezes, que protege o corpo frágil desses seres. Como símbolo, pode representar tanto a fecundidade feminina – ostras produzem pérolas e Afrodite, a mais bela deusa do Olimpo, foi gerada dentro de uma grande concha de madrepérola – quanto isolamento, que se expressa quando dizemos “ele (a) vive fechado (a) em sua própria concha”. Também pode significar ambas as coisas, já que algo é fecundado no interior, na intimidade, muito apartado do mundo.

Etimologicamente, concha se relaciona à vulva, e novamente nos encontramos no universo íntimo, feminino e de fertilidade. Esses aspectos parecem estar fortemente relacionados ao vínculo de Liz com a mãe, talvez muito íntimo, mas também rígido e carregando certo isolamento.

A lembrança das conchas nesse momento também parece sugerir que elas foram um elemento importante das experiências de infância e, uma vez que se referem a objetos trazidos de viagem, apontam para uma possível ligação que Liz estabelecia por meio deles com a mãe que estava fora. Situadas entre o mundo das representações e o mundo dos objetos concretos, as conchas parecem ter se constituído como uma ponte para a mãe, quando ela não estava presente.

A respeito da casa de infância e da casa atual, Márcio realmente não vê semelhanças. O que mais chama a atenção para ele é a polaridade entre o novo e o antigo. Ele diz: “*Aqui é um apartamento novinho. Tem que fazer tudo aqui ainda*”. E surge nesse momento uma lembrança interessante:

A casa lá era antiga. Tanto que ela tinha até essa coisa... Essas casas antigas que o pessoal vai fazendo. Meus pais já compraram ela assim. Mas era uma casa e daí o cara comprou uma outra casa pra fazer uma única casa. Então, não tinha uma estruturação direito. Tinha no meio da casa uma sala de jantar, gigante, que a gente nunca usou. A gente sempre passava. Mas na sala de jantar tinha uns vidros gigantescos, assim, que davam pro quintal. E o que eu mais tinha nessa casa era medo à noite desses vidros. Porque pra subir pros quartos você tinha que passar... Aquilo lá, então, era um/Eu lembro que ali era correr. Tipo: “Ahhh” e sai correndo. (riso) Porque a casa era antiga. Então, causava essa má impressão. Hoje eu fico até me perguntando se a casa era tão grande mesmo. Sei lá, porque eu era pequeno. E quando a gente é pequeno a gente acha que tudo é maior.

É um dado curioso a casa ser constituída a partir de duas outras casas mais antigas, que são unidas sem muita estrutura. Essa pode ser exatamente a imagem do casamento dos pais de Márcio, duas individualidades que se unem por meio da construção de um terceiro elemento, que acaba não sendo muito visitado, habitado ou ocupado, uma sala de jantar que nunca foi usada. Também podemos pensar que o elemento que se constitui como a ponte entre as duas estruturas iniciais não é depois frequentado. Simbolicamente isso pode representar que a ligação, o elo e o vínculo estabelecidos ficam depois desocupados ou vazios e, portanto, sem vida.

O lugar onde se faz as refeições, a sala de jantar, é justamente um dos espaços mais importantes de reunião da família. Como foi mencionado anteriormente, é um cômodo que surge no processo de especialização dos espaços, na medida em que a vida do ser humano deixa de ser excessivamente comunitária e se interioriza em direção à experiência de momentos de privacidade (AZEVEDO, 1993; RYBCZYNSKI, 1996; PERROT, 2011).

Ela surge principalmente com o advento da luz elétrica, que propicia que as pessoas passem a se reunir no fim do dia, depois do trabalho e quando a quietude e a escuridão da noite convidam à reunião mais íntima (LEMOS, 1989). A sala de jantar é, assim, o lugar da casa onde, em volta do alimento para o corpo físico, alimenta-se também a alma, nos encontros com as pessoas mais próximas. Nos tempos atuais, este seria o espaço de Héstia por excelência. A luz e o alimento preparado são como que representantes do fogo, em torno do qual as pessoas se reúnem e criam a experiência do lar, tornando a casa, então, vivificada.

Claro está que esse espaço pode abrigar não só momentos prazerosos, mas também brigas, conflitos e discussões. Ainda assim, é possível que isso seja mais positivo do que o vazio. Na casa da família de Márcio, simbolicamente o espaço de ligação, o lugar da relação entre as duas construções iniciais ou pessoas, não é habitado, vivificado. A criança que vive ali transita de um lado para o outro com medo dos fantasmas que povoam esse lugar não ocupado, estranho, possivelmente o espaço do Caos ao qual se refere Eliade (1992-1957) quando fala da percepção que as sociedades antigas tinham dos territórios não habitados.

É interessante que tanto Liz quanto Márcio tenham apontado diferenças entre as casas da infância e a atual. Seguiremos observando se isso se dá de fato ou se há elementos semelhantes, que se reapresentam no ambiente constituído e aparentemente escolhido para viverem a vida adulta.

6.2.2 AS CASAS DO NAMORO E AS CASAS ITINERANTES DAS VIAGENS – AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO ESPAÇO COMPARTILHADO

A época do namoro é marcada por muitas idas para o litoral de São Paulo. Liz e Márcio acampavam bastante e ficavam também na casa que os pais de Márcio tinham lá.

Da casa na praia dizem que significou a possibilidade de terem um espaço de intimidade e relaxamento, que não conseguiam encontrar no cotidiano. Também as repúblicas de Márcio durante a faculdade cumpriram esse papel, e eles desfrutaram muito das experiências e dos momentos juntos nesses lugares. Não fazem nenhuma menção direta, no entanto, sobre

a experiência da sexualidade nesse contexto, o que nos chamou a atenção e ficou como questão a ser aprofundada.

Como já mencionado, outra experiência bastante frequente desde que Liz e Márcio se conheceram foram as viagens. Ambos viajavam muito, ao menos uma vez por ano juntos e ainda faziam várias viagens a trabalho separadamente. Também já foi dito que o próprio começo da história do relacionamento foi marcado por uma viagem. Pouco tempo depois de se conhecerem e ainda se desligando emocionalmente de relações anteriores, eles fizeram a primeira viagem juntos, pela América Latina.

Liz conta que foi “*uma aventura em vários sentidos*”, não só pelos lugares a que estavam se dispondo a ir, mas porque mal se conheciam. Analogamente, a partir do relacionamento que estabelecem, eles de fato parecem iniciar uma jornada por terras desconhecidas, onde encontrarão pessoas, situações e experiências inteiramente novas e até inesperadas e onde poderão inclusive encontrar aspectos novos, desconhecidos, deles mesmos. O que começam a narrar a partir do segundo encontro, a crise anunciada desde o início, contém a forte carga dramática de um árduo processo de amadurecimento. Isso pode ser entendido como o encontro que cada um precisou ter consigo mesmo, naquilo que desconhecia de si e que acabou sendo projetado nos espaços da relação e também das casas em que viveram juntos.

Tomando isso em seu aspecto simbólico, vemos que a ideia da aventura ao desconhecido está em consonância com o que Jung (1925-2008) diz sobre a profundidade que caracteriza o encontro com a anima e o animus. De fato, Liz e Márcio experimentam com muita intensidade uma viagem a regiões inconscientes, àquelas áreas psíquicas que são muito profundas e desconhecidas. Como dito, o que encontram talvez tenha sido eles próprios naqueles aspectos que não tinham podido confrontar até então. Esse parece ser o grande mito, o grande desafio, dessa relação, que, como veremos, é marcada por conflitos intensos e fortes desentendimentos.

De qualquer forma, segundo Jung (1925-2008), este será sempre o convite e a aventura a ser desbravada em qualquer casamento. É o que ele afirma quando diz que a consciência, atendendo ao apelo dos conteúdos inconscientes, vai a seu socorro de diversas formas. Embora isso signifique passar pelo encontro com a própria sombra, a obra maior é, de fato, enfrentar as figuras do animus e da anima. Portanto, como mencionado anteriormente, para Jung (1925-2008), é raro ou impossível que um casamento evolua como uma experiência sem problemas e sem crises, já que o nascimento da consciência sempre implica uma experiência de dor.

Perguntamo-nos que impacto isso tem na atualidade, quando as pessoas procuram de fato evitar todo tipo de incômodo e não vivem processos, mas, como aponta Baumann (2004), buscam quase que unicamente experiências de satisfação e prazer instantâneos.

Talvez isso implique que, disfarçadas de liberdade e ruptura com padrões mais rígidos, as “escolhas” sejam a de não se enfrentar condições mais adversas. É possível que, de fato, se viva uma grande superficialidade nos vínculos, uma vez que ao primeiro sinal de desconforto é possível se lançar ao encantamento de um novo relacionamento.

Liz e Márcio, no entanto, persistem na relação, ainda que tenham que enfrentar crises muito difíceis, como veremos adiante.

Sendo pessoas muito diferentes, é interessante que as viagens, a vida itinerante, se configure para eles como a possibilidade de estabelecerem uma convivência melhor e mais harmônica, integrando os aspectos polares das suas individualidades.

Liz conta que na primeira viagem conjunta se percebeu fazendo coisas que não faria normalmente e acredita que o mesmo aconteceu com Márcio. Ela visitaria museus, enquanto ele gostaria de conhecer a vida da cidade. Ele não daria atenção para certas coisas que ela o convida a fazer, como comer uma boa comida e tomar um vinho de qualidade. Nesses momentos, eles sentem que podem se complementar.

Há desentendimentos também, mas, ainda assim, prevalece a sensação de que as viagens são experiências em que é mais fácil encontrar harmonia na relação. Elas se configuram como situações novas, maiores e mais arejadas, onde é possível para o casal dar conta e interagir com as características, muitas vezes polares, um do outro. A casa poderia ser uma experiência semelhante, mas eles ainda não conseguem repeti-la lá.

O descompromisso saudável e a distância das tarefas e incumbências cotidianas parece facilitar e permitir um certo relaxamento. Supomos também que aqui se distanciem da responsabilidade com os novos papéis, aparentemente ainda não assumidos de forma mais integral. Com isso, é possível que se afastem da zona de tensão, que estaria relacionada, portanto, com a “tarefa” de assumirem, de fato, a escolha feita e de transitarem para uma nova etapa da vida.

Sabemos que na atualidade há uma tendência de jovens adultos de prolongarem a permanência na casa dos pais. Os fatores são diversos e incluem dificuldades financeiras e um

mercado de trabalho mais complexo hoje do que décadas atrás. No entanto, também a dificuldade de fazer passagens, efetivar transformações e realizar os enfrentamentos cabíveis à entrada na vida adulta são identificados por muitos estudiosos, como Féres-Carneiro et al (2004) e Carter e Mcgoldrick (1995), como motivos para que se estenda essa permanência na casa dos pais. Estende-se, portanto, com isso, o período da vida em que os indivíduos já adultos se mantêm na condição e no papel de filhos.

Ter a própria casa pode ser para muitos jovens casais, inclusive para Liz e Márcio, um marco de realização, mas também de estranhamento e de ansiedade, por não se identificarem ainda com a nova condição em que se colocaram. A riqueza disso, se for percebida, é que a própria assunção das tarefas e desafios da manutenção, gerenciamento e administração da casa conjunta pode ir moldando e promovendo o desenvolvimento psíquico global desses indivíduos. Surge, a partir daí, a prontidão necessária para o enfrentamento dessas tarefas objetivas e outras de natureza mais subjetiva e ligadas ao próprio amadurecimento individual e do relacionamento conjugal.

6.2.3 QUEM QUER UMA CASA... CASA

Depois do que eu já vivi, eu acho que a gente acelerou um pouquinho a coisa.
(Liz, 1º encontro)

*Se eu visse **de fora**, se fosse um sujeito que conseguisse ver **de fora**, eu **voltaria um passo atrás**, claro.* (Márcio, 4º encontro)

Como muitos casais na atualidade, a busca por um espaço próprio, faz Márcio e Liz pensarem em se casar. Márcio conta:

Acho que começa com essa coisa de falta de espaço, a gente não tinha espaço. Isso colabora muito pra gente começar a pensar. Aí junta concurso da universidade e eu voltar pra São Paulo. É... A gente queria ficar junto, porque, puta, até no final de semana não ter espaço pra gente era uma coisa que incomodava ao extremo. (1º encontro)

Eles falam também que no momento de tomarem essa decisão se depararam com uma forte divergência, porque Márcio sugeriu que morassem juntos e Liz, que já tinha tido uma experiência ruim com isso, disse que para ela o caminho seria se casarem. Ela conta sobre a experiência anterior com o ex-namorado e da sua opção pelo casamento dizendo:

*Tava numa fase de muita paixão com o [ex]namorado e aí: “Ah, vamos morar junto”. E, aí, com a mesma intensidade que teve essa vontade, numa briga tudo o que eu tinha levado foi: “Retira daqui agora”. Então, somou duas coisas: isso que é um “eu queria fazer um acordo onde essa instabilidade que... a vida é instável, e a gente quer uma segurança, que não sei da onde, mas a gente quer, né? Mas eu não quero fazer um acordo tão frágil. E é um assim: “Má, eu quero começar uma família. Pode ser careta, nan nan nan. Eu quero estar com alguém que eu olhe pro lado e eu queira passar alguns anos da minha vida. **Eu não tenho essa vontade de algo tão frágil.** (1º encontro)*

Talvez a questão aqui tenha sido a projeção de que o contrato desse conta de oferecer a segurança almejada por Liz. Também aparece uma inversão entre o contrato estabelecido e o estabelecimento, ou o surgimento, da vontade que seria selada pelo contrato. Ou seja, antes de formalizarem o acordo de viverem juntos, ao menos alguns anos da vida, a vontade de fazer isso já deveria existir. O contrato em si não representa e não cria essa vontade. O imediatismo e a busca de conquistas rápidas e instantâneas que observamos nos nossos tempos podem sim, nesse caso, ter criado a ilusão de que o desejo e, principalmente, a disposição surgiriam depois de formalizada a condição da conjugalidade.

Podemos inferir daqui também que, embora o casamento se refira a um mesmo contrato, que implica certas convenções pré-estabelecidas, ele tem significados e envolvimento, às vezes, muito diferentes para cada uma das pessoas, o que mais adiante pode causar dificuldades mais ou menos sérias.

Boa parte dos acordos das relações são, de fato, muito mais subjetivas do que objetivas, embora se apoiem em normas aparentemente compartilhadas e conhecidas. O acordo pessoal que cada parceiro busca ultrapassa as regras simples estabelecidas e se complexifica em expectativas, desejos e, acima de tudo, necessidades, muitas vezes inconscientes, individuais. Por não serem conhecidos, não são estabelecidos de forma clara e tornam-se acordos tácitos, que precisam ser adivinhados pelo outro e frequentemente causam frustrações (LINS, 2005).

Além disso, como já foi mencionado, é comum que cada parceiro se torne o receptáculo de expectativas e projeções diversas de conteúdos que não lhe pertencem. Uma vez que esse mecanismo está construído com base numa série de distorções, as situações vividas não correspondem ao que foi projetado, e os conflitos surgem (BENEDITO, 1995). Esses conflitos podem ser de tal forma elementares que se manifestam, em grande parte, nos acordos mais cotidianos, como acontece com Liz e Márcio.

Eles acabam chegando a uma percepção de que nem sequer fizeram acordos. São do terceiro encontro as seguintes falas:

Liz: *A gente não tinha, no namoro, nem acordos claros de relação – “olha, você não pode”/”eu não gosto disso” nan nan nan – e nem desse porvir de acordos da casa: “Ah, então vai limpar uma vez por semana”, “Não. Na minha casa não tem empregada, sou eu que limpo”. A gente não fez acordo nenhum. Praticamente foi na confiança no outro, assim.*

Márcio: *A gente não combinou nada. (...)Pra mim era uma coisa muito óbvia: a gente vai casar, lógico que a gente vai limpar uma vez por semana a nossa casa, que a gente vai pegar um dia, a gente vai no mercado junto, não sei o que, não sei o que lá. (risos)*

Márcio e Liz concordam que a questão da confiança é, na verdade, a “confiança”, ou seja, a assunção, de que “o outro pensa igual a mim”. Cada um pressupõe a si mesmo no outro. Este é um fator presente de forma frequente nas relações, como já foi dito. Cada parceiro toma o outro, ao menos em certa medida, como parte de si mesmo (BENEDITO, 1995).

Além de tudo isso, vemos aqui que o imediatismo já mencionado (BAUMANN, 2004) pode determinar que certos aspectos da relação e do desejo não sejam bem conhecidos e amadurecidos. A busca pelo espaço e a decisão de casar e constituir uma casa para solucionar isso poderia, no caso de Liz e Márcio, ter sido amadurecida e contemplar aspectos que precisariam ser trabalhados.

Há uma fala de Márcio que explicita essa grande imaturidade que permeou a opção pelo casamento:

Acho que a gente resolveu o casamento mais como se fosse uma república de amigos. Tipo: “Ah, eu tô voltando pra São Paulo, tenho que morar em algum lugar”. “Ah, você quer casar? É isso. Se quiser casar, tudo bem, a gente casa. Isso aí é só um papelzinho, a gente assina qualquer coisa lá e boa”. Pra mim era muito isso. (3º encontro)

Há uma boa dose de inconsciência nessa tomada de decisão. Corroborando com isso, vemos que Márcio e Liz vão seguindo os acontecimentos e sendo levados por certas circunstâncias. Por exemplo, eles contam que “tudo conspirou” para o casamento. O tio de Liz, que trabalhava em uma grande construtora, estava terminando de acompanhar a obra de um prédio, e a mãe dela comprara um dos apartamentos na planta com um desconto significativo. A família, então, ofereceu o imóvel para eles. Era um apartamento barato e próximo do trabalho de Márcio, prático para ele em especial, nem tanto para Liz.

O que aconteceu depois disso foi uma complicada engenharia de acordos, contas, divisão de parcelas, gastos, investimentos quase sempre envoltos num clima de tensão, cobranças e pouca generosidade de um em relação ao outro.

Não podemos negar que essas questões são difíceis e muitas vezes desencadeiam atritos profundos, mesmo depois de muitos anos de vida em comum. No entanto, também se sabe que a matemática que é posta em movimento nessas questões envolve muitas vezes outros aspectos muito mais ligados à área afetiva, como dívidas emocionais, carências, baixa autoconfiança e projeções de expectativas diversas no relacionamento que não foram satisfeitas.

Mais uma vez a demanda é por um amadurecimento psicoemocional que permita que os parceiros estabeleçam boas trocas. Para Marcus (1997) a aposta é a de que as pessoas possam trabalhar gradualmente esses aspectos e estabelecer um processo de tomar e dar mais saudável, exatamente como com outras questões do relacionamento que requerem negociações.

Valendo-nos agora do material produzido nas atividades expressivas, uma das coisas que chamou muito a atenção na primeira série de fotos da casa de Liz e Márcio, feitas por cada um individualmente sem que o outro visse essas imagens antes do nosso encontro, é que todos os espaços e objetos dos quais cada um gostava eram os seus próprios espaços e objetos, e aquilo de que não gostavam dizia respeito ao que era do outro.

Assim, Liz gostava de sua tabla peruana e da cama em que ela ficava quando ainda estavam em quartos separados e não gostava do banheiro de Márcio nem da planta dele que ficava na sala. Márcio, por sua vez, gostava da sua planta e do seu canteiro na varanda, mas não gostava da mesa de trabalho de Liz nem de alguns objetos que ela havia comprado.

A seguir estão apresentadas essas imagens e alguns comentários de Liz e Márcio a respeito delas. A ordem em que estão dispostas é: (1) espaço de que mais gosta; (2) espaço de que menos gosta; (3) objeto de que mais gosta; (2) objeto de que menos gosta.

Fotografias de Liz

Do alto, à esquerda, para baixo, à direita:



Foto 1: (...) *um lugar que, pra mim, a gente tava na mesma casa, mesmo em quartos separados e cada um vivendo a sua vida, mas era um espaço de estar com essa janela aberta e eu me... conseguir uma paz, alguma paz.*

Foto 2 (...) *aí[no banheiro dele] tem uma coisa que é o que não tem prazo pra... vai ficando pelo caminho Então, é um: ele usa esse banheiro desde muito antes e não tem a tampa da privada; aqui, ó, é uma lâmpada que tá presa no fio e, assim, ele é um engenheiro, né? (risos)*

Foto 3: *Do que eu gosto, tem essa coisa... são várias coisinhas, assim, de detalhes de viagens que eu fiz. E essa foi uma coisa difícil de achar, que eu queria, que são as tablas de um povo peruano, que eles passam os aprendizados pela... a sabedoria através dessas pinturas.*

Foto 4: *Coincide, né, o que eu não gosto ser o que ele gosta. (...)Mas desde de sempre eu falei: “Putá, Má, eu não gosto do lugar que essa planta fica, não tem muito pra onde ela ir...”. Essa planta precisa de um tipo de luz, da temperatura nan nan nan. Ela não está num vaso pequeno e é considerável ficar no meio da passagem. E, assim, ele comprou esse vaso não pensando na estética, né? Tipo “qualquer cor aí, nan nan nan” e... e me irrita um pouco.*

Fotografias do Márcio

Também do alto, à esquerda, para baixo, à direita:

Foto 1: *As plantas, logo que eu mudei pra lá, a minha distração foi por muito tempo esse jardim, assim sabe, de tentar plantar alguma coisa, que eu tava nessa pilha de tentar entender a vida nascendo e olhar um bicho nascendo... Acho mágico isso, né?*



Foto 2: *O espaço que eu menos gosto é o local de estudos da Liz. Essa é a escrivaninha que a Liz usa. Eu não gosto desse espaço, pois em geral ele não está organizado, e isso me gera um certo desconforto, pois é um ambiente que compartilhamos. (...)Tem lenços sujos jogados ali, está sempre tudo bagunçado. Isso me incomoda profundamente.*



Foto 3: *Essa planta, pra mim, é especial, porque ela me acompanha desde o cursinho. Então, eu sempre gostei muito de planta, então, tinha uma planta de estimação. Ela tá comigo há sete, oito... (...) Doze, doze anos, doze anos comigo. Então, eu que fui cuidando dela, ela era pequena, foi crescendo, crescendo. Hoje ela é espaçosa, talvez esteja num vaso que não é dos mais bonitos, mas tem uma questão de... dessa vida, que também é vida, que também está me acompanhando aí, de alguma forma tem essa relação. (...) Ela não é nada especial, não tem flor, não tem nada. É uma planta, verde, (vegetal).*

[Liz comenta: *É comigo-ninguém-pode.*]

Comigo-ninguém-pode. Não tem nada de especial. Pra mim tem a coisa do especial de ser, poxa, é um bicho que tá comigo nesse mundo desde muitos anos, me acompanha isso aí.

Foto 4: *Esses são os que eu menos gosto. Primeiro pela cor. Logo que ela colocou, ela colocou: “Ah, quero ter um espaço de objetos vermelhos na casa...”. E pra mim é um: “Uh! Nossa, que que é isso? Parece uma coisa, tem um bombeiro ali, dá uma coisa de morte, o sangue escorrendo ali. Não, não gostei disso ali.*

Muito pode ser extraído e analisado a partir dessas imagens e comentários. No entanto, teremos que nos restringir aqui a apenas alguns aspectos e, por isso, escolhemos o fato de que o não gostar, ou seja, aquilo que desagrada, está no espaço e nos objetos do outro, projetado no outro, nas escolhas que o outro faz e em seu estilo de vida.

Isso parece indicar uma abertura ainda muito incipiente para o parceiro. Talvez o principal desafio seja realmente a relação em alteridade, abrindo-se para o outro como ele é, sem se sentir ameaçado ou frustrado com isso e recolhendo as próprias projeções que foram direcionadas ao parceiro.

Eles ficam surpresos com o que surge nas fotos, e Márcio comenta sobre isso no começo do encontro seguinte:

Pra mim mostra um pouco do quanto é difícil e trabalhoso compartilhar a casa com uma outra pessoa, né, das visões diferentes, do que é importante, de repente, pra você, no seu ponto de vista, pro outro nem sempre o que você gosta é o que a pessoa gosta. Então, traz pra mim um pouco esse “olha, é trabalhoso”. Não é trivial você compartilhar a casa. Não é? Você compartilha várias coisas, né? O lance sentimental, objetos, cada um tem um modo de pensar, cada um tem uma visão da coisa, e a hora que você coloca tudo isso dentro de uma casinha e chacoalha os dois lá dentro (risos), fica uma loucura.

A casa acaba se tornando mesmo uma caixinha de surpresas. Não era trivial e não era possível encarar essa empreitada como se fosse uma república de amigos. Lembrando-nos dos mitos de criação, a constituição da casa parece se configurar como a criação do espaço onde,

aos poucos, os opostos podem se manifestar e onde demandam serem discriminados e reconhecidos. Esse é um processo árduo, que “chacoalha” Liz e Márcio continuamente. Voltaremos a esse ponto crucial mais adiante.

6.2.4 CASAMENTO, CASA, RELIGIOSIDADE E A NECESSIDADE DE UMA CERTA CERIMÔNIA

Para Liz, a opção pelo casamento esteve embasada na busca por uma segurança que ela não havia encontrado no relacionamento anterior, mas também na procura de uma experiência da espiritualidade em sua vida. Sobre esse segundo motivo ela conta que “*gostaria de passar por algum ritual, assim, que isso [o casamento] recebesse uma bênção e para minha família saber que isso ia ser importante. Não foi só por eles, mas também por eles*”.

Márcio conta sobre sua posição a respeito disso que, mesmo não sendo religioso, não via problema em se casar na igreja. Ele diz: “*Não é porque não acredito em alguma coisa que eu não posso casar na igreja católica. Pra mim não tem problema nenhum. ‘Vamos lá, tô dentro’.*”

Aqui seguem presentes alguns elementos que, não sendo conhecidos pelos parceiros, motivam misteriosamente tanto a atração quanto os passos seguintes de enlace e continuidade da relação. Depois de se sentirem atraídos e começarem a se relacionar, mesmo percebendo que havia já aí ambiguidades e desejos conflitivos, Liz e Márcio dão um novo passo sem saber muito bem o que os impulsionava. Eles dizem claramente em vários momentos das entrevistas que simplesmente não sabem por que se casaram e entendem que não consideraram vários aspectos importantes da decisão que estavam tomando e o impacto que isso teria sobre eles.



A religiosidade de fato não é algo que faça parte da vida de Márcio, por exemplo. Isso chega ao ponto de que na casa atual os objetos de que ele menos gosta são o Santo Antônio que Liz comprou na viagem de lua de mel e pombas, que ele relaciona com a religiosidade. Nas fotos da casa, ele mostra os objetos de que não gosta e comenta também:

E este Santo Antônio aqui, tinha a coisa da viagem... “Como assim, você vai me colocar um santo na casa?” (...) Não vem com essa conotação religiosa que eu não gosto. Sei lá me dá um pouco de aflição ter um santo na minha casa. Um monte de pomba também. Religioso/Tem a ver com religiosidade também? Puta lugar gostoso [a sala], precisa ver. Senta lá, tem o som, tem tudo maravilhoso na sala. Daí você olha e tem esse monte de coisa vermelha. (risos)

A forma como Liz fala sobre o dia do casamento também explicita uma certa inconsciência acerca do passo que estavam dando e demonstra a distância que existia entre ambos que, talvez, precisasse ser pelo menos reconhecida. Ela diz:

***O meu casamento** que foi assim o mais (risos) simples possível, foi muito tosco, assim, foi muito tosco. E acho que foi tudo, sei lá, foi tudo improvisado e também acho que bateu a realidade: “Nossa, vai ser isso”.*

A referência de Liz ao “*meu casamento*” deixa antever algum individualismo, talvez a não percepção do outro e o passo em direção a um pacto com zonas obscuras, não compartilhadas por ambos. O mesmo se pode dizer da aceitação de Márcio de participar da cerimônia sem partilhar com Liz dos seus significados. O casamento não se constitui inteiramente para eles como um rito, com as funções que foram antes aqui descritas.

As etapas de separação, liminaridade e agregação não chegam a ser vividas, uma vez que o rito se tornou, ao menos em parte, apenas uma performance, a qual não toca um sentido mais profundo. Por exemplo, na liminaridade estão suspensos os papéis, as regras, as estruturas de parentesco e hierarquia e simbolicamente é experienciado um processo de morte e renascimento – a morte dos papéis, funções e lugares sociais antigos para o renascimento em uma nova condição social e psíquica (TURNER, 1969-2005; VAN GENNEP, 1909-1978; DA MATTA, 2000). Disso participam os nubentes e também a família e, como vimos, este não é um processo simples e fácil para nenhuma dessas pessoas. Tais momentos são muito exigentes em termos psíquicos, pois requerem uma entrega ao novo, ao desconhecido e a aceitação de uma modificação ontológica do ser.

Para Liz e Márcio, assim como, provavelmente, para muitos outros casais modernos, isso não é vivido de fato. Lembremos que, segundo Jung (1928-1998), o propósito desta cerimônia é liberar o indivíduo do estágio precedente da existência e ajudá-lo a transferir a energia psíquica para a nova condição que ele se propôs a assumir.

Podemos pensar que, uma vez que não atravessaram de fato um rito de passagem no seu casamento, Liz e Márcio não completaram simbolicamente a transição do lugar antigo ao novo. O mesmo vale para as famílias, já que é essencial que participem das etapas do processo,

aceitando seus diferentes simbolismos, como a separação, a passagem em si e reintegração dos indivíduos em sua nova condição de vida. O suporte e a própria participação do grupo no rito é fator essencial para que as etapas se cumpram (VAN GENNEP, 1909-1978).

No caso de Liz e Márcio, o casal concorda que a família de Márcio esteve pouco envolvida com o casamento e que especialmente a mãe dele estava nitidamente decepcionada com isso. Márcio admite uma resistência da família a aceitar o passo que ele estava dando e diz que, ao mesmo tempo, nunca conversaram sobre isso.

Nesse espaço onde os sentimentos não podem ser explicitados, fato muito comum em famílias onde há acordos tácitos de não se tocar em assuntos que suscitam dificuldades e sentimentos desagradáveis, temas importantes ficam suspensos e inacessíveis para serem elaborados. Cria-se uma zona nebulosa e prejudicial, onde fantasias diversas podem ser tecidas e temores e ansiedades podem crescer. Liz e Márcio não têm muita certeza sobre o que teria afastado a família dele dos eventos do casamento.

Para se entender a importância e a ação do ritual nesse grupo de pessoas próximo que é a família e para não subestimarmos a grande carga de energia dos sentimentos que podem aí estar mobilizados, tomemos ainda alguns aspectos relatados por Liz e Márcio a respeito do casamento deles.

Liz fala, por exemplo:

Eu sou muito fora dos padrões do que a mãe do Márcio elegeu. (...) O valor do dinheiro pra mãe do Márcio é muito importante, de um status assim, de que a vida é isso... Uma pessoa que faz teatro, eu dava aula numa escola pública na época... Mas sempre tive meu dinheiro, sempre... Né? Mas... Ou até mesmo de beleza, não é um... Eu tava meio ali fora. Sabe quando a mãe olha e: “Ai, meu filho merecia mais”? E aí acho que o casamento é isso: “Nossa, meu filho podia mais”.

Ela conta ainda que durante a faculdade Márcio teve algumas boas oportunidades de trabalho, inclusive fora do país, e que ela, Liz, o incentivou bastante a ir, dizendo que poderia acompanhá-lo se fosse por alguns anos. Para a família de Márcio, aquela era uma oportunidade que não se podia recusar, em função do ganho financeiro que representava. No entanto, Márcio não aceitou o trabalho, e Liz entende que isso gerou uma forte decepção dos pais, que mais uma vez o viram como alguém que não tem ambição.

Liz comenta então que “talvez com a questão da mulher tenha sido a mesma coisa: ele poderia ter conseguido alguma coisa melhor. Ele teve oportunidade”. E conclui: “Mas eu não sei que ‘melhor’ é esse que tá idealizado na cabeça deles e que o casamento... tipo,

concretizou”. De fato, o que se concretizou foi a negativa, a impossibilidade de se realizar aquilo que a família tinha como expectativa para Márcio, aquilo que os pais aspiravam idealmente para o filho.

Márcio aparentemente concorda com essas colocações, embora, sem dúvida, tenhamos que considerar que essa é a visão de Liz da situação, influenciada por sua própria percepção de não ser valorizada por essas pessoas.

Na continuidade da relação, Liz oferece, no entanto, alguma condição real para Márcio se diferenciar da família e com isso se desenvolver concretamente. Por exemplo, como os pais, ele também pensou em desistir da faculdade já perto da concluí-la. Liz o incentivou e quase o forçou a concluir o curso, apesar das dificuldades. Márcio gosta da profissão, mas estava enfrentando problemas para concluir algumas disciplinas. A mulher que está ao seu lado ofereceu-lhe algum tipo de ferramenta que não o deixou cair na repetição da história familiar. Isso não parece ser, no entanto, considerado e valorizado pelos pais de Márcio, apesar de talvez ter sido um elemento fundamental para o seu desenvolvimento, significando também, obrigatoriamente, algum grau de separação saudável dele em relação à mãe e à história familiar.

As falas de Márcio que se seguem explicitam um pouco do que se passa inconscientemente. Ele começa dizendo:

E eu acho que a minha mãe... acho que na hora que ela viu que ia casar, ela não gostou nem um pouco mesmo. (...) Acho que foi ciúmes mesmo. Sempre foi muito ciumenta.

Surgem, no entanto, logo depois aspectos mais profundos do que está se processando internamente com a mãe, mas também com ele mesmo:

Eu sempre tive uma relação muito próxima da minha mãe. Entendeu? Aí acho que é falar um pouco da história da minha mãe/A história da minha mãe tem essa coisa de... Em algum momento da vida dela, ela dependeu muito de um filho assim, sabe? De mim, sabe? Dependência emocional eu quero dizer. Não sei, ela meio que falava: “Olha, eu amo o seu pai, mas o amor que eu tenho por você... eu me mato junto”. Era um amor meio desproporcional ao que é/ao que deveria ser.

A saída de casa para fazer uma faculdade em outra cidade já havia provocado na mãe uma grande tristeza, que durara vários meses. Márcio conclui com tudo isso que o problema a respeito do casamento não era exatamente com Liz, mas, segundo suas palavras, porque “*essa figura [eu] estava saindo da relação*”. Diz nesse momento que a mãe comentava: “*A minha relação com você vem de outras vidas*”.

A intensidade dos sentimentos, muitos deles distorcidos, que aqui se apresentam não pode ser subestimada. A atuação a partir de conteúdos assim é capaz de gerar atitudes passionais e de grande prejuízo para todos os envolvidos. Ao serem percorridas as etapas do rito, tais sentimentos têm alguma condição de serem evidenciados, observados e elaborados e de não se tornarem uma atuação desordenada, intempestiva e muitas vezes até mesmo violenta por parte das pessoas envolvidas.

A tentativa de apartar da consciência elementos subjetivos de forte carga energética ou que são identificados como negativos pelo ego consciente é um mecanismo psíquico comum e muitas vezes necessário. Não é um privilégio e uma criação dos nossos tempos. O que talvez esteja se tornando comum e ganhe uma roupagem nova em nossa época atual, condizente com suas características, é que, em nome de não confrontar tais sentimentos ou conteúdos internos complexos, as pessoas caíam na superficialidade de reproduzir ritos retirando deles qualquer sentido, valor ou significado. O casamento torna-se uma performance e um espetáculo com importância apenas exterior e social, mesmo assim em sentido muito limitado, e deixa de atingir aqueles aspectos profundos que estão sendo mobilizados nas pessoas mais intimamente ligadas à situação.

Nesse sentido, o casamento enquanto ritual fica fragmentado, incompleto. De fato, não faz sentido se envolver num rito que, por um motivo ou outro, não tenha mais significado. Diante da liberdade dos tempos atuais, eventualmente as pessoas precisariam buscar ritos significativos e então se engajar em todas as suas etapas, efetuando uma passagem que possa ser simbolizada e elaborada na transição para uma nova forma de vida.

A importância disso é facilmente subestimada nos dias de hoje, quando o olhar e as aspirações estão mais voltados para os eventos externos. No entanto, os problemas internos não podem ser apagados dessa maneira e, na verdade, se potencializam e fazem acumular dificuldades. Depois veremos que grande parte dos conflitos nos quais Liz e Márcio se envolvem vem da ausência de uma certa *cerimônia* entre os parceiros. As situações, muitas vezes abusivas de ambas as partes, deixam entrever esse pano de fundo da relação, uma ausência de certas formalidades, com suas etapas e progressões, e de um cuidado maior entre as duas pessoas.

Lembremos nesse ponto da ideia de Freitas (2005) dos ritos como válvulas que impulsionam as pessoas a seguirem adiante e impedem o retrocesso. Nitidamente, há uma ausência desse mecanismo aqui.

Em relação à casa toda essa situação se agrava e vai se refletir numa ausência de um rito de fundação e na entrada prematura de Márcio sozinho no apartamento que estavam comprando. Veremos como isso se deu nos tópicos que se seguem.

6.2.5 DEPOIS DO CASAMENTO UMA CASA PROVISÓRIA, UMA PASSAGEM

(...) a casa ajuda a explicitar [a separação e a união da gente], né? Aí é um choque. Porque na casa é bem isso: “Ops, na minha casa não”.
 “É, mas a sua casa é a minha casa”.
 (Liz, 3º encontro)

Márcio conta no segundo encontro:

Bom, aí a gente volta de lua de mel, se estrutura primeiramente na casa de um tio dela, que tinha um apartamento, porque o nosso ainda não tava pronto. E lá a gente mora durante uns sete meses talvez, né?

Levam apenas panelas, copos e pratos e dois colchões de solteiro – novamente contando muito mais com participação da família de Liz. Vivem, então, um período inicial “muito gostoso, delicioso... Seis meses de puro amor e paixão” (Márcio, 3º encontro).

A casa provisória oferece para o nosso olhar a união dos âmbitos de espaço e tempo. “Casa provisória” em si já é uma possibilidade de se olhar para essa junção. Mas, além disso, o bom período vivido ali é uma época em que Liz e Márcio têm tempo para se relacionarem.

Quando o tempo se torna exíguo, eles não conseguem administrar bem nem o espaço nem a relação. Essa falta de tempo é vivida num segundo período desta casa provisória e acaba se tornando um ponto crucial da relação. Ali acontece a grande briga, que gera a crise que o casal anuncia desde o primeiro encontro e, depois disso, uma separação. Eles só conseguem começar a falar sobre esses assuntos já bem no final do segundo encontro, quando Liz conta sua versão do desentendimento, e Márcio fala do seu ponto de vista no começo do encontro seguinte.

Para Liz, eles se desentendem mais seriamente numa situação do dia do seu aniversário. Tendo decidido que iria fazer um encontro com os amigos do teatro no apartamento, começa uma sucessão de desacordos, primeiro por conta do barulho, depois porque a casa não voltou a ser arrumada. Isso se somou a uma série de dificuldades que estavam sendo vividas, como a etapa final do mestrado de Liz, o fato de sua mãe ter adoecido

e um novo trabalho assumido por ela. Em geral, as consequências se manifestavam na casa, numa dificuldade de cumprir as tarefas, manter a casa limpa, preparar as refeições e cuidar de outros afazeres cotidianos. Márcio também estava sobrecarregado com a distância do trabalho, que o levava a perder muitas horas no trânsito. A divisão de tarefas acaba ficando confusa e prejudicada, o que causa grande irritação.

A consequência é desproporcional. Liz é quem verbaliza pela primeira vez o desentendimento decisivo no dia seguinte à festa de aniversário:

Cheguei em casa, a casa limpa. Ele no quartinho de estudos dele, assim, tipo... Né? A casa limpa, e eu: “Oi, Má, tudo bem?”, “Ah, tudo ótimo.”, “Má, o que que tá acontecendo? Não, tá tudo bem.”, “Não. Tá tudo ótimo. Tudo ótimo.” E eu: “Ai, Márcio, eu tô cansada. Vai no ponto, por favor. O que que tá acontecendo? Você tá bravinho porque eu não limpei? Eu vou falar pela terceira vez: eu tô com o mestrado, tô com medo de não conseguir entregar, minha mãe tá com câncer e a puta que pariu e você não tá entendendo.” E aí a gente teve uma baita de uma discussão... O que acontece é que a gente vai pra violência física, e ele sai do apartamento e eu fico morando sozinha três meses.

A cena é de violência de ambas as partes: xingamentos, cuspes, coisas jogadas pela casa – detergente e comida, representantes dos pontos de conflito e dos desentendimentos a respeito das tarefas cotidianas de limpar a casa e preparar as refeições. Liz conta que Márcio rasgou sua roupa. Ele revela que não era a primeira vez que chegavam tão longe.

Márcio conta que as brigas tão violentas não eram só por questões referentes à organização e limpeza da casa: “*Eu acho, do meu ponto de vista, que é um pouco mais profunda a coisa*”. Ele acredita que discordâncias e diferentes pontos de vista deviam mesmo ser esperados e, ainda que ficassem bravos um com o outro, seriam coisas simples de se resolver. No entanto, “*(...) a gente tendeu algumas vezes pra ofensas muito grandes, entendeu?*”, ele diz. E continua: “*Ou descontrole, de começar a xingar de tudo que é nome ou parte pra parte física também...*”. Ele entende que grande parte desses processos começa num certo descontrole de Liz.

No encontro seguinte é ele que relata:

A Liz fala: “Você não entende o meu momento, eu tô no mestrado”. Tá, entendo que tá no momento, mas a gente tá morando, a gente tá dividindo uma casa, a gente tem que fazer alguma coisa. Deixar a casa sem limpar não pode... Mas, tudo bem, acho que é uma coisa de acertar os pontos. (...) Minha questão, o que pegava muito pra mim era: pra onde essas discussões nos levam? Pra onde nos levava, entendeu? Levava pra ofensas muito grandes, entendeu? Guspír na cara do outro. Ou violência, bater. Chegou num ponto que, naquele dia, que ela guspíu

na minha cara e eu fui lá e bati na cara dela. E eu acho... puta. "Meu, tá tudo errado, a gente tá num lugar errado, cara."

Depois disso Liz resolve esperar e terminar o mestrado. Nesse momento, o apartamento que estavam comprando ainda não ficara pronto. Márcio volta temporariamente para a casa dos pais.

Talvez essa casa provisória correspondesse mais ao estágio em que o relacionamento se encontrava. Também pode ter ocupado a função de um período de noivado, em que as pessoas já assumiram algum tipo de decisão, mas ainda se preparam para efetivá-la.

Essa casa configurou-se como um espaço de transição, um ambiente constituído de forma simples e improvisada, quase como uma casa dividida entre amigos, sem muito compromisso. Acaba se tornando uma possibilidade de Liz e Márcio olharem e viverem a passagem que não estavam elaborando muito bem. Nessa casa, já numa situação de coabitação, o espaço começa a refletir aspectos importantes, mas obscuros, que atuam na relação. Eles, no entanto, ainda não dão conta de enfrentá-los e cria-se uma fenda, uma ferida, da qual os dois se ressentem. Os desdobramentos do que aconteceu, eles contam nos momentos seguintes.

A consequência de todos esses problemas mal administrados, de todos os conflitos que não encontram solução é que a casa passa a refletir de forma inquestionável a divisão do casal, a separação que já existe na relação, as lacunas pessoais, o distanciamento que as questões individuais provocam e a impossibilidade de realmente se abrirem um para o outro e também para o relacionamento.

Márcio acredita que os pontos de vista diferentes são fáceis de resolver e identifica os momentos de descontrole como as causas reais dos problemas que vivem. No entanto, todas essas coisas têm um lugar na engrenagem que acionam e que os leva a brigar. Flexibilizar pontos de vista e suavizar o trato um com o outro parecem ser pontos de grande dificuldade, embora racionalmente se possa achar que são de simples resolução. De fato, devem tocar aspectos sensíveis e delicados para cada um.

Como as relações costumam se dar em torno de áreas desconhecidas ou não reconhecidas pelos parceiros, perguntamo-nos que áreas são essas para Liz e também para Márcio. Mais do que um apontamento específico ou um diagnóstico do caso, interessa ver como aspectos psíquicos conflitivos se reapresentam em busca de resolução.

O casamento ou a decisão de morar junto com um parceiro faz surgir muitas questões potencialmente conflituosas, como aquelas que dizem respeito às perspectivas de cada um sobre privacidade, “territorialidade”, autoexpressão e assim por diante, perspectivas essas nem sempre muito conscientes. Os problemas do relacionamento com grande frequência são atuados no ambiente doméstico. Isso porque focar em questões como o uso dos cômodos, decoração, manutenção, limpeza, compartilhamento do espaço entre o casal e com os amigos de ambos ou de cada um é, para muitas pessoas, algo menos desafiador do que uma confrontação direta com as questões do relacionamento (MARCUS, 1997).

Além do mais, isso faz parte do âmbito das projeções inconscientes, cujo mecanismo é o surgimento de certas manifestações em situações externas, que são vistas, então, como se nada tivessem a ver com o mundo subjetivo pessoal. Uma vez que os parceiros muitas vezes não se dão conta de conflitos antigos relativos à afetividade e aos relacionamentos, a tendência é projetá-los nos outros ou em objetos e situações percebidos como não sendo o próprio eu.

O que não é consciente normalmente é experienciado fora. Encontramos a nós mesmos nas outras pessoas, coisas, lugares, experiências, que são sentidas como se nada tivessem a ver conosco. Reconhecemos uma participação nossa apenas secundária em tais circunstâncias. Mas se de fato olharmos para isso, teremos a chance de dominar a projeção, apropriarmo-nos dela e assimilá-la na consciência. É dessa maneira que a personalidade se desenvolve, pelo contínuo ciclo de projetar e assumir conteúdos psíquicos.

Podemos, então, pensar o que os temas da limpeza e da obrigação de cumprir as tarefas podem estar expressando sobre Liz e Márcio e acerca do relacionamento dos dois? Há algo específico nisso ou a simples fixação em aspectos desfavoráveis é a fala expressiva dessa situação?

O tema da limpeza e da ordem já estava presente nas vidas de Liz e Márcio há bastante tempo e com uma importância significativa. Márcio contara sobre como ele próprio se ocupava de deixar a casa muito arrumada e limpa enquanto os pais iam para a praia. No caso de Liz, a experiência estava relacionada com a preocupação que a mãe tinha com a aparência, a limpeza e a ordem.

Sabemos que em casos extremos, quando essas coisas se tornam uma preocupação obsessiva, os atos para aplacar a ansiedade gerada assumem a forma como que de um ritual. Claro que nesse caso não se trata de um ritual criativo, aquele que ordena, delimita e é um

bom canalizador das energias psíquicas. Surgem atuações onde, de fato, a energia fica estagnada, aparecendo uma rigidez nos comportamentos e em suas repetições.

No caso daquilo que Liz e Márcio experimentam no relacionamento, perguntamo-nos que possível ansiedade pode estar se manifestando. Há algo que precisa ser ordenado, purgado e talvez corrigido? Por que aparece uma rigidez em relação a regras e obrigações sobre a casa?

Claro que há negociações que precisam ser feitas e respeitadas. No entanto, como o próprio casal percebe, as dificuldades relativas a isso disparam comportamentos de ambas as partes desproporcionais em relação aos motivos e às situações vividas.

Como dito, não interessa aqui elaborar um psicodiagnóstico acerca dessas pessoas nem a respeito do casal, mas vale pontuar que temas antigos das histórias individuais se reapresentam com intensidade. Também observamos daqui que há um grande deslocamento no que diz respeito aos rituais para Liz e Márcio: são rígidos e frequentes os “rituais” defensivos, ligados à limpeza da casa e aos acordos sobre ela, e há uma omissão dos rituais criativos, que os ajudariam a se constituir e amadurecer tanto individualmente quanto como um casal. Por ora, apontar essas questões é suficiente.

O fato é que criar uma casa em conjunto pode ser um dos maiores esforços de negociação que um casal talvez tenha que fazer. Cada pessoa traz para a situação do casamento e da casa coabitada uma história de experiências afetivas e também relacionadas ao ambiente, que remonta às primeiras experiências, inclusive com a(s) casa(s) da infância.

Cada pessoa também criou uma série de preferências estéticas e espaciais, em grande parte de forma inconsciente, que influenciará sentimentos e sensações a respeito de uma variedade de questões sobre a casa, incluindo localização, tamanho, forma, estilo, decoração, mobiliário, privacidade e uso (MARCUS, 1997).

Embora essas questões sejam parte da vida do ser humano, normalmente não somos orientados ou treinados para enfrentá-las. Até a vida adulta, o mais comum é que todas as questões relativas à casa, por exemplo, sua localização, sua manutenção e seu estilo, sejam dadas como prontas. Quando duas pessoas se unem e passam a morar juntas, em especial na situação de um casamento, são apresentadas a esse âmbito da vida que lhes é pouco familiar, o que muitas vezes resulta em sérias tensões no relacionamento.

Marcus (1997), que entrevistou centenas de casais a respeito de suas moradias, afirma que no caso de casais heterossexuais as principais questões que surgem dizem respeito ao

território, ou seja, quem terá mais poder sobre certas áreas ou cômodos da casa, o estilo da decoração ou sobre quem se responsabiliza por certas tarefas relativas à habitação.

O autor diz: “Uma vez que a casa é um material expressivo dos valores individuais – uma expressão do ego-self – não é de surpreender que chegar a acordos a respeito da divisão do espaço seja um dos componentes mais delicados da vida em conjunto” (MARCUS, 1997, p. 51, tradução nossa).

Outra percepção que ele extraiu de sua longa pesquisa com casais foi a de que as diferenças a respeito da divisão do espaço, que se tornam tão agudas a ponto de às vezes apenas a separação parecer uma saída, normalmente terem se manifestado em confrontos iniciais não tão relevantes sobre o uso e o significado do espaço doméstico, numa crescente demanda de um ou de ambos os cônjuges por tempo e por espaço em que possam estar sozinhos.

Novamente, a falta de familiaridade com resoluções favoráveis de questões assim pode dificultar ainda mais a situação. O casal precisará amadurecer, encontrando formas de superar conflitos de interesse, necessidades e pontos de vista diferentes. Aceitação, compreensão de pressupostos, negociações e concessões serão habilidades essenciais e que precisarão ser desenvolvidas.

6.2.6 O ESPAÇO DESVIRGINADO, A ENTRADA NA CASA DEFINITIVA

*Eu achei que eu ia entrar junto
nesse apartamento e escolher o que a gente ia fazer.
Liz, 3º encontro*

Depois de algum tempo na casa dos pais, Márcio decide ir para o apartamento novo. Ele conta:

Fiquei um tempo na casa dos meus pais [depois que a gente se separou], indo e vindo da universidade. Daí eu falei: “Não. Tem o apartamento lá, não tem nada, mas eu prefiro ficar no cimento do que ficar pegando trânsito indo e vindo todo dia”.

Liz não soube inicialmente da mudança de Márcio. Como o apartamento não estava pronto, ela decidira se focar em terminar o mestrado para depois conversarem.

Márcio vai ocupando a casa:

Então, logo no começo eu coloquei um colchão no chão e dormia no chão, entendeu? Tinha um fogão, aí eu comprei um fogão, comprei uma geladeira e fui me virando. Então, eu vou pra essa casa, tento colocar umas lâmpadas, coloco umas lâmpadas, coloquei geladeira, coloquei fogão. Aí depois eu comprei uma cama pra mim, que hoje é motivo de algumas discussões de vez em quando. É uma cama de casal. E fiquei lá. (3º encontro)

Liz fala que soube um tempo depois que Márcio já estava no apartamento. Ela volta a esse assunto algumas vezes nos encontros, demonstrando que ainda é um fato que está sendo elaborado. Algumas de suas expressões sobre isso são:

O Márcio foi pra casa e depois, quando eu soube que ele já tava lá, ele falou: “Ó, a casa é sua, se você quiser também, vem aí”. Mas a casa já tava, então era um... Eu cheguei, já tinha um quarto dele, ele falou “você pode ficar com a suíte” e era um “se você quiser, fique” (2º encontro).

Acho que fui ocupando um pouco a casa, tipo, ocupando, primeiro, de chegar e ficar quieta. Essa é a casa do Márcio, já tem a rotina, já tem as coisas. E acho que foi... Demorou, foi uma conquista... E acho que foi friamente calculado. Trabalhei toda uma ansiedade...

Eu queria escolher a minha geladeira. E a cama que eu ia dormir. E foi tipo: “Fuuu”.

Logo que eu cheguei, a coisa que mais tinha me irritado era que o apartamento veio sem a janela da lavanderia. E aí ele comprou uma Brasilit transparente e furou e colocou. (...) Está até hoje o buraco, né? O apartamento novinho. Vai ficar com as buchas aparecendo? (risos)

Tudo isso produz novos machucados, tal como se expressam na fala de Liz ainda sobre a “janela” da área de serviço:

(...) Eu cheguei e tava furado. E é toda a história de: “Eu achei que eu ia entrar junto nesse apartamento e escolher o que a gente ia fazer”. E acho que, pra mim, era uma escolha muito radical. Colocar uma Brasilit com furadeira e achar que isso é uma janela? E tá morando há quase quatro meses? Nossa. Eu fiquei... “Ele vai tirar isso, né?” Né? E ainda tinha a mágoa de: “E vai ficar com uma broca/seis brocas deste tamanho aparecendo”. Sabe? Tipo, ele não tinha esse direito. Você não tinha esse direito (riso, quase um choro).

Se retomarmos a importância da existência dos ritos de fundação, dos ritos de entrada e outros, tal como apontam, por exemplo, Van Genneep, Turner e Rykwert, podemos supor os efeitos que uma entrada pouco preparada e elaborada, tanto na casa quanto no próprio casamento, podem ter para Liz e Márcio.

Trata-se aqui da suspensão do tabu para que se possa adentrar o novo espaço. Estamos diante do tema da perda da virgindade novamente, da entrada num espaço ainda inviolado.

Esse espaço tem os seus próprios mitos e adentrá-lo é um ato que transcende a mera inserção no ambiente físico. Principalmente em se tratando da casa e, em especial, da casa constituída para abrigar a relação do casal, podemos imaginar as profundas raízes de significados que essa entrada tem e que dimensões tocam.

Lembremos que, segundo Rykwert (2006), a inauguração e ocupação de uma cidade ou de uma casa são como que um ato antinatural, que exige ritos de expiação para que o espaço possa ser ocupado sob bons auspícios. Quando o homem antigo entrava em algum ambiente natural, costumava executar ao menos alguns pequenos rituais, nos quais solicitava autorização e proteção para cumprir o seu intento. Especialmente quando pretendia edificar algo ali, ele percebia que era necessário solicitar esse consentimento e, com isso, estar sob a proteção dos deuses ou espíritos do lugar. Delimitar, separar e ocupar um espaço, tomar parte de um todo imprimindo nisso marcas individuais é um ato de violação e exige certos cuidados. Ao menos antigamente ou em certas culturas ou extratos sociais ainda hoje em dia, esse reconhecimento existe.

Quais as consequências de não se respeitar isso? Qual a marca que uma entrada desautorizada pode imprimir? No caso de Liz e Márcio, qual o sentido e o que se expressa na forma como fazem a sua entrada na casa?

Liz mencionara, como sua fala de *entrada* na pesquisa, o fato de os pais terem perdido a virgindade juntos. Esse fato bem como a surpresa que ela mesma teve por começar contando isso dão indicações de ser esse um tema emergente importante, ao menos para ela. Os pais também perderam, ao longo dessa relação amorosa para a qual haviam se preservado, os sonhos que tinham a respeito de um amor romântico. Acreditavam antes no amor e viram esse sonho se desvanecer em meio às dificuldades do relacionamento. Por algum motivo, eles não conseguiram transpor essas dificuldades e chegaram mesmo a experimentar a violência. Esses são temas que se reapresentam na história da filha.

Todo o processo de entrada, tanto no casamento quanto na casa, está para Liz e Márcio envolto numa certa inconsciência. Isso pode ser indicativo da própria atuação dos complexos, que têm, de fato, essa característica de exercerem uma forte coação quando estão ativados. Surge uma força de atração à qual é difícil resistir. Até mesmo se aperceber dela é algo de complicado.

Os ritos de fundação tinham como função garantir que a unidade social e religiosa de uma comunidade se mantivesse. O casal formado por Liz e Márcio é uma pequena

comunidade. Se tais ritos fossem aqui cumpridos, numa forma que fizesse sentido para eles, talvez pudessem garantir uma certa coesão entre as diferentes aspirações, as realizações concretas e os demais processos desencadeados. A proteção dos “deuses” se daria pela disposição desses fatos perante instâncias mais abrangentes da própria personalidade das pessoas envolvidas.

Liz e Márcio vivem a dificuldade e os desafios de criar e manter uma unidade entre eles. O espaço expressa essa mesma realidade. Nele se refletem aspectos de uma cisão, cujo maior expoente talvez tenha sido justamente a entrada na casa da maneira como ela se deu.

Entendendo ainda, como Terrin (2004) aponta, que a ausência de ritos de um modo geral promove uma desorganização no espaço e no próprio ser, instâncias essas indissociáveis, podemos supor o quanto o casal vive um certo caos, por não encontrar essa ordenação no mundo que estão procurando constituir.

Essa ordenação deve ser buscada e instituída de comum acordo. Os próprios tratos e acertos feitos a respeito da casa e da relação são um exercício disso. Neles é preciso se levar em conta as particularidades de cada um, suas crenças, a formação que tiveram, as experiências de vida, o que elas promoveram como visão de mundo e estilo de vida. O casamento e a própria constituição da casa parecem uma grande alquimia ou um grande processo de composição dessas partes, muitas vezes dos opostos, num todo continente.

Nas atividades expressivas, os primeiros desenhos da casa tiveram como intuito observar os âmbitos individuais e o que era comum na composição da casa.

Como já descrito, no quinto encontro foi pedida uma representação individual da casa, para a qual Liz e Márcio tinham disponíveis apenas papel e lápis de cor, e depois uma representação da casa, a ser feita pelos dois em conjunto, para a qual foram oferecidos lápis, tinta, pincéis, gravetos, barbante, corda, revistas, papel branco, papel panamá (mais grosso, uma espécie de papelão), fita adesiva, cola e tesoura.

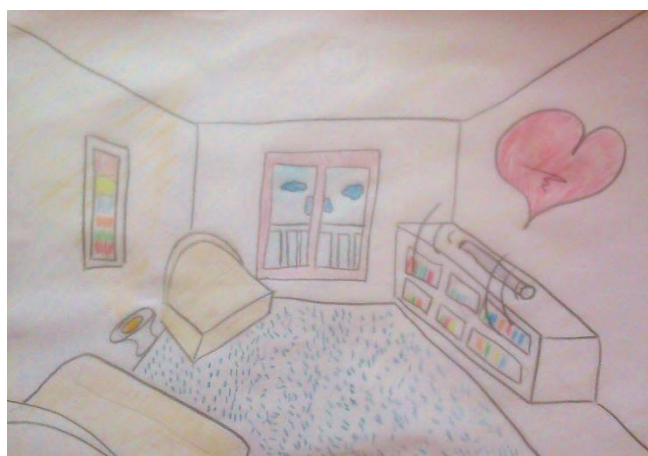
A consígnia nos dois casos foi a de que procurassem seguir aquilo que primeiro viesse à mente a partir da instrução de que fizessem uma representação da casa.

Disso surgiram as seguintes imagens:

Liz



Márcio



A respeito destes desenhos, foi pedido que cada um falasse sobre as sensações que teve ao produzi-los.

Márcio: *Ah, a casa me passa uma sensação de... Primeiro, esteticamente agradável, um espaço agradável. Iluminação agradável, (?) da iluminação. Som agradável. E também tem que estar em paz na casa. Entendeu? Esse coração. Se as coisas estão bem em casa, a casa se torna muito mais interessante.*

Liz: *Ah, acho que eu... a primeira imagem que veio foi de uma orquídea, que tinha desde a outra casa, que eu comprei lá no outro apartamento, quando eu tava sozinha. E que eu levei pro apartamento e ela já... Não sei. Veio a primeira coisa, a cor... (...) Eu comecei querendo a orquídea. A flor que pode nascer de novo (riso), mas que eu quebrei um galho faz um tempo e acho que não vai nascer. Aí, dessa delicadeza, de tentar e onde ela tá... Ela sempre fica na mesa da sala de jantar. Aí comecei a pensar nos*

outros espaços da casa e essa cor que passei na colcha... (...) Aí lembrei que também tem várias florzinhas/Foi a cor que eu quis colocar nas mesinhas do nosso casamento, na festa... O lilás... E eu nem gostava tanto, mas foi vindo e eu acho que tem um toque assim, sei lá...

Perguntados sobre a que remeteu a instrução “faça uma representação da casa”, Márcio respondeu que foi “ao ambiente... À nossa casa”, e Liz disse:

*À cor. O lilás. E é uma cor que eu gosto muito, quando a casa tá organizada eu percebo que é... é... eu gosto, né? A toalha tá nessa cor, a do banheiro, eu coloco a colcha, a flor,.. Mas essa cor, eu sinto que tem uma **harmonia** assim, eu/Eu gosto de ter a sensação de uma **harmonia que começa nos detalhes**, e essa cor tá presente na casa. Mas eu não sabia pra onde eu ia.*

Foram perguntados, então, sobre quais as sensações que surgiam ao observar o desenho do outro. Os comentários foram:

Márcio: A orquídea eu reconheci. Mas tive mais dificuldade pra entender o resto do contexto. Não associei logo de cara o lilás, que realmente é uma coisa que você geralmente fala: “Olha, tá lilás as coisas, as toalhas são lilás...”. E... E eu acabo não percebendo. (Eu não reconheci) A orquídea foi rápida. Agora pra assimilar o desenho eu demorei um pouco mais com o resto. Aí depois que eu vi a colcha... (risos)

Liz: Ah, tem uma... Tem um olhar mais macro/Tem um olhar macro, né? De conseguir/É o ponto de vista de quem entra na casa. E... Esse esforço de ter a estrutura, né, as paredes, o que... envolve essas coisas. Tem cuidado com os detalhes. O tapete, os livros... As cores que estão presentes na casa/Mesmo essa porta que dá pra fora e... A já/Isso que ilumina a gente... A luz, que vem de fora... Ahn... O coração, Má e Li. (risos) Me diz menos que outras coisas do desenho. (...) O quadrinho me fala mais, que foi ele que/Esse quadrinho coloridinho, que é o meu... Que eu não queria que tivesse furado nenhuma parede ainda, mas... já que furou fica esse quadro. (risos) Ah, já é uma presença, né?

Márcio e Liz apresentam linguagens gráficas muito distintas, a primeira mais abstrata e emocional, e a outra mais concreta e racional. Curiosamente, no desenho concreto de Márcio, que representa objetivamente a sala da casa, aparece um elemento figurado, o coração. No desenho de Liz, por outro lado, surge um elemento concretamente representado, que é a flor, em meio a uma figuração abstrata.

Há uma característica em comum, que é o fato de haver um espaço interno “abraçado” ou contido por algo que o contorna. No desenho do Márcio o contorno é dado pela perspectiva criada pelas paredes, o teto e o chão. No desenho da Liz, isso surge com o contorno da cor lilás.

É preciso aqui observar, no entanto, que se o desenho de Márcio tem esse espaço interno preenchido, no desenho de Liz ele se apresenta vazio. Isso nos remete às experiências da casa de origem de um e de outro. Liz viveu ali um certo vazio – o vazio de móveis, a ausência da mãe, o quintal vazio onde pouco se ia e onde vivia Petrus, o cachorro carente, que talvez sentisse mesmo uma certa falta de afeto.

Liz fala que a experiência na nova casa é de que ela é habitada e, portanto, mais ocupada. É possível supor, no entanto, que o ambiente psíquico ainda seja de um espaço a ser preenchido. De fato, muitas vezes Liz demonstra um certo desamparo, em especial nas ausências de Márcio, sejam elas por conta das viagens, ou no distanciamento afetivo que às vezes se apresenta, ou mesmo na desconsideração que ela sente da parte dele a respeito de suas necessidades e do que ela está vivendo. Esse espaço vazio e de forma indefinida que surge no interior do seu desenho pode se referir à experiência que ela tem dos afetos? É uma possibilidade.

O desenho de Márcio, ao contrário, é bem preenchido. É possível observar vários elementos interessantes: a porta que dá para a varanda tornou-se uma janela; a representação do afeto é um tanto estereotipada no coração que foi desenhado na parede e que destoa do estilo do desenho; uma mesinha na lateral, entre as poltronas, ganhou a aparência de um vaso sanitário. Há também as nuvens, elementos flutuantes que se repetem em outros desenhos de Márcio. No mais a sensação é de aconchego, com a perspectiva que envolve e convida a entrar na imagem e com elementos como o tapete, o quadro e um pouco de cor nas paredes.

Chamam a atenção as palavras utilizadas por Liz e Márcio para se referirem às sensações que tiveram ao desenhar. Márcio enfatiza principalmente a sensação agradável, e também o bem-estar e a paz. Isso pode indicar o que ele busca nesta casa conjunta e também no casamento. Liz menciona a orquídea, que ela comprou quando estava sozinha, e diz que a quebrou, referindo-se ainda à delicadeza da flor. Especificamente sobre sensações, ela fala de harmonia e da *“harmonia que começa nos detalhes”*, o que também parece indicar uma busca ou talvez uma expectativa a respeito da sua nova condição na casa e no casamento.

O estado agradável e a harmonia, no entanto, tem se mostrado muito mais como um desafio e uma conquista a ser empreendida por ambos, do que como algo dado pela relação e pela moradia a priori.

A casa a quatro mãos



A fim de não nos alongarmos demais na descrição das atividades expressivas, deixaremos essa pintura aqui mais como uma imagem, que eventualmente pode suscitar impressões ou percepções sobre o processo que vem sendo descrito.

Vale, no entanto, destacar alguns pontos. Um deles é que Liz e Márcio executaram esse trabalho de forma agradável e relaxada, fazendo concessões um ao outro, ouvindo os desejos de cada um e principalmente buscando formas de preencher distâncias e fazendo diferenças dialogarem.

Por exemplo, Márcio diz:

Ela começa a fazer essa parte [do azul]... E eu vou pra parte do livro. É um livro aqui, tá?(...) Por enquanto, até aqui, sem essas coisas se conversarem. Aí eu acho que a gente começa a olhar um pro desenho do outro e aí começa a se comunicar. “Tá, como é que a gente vai conectar uma coisa na outra?” Aí surge esse primeiro rabisco aqui, que é a conexão. Aí depois a gente começa a caminhar junto no desenho.

Sobre a sensação que eles têm ao olhar a imagem, Liz diz:

Ah, me dá uma sensação... (...) Me remete/O próprio formato do livro, né, essa coisa de... Tisc. Do que tá nos livros, e que tem um pouco de... De uma magia que pode tanto ser contos de fada, ilusão – tem um pouco disso... Mas tem um... Onde tudo pode acontecer, sabe?

Márcio fala admirado: “*Eu gostei demais da pintura. Gostei. Nossa, gostei mesmo. Bem bacana*”.

Eles consideram que conseguem uma boa comunicação entre os dois elementos principais da pintura, o livro e a fumaça ou nuvem azul. Conseguem criar uma unidade entre eles. Algo que poderia ficar parecendo segmentado, uma coisa separada da outra faz uma composição que ganha algum sentido.

Há uma cor que une os dois elementos ou os dois universos ou essas duas pessoas, e os harmoniza. Até mesmo esteticamente Liz e Márcio conseguiram criar no desenho uma harmonia. Será que isso é um indício de que há pontes entre esses dois universos, muitas vezes polares, entre essas duas pessoas?

Quando conseguem encontrar uma certa leveza e se harmonizar, encontram prazer. Isso fica evidente ao responderem “como foi esse conciliar das vontades de cada um”. Vejamos:

Márcio: *Não, tranquilo... Cada um foi cedendo em algum ponto na... na brincadeira do desenho.*

Liz: *É que é uma coisa que a gente faz tão pouco, né? Aí teve um: “Ah, deixa ele se divertir. E eu também”.*

Pode-se aproveitar esse aspecto que fica sinalizado na presente atividade para se pensar que considerar o outro com suas idiossincrasias deve ser uma chave importante para a dissolução de parte dos conflitos que Márcio e Liz vivem e para uma vivência mais harmoniosa dos dois.

Em tudo isso que se viu aqui se explicita aquilo que Guggenbühl-Craig (1980) diz de que a meta de se alcançar um estado de bem-estar e felicidade dificilmente pode ser aplicada ao casamento. Evitar as sensações desagradáveis psíquicas das insatisfações, frustrações, emoções dolorosas e negativas, ansiedade, conflitos etc. não deveria ser uma expectativa depositada nos relacionamentos, especialmente na relação amorosa e conjugal.

Lembremos que para o referido autor o casamento é um *opus contra naturam*, um processo relacionado muito mais com um caminho que irá se contrapor constantemente aos apetites e impulsos instintivos de satisfação egoica, do que a comumente almejada experiência de prazeres e sensações agradáveis. A realização advinda daí tem uma qualidade diferente da que é normalmente suposta. O encontro entre os parceiros se constitui muito mais como um caminho especial de descoberta, de desenvolvimento e de salvação da própria alma. Como já foi mencionado, é “uma forma especial de individuação” (GUGGENBÜHL-CRAIG, 1980, p. 52).

Dessa maneira e referindo-se a um trabalho de ampliação da consciência, invariavelmente implicará experiências dolorosas, como já nos referimos aqui outras vezes tomando a indicação de Jung (1925-2008) sobre essas questões.

A compreensão e a aceitação desse desafio permite um novo posicionamento frente aos conflitos vividos na relação conjugal. Eles podem até mesmo ser vistos como oportunidades para que transformações necessárias e significativas aconteçam em cada um dos parceiros.

Se pensarmos que os dias de hoje pressupõem novas etapas de desenvolvimento da consciência, com uma complexidade ímpar de aspirações, tendências, liberdades, desejos e assim por diante, podemos entender que o “contrato” do casamento atualmente pode desafiar o contato com áreas também mais complexas e profundas. O fato de não se estar apenas buscando assegurar, como na Idade Média, a manutenção do patrimônio ou resolver questões como a divisão sexual do trabalho e a obtenção de bens essenciais à sobrevivência, torna os acordos atuais um tanto mais intrincados e difíceis. As áreas de contato podem tender a uma nova e complexa profundidade – embora não se possa negar que em muitos casos, a evitação disso produza o oposto: uma excessiva superficialidade.

Isso irá se destacar especialmente no próximo tópico.

6.2.7 A MINHA, A SUA E A NOSSA CASA – DIVISÕES E COMPOSIÇÕES

E aí cada um já estava imaginando essa casa, que, aliás, foi a primeira casa de cada um, de um jeito. (Liz, 1º encontro)

A partir da ida de Liz também para a nova casa, vive-se uma divisão explícita, que eles expressam nas seguintes falas:

Então, quando eu entrei, por exemplo, a casa tava na divisão, e eu entrei muito em demandas internas, silenciosas, de: “Vou colocar os armários”, “Eu vou pagar isso”...(...) Tava na divisão de: ele cuidando da vida dele, dos quartos, né, divisão de... vai seguindo sua vida que eu toco a minha (Liz, 3º encontro).

Então, a estruturação da casa tava diferente [antes]. Tava num esquema de: “Olha, cada um tem o seu espaço, eu fico pra cá, você fica pra lá, me respeita, eu preciso desse meu espaço...” (Márcio, 3º encontro).

Os quartos de um e de outro ficavam separados nesse momento inicial – “*Eu cheguei, já tinha um quarto dele, ele falou ‘você pode ficar com a suíte’ e era um ‘se você quiser, fique’*” (Liz, 3º encontro) –, indicando que também a vida mais íntima encontrava-se em suspensão e enfrentava algum distanciamento.

A divisão é, certamente, um tema importante para o casamento. E é preciso saber fazer divisões. Dividir é despedaçar, fragmentar, separar, afastar, divergir, discordar, mas é também distribuir, repartir, delimitar, circunscrever, restringir, compartilhar, ramificar. Todos esses atributos precisam ser bem vividos, pois, afinal, o casal e também a casa coabitada já são por sua própria natureza entidades repartidas, ou seja, compostas de partes que se dispõem ou são dispostas a partilhar.

Ora, se as divisões não forem bem feitas, o casal viverá ou num estado de simbiose ou em antagonismos que podem se tornar intransponíveis. Entre essas polaridades, existe a possibilidade de se enfrentar dificuldades e desentendimentos mais ou menos graves em busca de acordos criativos. Foi um pouco do que se falou no tópico anterior a respeito do reconhecimento e da delimitação de fronteiras e do conhecimento dos diferentes conteúdos de cada território ou de cada instância da casa e do casal.

Se isso não estiver acessível num plano mais consciente, é possível que conteúdos indiscriminados produzam cisões não desejadas e prejudiciais.

A foto abaixo, a primeira da série que Liz e Márcio fazem juntos, chama muito a atenção pela divisão que apresenta. Aparece uma destacada separação produzida pela linha da porta, pelo claro-escuro e pela diferença dos objetos que compõe cada lado da “fronteira” – a namoradeira, lugar de relação, de um lado, e o jardim que remete aos momentos de cuidado introspectivo de Márcio, de outro. Sendo a imagem de entrada, essa foto parece destacar o aspecto da separação entre dois mundos e entre duas pessoas como

o principal “chamado” que a casa apresenta para Liz e Márcio.

Na casa se expressam ainda outras nuances variadas dessa dificuldade com o tema da divisão. Por exemplo, a divisória feita por Márcio, tentando separar dois ambientes, é improvisada e precária. Liz, por



sua vez, é exigente em relação a isso e, em especial, não consegue ver possibilidades de reparação – “*O apartamento novinho. Vai ficar com as buchas aparecendo? (risos)*” e “*E ainda tinha a mágoa de: ‘E vai ficar com uma broca/seis brocas deste tamanho aparecendo?’*”.

É curioso que não se veja a possibilidade de consertar, reparar, melhorar. Na verdade, muitas vezes é difícil até experimentar algo novo no apartamento, como pregos na parede. Que espaço é esse que parece ter que ficar intocado? Há uma fantasia de ser sempre novo e imaculado? O que não se pode imprimir ali?

Ou se trata da sensação de não terem escolha ou liberdade para agir e fazer esses acertos e reparos, de estarem subjugados ou presos numa situação a respeito da qual nada podem fazer? Pode ser que Liz e Márcio expressem nessa aparente falta de opção o fato de estarem sob o jugo da potente atuação dos complexos. Não tendo consciência disso, expressam esse fato em sua relação com o espaço que habitam.

Nos desenhos, quando fazem a planta da casa, o tema das divisões do espaço reaparece. Na planta de Márcio, não há portas nem janelas, ou seja, as divisas e as divisórias não são bem estabelecidas, já que não permitem o trânsito e a circulação.

Aliás, este é um tema antigo para Márcio. Uma parede construída num quarto na república, para que tivesse seu espaço próprio, talvez seja a manifestação mais significativa dessa questão. Na época o episódio gerou uma pequena briga com os amigos, mas Márcio não abriu mão de ter um quarto só pra ele. Sua narrativa sobre isso foi:

*A primeira vez que a gente viu [o quarto] era gigante. Na hora que a gente começou a colocar coisas, era pequeno. E aí falei: “Olha, eu sei que é pequeno, mas da parede eu não abro mão. (...) Olha, eu vou construir a parede aqui, tudo bem, como foi combinado de início. (...) Eu sei que é um tanto quanto egoísta, mas é uma coisa que eu não abro mão mesmo”. E aí eu construí uma parede sozinho e fiquei conhecido como “o louco da parede” por um tempo. (risos) (...) Pra mim é... ter um espacinho meu que falo: “Nossa, **aqui eu relaxo, aqui eu deixo meus problemas todos lá fora e aqui é meu**”, entendeu? Sempre tive. Desde pequeno, acho que é [assim]... (1º encontro)*

Cabe pensar que problemas são esses que ficam do lado de fora do quarto. O que a parede construída filtra e não deixa passar? É possível que esse espaço tão reservado que Márcio constrói para si torne-se como que um lugar onírico ou paradisíaco, onde ele realmente esquece problemas e preocupações, deixa pessoas e situações difíceis à distância.

Essas questões remetem ao que foi exposto a respeito dos primórdios da busca de abrigo, como simples proteção, no início, para depois evoluir na direção da constituição de um vínculo com os espaços ocupados. É quando o ato de se abrigar evolui para a experiência de *habitar*, e o mero abrigo torna-se um refúgio. A casa, os muros, as paredes, a delimitação dos espaços ajudam a constituir o indivíduo, a criar a noção de sua identidade (BACHELARD, 1993; RODRIGUES, 2008).

O que se perde no tipo de dinâmica que Márcio parece estabelecer, no entanto, é que as questões não resolvidas e conflitos não penetraram o espaço íntimo e de privacidade, aquele onde poderiam encontrar um tipo de elaboração, a elaboração que acontece na interioridade e na subjetividade, em contraposição às resoluções de ordem prática solicitadas pelas experiências no mundo externo.

O individualismo e o fechar-se em si mesmo também podem acabar se constituindo como um problema tanto na vida pessoal quanto nos relacionamentos, parte essencial da experiência do ser humano, um ser relacional por excelência.

Como dito, em nenhum momento Márcio expressou a necessidade de construir a parede como sendo motivada pelo desejo de privacidade com a namorada. Atualmente, a questão das divisórias para o casal se expressa numa outra fala de Márcio:

*E eu acho que esses dois sujeitos, que têm essa individualidade muito grande, que querem só... essa independência, né? Ao mesmo tempo que querem essa independência, ao mesmo tempo é um derretido pelo outro. Né? “Eu gosto também do junto, mas desde que você respeite essa **parede** aqui. Desde que você não passe essa **parede**.” (Márcio, 4º encontro)*

Hoje em dia, um casal que, em mais liberdade, estabelece seu relacionamento e divide uma casa precisa poder fazer boas divisões. O espaço da casa deve contemplar as vidas e interesses pessoais e também abrigar a vida conjunta. A casa irá se mostrar, nas relações mais simétricas dos dias de hoje, como palco de inúmeras negociações, concessões, delimitações e também compartilhamentos, para os quais se exige ao mesmo tempo amadurecimento (sabedoria) e afeto. O desafio está posto: o que se chama de amor em nossos tempos deve substituir o contrato mais simples e prático do casamento, tal como era feito em tempos antigos.

Vivendo em meio a essa forte crise, Liz e Márcio têm ainda a tarefa de conviver e cuidar juntos, de alguma maneira, da casa. Percebemos uma coragem nos dois para ir atravessando os diferentes momentos da relação, estando às vezes mais receptivos um ao

outro, às vezes menos. Precisam dispor suas coisas e uma rotina coabitando e estando no mesmo espaço, ainda que muito machucados com tudo o que acontecera.

Nas casas, de um modo geral, os objetos de seus moradores são dispostos em muitos diferentes tipos de móveis. Alguns são abertos, como estantes e prateleiras diversas; outros são mais fechados, como armários, baús, caixas e gavetas e também mesinhas de cabeceira – ou criados-mudos, aqueles que guardam segredos.

Como diz Benjamim (1985), “o interior [da residência] não é apenas o universo do homem privado, mas também o seu estojo” (p. 38). O que se dispõe em cada um desses locais varia conforme a necessidade de que fiquem mais ou menos expostos. Exibem-se os livros, enfeites, objetos de uso comum e frequente; bem guardados ficam os objetos íntimos, os mais preciosos, os que demandam permanecer bem limpos, como pratos, copos, talheres, e também as velharias, a papelada desorganizada, o que não está em uso e o que nem se sabe se voltará a estar e, principalmente, aquilo que não se quer revelar.

Também dispomos assim em nosso habitar o mundo os conteúdos que nos constituem. Talvez falemos abertamente da nossa profissão, hobbies, amizades, opiniões, do último livro lido e do filme recentemente visto, mas guardemos em nossos baús as inquietações, fraquezas, medos e dificuldades, bem como aquelas coisas das quais até nos orgulhamos mas que cedo aprendemos que delas não se fala: sexualidade, apetites etc. E há ainda aqueles conteúdos que, sem saber, expressamos abertamente, como também existe aquilo que foi profundamente guardado sem que nós mesmos os conheçamos.

A fim de buscar conhecer conteúdos menos expostos nas falas de Liz e Márcio e adentrar um pouco mais a intimidade desconhecida, pedimos no quinto encontro um texto (escrita livre, fluente) com o tema “gavetas”. Parece propício, nesse momento, com a licença dos donos da casa, entreabrir essas gavetas.

GAVETAS

Márcio

Gosto de gavetas organizadas e limpas, tenho dificuldades em ver algumas gavetas da Liz desorganizadas, não que as minhas estejam sempre organizadas, mas as gavetas desorganizadas dela me irritam mais do que as minhas, eu tenho que tentar lidar mais com o jeito do outro, aprender a permitir ao outro ter seu próprio espaço, não acho isso uma tarefa simples, pois quando duas vidas se juntam é como juntar coisas de duas gavetas diferentes.

Liz

*Quanta bagunça!
 O que ninguém vê
 O que ninguém que visita a casa vê.
 Somente quem vive o cotidiano.
 Organizar, tentar organizar, tentar manter.
 Uma hora ou outra desorganiza.
 Organizar as minhas coisas e as deles.
 Encontrar o lugar das coisas numa casa nova.
 Enxergar o que precisamos.
 E o que já não usamos mais.
 O que precisa ser separado, mas que por ora está amontoado, juntado,
 misturado em sacolas que não cabem nas gavetas e precisam ficar no fundo do baú.*

Como dizem autores como Benedito (1995) e Skarf (2005), aquilo que é mais atraente no parceiro, em geral, é o que tem também maior carga de sentimentos ambivalentes, o que acabará causando conflitos no futuro. É muito comum que casais, ao viverem um “casamento de opostos”, como parece ser o caso de Liz e Márcio, tenham que se deparar com o difícil problema de distinguir quais são os sentimentos, desejos e pensamentos que pertencem a cada um. Embora isso seja uma tarefa básica dos relacionamentos mais íntimos e esteja relacionado com as fronteiras pessoais e conhecimento de si mesmo, no caso de pessoas com características polares o quadro fica mais confuso, justamente pelo fato de aparentarem serem opostas (ULANOV, 2004).

Segundo Skarf (2005), o mais provável é que, em níveis que ficam abaixo da percepção consciente, parceiros assim estejam, na verdade, profundamente enredados. Cada um deles incorpora, carrega e expressa por meio do outro aspectos que não podem ser reconhecidos em si mesmo. Por motivos diversos, ansiedades, conteúdos reprimidos, medos etc. ganham vida “magicamente” no outro.

Com Liz e Márcio aparece a questão da ordem e da desordem como algo que se mistura no universo das gavetas pessoais. De fato, podemos perceber como as coisas se emaranham aí. É só observarmos que Márcio está falando no seu texto das gavetas de Liz e que nas gavetas dela ganha expressão a preocupação de Márcio com a ordem.

Uma vez que, segundo os autores mencionados, é preciso dissociar da consciência aqueles fatores ansiógenos, que fazem com que a pessoa se sinta demasiadamente exposta ou vulnerável, acontece uma repartição de conteúdos. Cada um dos parceiros assume, então, uma parte, uma

polaridade a respeito do tema em questão. Liz parece ser a desorganizada, Márcio valoriza e faz acontecer a ordem e cobra da parceira que ela se ordene e ordene as coisas da casa.

No entanto, por várias aspectos já relatados até aqui, percebemos que ambos vivem, em grande parte, o mesmo: ambos querem o compromisso e o descompromisso, a organização e a desorganização, o contrato e o não contrato, o prego na parede e o não prego na parede.

O resultado geral é que o conflito interior se torna um conflito interpessoal e, como temos proposto neste trabalho, este também se torna um conflito, uma fissura e um adoecimento do ambiente (HILMANN, 1993).

Para Liz e Márcio, talvez o ponto em que já consigam viver uma resolução saudável se expresse num outro texto de Liz, no qual os diferentes universos pessoais encontram seu espaço próprio, ainda que no imprevisto de bancos que viraram suas mesinhas de cabeceira:

Enquanto as mesinhas de cabeceira que encomendamos não chegam do marceneiro, usamos dois banquinhos ao lado da cama. Do meu lado tem dois livros que leio algumas noites antes de dormir: O livro dos seres imaginários, do Borges, e Aventuras de Miguel Littín no Chile, do García Márquez. Do lado do Márcio, as revistas da National Geographic e algumas camisinhas numa caneca.

6.3 A CASA VIVA E EM TRANSFORMAÇÃO, CONSTANTE ESPELHO DO SELF CONJUGAL

Com o tempo, Liz e Márcio vão reestabelecendo acordos e a própria relação, e acaba acontecendo uma reformulação da casa. Liz conta no terceiro encontro:

A gente ia fazer como já tava fazendo: tem as suas coisas, as minhas... E aí ele falou: “Ó, vamos... Ah, pensei e se a gente fizesse... juntasse os quartos e essa sala assim”. E eu: “Ah, mas isso muda a casa, né? Muda completamente”. Um quarto virou quarto de TV e antes era pra ser meu quarto de estudos. E foi indo assim...

“E se na nossa sala não tivesse TV, fosse uma sala com som?”. “É, mas aí a gente vai precisar de um quarto em comum.” “Isso. Aí a gente estuda no mesmo quarto.” “Tá, mas aí eu tenho que... Aí eu já paguei um móvel a mais pro mesmo marceneiro.” E ele: “Cancela. A gente inventa de fazer uma outra coisa com essa

madeira”. Aí dá-lhe ligar pra esse mesmo marceneiro: “Cancela”. (risos) E aí começa alguma coisa comigo.

No terceiro encontro, Liz e Márcio falam das transformações da casa:

Liz: A casa também mudou bastante nesse último mês, né?(...) Chegaram muitas coisas de... É... Presentes e como (é isso que) a gente reverteu os créditos, foi chegando, foi mudando tanta coisa e... S.: É. Chegaram as coisas... A casa mudou bastante.

Márcio: Poltronas...

Liz: Os espaços da casa mudaram.

Márcio: Mudaram.

Liz: Porque aí a gente mudou: “Ah, esse quarto vira isso...”. E aí isso toma bastante (tempo), fez passar rápido. Que tinha...

Márcio: É, e acho que a gente vinha numa onda, logo depois que a gente mudou pra casa, que a gente não tava muito bem um com o outro. Né? Pelo menos eu posso falar de mim.

Márcio explica que se antes o ambiente refletia a separação dos dois e a organização do espaço se dava basicamente em função da crise vivida, à medida que vão transpondo essas situações e fazendo algum tipo de reparação na ruptura gerada, a casa entra num processo de grande transformação.

Na sequência da sua fala, no entanto, uma frase chama a atenção, apontando, provavelmente, para o fato de que o desafio de fazer boas separações, divisões e compartilhamentos continue se colocando. Ele diz:

*E aí, conforme a gente foi convivendo, morando, acho que a gente foi se aproximando cada vez mais – foi uma reaproximação no nosso relacionamento – e aí o que era separado começou a ficar comum e começou a se aproximar e **aí hoje, pelo menos agora, tá bem misturado as coisas.***

Fica como questão o que é essa “mistura”. O casal consegue conviver e voltar a se unir sem se misturar? A mistura pode ser indiscriminação e pode dar uma sensação de bagunça, de invasão dos espaços e, portanto, de confusão dos limites e até de desrespeito às individualidades. Mas mistura também é justaposição, o que indica possibilidade de coexistência, integração, ou seja, a criação de algo em comum, articulação de pontos de vista, por exemplo, e de encontro. A mistura se dá no próprio ato sexual, no beijo, “nos amassos”, como dizem eles. E nesse sentido são aspectos positivos das experiências que têm como casal.

É possível que Liz e Márcio estejam diante do desafio de fazer boas separações, e também bons encontros e boas misturas. Como para qualquer casal, esse é um aprendizado importante e nem sempre fácil. Transitar entre as individualidades e a conjugalidade é, como temos colocado, um exercício novo e desafiador.

Uma frase importante e representativa desse momento é dita por Márcio: *“Fica um pouco mais aberto o espaço, pra poder ver um pouco mais das coisas”*. A própria afirmação já destaca o fato de se poder ver melhor. Mas especialmente se lembrarmos desse tema do espaço nos mitos de criação, temos um forte sinal aqui de que nesse momento Liz e Márcio começam a tomar mais consciência de certos aspectos de tudo o que acontece, afastam-se da mistura indiferenciada e têm possibilidade de fazer discriminações.

A casa segue acompanhando o movimento do casal. Ainda que tenham acontecido evoluções, progressos, o amadurecimento da relação não é um processo linear.

No quinto encontro, que é muito marcante dentro do trabalho de campo, Liz e Márcio chegam em meio a um momento intenso de desentendimentos, dificuldades de conversar e um novo episódio de briga.

Estavam emocionalmente machucados e foi preciso tornar o encontro um momento de eles avaliarem vários pontos: a possibilidade de continuarem a participar da pesquisa, o desejo de o fazer e a necessidade de buscar apoio em outras instâncias para continuarem atravessando a crise, inclusive com as questões que a pesquisa eventualmente estivesse mobilizando.

A casa também estava novamente cindida. A imagem abaixo havia sido enviada durante a semana como parte de uma das atividades expressivas propostas, que consistia em fotografarem juntos aquilo que desejassem da casa.



Em meio a acusações e justificativas de ambas as partes, o fato é que coisas importantes se quebram, nesse caso, os espelhos que permitem olhares diferenciados e momentos de reflexão.

O enredo, embora confuso muitas vezes, num jogo de empurrar responsabilidades e possíveis causas dos problemas, é importante, pois revela, para além das aparências evidentes e daquilo que eles conseguem identificar, muitos elementos ocultos.

O que norteou a escolha dos trechos a seguir, em todo caso, foi o símbolo expresso na casa, a coleção de espelhos quebrados. Foi surpreendente como neste encontro, que captura um momento de crise, aparece uma sucessão de falas *espelhadas* de Liz e Márcio.

*Liz: Ano passado eu estava nesse lugar, na reta final, na entrega [do mestrado]. Faz um ano mesmo. (...) E agora eu sinto que a gente trocou de personagens (...) E a casa se **reflete** nisso, assim: quem tá cuidando da casa sou eu atualmente. (...) Quando a gente troca de personagem, a gente talvez não leve o saber do que a gente aprendeu na outra fase (...) A gente tá tendo atitudes muito parecidas, sabe? Só que talvez o algoz agora seja eu, do tipo: “Poxa, não vai ajudar, não vai dar um abraço, não vai...” (risos).*

Márcio: Realmente parece que tem uma inversão de papéis aí, neste momento que a gente tá vivendo, né?

Na casa, outro reflexo do atrito é que “fica cada um no seu canto” (Márcio, 5º encontro) e eles voltam a separar as camas. O que Liz traz da casa neste momento é:

Eu tava começando a construir (choro) uma casa que tinha cor. E ela não tem mais, assim, sabe? E eu acho que eu tenho o direito de querer de volta. E tem coisas que não. A gente não cola espelho de volta, mas tá lá em protesto, assim. Olhe e lembre. Mas acho que ele não olha mesmo pro espelho, porque... Ele não tem noção do buraco da onde eu fui caçar cada um deles, assim. Isso é o de menos. O mais importante é a relação. Aí, né, o luto do espelho, mas o mais importante por enquanto é a relação, né?

Como pergunta condutora para esta parte da análise, optamos pela questão que a imagem suscita: qual é o conjunto de elementos produtores de reflexos pessoais que acaba sendo quebrado, pois não encontra sustentação no relacionamento?

O tema do espelho, curiosamente, se apresentou em outro momento deste dia. Liz ia contar como ela experienciou a situação do desentendimento e começou dizendo a Márcio:

*Eu acho que você precisa **encontrar algum espaço que você possa se olhar**, assim. Eu tenho uma/sensação que você não se enxerga. A mesma coisa de quando você fala: “Ah, essa mulher não se enxerga”. É... Não sei se criação, mas o Márcio tem uma autoestima superboa, assim. Ele se acha... Ele acorda, [**ele se olha no espelho e] ele se acha lindo**. Ele fala: “Ai, tô me sentindo lindo”. (riso)*

Assim... De oito dias na semana... E ele vai feliz trabalhar e vai... Nossa. Tem uma estima muito legal, assim, de: “Ah, eu sou bom”. E aí volta às vezes que nem a criancinha voltando da escolinha: “Ai, não consegui fazer o exercício nan nan nan”. Né? Coisas que você enxerga... “Putá, como ele tem necessidade de ser amado. Cara... Ele quer ser o melhor filho, o melhor... O melhor. Ele quer ser o melhor da turma.” Ele não quer entregar a lista, ele quer fazer bem a lista.

Em torno do tema do espelho circulam essas experiências relativas à autoimagem e à autoestima.

Liz acredita que Márcio tenha uma autoimagem boa e uma autoestima elevada. No entanto, o tema da fragilidade se repete aqui, já que quando chega em casa Márcio “*volta às vezes que nem a criancinha voltando da escolinha*”. Este chatear-se com algo que não se cumpriu como imaginado coloca em dúvida o quanto a visão que Márcio tem de si próprio é realmente boa e está consolidada. Apoiada na performance, no desempenho esperado, é possível que fique fragilizada, justamente porque se assenta, em grande parte, em fatores externos a ele.

Por sua vez, são os espelhos da Liz que são quebrados durante a briga. De fato, como aponta Márcio, as coisas chegam até esse ponto por uma série de atitudes dos dois, o que nos leva a poder afirmar que os espelhos são quebrados também pela própria Liz. O que isso simboliza em termos da dinâmica psíquica de Liz e em especial no que diz respeito à imagem que ela tem de si? A que se refere essa quebra?

De toda forma, é possível que Liz e Márcio estejam refletindo essas imagens pessoais inconscientes, as rupturas e as fragilidades que cada um carrega na ideia que tem de si mesmo. Nesse sentido, o relacionamento em si funciona como um espelho, onde cada um, embora pense estar vendo e conhecendo o outro a fundo, tem a oportunidade de conhecer a si mesmo.

Estamos de volta ao tema do quaternário do matrimônio. Nessas falas, vemos, de fato, transitarem conteúdos inconscientes de um e de outro. Não é possível aderir literalmente às afirmações feitas, pois essa circulação de afetos está ativada em níveis que ficam abaixo da consciência. O que relatam são realidades parciais e, muitas vezes, distorcidas ou enevoadas por essas manifestações das quais não se têm consciência e que impedem um encontro mais “real” de uma pessoa com a outra. É possível que um atue naquilo que foi mobilizado pelos conteúdos inconscientes do outro e também de sua própria anima ou animus.

Estabelecendo alguma relação com isso tomamos uma curiosa fala de Liz sobre os espelhos: “*Esses espelhos, eu consegui comprar em duas viagens pra Colômbia. Em três. Ele*

[Márcio] não tem noção do *buraco da onde eu fui caçar cada um deles, assim*". Fica sugerido o mergulho em lugares difíceis para se alcançar o objeto que trará imagens igualmente difíceis.

A casa segue como espaço concreto onde se refletem aspectos daqueles conteúdos subjetivos que transitam no *espaço* da relação de Liz e Márcio.

Em termos do que isso pode representar das relações amorosas da atualidade nos perguntamos, por exemplo, dos desafios do encontro de anima e animus que aqui se colocam profundamente. Esse ponto será retomado mais profundamente nas conclusões.

6.4 A CASA VISITADA, O OLHAR DE QUEM CHEGA

O que se segue são trechos do registro feito depois da visita à casa do casal, que aconteceu no sétimo encontro da pesquisa de campo.

“Quando chego à portaria do prédio, a Liz e o Márcio estão me esperando no portão. Tinham me visto chegar de carro e resolveram me esperar para subirmos juntos. Márcio havia ido buscar a Liz no metrô. Estavam preocupados, pois tinham chegado de viagem na véspera, Liz tinha ido trabalhar naquele sábado e eles acabaram não conseguindo arrumar a casa para a minha ida como haviam planejado há bastante tempo. (...)

Subimos e no elevador eles ainda me contam da preocupação com o que eu iria ver. Dizem que o apartamento está revirado, que há caixas pela sala, que está bagunçado e que nem sequer tinham lavado a louça do dia anterior. Contam juntos que a Liz tinha saído muito cedo e que o Márcio ficara de arrumar a casa. No entanto, diz ele, a decisão foi de começar pela varanda e pelas floreiras que ele tem ali e ele simplesmente não vira o tempo passar, ficando entretido com isso até bem pouco tempo antes de ter que buscar Liz no metrô. Márcio explica que as plantas ainda estão com dificuldade de crescer e que estão feias se espalhando pelo chão na direção da luz. Assim, ele tinha resolvido deslocar uma estante que ficava na lateral da varanda posicionando-a de frente para o sol e ali recolocar as plantas. Isso lhe tomara muito tempo, pois precisara reacomodar tudo, reinstalar inclusive o sistema de irrigação e assim por diante. Liz

está um pouco tensa, comentando várias vezes que não sabia como havia ficado a varanda e que também ia ver pela primeira vez esse novo arranjo. (...)

Na casa há muitos móveis brancos também, o que ajuda a intensificar a reflexão da luz. Em especial o branco está nas estantes de livros, uma no corredor de entrada e outra na lateral da sala.

Obviamente a minha atenção logo se volta para a varanda e para o arranjo de plantas do Márcio. Não me agradam. O lugar que a estante ocupa agora me parece bastante inapropriado, esteticamente falando, e, ainda que para as plantas essa posição possa ser melhor, vejo de imediato que outras soluções poderiam ter sido encontradas, como, por exemplo, posicionar as floreiras ao longo da grade que dá para fora. Sinto uma certa decepção em Liz também, mas percebo que ela tenta conter seus comentários.

(...)

A vista do apartamento é muito bonita. Há verde numa faixa mais ao fundo da paisagem, que contrasta com a cor dos telhados das casas que ocupam uma grande área ao redor do prédio. Não há outros prédios por perto. Eles me explicam dali os arredores. (...) A paisagem e o local me dão a sensação de espaço, de uma liberdade agradável, de que é bom estar ali e de que deve ser um lugar bom de se viver.

Entramos e eles continuam a me apresentar a casa. Voltam a falar da bagunça, me mostram as caixas que estão no canto da sala de jantar, reclamam de não terem tido tempo de arrumar a casa como tinham planejado por tanto tempo para quando eu fosse até lá.

Comentam nessa hora que eu sou a primeira pessoa a visitar a casa. Fico muito surpresa com isso, enquanto sinto uma grande responsabilidade e quase que um certo incômodo por ocupar esse lugar. Pergunto se nenhum amigo mais íntimo nem a família da Liz, que afinal ajudou tanto na compra do apartamento, nunca foi visitá-los e conhecer o apartamento. Eles dizem que não. Mencionam a crise que viveram e o processo de ainda estarem montando o apartamento como motivos para adiarem o convite para as pessoas.

Sobre a bagunça da qual eles me falam, eu realmente não tenho a impressão de desordem. Ao contrário: sinto o ambiente da sala harmônico, bonito e agradável. As caixas não dão uma impressão ruim. Elas me parecem uma parte natural deste ambiente em construção.

Se há algo que me chama mais a atenção são as paredes nuas, brancas, vazias. Parece-me que toda a ocupação do apartamento se dá como que na metade inferior do espaço, como se eles fossem ocupando o ambiente lentamente a partir do chão.

(...)

Percorremos o restante do apartamento. Primeiro, no final do corredor, está um quarto, que agora é o quarto de TV, com um sofá grande e muito confortável, que possui *chaise long* e que ocupa quase todo o ambiente. É muito convidativo a este relaxar em frente à TV. Sua cor marrom me chama a atenção, porque destoa do restante dos móveis que têm tons mais neutros.

Ao lado deste quarto fica um banheiro, que é o que o Márcio usa agora. No entanto, ali há um vazamento, que a construtora ainda não conseguiu resolver, e, assim, ele está sendo usado parcialmente. Já está todo montado nesse momento e segue o mesmo padrão de luminosidade do restante da casa. Então, entramos no quarto deles. A cama, como o sofá no quarto anterior, também ocupa uma boa parte do ambiente. Liz fala novamente da bagunça e eles dizem que não tiveram tempo de arrumar a cama naquele dia. Mais uma vez o ambiente é claro e agradável no quarto do casal.

Ao lado deste quarto está, então, o quarto que eles agora usam como escritório. Há uma mesa para cada um e elas estão de fato com muitos objetos: computadores, circuitos elétricos, papeis, talvez alguns livros. Ali vejo realmente uma certa bagunça, mas que fica restrita às mesas.

A mesa do Márcio me dá uma sensação de ser mais espaçosa, de invadir um espaço que não é dela. Isso porque, na verdade, ela é um módulo de uma estante em L, cujo ângulo não se acomoda no canto formado pelas paredes, mas está no meio do quarto (a perna do L começa na parede e empurra o móvel para dentro do cômodo). Assim, a mesa da Liz me parece mais acanhada num canto do quarto. (...)

Vemos o outro banheiro, que agora também já está bem instalado, e depois voltamos para a sala para, então, nos dirigirmos à parte dos fundos do apartamento, onde está a cozinha e a área de serviço. Há um balcão americano que dá para cozinha e que produz no apartamento uma sensação de espaço, de abertura, de livre circulação. É uma disposição agradável e moderna e que deixa, mais uma vez a claridade tomar conta do ambiente. Vejo um pouco de louça na pia, roupas dependuradas no varal, o que me revela o funcionamento normal desta área da casa, onde tarefas estão sempre sendo executadas.

Depois de circular pelo apartamento, voltamos mesmo para a sala, e eles querem me mostrar o aparelho de som que compraram para o apartamento. É um objeto cilíndrico, um aparelho moderno, que tem um som bem modulado, mas que, na verdade, tem função de ser usado em outro contexto (se me lembro bem, como um extensor do som da TV). Não sei por que isso me chamou a atenção. Talvez pela ênfase que deram à música, ao som, ao prazer de escutar música na sala. Colocam uma música enquanto nos sentamos nas poltronas para conversar.

A poltrona e o tapete são muito confortáveis e, como eles mesmos mencionaram, convida ao relaxamento, a um momento de preguiça, de nada fazer. Mas lá estávamos para continuar nosso trabalho.”

A título de finalização dessa parte da pesquisa e tendo mais uma vez que selecionar um tema entre os vários que poderiam aqui ser destacados, gostaríamos de falar brevemente do fato de ter sido essa a primeira visita que o casal e a casa receberam.

De um lado, isso dá indicações do possível papel que teve para Liz e Márcio tanto o olhar e a inserção da pesquisadora quanto o próprio trabalho da pesquisa nos processos de construção desse relacionamento, fato ao qual eles próprios se reportaram algumas vezes. Por outro lado, faz emergir também um outro tema de grande importância no contexto da constituição da conjugalidade.

Trata-se aqui daquilo que Guggenbühl-Craig (1980) aponta sobre o fato de o casamento não ser propriamente um assunto privado. Uma das formas de se lidar com as dificuldades aí vividas é, muitas vezes, se isolar das famílias de origem. Para ele, no entanto, isso é uma forma de dissociar parte da própria psique.

É certo que a interferência de parentes pode ser extremamente perniciosa e em muitos casos recomenda-se mesmo esse afastamento ou o corte de algumas relações. Embora essa atitude possa ser adequada em alguns casos ou em alguns momentos, como, por exemplo, no que Liz e Márcio vivem, em outras situações isso é bastante questionável. Levando em consideração com mais profundidade a questão do inconsciente coletivo, tal como Jung o compreendeu, sabemos que estamos ligados à psique de todas as pessoas e, especialmente, a dos parentes mais próximos. Essas pessoas são parte de nós, e nós somos parte delas (GUGGENBÜHL-CRAIG, 1980).

Ao quebrar o contato com elas, algo é reprimido. Porém, os membros da família permanecem, ainda que silenciosamente, em nossas psiques. O processo de individuação no casamento será tanto melhor quanto mais abrangente for. Por exemplo, quando é possível incluir vários aspectos de cada parceiro, o que pode significar partes da sua subjetividade, história de vida e até mesmo pessoas da família, o encontro dialético com o outro pode se constituir como um processo de desenvolvimento psicológico muito significativo.

Como escreve Guggenbühl-Craig (1980):

Um casamento de individuação raramente é uma questão privada. Isso é expresso na maioria das cerimônias de casamento, das quais parentes mais próximos e distantes participam. O costume contemporâneo de oficiá-lo dentro do menor círculo possível não exprime a realidade do casamento como um ritual adequado. Tais cerimônias são sinais de um individualismo psicologicamente irrealista. Cada pessoa é encarada como um indivíduo isolado, separado do inconsciente coletivo, que o relaciona e o liga a todas as outras pessoas, acima de tudo à sua própria família (p.116).

É possível que uma separação das famílias e também dos amigos, aqui expressa, por exemplo, nessa ausência das visitas, possa funcionar em algumas situações ou temporariamente. No entanto, há o risco de o relacionamento, nesses casos, também acabar se tornando estéril ou ser um campo onde certos aspectos podem permanecer estagnados.

Algum tempo depois do final da pesquisa, num breve contato com Liz e Márcio, um dos pontos que eles contaram com entusiasmo é que haviam começado a receber amigos e pessoas da família em casa e que estavam admirados de como esses momentos estavam sendo ricos e agradáveis para todos. Em especial, se percebiam oferecendo a casa como um ambiente de bem-estar, que propiciava acolhimento e boas experiências para quem os vinha visitar. Sentiam que estavam começando a ocupar um novo espaço nas relações com essas pessoas e também entre eles, assim como na própria casa que continuavam a constituir.

Supomos que participar da pesquisa, num processo que levou alguns meses de constância, dedicação, esforço, enfrentamento de situações psiquicamente carregadas de energia, possa ter desempenhado para Liz e Márcio o papel de um certo ritual criativo. Essas últimas notícias que eles nos deram apontam positivamente para essa possibilidade.

PARTE 7 – FINAL

7. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa a proposta foi observar a relação conjugal tal como se apresenta hoje, tendo atravessado nas últimas décadas, especialmente desde os anos 1960, transformações intensas e inéditas. O modelo da família nuclear burguesa que havia se consolidado na metade final do século XVIII e que prevalecera durante muito tempo foi abalado e transformado, e o campo que adentramos é agora composto por uma série de experiências novas e de grande multiplicidade, tanto no que se refere aos seus aspectos afetivos quanto a respeito dos arranjos assumidos nas relações, bem como naquilo que diz respeito à sexualidade.

Dois acontecimentos tiveram importância fundamental em tal processo: a revolução sexual e a emancipação feminina. A sexualidade, livre então de ter que servir à reprodução e orientada para a busca do prazer, atravessando depois a evolução dos métodos contraceptivos e das novas tecnologias reprodutivas, definitivamente se estabeleceu em uma nova posição nos relacionamentos.

A luta das mulheres por melhores condições e as conquistas de direitos relativos ao voto, ao trabalho, a melhores remunerações, ao divórcio e à proteção contra a violência e contra abusos revolucionou papéis e funções sociais e familiares. Isso acabou tendo influência também na busca por realizações e direitos empreendida por outros grupos, em especial minorias, mas de certa maneira atuou na sociedade como um todo.

Vemos, então, nos dias de hoje uma procura geral por quebrar padrões impostos e por atender aspirações mais íntimas, o que muitas vezes implica um longo processo de compreensão e de descoberta de tais aspirações. É o que se pode ver hoje no campo da sexualidade, com inúmeras novas questões relativas a gênero surgindo continuamente.

Nesse processo, identificam-se buscas em diferentes âmbitos, que lidam mais ou menos criativamente com aspectos sociais, os complexos culturais. Estes são articulados, com maior ou menor grau de consciência, a deliberações e riscos assumidos pelas pessoas em geral e, no campo da conjugalidade, pelos casais.

De toda forma, os arranjos familiares e o casamento têm expressado uma busca por novas respostas que sejam mais satisfatórias, e vemos surgir inúmeras disposições e possibilidades de

relacionamento amoroso, em relações hetero ou homoafetivas, em uniões formais ou consensuais, em casamentos com ou sem filhos e com a opção ou não pela coabitação.

É preciso apontar ainda que talvez a invenção mais recente e mais marcante relativa a essas novas experiências seja o próprio fato de que a união afetiva associa agora amor, sexualidade e realizações pessoais dentro do casamento. A paixão, a vida sexual e também uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, ambos tendo espaço para seus projetos individuais na relação, constituem-se como fundamentos da conjugalidade nos tempos atuais e têm revolucionado, em algum nível, as formas de se relacionar.

O indivíduo na contemporaneidade se vê, então, diante de uma liberdade muito maior de compor a vida com base nesses novos parâmetros. Além disso, tem estabelecido como um dos ideais mais importantes justamente a expectativa de que o casamento e a relação amorosa, a experiência do amor na relação, se constituam como lugar de felicidade e realização plena de vida.

A casa vem acompanhando todas essas intensas mudanças. Em espaços mais definidos e com funções cada vez mais especializadas, como lugar onde cada vez mais se dá a experiência da intimidade, ela é um campo que contém e abriga os novos casais e é também parte da própria constituição da conjugalidade.

Desde os tempos iniciais em que o homem deixou de simplesmente se abrigar e passou a habitar e constituir seu lugar de moradia, no começo como um único espaço indiferenciado, claramente construído em torno de um centro que abrigava o fogo comunal, até os dias de hoje, com casas e apartamentos compartimentados, um longo caminho foi percorrido.

Nesta pesquisa buscamos tomar este momento de profundas transformações e também da crise que muitas vezes se identifica nas relações amorosas e conjugais da atualidade, suas rupturas, desconstruções, quebras, mudanças radicais e também a criação de novas respostas, para observar as riquezas e os desafios envolvidos nessas experiências.

Tendo em vista a proximidade e relação íntima entre os fenômenos do casamento e da casa, inclusive como nos aponta a origem etimológica de tais termos, o procedimento escolhido para realizar este trabalho foi observar como ocorre a construção da conjugalidade nos dias de hoje tomando para isso os símbolos que emergem na constituição dos espaços da casa.

Para isso, foi realizado um estudo de caso com um casal formado por um homem e uma mulher de menos de 30 anos, sem filhos e morando juntos em função do casamento formal. As

histórias individuais e uma forte crise do casal emergiram com intensidade durante o trabalho, criando certas dificuldades na condução dos encontros, mas, uma vez que os participantes se mantiveram dispostos a enfrentar os conteúdos emergentes e continuar participando da pesquisa, propiciaram também a revelação de condições íntimas da conjugalidade.

Esteve sempre em pauta durante o trabalho de campo e também na análise do material obtido nos encontros com os participantes a questão da restrição da amostra de um estudo de caso. Os dados obtidos não foram usados, portanto, como representativos para inferências e generalizações a respeito da teoria, ou seja, não buscamos com eles encontrar frequências e apresentar comprovações estatísticas. Em vez disso, o estudo aprofundado, sistemático e detalhado do caso possibilitou averiguar dados da teoria tomada como fundamento para a pesquisa e também a hipótese inicialmente levantada – a de que a crise que muitas vezes se identifica nos relacionamentos amorosos e conjugais na atualidade signifique também a busca por construções criativas e novas respostas a antigos problemas e condições insatisfatórias.

O estudo de caso favoreceu, em especial, o surgimento de *insights*, que foram levados em conta, tendo em vista que a participação ativa do pesquisador e de suas percepções faz parte do processo de construção do conhecimento, tal como o concebemos.

De todo o caminho percorrido até aqui, de todos os espaços visitados, perguntamo-nos quais seriam os aspectos particulares da conjugalidade nos dias de hoje que esse trabalho pôde iluminar. Diante de um campo tão rico, aberto e de tão vastas possibilidades, tentar tecer conclusões coloca em movimento um processo oposto, de fechamento e de delimitação.

Uma vez que o campo pesquisado também tem como característica uma intensa movimentação e ainda atravessa um período de significativas transformações, e como nos propusemos a observar um fenômeno da contemporaneidade, ou seja, algo em plena ebulição, outras dificuldades se apresentam nesse momento. Assim, ao invés de uma finalização e término, percebemos que podemos apenas nos despedir da visita que fizemos a este tema tentando contribuir com reflexões e imagens que emergiram ao longo da pesquisa.

Propomo-nos, então, nesta etapa final do trabalho como que uma (re)visitação a uma certa casa que nos foi apresentada. Passaremos por alguns de seus cômodos, aqueles que nos foram dados a conhecer, e falaremos um pouco deles. Não pretendemos com isso dar conta da casa/casamento como um todo, tampouco criar uma imagem geral de sua entidade, mas concluir nossa passagem por esses aposentos tecendo os comentários que forem possíveis sobre alguns deles.

Vale aproveitar essa oportunidade para mencionar outro desafio que se apresentou continuamente neste trabalho, em função da proposta de se observar simultaneamente o campo mais subjetivo da relação conjugal e o fenômeno mais concreto da casa compartilhada. Trata-se de uma dicotomia, do ponto de vista psíquico um tanto forçada, entre interno e externo e que surgiu, em especial quando foi preciso falar sobre os diferentes âmbitos das experiências vividas. Nossa concepção e linguagem, tomadas pelo dinamismo patriarcal, que tende a separar os fenômenos e organizá-los em polos opostos, não se apercebe do entretecimento que se dá entre eu e mundo, entre eu e outro. Mas isso de fato não corresponde à realidade psíquica, e tivemos que estar atentos a essa questão continuamente.

Por outro lado, levando em conta com naturalidade esse tipo de discriminação que inevitavelmente o ego faz, podemos dizer que chama a atenção as expressões “mundo interno” e “mundo externo”, usadas muitas vezes para nos referirmos a nós mesmos e ao nosso ambiente. Entendemos que, com isso, fica demonstrado que existe uma qualidade espacial em todas essas experiências.

Todos esses pontos reforçaram a ideia de que seria possível atingir o objetivo de observar a conjugalidade a partir do campo expressivo da casa constituída pelo casal participante. De fato, esse foco nos permitiu observar uma multiplicidade de fatores que se espelhavam nessas instâncias indissolúveis – a relação conjugal e a casa.

Dessa forma, com base no material colhido, foi possível conhecer diversos aspectos relativos ao tema proposto na pesquisa, tais como: os arranjos feitos a respeito da organização e da ocupação do espaço da casa, resultantes de acordos explícitos ou implícitos do casal e que apontavam também para a organização da relação conjugal; o modo como se articulavam as dimensões individual, conjugal e social nos espaços da casa; o modo como se dava a distribuição dos objetos, espaços e tarefas relativos à casa e o que isso representava na dinâmica do casal; a forma como cada um experienciava soluções cotidianas para os espaços da casa, o que achavam estar bem acomodado, o que toleravam em prol da convivência e o que se tornava intolerável ou simplesmente despertava o desejo de ser modificado; os aspectos da conjugalidade que não conseguiam expressão na casa; e os desejos e expectativas de cada um dos parceiros em relação à casa e como os conflitos apareciam na concretude do ambiente, conseguindo ser administrados ou não, o que mais uma vez refletia aspectos subjetivos da experiência da conjugalidade.

Foi também possível observar se a relação em alteridade se manifestava na constituição da casa, em que momentos e como isso se dava. Por fim, pudemos buscar articular essas observações, entendendo o que se revelava no processo de individuação de cada parceiro e também no processo de constituição da conjugalidade.

Tomando o aspecto da sincronicidade do encontro com as experiências que o casal participante nos trouxe por excelência e dando o devido valor a esse fenômeno sutil que coloca em foco aspectos não casuais nem causais, queremos destacar, no entanto, cinco fatores como os que mais se sobressaíram ao longo de todo este trabalho. São eles: (1) a falta de encantamento referida pelo casal no início da relação, que acabava interferindo no estabelecimento da união; (2) a decisão de se casarem, incluindo aí a aceitação do ritual civil e religioso do casamento, tomados por motivos pouco claros, o que, depois, diante das situações de grande conflito e dos desentendimentos que vivem, muito os surpreendeu; (3) a magnitude que ganhavam as emoções e conflitos, na maior parte das vezes desencadeados por motivos que os parceiros reconheciam que não tinham tamanha relevância, indicando o caráter de projeções e manifestações do aspecto numinoso dos arquétipos; (4) a ausência de menção à vida sexual ao longo dos encontros; (5) a decisão de continuarem buscando a relação, ainda que enfrentando as grandes dificuldades que relatavam.

Na casa, esses aspectos se manifestaram de forma contundente. Estabelecemos algumas relações que gostaríamos de agora expor a título de conclusão. Elas são o resultado de um olhar que buscou abarcar as histórias individuais de cada parceiro, do casal e também da conjugalidade, tal como pudemos observá-la enquanto experiência da atualidade. Apresentaremos tais relações referenciando-nos mais uma vez à casa. Elas estão, portanto, organizadas em relações aos espaços que pudemos visitar tanto concretamente quanto por meio das narrativas e imagens colhidas nos encontros.

O encantamento que dá início ao relacionamento e a entrada da casa

Vimos o quanto os pórticos, portais, portões e portas têm caráter simbólico de grande importância, referindo-se a passagens concretas e também subjetivas, entradas e saídas e, portanto, também a começos e términos, ao nascimento e à morte. Ao atravessar uma porta, deixamos um ambiente e penetramos em outro de natureza diferente. Podemos deixar a rua e entrar num lugar privado ou deixamos um lugar profano e entramos num templo sagrado

ou vice-versa. Da mesma maneira, podemos penetrar ou deixar uma floresta, um país, a cidade, o bairro e assim por diante.

Analogamente, vimos que a vida acontece no transcurso de diversas passagens, em geral momentos de forte carga emocional, como a passagem da infância à adolescência e depois à idade adulta e posteriormente à velhice, além de transições para diferentes papéis e condições de vida, como a própria passagem da vida de solteiro para a vida conjugal.

Apontamos como Liz e Márcio apresentavam alguma dificuldade de deixar relações anteriores, demonstrando não estarem realmente disponíveis para os novos relacionamentos e para a nova condição de vida. Percorrendo a história de vida de cada um, foi possível observar certas dificuldades de efetuarem passagens, concluir estágios, deixar condições anteriores em direção a uma nova realidade. A própria decisão de se casarem se deu num clima de certo adormecimento, em que os dois não se aperceberam da decisão que estava sendo tomado nem das implicações reais dela.

*Não deixe portas entreabertas.
Escancare-as ou bata-as de vez.
Pelos vãos, brechas e fendas
passam apenas semiventos,
meias verdades
e muita insensatez.*

Cecília Meireles

Os dois relataram que não houve um encantamento inicial entre eles. Ainda assim, seguiram em direção à vida em comum e à casa coabitada. Da mesma forma que o encantamento que propicia uma entrada mais decisiva na relação não foi vivido, a entrada na casa também foi desprovida de magia. Ao contrário, a entrada não planejada rompeu o encanto ou uma certa cerimônia em relação ao local inviolado de até então. Mesmo o ritual do casamento em si, a entrada na nova condição, não foi impregnado de um significado mais pleno ou de um significado compartilhado.

A relação se ressentiu disso. No momento em que ainda não tinham uma casa disponível para eles, foram para a casa provisória, uma expressão provável da condição do próprio relacionamento nessa etapa: algo que estava sendo preparado ainda, onde não havia prontidão e estrutura suficiente para que atravessassem certos desafios. Ali acontece, então, uma forte cisão. A casa é o lugar onde se manifesta o sintoma de um vínculo que sofre com algumas grandes carências.

Lembremos que, como aponta Jung (1925-2008), para que exista um relacionamento com trocas psíquicas é preciso que haja algum nível de consciência. Em estado inconsciente, não é possível que se estabeleça relacionamento. Embora não exista uma inconsciência total, inconsciências parciais influenciam e reduzem a capacidade de construção de um relacionamento psíquico.

Quando começam a surgir na criança as ilhas de uma consciência coerente – consciência do “eu”, distinto do outro – é que começam de fato a aparecer os primeiros vínculos.

Nas lacunas dessa consciência, ou seja, nas regiões da vida psíquica onde reina algum nível de inconsciência nenhum relacionamento se estabelece e “ali reina ainda o estado inicial da identidade primitiva do ‘eu’ com os outros” (JUNG, 1925-2008, p. 168). Desconhecendo motivos e impulsos, sem discriminar o que é do eu o que é do outro, embora as pessoas envolvidas pensem estar conscientes e imaginem que estejam fazendo escolhas, não estão livres. Isso se expressa numa sensação de certa “coação do destino”, sobre o que Jung já falava e que foi repetidas vezes referida pelo casal.

De toda forma, o importante e que devemos levar em consideração é que o fluxo da energia psíquica é gerado pela polarização. A atração em direção a um objeto desejado ou a repulsa em relação a um objeto odiado indica que fomos capturados pelo drama dos opostos e que a psique foi posta em movimento. Dito de outra maneira, os aspectos polares tanto podem se confrontar por hostilidade quanto se atrair por amor. Tais processos de confronto ou atração podem aparecer nas imagens simbólicas vindas do inconsciente, como também podem ganhar expressão nas experiências pessoais mais conscientes.

Esse processo por si não gera, no entanto, consciência. Ele pode ser uma mera repetição compulsiva e autônoma em que não há desenvolvimento. É apenas quando algum nível de aceitação e a possibilidade de suportar a experiência dos opostos surgem que o caminho para alguma consciência se abre.

O casamento, do ponto de vista de uma instituição patriarcal, pode estar falindo. Porém, quando levamos em consideração a questão dos opostos, é possível ver nele uma oportunidade que ainda se mantém como uma experiência muito rica. O amor, com as temáticas de fusão e diferenciação, que inevitavelmente se alternam ao longo de um relacionamento – há momentos de prazer e de forte união e momentos em que se coloca com

intensidade a necessidade de se fazer separações –, continua sendo um forte propulsor para esse tipo de experiência.

Se esses processos forem devidamente reconhecidos e articulados, eles podem promover uma ampliação da consciência e certamente se tornar de grande importância no processo de individuação dos parceiros. E a conjugalidade é um campo, por excelência, em que tais dinâmicas são postas em movimento. No casamento é possível se deparar com o oposto e com ele interagir.

Decisão de casar: a convivência e a sala da casa

Vimos que, na história, as salas surgiram e ganharam vida como espaço de convivência. A luz elétrica, um derivado do fogo inicialmente central, propiciou encontros em momentos que estendiam os dias para além das horas de trabalho. Surgiram as tertúlias, os jantares, a sala de estar, as visitas noturnas, os saraus.

Liz e Márcio têm experiências particulares com as salas das casas de infância. Desprovidas de móveis, pouco habitadas, despertando medos e solidões, elas são parte do ponto de partida das histórias individuais, e eles caminham para a vida a dois e para a casa coabitada com o desafio de estabelecerem uma convivência desconhecida nas famílias de origem e nesses ambientes-experiências.

*Esperava na sala de espera
Estava na sala de estar
Jantava na sala de jantar
Um dia subiu na sala vazia*

Arnaldo Antunes

Conseguiram estabelecer a sala da casa como o melhor lugar para estarem e desfrutarem a companhia um do outro. No entanto, é também na sala onde os maiores atritos aconteceram.

O caráter dramático que as brigas tomavam para Liz e Márcio dá indicação de que, nesses momentos, seus fortes complexos faziam com que eles fossem tomados pelo caráter numinoso dos arquétipos. A alma projetada na parceira e o animus projetado no parceiro têm esse poder tremendo.

Se a personalidade consciente se deixar aprisionar pelas ligações inconscientes e manifestações dos arquétipos e não conseguir opor resistência ao envolvimento aí produzido, manifesta-se uma personalidade parcial e relativamente autônoma que exerce influências perturbadoras. É quando acontecem, então, as projeções. Sendo projetados, anima e animus multiplicam todo tipo de ilusões, “criando inextricáveis envolvimento nas pessoas e nas coisas” (JUNG, 1999, p. 158).

A anima inconsciente é um ser nitidamente isento de relação e é auto-erótica, ela nada busca a não ser apoderar-se totalmente do indivíduo. No caso do animus o que lhe falta é discriminação.

Apenas se houver uma dissolução das projeções de anima e animus, é que eles assumem sua função de relação entre consciente e inconsciente, voltando a ser o que eram antes, imagens arquetípicas, que funcionando em seu melhor potencial, beneficiam o indivíduo.

Para o homem e a mulher poderem se ver de fato, as projeções da anima e do animus precisam diminuir, isto é, precisam ser reconhecidas em algum grau como projeções e é necessário que se lide com elas como tal. Quando o marido olha para a mulher e vê a sua própria anima e quando ela olha para ele e vê o seu próprio animus, ambos estão tomados por imagens fantásticas e a dimensão de tudo o que ocorre a partir daí é arrebatador. A violência, a destruição subjetiva e concreta das alianças, os espelhos quebrados na casa e também a intensidade dos momentos de reconciliação são decorrentes desse fascínio e poder dos arquétipos.

Quando há uma melhora nas relações com a própria anima e com o próprio animus, diminui a necessidade de se projetar esses conteúdos. Projetando-se de forma menos intensa, é possível reconhecer o outro como aquilo de fato ele: um outro ser humano, com aspectos conscientes e inconscientes. Começa-se, dessa maneira, a se estabelecer uma relação em alteridade.

A liberdade e a multiplicidade de experiências dos tempos atuais trazem ganhos, mas também o risco de que algumas coisas sejam perdidas. Uma dessas possíveis perdas pode ser justamente o não enfrentamento do desafio de lidar com as projeções de conteúdos inconscientes. Quando eles se tornam mais intensos e dramáticos, abandona-se a relação e se começa um novo caminho. Como essas questões não foram enfrentadas, é provável que reapareçam na busca de serem dissolvidas, sanadas, resolvidas.

Sexualidade e o quarto do casal

Vimos em relação ao processo gradual de compartimentação e especialização dos espaços da casa, que a primeira divisão básica separou as residências em uma ala mais social e outra mais privada. O quarto do casal surgiu, então, como o centro da parte mais íntima. Ele era e continua sendo o lugar de maior importância e, podemos dizer, o irradiador da vida familiar, tal como o próprio casal. Nele acontecem as várias dinâmicas do par conjugal, as quais influenciam toda a família.

É muito interessante pensar que na cama de casal duas pessoas, até então estranhas uma para a outra, deitem-se e compartilhem não só a vida sexual, conversas e afetos, mas também os momentos de inconsciência do sono. Lado a lado, colocam-se duas pessoas em estado de inconsciência. Tomamos isso como um símbolo da vida conjugal, no sentido de que talvez seja inevitável que os parceiros, numa relação tão íntima e animada por arquétipos relativos à união, inevitavelmente coloquem em pareamento seus conteúdos inconscientes.



FIGURA 15 – *Quarto vermelho (dos pais)*, de Louise Bourgeois, 1974. Nessa instalação só é possível enxergar o espaço interior por pequenas frestas, uma porta ligeiramente entreaberta e alguns espelhos. A artista cria, com isso, um clima de mistério e curiosidade e até de certo medo.

Aí se conjugam todo tipo de fantasias, imagens, desejos, forças, formas, registros de experiências, que por um motivo ou por outro agora vivem em grande parte inconscientes, dormitando em espaços mais íntimos do ser.

Também a cama é espaço privilegiado para a vida sexual. Como dissemos, esse tema muito pouco veio à tona ao longo dos encontros com o casal participante. Perguntamo-nos

durante algum tempo se teria sido por algum tipo de embaraço ou receio de abordar o tema. Embora, tendo havido nas últimas décadas um movimento revolucionário a respeito das questões relativas à sexualidade, esta seria uma possibilidade.

Perguntados já nos últimos encontros sobre os motivos de não terem mencionado esse assunto, a resposta dos participantes foi a de que essa era uma experiência positiva para eles, onde não havia muitos conflitos. Quando estavam brigados, obviamente acontecia um afastamento, mas à medida que iam retomando o vínculo e superando dificuldades, percebiam o desejo surgir novamente, e a vida sexual era restabelecida. Refletiram nessa conversa que tinham ficado mais tomados pelos temas difíceis e não mencionaram com mais frequência aspectos a respeito dos quais se entendiam bem.

Levantamos, com isso, duas hipóteses. A primeira é a de que essa possa ser uma afirmação parcial sobre o assunto, com a qual outros aspectos ficariam encobertos, como a própria insegurança de abordar com liberdade um tema mais íntimo ou a dificuldade de encarar certos aspectos pessoalmente difíceis da questão, que podem de fato existir.

A segunda possibilidade é a de que a pesquisa tenha encontrado nisso uma dificuldade particular. Consideramos que seja mesmo possível que, tomados pela forte crise que viviam, os participantes não tenham podido abordar mais livremente outros temas do relacionamento. Nesse caso, o estudo de um único casal não nos permitiu ter material suficiente para desenvolver uma análise mais ampla sobre o tema da sexualidade, por exemplo, e como ela se dá nas relações conjugais na atualidade.

De fato, é possível que as duas hipóteses se combinem. Também consideramos que o tema da sexualidade é muito vasto e que mereça uma pesquisa que o enfoque de forma mais específica.

Um olhar ao longe, para o mundo e para o futuro – a varanda

A varanda é o lugar de onde se olha para fora e para além do momento presente. Colocada à frente da casa e dando para a rua, pode ser um lugar de simplesmente se estar. Não tem função de abrigar tarefas, mas tão somente permite que as pessoas ali permaneçam, eventualmente recebam amigos, conversem. É um lugar onde se quedar, contemplando.

Liz e Márcio, mesmo diante dos desafios dos conflitos vividos, quando olham para o futuro querem tentar estar juntos. Ainda estão dispostos a confrontar as dificuldades, buscar recursos e saídas.

Supomos, à medida que as narrativas deles foram sendo ouvidas, que talvez haja a necessidade de fazer novas alianças, agora mais conscientes e mais amadurecidas. Também algumas etapas do processo de estabelecimento da relação, que talvez não tenham de fato se cumprido, precisem ser refeitas.

Hoje, quando há mais pluralidade, mais possibilidades de simetria nos relacionamentos homem-mulher e uma série de outras liberdades em relação a antigos padrões mais rígidos, pode-se viver uma ilusão de que escolhas sejam melhor realizadas. No entanto, mesmo para percorrer a abertura que se tem nos dias de hoje em relação a isso, é preciso que alguns parâmetros sejam estabelecidos e se mantenham; é preciso muito trabalho.

Dessa maneira, uma perspectiva simbólica e criativa a respeito dos rituais, tal como eles são vistos na psicologia analítica, mostra que há aspectos de suas funções e ação que não podem ser menosprezados e dos quais não se pode abrir mão. Uma das coisas que foi possível observar nesse trabalho é que, mesmo nos dias de hoje, prescindir de um ritual criativo pode gerar efeitos danosos. Os ritos de fundação e de passagem, por exemplo, apontam para aspectos que permanecem válidos inclusive atualmente e cuja importância não pode ser menosprezada.

Não é possível banalizar os processos que são postos em andamento numa união afetiva do porte de uma relação conjugal. Nesse caso, certas coisas precisam ser ainda asseguradas e estarem bem canalizadas. Encontrar suportes e bases mais firmes continuam sendo condições para boas experiências.

A passagem para a coabitação é também um momento importante, que talvez não seja considerado como tal. Poucas passagens, na verdade, são enfrentadas com a adequada consciência. É possível que atualmente essas transições acabem não ocupando o espaço que deveriam ter ou que não exista a percepção da real dimensão do seu significado. As experiências tornam-se, então, rasas e desconsideradas em sua profundidade. Contudo, isso não exclui seus aspectos complexos e profundos, os quais inevitavelmente farão suas manifestações.

Por exemplo, a casa provisória depois do casamento do casal participante pode ter sido uma espécie de reparação de uma necessidade não atendida de atravessar etapas de

enamoramento, de noivado, de preparação para o casamento. Nas narrativas que eles trouxeram apareciam outras dificuldades com limiães.

Podemos nos lembrar aqui da imagem de Freitas (1987) sobre os ritos de iniciação, que os toma como sendo válvulas, que facilitam a passagem, o seguir adiante e impedem o retrocesso. Embora o casal participante tenha realizado a cerimônia do casamento nos moldes tradicionais, parecem não ter dado conta dos aspectos postos em movimento com isso.

A mudança para uma casa em comum, da maneira como é realizada atualmente, também dissolve fronteiras entre diferentes estágios e não simboliza uma passagem importante. De forma análoga, tem se tornado fato habitual que muitas festas em torno do momento do casamento sejam realizadas, diluindo e pulverizando assim o potencial do que seria um rito criativo. Pudemos perceber pelos percursos deste trabalho, que esta maneira atual, em que se desprezam os rituais ou executam-se vários ou nos quais é perdida a experiência do significado, não dá conta das funções originais que os ritos têm. Ao mesmo tempo, outros suportes, como, por exemplo, uma proximidade maior com o grupo social, também são perdidos.

O ser humano da atualidade vê-se, nesse sentido, numa condição de relativo desamparo. Construir sua casa no mundo, com fundações bem estruturadas, limites bem definidos, sólida proteção oferecida por suas paredes e telhados, mas também com aberturas suficientes e saudáveis, além de cômodos e passagens em funcionamento adequado e favorável parece ser, de fato, uma tarefa cada vez mais atual. Ela se refere ao habitar, ao ser no mundo, e, portanto, ao individuar-se. A conjugalidade se mostra ainda como um caminho privilegiado para esses processos.

A título de síntese e a fim de irmos efetivamente nos encaminhando para o final dessa visita, gostaríamos de apresentar uma última vez parte do material colhido nas ricas entrevistas e narrativas do casal participante, agora no traçado de um esquema simbólico, onde buscamos representar a casa concreta com seus cômodos e as áreas da relação, com as zonas de intersecção e distanciamento do casal. Vejamos no esquema que se segue:

HALL DE ENTRADA: na infância, lugar de onde Liz avistava uma casa relativamente vazia; na experiência de Márcio talvez seja equivalente ao espaço de transição entre as duas casas originais, o que se constitui para ele um lugar de mistério.

A entrada da casa é hoje a área que talvez esteja mais envolta em conflitos; é onde se briga por causa dos sapatos que trazem sujeira de fora, ambiente também dos espelhos quebrados e o lugar que simboliza ainda a entrada mal coordenada do casal na casa em comum; pode representar e ativar os fantasmas de cada um e refletir constantemente para os dois a entrada que fizeram no casamento.



SALA

COMIGO-NINGUÉM-PODE - planta que se adapta facilmente às mais diversas condições ambientais e costuma ser cultivada por conta da crença de que absorve e destrói energias ruins do ambiente; no entanto, é uma planta que contém substâncias muito tóxicas. Demanda de Liz e Márcio esforços de negociação com suas características.



SALA

SALAS DA INFÂNCIA: para Liz, lugar inabitado e vazio, com poucos móveis e objetos significativos; para Márcio, um lugar de organização extrema, onde ele se esmerava, por exemplo, penteando o tapete.

A SALA HOJE: lugar onde Liz e Márcio mais gostam de estar e onde compartilham momentos de boa convivência, interação, relaxamento e prazer, conversando, ouvindo música, tomando vinho; parece ser uma das áreas mais positivas da casa, principalmente por representar transformações afetivas e superações importantes do casal em relação às casas da infância e às experiências nas famílias de origem.



QUARTO

QUARTO DOS PAIS: para Liz, lugar de mistério e inquietamento; Márcio não menciona sua percepção deste lugar.

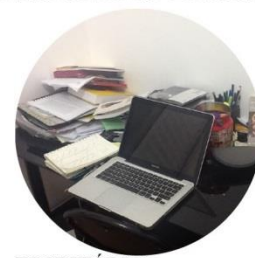
O QUARTO HOJE: idas e vindas; às vezes, estão juntos ali, às vezes decidem se separar.



ÁREA DE SERVIÇO HOJE: lugar representativo do trabalho de manutenção da própria casa; alguns incidentes e descontentamentos de parte a parte acontecem aí, como nos episódios da divisória e do cano de água furado; talvez precisem dar atenção ao fato de que é necessário amadurecer para lidar com mais naturalidade com os transtornos e com o trabalho que uma casa representa; área que provavelmente simbolize parte da transição para a vida adulta e a tarefa de assumir novas responsabilidades.

ENTORNOS HOJE: lugar de difícil acesso para Liz por causa da ladeira e da favela; Márcio consegue novamente um espaço de contemplação; o casal faz acordos que possibilitam a chegada dos dois ao apartamento, vivendo atribulações, mas também acertos quanto a isso, já que apenas Márcio dirige e muitas vezes tem que buscar Liz nos lugares aonde ela consegue chegar; auxiliam-se nisso e novas chegadas à casa vão sendo constantemente construídas

ESCRITÓRIO DO CASAL HOJE: estranham-se neste lugar; um não gosta da disposição e da organização que o outro dá às suas coisas; local de trabalho: é possível que não se admirem mutuamente no que se refere a isso ou não gostem do que o outro faz?



ESCRITÓRIO

QUINTAIS DA INFÂNCIA: para Márcio, espaço rico de experiências e um lugar de contemplação; para Liz, espaço não habitado, ocupado apenas pelo animal de estimação que sentia falta de afeto.

VARANDA HOJE: plantas num complicado sistema de irrigação, estante que bloqueia a visão para o mundo, namoradeira e rede onde o casal desfruta a companhia um do outro.



VARANDA



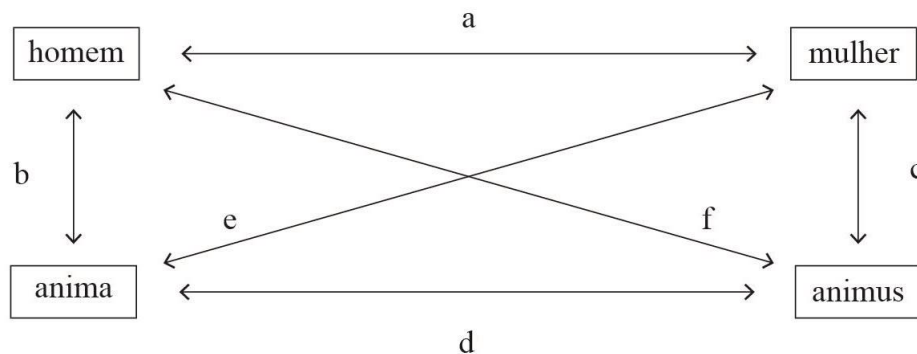
VARANDA



Queremos, por fim, retomar a ideia do quartérnio do matrimônio. Vimos que o esquema com o qual esse fenômeno é representado gera uma figura de caráter fortemente espacial, uma imagem como que de um envoltório ou receptáculo. Este é o “espaço” ao mesmo tempo criado pelas relações estabelecidas entre duas pessoas e que também as contém. E tais relações, como também pudemos ver, vão muito além daquilo que se manifesta conscientemente e que é dado a conhecer com facilidade.

Como já apresentado, o quatérnio do matrimônio é o esquema originalmente proposto por Jung ao abordar o fenômeno na transferência, tendo sido inspirado em seus estudos sobre alquimia. Nele, é enfatizada as relações que acontecem entre os quatro aspectos destacados.

Podemos imaginá-lo como um esquema vazado, aberto, fluido, na verdade como o campo interativo onde ocorrem tais relações. Ao mesmo tempo ele é um espaço delimitado, onde circulam os vários vínculos e interações de diferentes níveis entre duas pessoas. Podemos voltar a observá-lo agora:



Outras figuras que remetem à ideia de continente ou envoltório são o útero, o universo, o vaso alquímico e a própria casa. É a conexão entre esses fenômenos que gostaríamos de por fim explorar.

Mencionamos desde o começo do trabalho que a coniunctio está representada na meta do trabalho do alquimista, que buscava em vários processos que se davam no vaso alquímico produzir a pedra filosofal. Também já dissemos que a união dos opostos é o próprio desenvolvimento da consciência.

Todos os estágios desse trabalho estão representados nas figuras do *Rosarium philosophorum*, às quais gostaríamos de nos referir brevemente agora. Embora, respeitando o escopo deste trabalho, não tenha sido possível explorar os estudos de Jung sobre essas imagens da alquimia, elas estão na base de muitos dos conhecimentos aqui referidos,

particularmente naquilo que se refere à elaboração do quaternário do matrimônio. Sendo assim, gostaríamos de ao menos mencioná-las brevemente nessas conclusões para destacar, em especial, o fato que a maioria das cenas representadas nessa série de figuras alquímicas acontece dentro de algum espaço continente: a fonte, a bacia da fonte, a mesa mortuária.

Assim, chegamos, então, a um importante aspecto do paralelo que gostaríamos de traçar neste trabalho entre as vivências do relacionamento conjugal e a casa coabitada. A casa e a própria entidade que é o casal são simbolicamente o vaso alquímico para diversos processos que se dão entre os indivíduos envolvidos na relação amorosa conjugal. Foi isso o que buscamos apresentar como imagem até aqui.

O vaso, destaca Jung, “é muito mais uma ideia mística, um verdadeiro símbolo, como todas as ideias principais da alquimia” (1944-1991, p. 249), relacionando-se especialmente à natureza de ventre e útero, que abriga, protege, nutre e gesta.

Queremos aqui poder conceber tanto a relação conjugal quanto a casa como tendo essa mesma natureza e estando ligadas, portanto, àquelas funções que o próprio Jung destaca a respeito da mãe e do útero. O que queremos dizer é que a conjugalidade e também a casa estão ligadas, dessa forma, às funções vegetativas e também ao inconsciente, ao instinto, ao que é natural e fisiológico, ao corpo que habitamos e no qual somos contidos. Por outro lado, como lugar onde se gesta e que nutre elas exprimem igualmente as bases de onde pode emergir a consciência.

Vimos em diversos mitos de criação que a figura da relação indiferenciada dos primeiros pais ou deuses, representantes do Céu e da Terra, acontecia num estado em que se encontravam em permanente abraço e numa coabitação perpétua.

Esse é o estágio inicial de evolução da consciência, o estágio em que o ego se encontra como que contido no inconsciente. Na história da humanidade, é o momento em que o ego e o homem ainda estão em estado nascente, e no nível ontológico do ser, corresponde ao período da infância, quando ainda não existe um ego reflexivo e autoconsciente e a psique se encontra totalmente aberta ao mundo e é idêntica e indistinta dele. Não há separação entre eu e mundo e existe apenas um todo único e indiferenciado.



FIGURA 16 - A fonte mercurial dos alquimistas

Para a humanidade, é com o nascimento da consciência, que se dará depois, especialmente da consciência patriarcal, que tem início a experiência da separação, da descontinuidade, do contraste e da oposição. É quando irão se separar os mundos interior e exterior. É quando também, à luz da consciência, o homem poderá reconhecer, discriminar, ter uma experiência do mundo, a qual só é possível por meio da experimentação dos opostos.

Isso corresponde tanto na história da humanidade quanto nas etapas da vida de um indivíduo ao momento em que se deixa o estado de *participation mystique* e quando surge a experiência de um ego separado, que já não mais pode experienciar simultaneamente o fora e o dentro.

Numa relação, o estado inicial, o estado de *participation mystique* pode sempre se manifestar. Ele corresponde àquela situação em que se estabelece uma identificação inconsciente entre as duas pessoas. Segundo Jung (1999) anima e animus em suas qualidades arquetípicas e como representantes do inconsciente coletivo também possuem o caráter coletivo e toda vez que se manifestam acarretam uma identificação inconsciente, ou seja, despertam esse estado de *participation mystique*. No entanto, as perturbações causadas por esse estado colocam em movimento mecanismos que podem resultar numa ampliação da consciência.

Como dissemos, o casamento é visto por muitos autores dentro da psicologia analítica como uma *opus contra naturam*, um caminho de salvação, entendido como a união com uma dimensão transcendente ou com o sentido da vida, o que basicamente se contrapõe aos impulsos egoicos ou instintivos de satisfação e bem-estar imediatos. Essa experiência, podemos entender assim, seja ela concreta ou vivida simbolicamente, tem um importante potencial de se constituir numa forma ou caminho especial de individuação para cada um dos cônjuges e, por que não, também de desenvolvimento do casal.

A conjugalidade e, não desvinculada dela, a experiência de coabitar – também aqui concreta ou simbólica, podendo se referir, portanto, tanto à coabitação em uma casa, quanto a coabitar o espaço psicológico comum estabelecido no relacionamento, na experiência de ser um casal –, estão, assim, definitivamente ligados à ideia da *coniunctio*, uma vez que a união dos opostos é a meta relativa ao nascimento da consciência. Conjugalidade e coabitação são, dessa maneira, os portadores, geradores, motivadores e caminhos para o nascimento de novos aspectos da consciência. São o útero e o vaso onde isso é gestado ou cultivado.

O que vimos, portanto, nas ricas e complexas experiências que os participantes dessa pesquisa narraram foram partes de um processo que pode resultar nesse nascimento de novas maneiras de a consciência funcionar, bem como em sua ampliação. Eles são, ao menos, a busca de que isso ocorra. Lembremos que a consciência, que é tanto causa quanto efeito da coniunctio, é produto de ambos os centros da psique, o ego e o self. São os esforços do ego que consolidam a criação da coniunctio, mas a partir do embasamento e ordenação do self.

Assim, nos relacionamentos os indivíduos são lançados forçosamente a, de um lado, viver os misteriosos entrelaçamentos inconscientes e, uma vez que eles se manifestem, dada a perturbação que causam quando não são reconhecidos como tal, a ter a psique ativada em processos homeostáticos e compensatórios que procuram por sua dissolução e uma saída.

Podemos tomar a conjugalidade como o nascimento de um novo envoltório, que agora dará conta de abrigar dois. Essa é simbolicamente a transição por todas as fases descritas anteriormente: de um estado indiferenciado inicial, a simbiose vivida inicialmente pela criança com a mãe e também com o mundo, vai nascendo um ego diferenciado e separado; este aspira depois por transcender sua própria natureza e abarcar o oposto. É uma unificação agora especial. É a queda do paraíso e o reencontro do estado de união, agora por meio da ampliação e do desenvolvimento da consciência, que poderá então funcionar em alteridade.

O casamento e a casa conjunta são representantes tanto dos motivos para que isso se dê quanto do próprio processo. Ao entrar em união com o outro se está no fundo buscando atender os anseios de transpor a condição de um ego solitário e parcial. Ao mesmo tempo, não se sabe o desafio que aí se coloca, porque então será preciso de fato transcender e constituir uma realidade mais abrangente. A casa e a conjugalidade podem ser essa entidade.

A casa do casal, como que um envoltório e continente para a experiência da vida a dois, pode ser tomada como símbolo do self do casal conjugal, um envoltório para aquilo que se busca no outro como completude da vida individual, a qual muitas vezes parece faltante, parcial, incompleta. Em sua composição, cantos, espaços, partes, objetos, diferentes funcionalidades, a casa propicia que a vida a dois ganhe consistência.

Se nos primórdios o fogo se encontrava no centro das casas, sendo usado tanto para aquecer quanto para cozinhar e iluminar, aos poucos ele foi perdendo a importância e centralidade e se deslocando para zonas secundárias e variadas das moradias. Como outras possibilidades de experiências da vida humana, o fogo se multiplicou, se difundiu e se especializou – hoje em dia há o fogo de cozinhar, o calor do aquecedor e a iluminação da

lâmpada; o ato de cozinhar, por sua vez, pode acontecer em aparatos diversos que não apenas o fogão: multiplicam-se fornos, chapas, microondas, garrafas e chaleiras elétricas, para citar apenas alguns substitutos tecnológicos do fogo mais primitivo.

Talvez todos esses elementos sejam símbolo de que, ao mesmo tempo em que o homem e a mulher contemporâneos possam se valer da diversidade e da multiplicidade de que dispõem hoje em dia, eles precisem cultivar em vários âmbitos a volta a uma centralidade e equilíbrio. Isso se expressa nas vidas individuais e nos relacionamentos. A casa é por excelência propiciadora dessa experiência: embora se constitua hoje de espaços especializados, ainda conserva centros importantes, como o quarto como centro da intimidade, a sala como centro de uma vida mais aberta para o social e para aspectos compartilhados de forma mais aberta, a cozinha como centro da nutrição e do alimento, a varanda como centro da contemplação e assim por diante.

Em suas aberturas e fechamentos em relação ao mundo exterior, a casa, o lugar de onde se sai e para onde se volta quase todos os dias, se constitui também para o ser humano contemporâneo como um exercício e experiência desse dinâmico e constante centramento.

Além disso, ela também pode ser um espaço continente para boa parte de todo desenvolvimento que se segue ao nascimento. Nela, é possível se estar em estado favorável à emergência de novas imagens, individualmente ou de maneira compartilhada, configurando-se assim o “deixar acontecer” da expressão do inconsciente proposto por Jung: sonhar e lembrar-se dos sonhos, ter insights em atividades lúdicas etc. A casa é também continente para o “considerar, engravidar”, na medida em que permite e acolhe momentos contemplativos, passivos ou durante atividades de cuidados com a casa e seus conteúdos – o que nos remete àquelas qualidades geralmente simbolizadas por Héstia –, momentos de relaxamento do ego com a possibilidade de devaneios e apelo à imaginação. E a casa é também um espaço, relativamente protegido, onde podem se dar confrontos, de cada um com seus próprios aspectos inconscientes, com aspectos inconscientes do parceiro, e também confrontos com potencial de elaboração criativa, no campo simbólico do quatérnio conjugal.

Indo ainda um pouco além, num relacionamento conjugal e numa casa coabitada necessariamente esse centro demandará ser transcendente. Se ele pretender corresponder a um ou outro ego das pessoas que compõem o casal, conflitos inevitavelmente virão.

Podemos entender que os padrões antigos tradicionais, com regras restritas e intransponíveis, embora tivessem tido uma razão de ser, impediam um movimento mais rico,

mais dinâmico e também mais complexo de negociação com essas questões. A consciência predominante era a que funcionava no dinamismo patriarcal, enquanto que atualmente há intensa busca de um funcionamento consciente no dinamismo de alteridade.

O casamento pode estar se constituindo nos dias de hoje, de fato – e claro que em algumas situações –, como uma salvação para as demandas limitadas do ego. Capturados pelo fascínio da paixão e do amor, homens e mulheres, podem, até onde lhes for possível depois, buscar se desvencilhar das limitações egoicas e reconhecer e se relacionar com polaridades que os levarão a uma experiência mais completa da vida, por meio da doação e entrega a um outro, que lhe é ao mesmo tempo familiar e estranho. A casa coabitada, embora não seja regra para os relacionamentos atuais, pode se constituir como útero e espaço de nascimento dessas novas possibilidades. Foi esse universo rico e amplo que pudemos visitar ao longo deste trabalho de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a observar como a conjugalidade é vivida nos tempos atuais, focando em especial a riqueza e os desafios das configurações contemporâneas, e valendo-se para isso do campo expressivo que é a casa do casal a fim de aprofundar a compreensão dos conteúdos que pudessem emergir.

O trabalho com esses temas se constituiu em uma tarefa rica e ao mesmo tempo complexa, tendo sido possível observar uma forte carga emocional se apresentar, o que muitas vezes trouxe dificuldades no encaminhamento dos encontros, na manutenção das condições de pesquisa e, depois, na organização de um extenso material que emergiu por conta disso.

Ainda assim, consideramos que os objetivos gerais e específicos foram alcançados, uma vez que foi possível levantar elementos teóricos bastante significativos e, posteriormente, no trabalho de campo, recolher um amplo material que permitiu a formação de um quadro relativamente abrangente das experiências em pleno andamento na atualidade.

A metodologia empregada foi ao mesmo tempo muito adequada e também trouxe alguma possível restrição, como já mencionado, no que se refere a um ou outro tema mais específico. No entanto, consideramos que a profundidade que se tornou possível graças ao estudo de caso superou algumas possíveis limitações.

Acreditamos que diante de um tema tão vasto este trabalho seja uma semente plantada e que possa dar origem a outras pesquisas, algumas delas enfocando assuntos mais específicos, como a própria sexualidade, as formas de coabitação e opções de relações que podem se constituir como tendo ou não uma casa em comum, processos de separação, os ritos nos tempos atuais, as formas de lidar com questões práticas da vida atual, como a busca de espaço, de uma moradia, da independência em relação à família de origem têm desembocado na opção pelo casamento sem necessariamente conterem a motivação para isso, questões relativas à terapia de casal e indicações para que sejam feitos encaminhamentos para esse processo e vários outros temas que emergiram na exploração ao assunto principal durante este trabalho de pesquisa.

Muitas possibilidades tiveram que ser deixadas para eventuais etapas posteriores ou para desdobramentos da aproximação feita ao tema aqui, tanto no que se refere aos aprofundamentos mencionados, quanto à própria pesquisa bibliográfica. Os temas junguianos

do animus e da anima têm sido retomados de diferentes maneiras por autores contemporâneos e merecem, por si, uma ulterior pesquisa específica.

Em especial, queremos destacar a necessidade de novos estudos sobre a apresentação que Jung fez do *Rosarium Philosophorum*, tratado alquímico do século XVI e base para os apontamentos sobre o quatérnio do matrimônio e as questões da transferência. Igualmente há que se considerar que para o tema da união, o livro *Mysterium coniunctionis*, também de Jung, é, como o próprio autor indica, a obra essencial e deve ser cuidadosamente e várias vezes ainda explorado.

Outros autores pós-junguianos, brasileiros e estrangeiros, também têm trazido valiosas contribuições e é interessante que seus trabalhos sejam tomados em profundidade. Inclusive o campo da terapia de família e casal tem se desenvolvido muito favoravelmente dentro da psicologia analítica graças a esses trabalhos. Queremos destacar aqui Vanda di Yorio Benedito, Iraci Galiás e Nairo Vargas. O trabalho de Guggenbühl-Craig, embora não tão recente, continua sendo muito atual e vale novas e meticolosas incursões.

Consideramos que a visão de homem e de mundo da psicologia analítica seja rica para uma aproximação a um tema complexo como o das relações conjugais, podendo iluminar de forma privilegiada questões que subjazem nos relacionamentos. Assim, esperamos que se tenham aberto aqui compreensões, mas também novas perguntas, que motivem o desenvolvimento de pesquisas posteriores.

Tendo em vista que esse é um tema frequentemente presente nos processos terapêuticos e atendimentos individuais, de família e de casal, esperamos que esse estudo possa contribuir para uma abordagem criativa e aprofundada das questões vividas no âmbito afetivo, área essencial da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹²

ALBERT, S. C. Conjugalidade na Psicologia Analítica. In: BENEDITO, V. L. DI Y. (Org.) **Terapia de casal e de família na clínica junguiana: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Summus, 2015.

ALVARENGA, M. Z. Zeus. In: ALVARENGA, M. Z. (Org.) **Mitologia simbólica: Estruturas da psique e regências míticas**. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2007.

ANDRADE, G. M. P. **A casa na cidade: uma leitura junguiana da experiência de jovens que moram sozinhos em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ARAÚJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 July 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

_____. O amor no casamento. In: ARIÈS, P., BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AULETE, C. **Aulete digital: dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 15 Dez. 2015.

AZEVEDO, L. **Problemas (pouco) familiares**. Junguiana. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, nº 11. São Paulo, 1993.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BASTIDE, R. Variações sobre a porta barroca. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 75, p. 129-137, July 2006. Disponível em:

¹² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jul. 2016.

BAUMANN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BENEDITO, V. L. DI Y. **Amor conjugal e terapia de casal**, uma leitura crítica. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 1995.

_____. **Terapia de casal e de família na clínica Junguiana**: teoria e prática. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2015.

BENJAMIM, W. Paris, capital do século 19, em: **Textos de Walter Benjamin**, seleção, organização e tradução KHOTE, F. R. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

BLEGER, J. **Temas em Psicologia**. Buenos Aires: Nueva Vision. 1980.

BRANDÃO, J. **Mitologia grega vol 1**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BURDON, B. Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem? In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Editora Palas Athena, 2012.

CAMPBELL, J; TOMS, M., **The wisdom of Joseph Campbell**, New Dimensions Radio Interview with Michael Toms, Parte I, Nova York: Hay House, 2005.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHARBONNEAU, P. E. **Sentido cristão do casamento**: ensaio a respeito da espiritualidade conjugal. São Paulo: Companhia Distribuidora de Livros, 1968.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

_____ Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-29, Apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jul 2016.

DAWSEY, J. C. Victor Turner e a antropologia da experiência. **Revistas USP**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 13, p. 163-176, 2005.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIBIE, P. **O quarto de dormir**: um estudo etnológico. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1988.

EDINGER, E. F. **Anatomia da psique**: o simbolismo alquímico na psicoterapia. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____ **O mistério da conjunção**: imagem alquímica da individuação. São Paulo: Paulus, 2008.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992 (trabalho original publicado em 1954).

_____ **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (trabalho original publicado em 1957).

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Out. 2015.

FIELDING, W. J. **Estranhos costumes do casamento e da arte de fazer a corte**. São Paulo: Editora Assunção Limitada, 1946.

FREITAS, L. V. **A psicoterapia como um rito de iniciação** – estudo sobre o campo simbólico através de sonhos relatados no self terapêutico. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____ **A máscara e a palavra** – exploração da persona em grupos vivenciais. Tese (doutorado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____ O calor e a luz de Héstia: sua presença nos grupos vivenciais. **Cadernos de Educação** (UNIC), Universidade de Cuiabá, Ed. especial, Cuiabá, 2005, p. 131-145.

_____ Conceitos junguianos. In: ALBERTINI, P.; FREITAS, L. V. (org), **Jung e Reich**: articulando conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

_____ Prefácio. In: BENEDITO, V. L. DI Y. **Terapia de casal e de família na clínica Junguiana**: teoria e prática. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2015.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2003 (trabalho original publicado em 1933).

GIDDENS, A. **Transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, I. J. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2007.

GUGGENBÜHL-CRAIG, A. **O casamento está morto, viva o casamento**. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

HEIDEGGER, M. Construir, Habitar, Pensar. In: **Ensaios e Conferências**. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

HILLMAN, J. **Cidade & alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____ **Re-vendo a psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HUMBERT, E. G. **Jung**. São Paulo: Summus, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACOBI, J. **Complexo, arquétipo, símbolo na Psicologia de C. G. Jung.** São Paulo: Cultrix, 1986.

JACOBY, M. **O encontro analítico: transferência e relacionamento humano.** São Paulo: Cultrix, 1984.

JORDÃO, C.; LOES, J. Eu quero ficar sozinho. **Revista Isto É.** São Paulo, nº 2085, out. 2009.

JUNG, E. **Animus e anima.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1991 (trabalho original publicado em 1967).

JUNG, C. G. O desenvolvimento da personalidade. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 17.** Rio de Janeiro: Ed Vozes, 2008 (trabalho original publicado em 1925).

_____ O eu e o inconsciente. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 7/2.** Rio de Janeiro: Ed Vozes, 2008a (trabalho original publicado em 1928).

_____ Tipos psicológicos. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 6.** Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1971 (trabalho original publicado em 1921).

_____ A natureza da psique. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 8/1.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008b (trabalho original publicado em 1928).

_____ A vida simbólica. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 13/1.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998 (trabalho original publicado em 1928).

_____ Os arquétipos e o inconsciente coletivo. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 9/1.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (trabalho original publicado em 1934).

_____ Psicologia e religião. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 11/1.** Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1980 (trabalho original publicado em 1939).

_____ Psicologia e alquimia. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 12.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1991 (trabalho original publicado em 1944).

_____ Aion: Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 9/2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988 (trabalho original publicado em 1934).

_____ Estudos alquímicos. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 13**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986 (trabalho original publicado em 1930).

_____ Ab-reação, análise dos sonhos, transferência. In: **Obras completas de C. G. Jung, vol. 16/2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999 (trabalho original publicado em 1958).

_____ **Memórias, sonhos e reflexões**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989 (trabalho original publicado em 1961).

LEMONS, C. A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, G. Héstia. In: Alvarenga, M. Z. (Org.) *Mitologia simbólica: Estruturas da psique e regências míticas*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2007.

LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo**. Rio de Janeiro: Ed. Best-Seller, 2005.

MACHADO, L. Z. **Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 5, n. 8, p. 11-26, Feb. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 dez 2014.

MARCUS, C. C. **House as a mirror of self: exploring the deeper meaning of home**. California: Conari Press, 1995.

MANDELBAUM, B. L'espace famille et sa rupture: entre les souvenirs et les rêves. **Le Divan Familial**, v. 26, Paris, 2011, p. 67-75.

MINAYO, M. C. S. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

NEUMANN, E. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1990.

PENNA, E. M. D. **Processamento simbólico arquetípico**: uma proposta de método de pesquisa em psicologia analítica. Tese (doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. O paradigma junguiano no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. **Psicologia USP**, 16(3). São Paulo, 2004, p. 71-94.

_____. **Um estudo sobre o método de investigação da psique na obra de C. G. Jung**. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PERROT, M. **História dos quartos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

PERROT, M., ZEMON DAVIS, N., FARGE, A. **A history of women in the west: renaissance and enlightenment paradoxes**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

PESSOA, M. S. C. **Proposta de um método de análise dos sonhos na terapia de casal**: um enfoque junguiano. Tese (doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PESTANA, M. C. F. **O arquétipo da casa** – uma morada, um caminho. Monografia apresentada à Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica no curso de formação de analistas. São Paulo: SBPA, 2010.

PLATÃO, **O banquete**. São Paulo: Edipro, 2007.

RIBEIRO, R. M. F. **Adoção emocional em famílias de recasamento**: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados. Dissertação (mestrado em Psicossociologia). Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RYBCZYNSKI, W. **Casa**: pequena história de uma ideia. São Paulo: Record, 1996.

RYKWERT, J. **A ideia de cidade** – a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no Mundo Antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RODRIGUES, A. L. **A habitabilidade do espaço doméstico**: o cliente, o arquitecto, o habitante e a casa. Tese de doutorado. Universidade do Minho, Escola de Arquitectura, Braga, 2008.

RODRIGUES, S. C. C. O fogo como centro e símbolo da casa. **Revista arq.urb**, número 15, primeiro semestre de 2016. São Paulo, 2016.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

SANFORD, J. A. **Os parceiros invisíveis**: o masculino e o feminino dentro de cada um de nós. São Paulo: Paulus, 2002.

SCANDIUCCI, G. **Um muro para a alma**: a cidade de São Paulo e suas pixações à luz da psicologia arquetípica. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SEGALEN, M. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SENNETT, R. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. São Paulo: Record, 2006.

SINGER, T.; KIMBLES, S. The emerging theory of cultural complexes. In: CAMBRAY, J.; CARTER, L. **Analytical psychology**: contemporary perspectives in jungian analysis. Nova York: Brunner-routledge, 2004.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOMMERMAN, A. **A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral**: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente. Tese (Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SPESSOTO, R. Hera. In: Alvarenga, M. Z. (Org.) **Mitologia simbólica**: estruturas da psique e regências míticas. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2007.

STEIN, M. **Jung, o mapa da alma: uma introdução**. São Paulo: Cultrix, 2006.

TERRIN, A. N. **O rito**: antropologia e fenomenologia da ritualidade. São Paulo: Paulus, 2004.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.
TURNER, V. **Floresta de símbolos**. Niterói: EdUFF, 2005 (trabalho original publicado em 1969).

ULANOV, A. B. Coniunctio e marriage. In: ULANOV, A. B. **Spiritual aspects of clinical works**. Einsideln: Daimon Verlag, 2004.

VAINFAS, R. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978 (trabalho original publicado em 1909).

VARGAS, N. O casamento e a família como caminho de individuação. **Junguiana. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, nº 7. São Paulo: Paulus, 1989.

_____ Casamento atual e famílias reconstituídas. **Junguiana. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, nº 24. São Paulo: Paulus, 2006.

VON FRANZ, M. L. **Patterns of creativity mirrored in creation myths**. Zurique, Spring publications, 1972.

_____ **A interpretação dos contos de fada**. São Paulo: Paulus, 1990.

_____ O processo de individuação. In: **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977 (trabalho original publicado em 1961).

WESTERMARCK, E. **The history of human marriage**. London: MacMillan and Co., 1999 (trabalho original publicado em 1903).

WHITMONT, E. **O retorno da deusa**. São Paulo: Summus, 1995.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

ZORRAQUINO, L. D. **A evolução da casa no Brasil**, trabalho apresentado no Programa para análise de revalidação de diplomas Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ANEXO I

CONVITE PARA COLABORAÇÃO NO PRÉ-TESTE E NA PESQUISA



CONVITE PARA
COLABORAÇÃO EM PESQUISA
DE MESTRADO



Olá,

Meu nome é Iana, sou psicóloga e estou realizando uma pesquisa de mestrado pelo **Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**, cujo tema-título é:

**A CASA DE UM JOVEM CASAL – OS ESPAÇOS DA CASA COMO
CAMPO DE SÍMBOLOS EXPRESSIVOS DA CONJUGALIDADE**

Para a fase de coleta de dados que começo agora, preciso como voluntários de um **casal, homem e mulher, com idades de até 35 anos, que não tenham filhos, nem desta nem de outras relações, e que morem juntos em função de casamento formal ou não**. A participação se dará em seis encontros mensais para entrevistas, uma possível visita à casa e a elaboração de material fotográfico.

O objetivo é conhecer um pouco da experiência desse casal – o que os atraiu, os desafios que enfrentam, as afinidades que compartilham etc. –, tomando como base suas narrativas e também os símbolos que se expressam na casa onde moram.

O estudo do material colhido será feito dentro da abordagem junguiana e contribuirá para aprofundar o entendimento de questões relativas à conjugalidade. **O anonimato dos participantes é garantido**. Se vier a ocorrer qualquer desconforto para qualquer um dos colaboradores, **é possível interromper a participação a qualquer momento**. Não haverá nenhuma forma de pagamento.

Ficarei muito grata com sua participação. Sabemos que inúmeros benefícios advêm da possibilidade de verbalizar experiências vividas. Além disso, ao final da pesquisa, estarei à disposição para compartilhar as conclusões gerais do trabalho.

Caso tenha interesse ou precise de mais informações, meus contatos são: ianaferreira@uol.com.br e celular (11) 99188-1978.

Atenciosamente,

Iana Ferreira

Psicóloga Clínica - CRP 06/113564

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Laura Villares de Freitas – lauvfrei@usp.br
FAPESP – projeto nº 2014/04304-7

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa *A casa de um casal jovem – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade*, de responsabilidade da pesquisadora Iana Ferreira e sob orientação da Prof^a Dr^a Laura Villares de Freitas.

O objetivo desta pesquisa é conhecer melhor alguns dos inúmeros aspectos de natureza psicológica que estão envolvidos na construção de uma relação conjugal. Para tanto, o procedimento de coleta de dados será realizado em seis encontros conjuntos com o casal, com intervalos de um mês entre cada um. Esses encontros serão realizados em consultório particular e na casa dos participantes (um encontro) e terão duração livre, sendo de no máximo 90 minutos. Neles serão solicitados relatos livres, serão feitas perguntas abertas e atividades expressivas (desenho, fotografia), direcionados para a experiência que está sendo vivida, em especial na constituição e habitação de uma casa conjunta como casal.

Você será esclarecido(a) sobre qualquer aspecto da pesquisa sempre que desejar. Você é livre para se recusar a participar, para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A sua participação é voluntária e a participação no estudo não acarretará custos, bem como não irá gerar nenhuma compensação financeira.

Será mantido absoluto e total sigilo e confidencialidade em relação à sua identidade. Por se tratar de estudo acadêmico, que visa contribuir para um maior conhecimento do tema estudado, esta pesquisa ou dados dela poderão ser publicados no meio científico. No entanto, será mantido e garantido o sigilo de seu nome e serão tomados cuidados para que você não seja identificado(a) por outros dados.

Quanto ao risco relativo à participação nessa pesquisa, pode-se afirmar que se trata de risco mínimo, ou seja, o mesmo envolvido em atividades como conversar, deslocar-se até o local da pesquisa, andar ou ler, sendo que este se justifica, pois as informações obtidas irão colaborar com a compreensão das dinâmicas do relacionamento conjugal, que são de grande relevância no contexto do trabalho em psicologia.

No entanto, caso algum tipo de sofrimento ou desconforto seja gerado no decorrer da realização da pesquisa será oferecido suporte psicológico gratuito aos participantes, por meio do encaminhamento acompanhado a um dos plantões psicológicos do IPUSP, a saber, os serviços oferecidos pelo SAP ou pelo LEFE.

A pesquisadora se compromete a prestar esclarecimentos sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Também se coloca à disposição para apresentar as conclusões da pesquisa aos colaboradores.

Eu, _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

I – DA PESQUISA

Título do Projeto: A casa de um casal jovem – a constituição dos espaços da casa como campo de símbolos expressivos do processo de construção da conjugalidade

Pesquisador Responsável: Iana Ferreira Silva

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade de São Paulo

Telefones para contato: (11) 99188-1978 (Iana)

Contato CEPH-IPUSP – Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da USP:

Endereço: Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, sala 27. CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP.

E-mail: ceph.ip@usp.br

Telefone/fax: (11) 3091-4182

II- DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ___/___/____ **Sexo:** M F

Telefones para contato: (____) _____ / (____) _____

ANEXO III

MATERIAL DAS ATIVIDADES EXPRESSIVAS